

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES

CONCEPÇÕES DE CADETES DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
SOBRE FUTURAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS. UM ESTUDO PSICOSSOCIAL A
RESPEITO DAS EXPECTATIVAS QUANTO À ATUAÇÃO EM COMUNIDADE E
NAS UNIDADES PARANÁ SEGURO

CURITIBA

2019

MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES

CONCEPÇÕES DE CADETES DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
SOBRE FUTURAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS. UM ESTUDO PSICOSSOCIAL A
RESPEITO DAS EXPECTATIVAS QUANTO À ATUAÇÃO EM COMUNIDADE E
NAS UNIDADES PARANÁ SEGURO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Setor de Educação, na linha Processos Psicológicos em Contextos Educacionais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas

CURITIBA

2019

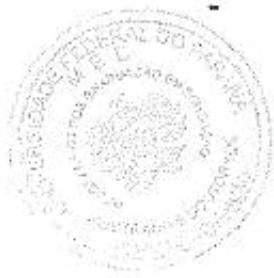
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Peres, Marcos Roberto de Souza.

Concepções de cadetes da Polícia Militar do Paraná sobre
futuras práticas profissionais : um estudo psicossocial a respeito
das expectativas quanto à atuação em comunidade e nas unidades
Paraná Seguro / Marcos Roberto de Souza Peres. – Curitiba, 2019.
262 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadora: Profª Drª Maria de Fátima Quintal de Freitas

1. Polícia militar – Paraná. 2. Formação militar– Metodologia.
3. Psicologia Social. 4. Paraná Seguro. I. Título. II. Universidade
Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE EDUCACAO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES**, intitulada: **CONCEPÇÕES DE CADETES DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ SOBRE FUTURAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS. UM ESTUDO PSICOSSOCIAL A RESPEITO DAS EXPECTATIVAS QUANTO À ATUAÇÃO EM COMUNIDADE E NAS UNIDADES PARANÁ SEGURO**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 15 de Março de 2019.

MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS
Presidente da Banca Examinadora

JUSAMARA VIEIRA SOUZA
Avaliador Externo (UFRGS)

MÁRIO SERGIO MICHALISZYN
Avaliador Externo (PGAMB/UP)

JULIANE SACHSER ANGLES
Avaliador Externo (UNICENTRO)

BERENICE MARIE BALLANDE ROMANELLI
Avaliador Externo (IFPR)

Dedico esta Tese às duas mulheres mais importantes da minha vida:

À minha mãe, Neli de Souza, professora exemplar, que sempre soube o valor da educação. Não mediu esforços em nos apoiar e nos incentivar a sempre buscar mais, a sempre seguir em frente, e a sempre tentar ser uma pessoa melhor. Mãe, todo o seu sacrifício por nós não foi em vão! Saiba que lhe sou muito grato, eternamente!

À minha esposa Sthefani Pinheiro dos Passos Peres, amiga, parceira, confidente e apoiadora. Tenho absoluta certeza que sem o seu apoio não conseguiria chegar até aqui. Juntos somos mais fortes! Obrigado por todo o apoio que tem me dado, em todas as áreas de minha vida. Com certeza, esta vitória é nossa!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiro por ter permitido que eu esteja vivo e com saúde. Depois por ter me concedido sanidade e sabedoria para chegar até o fim desta pesquisa. Mas, acima de tudo, por ter se dado em meu lugar, garantindo-me a possibilidade de ter a vida eterna.

À minha querida orientadora, professora e amiga, Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas, por ter acreditado em mim, por me ensinado como me tornar, ética e academicamente, um bom pesquisador. Acho que estou no caminho certo para tal, em que pese ainda tenho muito que aprender. Obrigado professora pelas orientações, pelas dicas e pelo incentivo. Espero que este seja apenas mais um degrau de nossa parceria. Que ela dure por muitos e muitos anos!

Aos membros da banca de qualificação Prof. Dr. Elio Rodolfo Parisi e Profa. Dra. Jusamara Vieira Souza, pela leitura atenta e dedicada do projeto de tese, e pelas contribuições inefáveis para que pudéssemos melhorar, prosseguir e concluir esta pesquisa.

Aos membros da banca de avaliação deste trabalho, pelas valorosas contribuições.

Aos colegas do doutorado, Iris, Edmárcia e Everton, pelos momentos que passamos juntos, compartilhando os saberes, crescendo e aprendendo, juntos, a sermos pesquisadores em educação.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Obrigado pelos seis anos de convivência e aprendizado. Com certeza cada momento que passei com cada um de vocês me ajudou muito, tanto para concluir esta pesquisa, quanto para me tornar um ser humano melhor.

A todos os funcionários e funcionárias da UFPR por nos darem o suporte fundamental para que tudo aconteça, mesmo que de forma anônima, vocês são especiais para mim. Agradeço a dedicação e empenho de todos.

Agradeço também a todos os colegas do Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde (NUPCES) que tem como fundadora/coordenadora a Profa. Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas, pelos compartilhamento de experiências e conhecimentos, durante as reuniões. Agradeço especialmente ao Amaílson, à

Elaine, ao Denis, à Helena, à Lygia, à Mirian e ao Valdir, pois são com quem estou compartilhando saberes há mais tempo. Obrigado amigos, e espero vê-los nas reuniões e projetos do NUPCES em breve.

Ao meu comandante, senhor Coronel Ronaldo de Abreu, por ter me apoiado incondicionalmente desde o primeiro dia foi designado para a Academia Policial Militar do Guatupê (APMG). Oficial cordial e respeitoso, sempre preocupado com o bem estar de seus subordinados e das famílias dos mesmos. A APMG irá crescer muito durante o comando do senhor, com certeza.

Aos meus comandantes anteriores, mas que também foram fundamentais no desenvolvimento desta pesquisa, também fica o meu agradecimento. Ao senhor Tenente-Coronel Vanderley Rothenburg, à senhora Coronel Karin Denise Krasinski e ao senhor Coronel Mauro Celso Monteiro. Obrigado pela compreensão e apoio durante o tempo que fui seus subordinado.

Aos demais oficiais da APMG, que passaram por esta unidade entre os anos de 2015 a 2019. Todos vocês foram importantes para esta pesquisa. Tenham certeza que muito dela foi construída através de conversas e discussões calorosas, sempre baseadas no respeito mútuo e na vontade de fazer uma polícia melhor.

Dentre estes amigos, tenho que agradecer especialmente ao colega bacharel em direito e mestre em educação, Capitão Valdir Goedert Filho, por todos os momentos que passamos juntos, tanto na pós-graduação, quanto na APMG. Tantos projetos, tantas tentativas de fazer algo melhor. Espero em breve ter a oportunidade de estarmos juntos, novamente, nos dedicando ao ensino na PMPR. Saiba que você tem grande contribuição para o término desta pesquisa, meu amigo.

E também, agradeço especialmente ao amigo 1º Tenente Denis Wellinton Viana, psicólogo e mestre em educação, pelos momentos de alegria e tensão que compartilhamos. Por preocupar-se comigo durante todo o desenvolver desta pesquisa, lembrando-se de mim e compartilhando documentos e achados importantes. Obrigado, e espero que dê prosseguimento ao seu legado, meu amigo. Você tem capacidade acima do normal, para continuar pesquisando sobre nosso tema, tornando-se um dos mais importantes pesquisadores nesta área, em breve.

Ao 1º Tenente Victor Rodrigo Amaral, por ter contribuído de forma ímpar nas discussões a respeito do ensino na PMPR e por estar sempre pronto para apoiar com dados importantes. Obrigado meu irmão!

Ao 1º Tenente Alison Sczepanski, por toda as contribuições e considerações a respeito da teoria de polícia comunitária que fez. Sempre muito prestativo, compartilhando materiais que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Alison, você tem um grande futuro na PMPR. Você é um oficial dedicado e um professor maravilhoso. Siga sempre neste caminho.

Ao 1º Tenente Guilherme Skrepka Ovçar, pelas contribuições na área de ensino, sempre pronto para me apoiar a auxiliar na interpretação e levantamento de dados relevantes. Hoje, cumprindo missão em Sudão, pela Organização das Nações Unidas, mas teve grande contribuição o desenrolar desta pesquisa.

Aos amigos 1º Tenente Milton Isack Fadel Neto, 1º Tenente Francielle Hoflinger, pesquisadores em educação física. Sempre me apoiando e incentivando. Obrigado pela ajuda.

Ao 1º Tenente Iuri Fernandes da Veiga Cavalli, principalmente por estar ao meu lado no atribulado ano de 2018. Cavalli, eu não teria conseguido fazer tudo o que fizemos, se você não tivesse ajudado. Você veio para somar no serviço, sempre prestativo e amigo, sendo fundamental para que eu conseguisse continuar a pesquisa neste ano, que talvez tenha sido o mais difícil de todos.

Aos oficiais da Polícia Militar do Paraná (PMPR) que participaram diretamente do teste piloto desta pesquisa, auxiliando no aperfeiçoamento do instrumento de coleta de dados, fazendo contribuições importantes e generosas.

E aos cadetes matriculados nas turmas do 1º, 2º e 3º ano do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares nos anos de 2018/2019. Vocês emprestaram um pouco de seus conhecimentos, seus medos e sonhos comigo. Vocês doaram um pouco da vida de vocês em prol da minha pesquisa. Não há palavras para agradecer o que vocês fizeram por mim. Muito obrigado e espero responder à altura as expectativas de vocês quanto a esta pesquisa.

SELVAGEM

*A polícia apresenta suas armas
Escudos transparentes, cassetetes
Capacetes reluzentes
E a determinação de manter tudo
Em seu lugar*

*O governo apresenta suas armas
Discurso reticente, novidade inconsistente
E a liberdade cai por terra
Aos pés de um filme de Godard*

*A cidade apresenta suas armas
Meninos nos sinais, mendigos pelos cantos
E o espanto está nos olhos de quem vê
O grande monstro a se criar*

*Os negros apresentam suas armas
As costas marcadas, as mãos calejadas
E a esperteza que só tem quem tá
Cansado de apanhar*

Bi Ribeiro, Herbert Vianna e João Barone

RESUMO

O constante crescimento da violência no Brasil e a ineficiência das forças policiais em lidar com este fenômeno levou a uma busca por novas alternativas de policiamento, que fossem mais eficazes no controle da criminalidade e que reduzissem a violência e letalidade das polícias. Entre as preocupações têm surgido, nos últimos anos, propostas de não somente buscar por um novo tipo de policiamento, como voltar-se para o processo de formação dos policiais que exercerão seus trabalhos juntos aos diferentes setores da comunidade e nas Unidades Paraná Seguro (UPS). Apoiada nos princípios de uma educação participativa e da psicologia social comunitária foi desenvolvida uma pesquisa junto aos cadetes da polícia militar do Paraná com a finalidade de identificar e analisar as expectativas que eles têm quanto à sua futura atuação, após a sua formação, para atuarem junto à comunidade e nas UPSs. Buscou-se também verificar como a formação desses policiais poderia influenciar o desenvolvimento de práticas profissionais que os aproximassem mais das comunidades.

A coleta dos dados se deu por meio de um questionário *online*, respondido voluntariamente por 116 cadetes dos 1º, 2º e 3º anos do curso de formação de oficiais policiais militares da Academia Policial Militar do Guatupê, no Paraná. Os resultados mostraram que 96,55% dos cadetes consideram importante o policiamento comunitário e que a atuação deva ser próxima à comunidade; que desejam atuar em atividades repressivas, de combate ao crime, e não em atividades de policiamento comunitário. Quanto às funções, 80,17% preferem atuar no radiopatrulhamento e rondas especiais, e 6,9% gostaria de trabalhar com policiamento comunitário. A falta de atividades práticas, durante a formação do cadete, ligadas ao que seria o policiamento comunitário; o isolamento sentido por eles no internato, nesse período; as atividades com ênfase na repetição e na pouca reflexão crítica; podem ser considerados como alguns aspectos que interferem na possibilidade de compreensão e aproximação dos cadetes de alguns fundamentos da teoria da polícia comunitária, contudo há certo distanciamento em perceberem as aplicações em sua prática profissional imediata, além de terem sido apontados alguns estigmas que são atribuídos àqueles que trabalhariam em UPS ou em policiamento comunitário. Sugere-se que possam também ser desenvolvidas atividades, já no processo de formação, que aproximem os cadetes dos setores comunitários.

Palavras-chave: Práticas profissionais. Formação policial. Atuação em comunidades. Educação e psicologia social comunitária.

ABSTRACT

The constant growth of violence in Brazil and the inefficiency of police forces in dealing with this phenomenon led to a search for new policing alternatives that were more effective in controlling crime and reducing police violence and lethality. Concerns have arisen in recent years, proposals to not only seek a new type of policing, but also to return to the process of training police officers who will carry out their work together with the different sectors of the community and at the Paraná Seguro Units (UPS). Based on the principles of participatory education and community social psychology, a research was developed with the cadets of the Paraná Military Police in order to identify and analyze the expectations they have about their future performance, after their formation, to act together in the community and in the UPSs. It was also sought to verify how the training of these police officers could influence the development of professional practices that brought them closer to the communities.

The data collection was done through an online questionnaire, voluntarily answered by 116 cadets from the 1st, 2nd and 3rd years of the training course of military police officers of the Military Police Academy of Guatupê, Paraná. The results showed that 96.55% of the cadets consider community policing important and that the action should be close to the community; who wish to engage in repressive, anti-crime, rather than community policing activities. As for the functions, 80.17% prefer to work in the patrol and special forces, and 6.9% would like to work with community policing. The lack of practical activities, during the training of the cadet, linked to what would be community policing; the isolation felt by them in the boarding school, in that period; activities with an emphasis on repetition and poor critical thinking; can be considered as some aspects that interfere in the possibility of understanding and approximation of the cadets of some foundations of the community police theory, however there is a certain distance in perceiving the applications in their immediate professional practice, besides being pointed out some stigmas that are attributed to those who would work in the UPS or in community policing. It is suggested that activities can also be developed, already in the process of formation, that bring the cadets closer to the community sectors.

Keywords: Professional practices. Police training. Acting in communities. Community social psychology. Education.

RESUMEN

El constante crecimiento de la violencia en Brasil y la ineficiencia de las fuerzas policías en manejar este fenómeno llevó a una búsqueda por noticias alternativas de vigilancia policial, que fuesen más eficaces en el control de la criminalidad y que redujesen la violencia y letalidad de las policías. Entre las preocupaciones han surgido, en los últimos años, propuestas de no solamente buscar por un nuevo tipo de vigilancia policial, como direccionarse al proceso de formación de los policías que ejercerán sus trabajos junto a los diferentes sectores de la comunidad y en las Unidades Paraná Seguro (UPS). Apoyada en los principios de una educación participativa y de la psicología social comunitaria fue desarrollada una investigación junto a los cadetes de la policía militar de Paraná con la finalidad de identificar y analizar las expectativas que ellos tienen con respecto a su futura actuación, después de su formación, para que actúen junto a la comunidad y en las UPSs. se buscó también verificar como la formación de esas policías podría influenciar el desarrollo de prácticas profesionales que los acercasen más a las comunidades.

La colecta de los datos se dio por medio de un cuestionario online, respondido voluntariamente por 116 cadetes de los 1º, 2º y 3º años del curso de formación de oficiales policías militares de la Academia Policial Militar de Guatupê, en Paraná. Los resultados mostraron que 96,55% de los cadetes consideran importante la vigilancia policial comunitaria y que la actuación deba ser cercana a la comunidad; que desean actuar en actividades represivas, de combate al crimen, y no en actividades de vigilancia policial comunitaria. Con respecto a las funciones, 80,17% prefieren actuar en el Grupo de apoyo con radio y rondas especiales, y a 6,9% le gustaría trabajar con vigilancia policial comunitaria. La falta de actividades prácticas, durante la formación del cadete, relacionadas a lo que sería la vigilancia policial comunitaria; el aislamiento sentido por ellos en el internado, en ese período; las actividades con énfasis en la repetición y en la poca reflexión crítica; pueden ser considerados como algunos aspectos que interfieren en la posibilidad de comprensión y aproximación de los cadetes de algunos fundamentos de la teoría de la policía comunitaria, sin embargo hay cierto distanciamiento en ver las aplicaciones en su práctica profesional inmediata, además han sido apuntados algunos estigmas que son atribuidos a aquellos que trabajarían en UPS o en vigilancia policial comunitaria. Se sugiere que puedan también ser desarrolladas actividades, ya en el proceso de formación, que acerquen a los cadetes de los sectores comunitarios.

Palabras clave: Prácticas profesionales. Formación policial. Actuación en comunidades.
Educación y psicología social comunitaria.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - INSTALAÇÃO DE MÓDULO MÓVEL NA CIDADE DE CURITIBA.....	65
FIGURA 2 - VIATURAS E POLICIAIS DO PROJETO POVO LANÇADO EM 1993..	68
FIGURA 3 - COMPARAÇÃO ENTRE O TOTEN EM CURITIBA, LOGO APÓS A SUA INSTALAÇÃO E DEPOIS, JÁ DEPRÉDADO.....	70
FIGURA 4 - MOTONETA 90CC PARA POLICIAMENTO NO PARANÁ	71
FIGURA 5 - VIATURA VW/PARATI DO PROJETO POVO LANÇADO EM 2003	71
FIGURA 6 - MAPA DA EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO NA CARREIRA DE OFICIAL DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL....	132
FIGURA 7 - COMPARAÇÃO ENTRE AS SEDES FÍSICAS DA UPS UBERABA E DA UPS VILA VERDE	146
FIGURA 8 - DIVISÃO HIERÁRQUICA DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL...	156
FIGURA 9 - BASES FILOSÓFICAS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO MODERNO	183

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - OS SEIS GRANDES DA POLÍCIA COMUNITÁRIA	48
QUADRO 2 – DATA, BAIRRO E MUNICÍPIO DE IMPLANTAÇÃO DAS UPSs até 31 dez. 2019	83
QUADRO 3 - QUANTIDADE DE DISCIPLINAS QUE MENCIONAM OS TERMOS “POLÍCIA COMUNITÁRIA”, “POLICIAMENTO COMUNITÁRIO” E “UNIDADES PARANÁ SEGURO” NO CFO-PM.....	95
QUADRO 4 - QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PELO LOCAL DE NATURALIDADE	130
QUADRO 5 - ÁREAS DO CONHECIMENTO QUE OS PARTICIPANTES INGRESSARAM EM FACULDADES ANTES DE ENTRAR PARA O CFO-PM.....	133
QUADRO 6 - ANO DE INGRESSO DOS PARTICIPANTES NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....	135
QUADRO 7 - RAZÕES PARA O INGRESSO NA PMPR APONTADO PELOS PARTICIPANTES.....	138
QUADRO 8 - QUANTIDADE DE RESPOSTAS POR ATIVIDADE A SER REALIZADA, COM O DEVIDO GRAU DE VONTADE DE REALIZAR CADA UMA	142
QUADRO 9 - COMPARAÇÃO DA SATISFAÇÃO EM COMANDAR UMA UPS, ENTRE CIVIS, MILITARES E O TOTAL DOS PARTICIPANTES	148
QUADRO 10 - BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR QUE OS PARTICIPANTES GOSTARIAM DE TRABALHAR DEPOIS DE FORMADOS	158
QUADRO 11 - ATIVIDADES QUE OS PARTICIPANTES GOSTARIAM DE DESEMPENHAR DEPOIS DE FORMADOS	161
QUADRO 12 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PARTICIPANTES NOS ESTÁGIOS OPERACIONAIS.....	164
QUADRO 13 – ATIVIDADES QUE OS PARTICIPANTES MAIS GOSTARAM DE DESEMPENHAR DURANTE OS ESTÁGIOS OPERACIONAIS.....	165
QUADRO 14 - O QUE FAZER AO RECEBER UMA CRÍTICA, DENÚNCIA OU OPINIÃO, EM UMA UPS, SEGUNDO OS PARTICIPANTES	175

QUADRO 15 - O QUE FAZER AO RECEBER UMA CRÍTICA, OPINIÃO OU DENÚNCIA NUMA UPS	176
QUADRO 16 - ASSUNTOS QUE A COMUNIDADE PODE TRATAR COM A POLÍCIA MILITAR.....	194
QUADRO 17 - INSTITUIÇÕES QUE PODEM AUXILIAR NA SEGURANÇA PÚBLICA	198
QUADRO 18 - ONDE HÁ ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE A PM E A COMUNIDADE, NA OPINIÃO DOS PARTICIPANTES	201
QUADRO 19 - PORQUE NÃO HÁ ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE A POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE.....	203
QUADRO 20 - O QUE SÃO CONSIDERADAS AÇÕES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA PELOS PARTICIPANTES.....	205

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE PARTICIPANTES MATRICULADOS EM CADA ANO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES	127
GRÁFICO 2 - QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR FAIXAS ETÁRIAS	128
GRÁFICO 3 - DIVISÃO DOS PARTICIPANTES POR GÊNERO	129
GRÁFICO 4 - VONTADE DOS PARTICIPANTES EM DESEMPENHAR AS ATIVIDADES DE LEVANTAMENTO DOS PROBLEMAS DE UM BAIRRO, PATRULHAMENTO OSTENSIVO, PRISÃO DE INFRATORES E CONTATOS COM A COMUNIDADE.....	140
GRÁFICO 5 - VONTADE DOS PARTICIPANTES EM DESEMPENHAR AS ATIVIDADES DE PONTO BASE, SERVIÇO ADMINISTRATIVO, ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS E BLOQUEIO DE VIA.....	140
GRÁFICO 6 - COMPARAÇÃO DA VONTADE DOS PARTICIPANTES EM DESEMPENHAR AS ATIVIDADES	141
GRÁFICO 7 - GRAU DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES EM SER DESIGNADO COMO COMANDANTE DE UMA UPS NOS PRIMEIROS TRÊS ANOS APÓS A SUA FORMATURA	145
GRÁFICO 8 - SATISFAÇÃO EM COMANDAR UMA UPS, COMPARANDO CIVIS E MILITARES ANTES DO INGRESSO DO CFO-PM	147
GRÁFICO 9 - QUANTIDADE DE CIVIS E MILITARES ANTES DO INGRESSO NO CFO, E O TOTAL DE PARTICIPANTES, POR FAIXA ETÁRIA	149
GRÁFICO 10 - SATISFAÇÃO EM COMANDAR UMA UPS POR FAIXA ETÁRIA DOS PARTICIPANES	150
GRÁFICO 11 - SATISFAÇÃO, INSATISFAÇÃO OU INDIFERENÇA DE COMANDAR UMA UPS NOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DEPOIS DA FORMATURA	151
GRÁFICO 12 - SATISFAÇÃO EM COMANDAR UMA UPS, NOS TRÊS ANOS APÓS A FORMATURA, POR SEXO	152
GRÁFICO 13 - SATISFAÇÃO EM COMANDAR UMA UPS NOS TRÊS PRIMEIROS ANOS APÓS A FORMATURA, RELACIONADO À FREQUÊNCIA EM CURSO SUPERIOR.....	152

GRÁFICO 14 – IMPORTÂNCIA DO RELACIONAMENTO PRÓXIMO ENTRE A COMUNIDADE E A POLÍCIA MILITAR, SEGUNDO OS PARTICIPANTES	153
GRÁFICO 15 - ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS PARTICIPANTES DURANTE O SEU ESTÁGIO OPERACIONAL	163
GRÁFICO 16 - ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS POLICIAIS DE UPSs E QUAL IMPORTÂNCIA DADA A ELAS PELOS PARTICIPANTES.	168
GRÁFICO 17 - ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS POLICIAIS DE UPSs E QUAL IMPORTÂNCIA DADA A ELAS PELOS PARTICIPANTES.	170
GRÁFICO 18 - COMPARAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DADA PELOS PARTICIPANTES A CADA ATIVIDADE DESEMPENHADA PELOS POLICIAIS DAS UPSs.....	171
GRÁFICO 19 - ATIVIDADES QUE DEVEM SER DESEMPENHADAS PELOS POLICIAIS DAS UPSs, SEGUNDO OS PARTICIPANTES	173
GRÁFICO 20 - QUAL O GRAU DE AUTONOMIA QUE DEVE TER UM COMANDANTE DE UPS, SEGUNDO OS PARTICIPANTES.....	178
GRÁFICO 21 - FREQUÊNCIA DO CONCEITO DE POLICIAMENTO DADO PELOS PARTICIPANTES	188
GRÁFICO 22 - CONCEITO DE POLICIAMENTO PELO ANO QUE OS PARTICIPANTES ESTÃO MATRICULADOS NO CFO-PM.....	189
GRÁFICO 23 - A QUEM OU A QUE DEVE SERVIR O POLICIAMENTO	191
GRÁFICO 24 - QUAIS AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS POR UM POLICIAL MILITAR QUE PODEM AUXILIAR NO RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE	192
GRÁFICO 25 - EM QUAIS ASSUNTOS A COMUNIDADE PODE AJUDAR A POLÍCIA MILITAR.....	197
GRÁFICO 26 - OPINIÃO DOS PARTICIPANTES SE HÁ ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE A POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE	200
GRÁFICO 27 - NÍVEL DE IMPORTÂNCIA DADO AO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO PELOS PARTICIPANTES	206

LISTA DE SIGLAS

ALEP	– Assembleia Legislativa do Paraná
APMG	– Academia Policial Militar do Guatupê
BOPE	– Batalhão de Operações Especiais
BPM	– Batalhão de Polícia Militar
CBO	– Classificação Brasileira de Ocupações
CEP/FAP	– Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Artes do Paraná
CEPE	– Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CFC	– Curso de Formação de Cabos
CFE	– Conselho Federal de Educação
CFO	– Curso de Formação de Oficiais
CFO-BM	– Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares
CFO-PM	– Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares
CFP	– Curso de Formação de Praças
CFS	– Curso de Formação de Sargentos
CFSd	– Curso de Formação de Soldados
CHOQUE	– Pelotão de Polícia de Choque
CIPM	– Companhia Independente de Polícia Militar
CIPOC	– Centro Integrado de Policiamento Comunitário
CONSEG	– Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Jardim das Américas
CONSEG-JA	– Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Jardim das Américas
COPOM	– Centro de Operações Policiais Militares
COU	– Conselho Universitário
CPM	– Colégio da Polícia Militar
CPU	– Coordenador do Policiamento da Unidade

DEP	– Diretoria de Ensino e Pesquisa
GPAE	– Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais
IBC	– Instituto Brasileiro do Café
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JICA	– Agência Japonesa de Cooperação Internacional
NOTARA	– Normas Técnicas para Avaliação do Rendimento e da Aprendizagem
PB	– Ponto Base
PM	– Polícia Militar
PMERJ	– Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMESP	– Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMPR	– Polícia Militar do Paraná
POG	– Policiamento Ostensivo Geral
POVO	– Projeto Policiamento Ostensivo Volante
PPE	– Policiamento a Pé
PPO	– Postos de Policiamento Ostensivo
PROERD	– Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência
PRONASCI	– Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSC	– Psicologia Social Comunitária
RISG	– Regulamento Interno e dos Serviços Gerais
ROCAM	– Rondas Ostensivas com o Apoio de Motocicletas
RONE	– Rondas Ostensivas de Natureza Especial
ROTAM	– Rondas Ostensivas Tático Móvel
SEJU	– Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos
SENASP	– Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESP-PR	– Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná
SMPU	– Sistema Modular de Policiamento Urbano

TCLE	– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESPAR	– Universidade Estadual do Paraná
UPP	– Unidade de Polícia Pacificadora
UPS	– Unidade Paraná Seguro
VW	– Volkswagen

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	23
2	POLÍCIA COMUNITÁRIA.....	42
1.1	POLÍCIA COMUNITÁRIA E SUAS INTERFACES.....	47
1.2	PRINCÍPIOS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	52
1.3	POLÍCIA E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL.....	56
1.4	AÇÕES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA DESEMPENHADAS PELA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	64
3	AS UNIDADES PARANÁ SEGURO	73
4	O ENSINO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....	85
4.1	LEGISLAÇÃO DE ENSINO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	86
4.2	OS CURSOS DE FORMAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	88
4.3	O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES E OS FUNDAMENTOS DA POLICIA COMUNITÁRIA.....	91
4.4	A FORMAÇÃO DO OFICIAL POLICIAL MILITAR NO PARANÁ	96
5	A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA.....	104
5.1	O QUE É COMUNIDADE	104
5.2	O QUE SÃO RELAÇÕES SOCIAIS	106
5.3	A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E O TRABALHO COMUNITÁRIO	107
5.4	QUE RELAÇÕES DEVERIAM EXISTIR ENTRE COMUNIDADE E POLÍCIA MILITAR?	108
5.5	QUE RELAÇÕES E QUE PAPEL A UNIDADE PARANÁ SEGURO DEVERIA TER COM A POPULAÇÃO?	111
5.6	QUE RELAÇÕES E QUE IMPORTÂNCIA O CURSO DE FORMAÇÃO PODERIA TER PARA A ATUAÇÃO JUNTO ÀS UPS E POPULAÇÃO? ..	114
6	MÉTODO	117
6.1	PARTICIPANTES	117
6.2	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES	118
6.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	119
6.4	PROCEDIMENTOS	121

7	DESCRIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	124
7.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES	124
7.2	ÁREAS DE ATUAÇÃO	138
7.2.1	Funções que os participantes desejam desempenhar quando forem aspirantes a oficial da Polícia Militar do Paraná	139
7.2.2	Atuação como comandante de Unidade Paraná Seguro nos três anos após a formatura	143
7.2.3	O relacionamento próximo entre a polícia e a comunidade	153
7.2.4	Atividades que os participantes gostariam de desempenhar depois de formados	155
7.2.5	Atividades realizadas durante os estágios operacionais do curso ..	161
7.3	ATUAÇÃO POLICIAL EM UNIDADES PARANÁ SEGURO	166
7.3.1	Importância das ações desempenhadas pelos policiais das Unidades Paraná Seguro	167
7.3.2	Ações que devem ser desempenhadas por uma Unidade Paraná Seguro.....	171
7.3.3	O policiamento descentralizado e a concessão de poder à comunidade.....	173
7.4	ATUAÇÃO	181
7.4.1	Como o policiamento deve ser e a quem ou a que ele deve servir .	182
7.4.2	A integração entre a comunidade e a polícia militar	191
7.4.3	O que é policiamento comunitário e qual a sua importância	204
7.4.4	Apoio, críticas e sugestões para o policiamento comunitário no Paraná.....	213
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	218
	REFERÊNCIAS.....	237
	APÊNDICE 1 – CÓPIA DA CARTA DE ANUÊNCIA DA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ.....	249
	APÊNDICE 2 – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	250
	ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA APROVANDO O PROJETO DE TESE	252
	ANEXO 2 – LEI ESTADUAL Nº 17.590 DE 12 DE JUNHO DE 2013.....	256

ANEXO 3 – DECRETO ESTADUAL Nº 9.538 DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.....	258
ANEXO 4 – RESOLUÇÃO 011/2016 – COU/UNESPAR	259
ANEXO 5 – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES, VIGENTE A PARTIR DO ANO DE 2018	260

1 INTRODUÇÃO

Para ser policial militar no estado do Paraná, é possível ingressar na corporação de três formas distintas. A primeira forma é ingressar como oficial não-combatente, que são oficiais com formações específicas anteriores ao ingresso na polícia militar, como médicos, dentistas e bioquímicos, que prestam concurso, iniciando a sua carreira no posto de primeiro tenente. A segunda forma é como Soldado, desta forma o policial militar fará sua carreira como praça da Polícia Militar do Paraná (PMPR). A terceira forma é como aluno do Curso de Formação de Oficiais Combatentes, sendo esse aluno chamado de cadete. (PARANÁ, 1954).

O(a) cadete, ao ingressar na PMPR, é matriculado(a) em um curso superior, com duração de três anos, em período integral, que conta com 4500 horas-aula. Esse curso é chamado de Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFO-PM), e é realizado na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) (PARANÁ, 2012). Em sua formação, o(a) cadete terá disciplinas nas áreas de direito, administração, ciências humanas, entre outras áreas do conhecimento, bem como as disciplinas técnico-profissionais, voltadas para a formação de um policial militar capaz de comandar as ações de policiamento ostensivo, missão constitucional das polícias militares no Brasil. (BRASIL, 1988)

O corpo docente do CFO-PM é composto, em sua maioria, por oficiais da Polícia Militar do Paraná, egressos deste curso. Esses docentes são designados pelo Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê, anualmente, para desempenharem o cargo de professor na APMG.

Para ser designado como professor existem alguns critérios que devem ser observados, conforme a Portaria de Ensino da Polícia Militar do Paraná (PMPR, 2014),

- I – títulos;
- II – idoneidade moral;
- III – conduta policial-militar e civil;
- IV – capacidade de instruir;
- V – habilidade específica;
- VI – experiência anterior na área;
- VII – avaliações anteriores sobre seu desempenho.

Porém, não há uma clareza nas normativas dentro da Polícia Militar de quais são os parâmetros que devem ser observados pelo responsável pela aceitação, ou não do candidato a professor, para que sejam cumpridos os critérios apresentados na Portaria de Ensino. Isso deixa o critério de escolha dos professores pessoal, sem haver, por exemplo, um concurso interno para o preenchimento de vagas das cadeiras dos cursos ministrados dentro da APMG.

O(a) professor(a), na PMPR, é chamado de instrutor(a). Para o desempenho da atividade docente na PMPR, os instrutores não são dispensados de suas demais atribuições dentro da corporação. (PMPR, 2014)

Esta, aparentemente, sutil diferença entre chamar o docente de instrutor e não de professor pode ter um resultado importante na concepção de como deve ser o ensino dentro da APMG. O instrutor representa a autoridade dentro da sala de aula. O professor leva o seu aluno a refletir, havendo uma alternância de papéis entre o ensinar e o aprender. (SILVA, RUFFINO, 1999)

O [...] instrutor ajuda o aluno a desenvolver a memória, sem necessidade de pensar. Nas aulas, o estudante recita conteúdos a partir das exposições do professor ou de textos e apostilas. O aluno torna-se um autômato que emite as respostas corretas. O instrutor é a autoridade máxima. (SILVA, RUFFINO, 1999, p. 47)

Esta relação de autoridade pode causar uma formação em que o conhecimento é repassado, e não construído, deixando os cadetes alheios à consciência de que eles são “[...] inseparáveis de um contexto social, de uma sociedade historicamente estruturada.”. (SILVA, RUFFINO, 1999, p. 48)

Há, na Polícia Militar do Paraná, um “Manual do Instrutor da PMPR”, aprovado pelo Comandante-Geral da corporação através da Portaria do Comando-Geral nº 699/2005, que em seu Anexo 4 “A” ensina os instrutores a “como contornar situações difíceis em sala de aula” (LOBO, ZELINSKI, BONDARUK, 2006, p. 157). Entre as situações difíceis, encontramos:

O aluno que deseja argumentar
Este tipo está sempre desejando atrapalhar. Ele sofismará sobre o detalhe mais trivial, pois seu maior desafio é colocar o professor em má situação. A primeira coisa a se fazer é se manter calmo. O professor não deve perder a cabeça nem deixar que isto aconteça com qualquer dos alunos. Fazer com que se afaste do professor e se dirija ao grupo. Dar-lhe corda suficiente para que cometa um erro absurdo. Conseguir a opinião da maioria. (LOBO, ZELINSKI, BONDARUK, 2006, p. 158)

Ao término dos três anos de formação, o(a)¹ cadete, ao se formar, é promovido à graduação de aspirante a oficial, e começa o seu estágio probatório de 12 a 18 meses, já desempenhando as funções de tenente da PMPR, conforme preconiza o artigo 46, §1º da Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Paraná (PARANÁ, 19696b).

Ao término de seu estágio, caso seja aprovado, o aspirante a oficial será promovido ao posto de segundo tenente, iniciando, então, sua carreira como oficial da PMPR (PARANÁ, 1969b). O cadete é formado para realizar as funções atribuídas aos postos de segundo tenente, primeiro tenente e capitão da polícia militar. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)², do Ministério do Trabalho, as funções desenvolvidas pelo segundo e primeiro tenente da polícia militar são as mesmas,

0203 :: Tenentes da polícia militar²

Comandam pelotão, coordenam policiamento ostensivo, reservado e velado; assessoram comando, gerenciam recursos humanos e logísticos, participam do planejamento de ações e operações, desenvolvem processos e procedimentos administrativos militares, atuam na coordenação da comunicação social; promovem estudos técnicos e capacitação profissional.

O capitão da polícia militar, segundo a CBO, deve desempenhar as seguintes funções:

0202-05 - Capitão da polícia militar²

Comandam operações de polícia ostensiva, planejam ações de policiamento ostensivo, desenvolvem policiamento comunitário. Gerenciam companhia de polícia e assessoram comando. Exercem poder disciplinar e presidem feitos de polícia judiciária militar.

O cadete, depois de formado (o aspirante), durante o seu estágio probatório, poderá atuar nos diversos tipos de policiamento ostensivo desenvolvidos pela PMPR, entre eles: policiamento rodoviário, policiamento de trânsito, policiamento ambiental, policiamento de guardas e escoltas, policiamento de choque. Segundo o art. 236 do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da Polícia Militar do Paraná

¹ Reconhecemos que há pessoas do sexo feminino e masculino desempenhando todas as funções dentro da PMPR, em todos os postos e graduações da corporação. Porém, a partir deste momento, no texto desta tese, iremos expressar os postos, graduações e funções apenas no gênero linguístico masculino, para que haja maior fluidez no texto.

² As funções desempenhadas pelos oficiais da polícia militar foram retiradas do site Ministério do Trabalho, na página da Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<https://bit.ly/1pO9ADe>>. Acesso em: 9 fev. 2019.

(RISG) “Os aspirantes-a-oficial exercem as funções inerentes aos oficiais subalternos, com atribuições e deveres semelhantes, respeitadas as restrições previstas em leis, regulamentos, ordens e instruções específicas.” (PARANÁ, 2010a). Os “oficiais subalternos” citados no RISG são os primeiros e segundos tenentes.

As funções que os oficiais subalternos e os aspirantes podem desempenhar estão previstas no RISG, dentre as quais destacamos:

Art. 235. Os Oficiais subalternos de SU e os Aspirantes-a-Oficial são os principais auxiliares do respectivo comandante na disciplina, instrução, educação e administração da tropa, incumbindo-lhes: [...]
 III - responsabilizar-se pelas atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública no setor do pelotão; [...]
 XXXIV - **interagir com a comunidade, no setor de sua responsabilidade territorial**;
 XXXV - fiscalizar as ações e operações executadas pelas frações sob seu comando, bem como orientar seus comandantes para o cumprimento adequado das missões; [...] (PARANÁ, 2010a, grifo nosso)

Tendo em vista os dispositivos legais acima mencionados, e a Unidade Paraná Seguro (UPS) ser uma atividade de policiamento ostensivo fundamentada na filosofia de polícia comunitária, que visa a interação entre a comunidade e a polícia militar (SECRETARIA, 2015), o aspirante poderá atuar como o comandante de UPS. Nestas unidades o aspirante terá a atribuição de coordenar as ações de policiamento e se aproximar da comunidade, buscando conjuntamente soluções para os problemas de criminalidade de uma área territorial específica.

Desde o ano de 2009 o autor deste trabalho é integrante do corpo docente do Curso de Formação de Oficiais. Ao longo destes anos de docência, foi possível observar, em conversas informais com alunos, instrutores e oficiais ligados ao ensino na PMPR, bem como em exercícios e dinâmicas em salas de aula que há uma contradição presente no discurso e na prática sobre o policiamento comunitário.

Por um lado percebeu-se a importância dada ao policiamento comunitário, como uma nova forma de se fazer policiamento, que poderá melhorar a qualidade do serviço de segurança pública prestado pela polícia no estado do Paraná. Isto está presente no discurso de governantes, de oficiais da PMPR e de instrutores da APMG. Porém, também foi constatado, que possivelmente existam poucos egressos do CFO-PM que desejam atuar como comandantes de Unidades Paraná Seguro.

Muitas vezes, os aspirantes e oficiais recém formados que são designados para comandar as UPSs e desempenham esta função o fazem apenas por obrigação funcional. Não desempenham a função por acreditar, de fato, que aquilo é uma boa iniciativa em termos de Segurança Pública, tanto para a comunidade quanto para a polícia militar. Muitas vezes podem não acreditar que a comunidade possa auxiliar a polícia militar em sua prestação de serviços, e que neste engajamento, pode haver uma melhoria na segurança pública daquela localidade. Isso é contraditório, pois os conhecimentos repassados aos alunos durante o curso de formação de oficiais valorizam a importância da polícia comunitária, da aproximação entre a PMPR e a comunidade.

Um policial comunitário, ao ser designado para trabalhar em uma UPS, deve compreender e acreditar na filosofia de polícia comunitária, compreendendo a importância de seu trabalho para que possa haver uma transformação no seu local de trabalho, através de ações pró-ativas tomadas em conjunto, entre ele e a comunidade (MARCINEIRO, 2009).

O comandante destas unidades também deve ser conhecedor, e acreditar na filosofia de polícia comunitária, pois ele precisará organizar o policiamento que será realizado, fazer contatos com a comunidade e com as autoridades. Receber as diretrizes dos escalões superiores da PMPR e repassar para os seus comandados. Mas o comandante também deverá acolher e analisar demandas que possam surgir dos próprios policiais militares, tanto de ordem profissional, quanto de ordem pessoal. Entre as atribuições dos oficiais subalternos, previstas no RISG, estão:

- VI - fiscalizar a distribuição de fardamento e material ao pessoal de sua fração; [...]
- XI - fazer cumprir, rigorosamente, no âmbito de sua fração, as prescrições de prevenção de acidentes na instrução e em atividades de risco;
- XIV - instruir seus comandados de acordo com os programas adotados na Polícia Militar; [...]
- XVI - zelar pela saúde de seus comandados e esforçar-se para que as praças adquiram e cultivem hábitos salutarres de higiene física e moral; XVII - interessar-se pelos seus comandados, quando enfermos, levando-lhes o conforto de sua visita sempre que possível e prestando-lhes a necessária assistência moral; [...]
- XVIII - providenciar para que seja elaborado documento sanitário de origem aos seus comandados, quando vítimas de acidentes ou de doenças graves contraídas por ocasião de instrução ou serviço;
- XIX - zelar pela boa apresentação de seus subordinados e pela correção e asseio pessoal nos uniformes, reprimindo qualquer alteração constatada;

XX - encaminhar os pedidos, partes, requerimentos, queixas ou representações de seus comandados à autoridade imediatamente superior, devidamente informados, quando não estiver na sua alçada solucioná-los;
XXI - acompanhar os processos judiciais e administrativos em que seus subordinados estejam envolvidos;
XXII - providenciar para que o pelotão disponha de armamento, equipamento e material necessário à instrução e ao desempenho das missões institucionais; [...]
LXV - conceder direitos e atribuir responsabilidades aos seus subordinados na esfera de sua competência.

Diante das observações feitas durante os dez anos de atividade docente desempenhada na Academia Policial Militar do Guatupê pelo autor desta tese, somados aos quase dez anos que trabalhou na atividade operacional da PMPR, observando a insatisfação que alguns neófitos do oficialato da polícia militar apontavam com a filosofia de polícia comunitária, surgiu o interesse em analisar a aproximação entre comunidade e a polícia militar segundo a opinião dos cadetes do curso de formação de oficiais.

Para a realização desta pesquisa foi feita a coleta de dados sobre a concepção dos cadetes da PMPR sobre a sua atuação profissional depois de formados. Foram convidados a participar desta pesquisa os cadetes do primeiro, segundo e terceiros anos do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário com perguntas abertas e fechadas.

O objetivo geral desta tese é identificar e analisar as expectativas que eles têm quanto à sua futura atuação, após a sua formação, para atuarem junto à comunidade e nas UPSs. Como objetivos específicos, encontram-se:

- a. Identificar as áreas que os cadetes gostariam de atuar;
- b. Descrever, na opinião dos cadetes, as formas de aproximação à comunidade que devem ser utilizadas pela polícia militar;
- c. Descrever a opinião dos cadetes sobre o trabalho desenvolvido nas Unidades Paraná Seguro;
- d. Analisar as concepções dos cadetes sobre as diferentes formas de policiamento realizado pela Polícia Militar do Paraná.

Nesta pesquisa iremos³ estudar a concepção do cadete sobre a sua atuação em uma Unidade Paraná Seguro, tendo em vista este ser o principal programa de policiamento comunitário empregado pela Polícia Militar do Paraná desde o ano de 2012.

Neste foram criadas as UPSs no estado do Paraná como uma alternativa para a redução da criminalidade em locais onde estes índices eram muito elevados. Estas unidades tinham como inspiração a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)⁴, programa criado no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2008, que “[...] consiste na retomada, pelo estado, de áreas que estão sob o domínio do crime organizado.” (PERES, 2015, p. 18).

A atuação das UPSs foi fundamentada na chamada “doutrina de polícia comunitária” (SECRETARIA, 2015). Essa “doutrina” propõe mudanças na maneira de atuação da polícia militar, buscando uma maior aproximação e integração entre a comunidade e o policial militar, transformando a atuação da polícia, que deixa de ser apenas reativa para ser também preventiva. (BONDARUK, SOUZA, 2004)

Para que ocorra a atuação comunitária da polícia, são necessárias mudanças na postura e na maneira de atuar do policial. A atuação do policial militar deverá estar apoiada na integração com a comunidade à qual ele presta serviços. (PERES, 2015). O policial deve permanecer atuando nesta comunidade de maneira constante, de forma a se transformar em alguém conhecido dentro na região. Ele também passa a conhecer os problemas enfrentados pelos moradores e comerciantes locais. As soluções para estes problemas devem acontecer de maneira descentralizada, de forma que o policial tenha autonomia para, junto com a comunidade, identificar-los e encontrar as soluções mais adequadas e mais desejadas pela população. (BONDARUK, SOUZA, 2004)

³ Na escrita desta tese, procurou-se utilizar a terceira pessoa do plural, para demonstrar que relatórios de pesquisa são escritos a quatro mãos, a saber, as do aluno e as de seu orientador. As conversas, orientações, discussões e correções feitas pelo orientador impossibilitam mensurar o tamanho de sua influência no texto apresentado. Assim, em respeito à colaboração imensurável feita pela orientadora desta tese durante o seu desenvolvimento, decidiu-se por escrevê-la utilizando-se a terceira pessoa do plural.

⁴ Apesar das UPPs servirem como inspiração para os políticos paranaenses ao instalar o programa das Unidades Paraná Seguro no estado, há diferenças entre os dois tipos de policiamento, tendo em vista que no Rio de Janeiro se trata da retomada de uma área que está sob o comando do crime organizado. No Paraná o estado ainda tem acesso e controle, ainda que parcial, deste território, que apresenta, porém, uma quantidade elevada de crimes, principalmente crimes contra a vida e contra o patrimônio. Para maiores informações sobre a diferença entre UPP e UPS vide Peres (2015, p. 44-46).

O policiamento comunitário requer que os policiais sejam alocados permanentemente a uma certa ronda, a fim de que possam ter o tempo, a oportunidade e a continuidade para desenvolverem esta nova parceria com a comunidade. A permanência significa que os policiais comunitários não devem ser trocados constantemente de ronda e que não devem ser usados como substitutos dos policiais que estão de férias ou que faltaram ao serviço. (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1994, p. 7)

A rotatividade dos policiais que atuam nas UPSs, segundo a doutrina de polícia comunitária, pode ser prejudicial para uma aproximação entre estes policiais e a comunidade, pois não há uma identificação e conhecimento mútuos. O sítio eletrônico do governo do estado do Paraná, quando fala sobre as UPSs diz que

O conceito de UPS é de uma polícia comunitária, próxima dos cidadãos, para que se estabeleça uma relação de confiança, pela qual os moradores conhecem os policiais que fazem parte do patrulhamento permanente na área. Dessa forma, é possível um resgate e revitalização da vida comunitária, muito mais que apenas um projeto de polícia. (SECRETARIA, 2015)

A aproximação, segundo a filosofia de polícia comunitária, proporciona a possibilidade da ampliação da confiança da comunidade na polícia e da polícia na comunidade. Com mais confiança, pode haver uma maior participação da comunidade nas decisões sobre o policiamento, o que o modelo tradicional de polícia não permite, pois “[...] historicamente a participação do cidadão nas lides policiais não é bem vinda.”. (MARCINEIRO, 2009, p. 190).

As polícias militares no Brasil vêm de uma tradição que não é a de integração com a comunidade. Muitas delas tiveram a sua criação e treinamento voltados para a defesa interna e segurança nacional e, principalmente voltados para que fossem cumpridas as ordens da família real portuguesa, em nosso país, no século XIX. (BRETAS, 1998; MUNIZ, 2001)

No Brasil, a polícia foi criada no século XVIII, para atender a um modelo de sociedade extremamente autocrático, autoritário e dirigido por uma pequena classe dominante. A polícia foi desenvolvida para proteger essa pequena classe dominante, da grande classe de excluídos, sendo que foi nessa perspectiva seu desenvolvimento histórico. Uma polícia para servir de barreira física entre os ditos “bons” e “maus” da sociedade. Uma polícia que precisava somente de vigor físico e da coragem inconseqüente; uma polícia que atuava com grande influência de estigmas e de preconceitos. (BENGOCHEA, et. al, 2004)

Esse distanciamento entre as polícias militares e a população se agravou no

período da ditadura militar no Brasil (1964 a 1985) momento em que as polícias militares passaram a ser diretamente ligadas ao exército brasileiro. O Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, subordinava as polícias militares ao Ministério do Exército, através da Inspetoria Geral de Polícias Militares (IGPM). Os comandantes das Polícias Militares eram designados pelos Governadores dos Estados, mas esses nomes eram submetidos à aprovação do Ministro do Exército, recaindo, muitas vezes, essa função, em oficiais do próprio exército brasileiro (MESQUITA NETO, 1999). A maior parte do trabalho de repressão era realizada pelas polícias, causando um grande temor da população em relação a estas polícias.

Essa condição das polícias militares trouxe implicações organizacionais e ideológicas que propiciaram o estabelecimento de uma relação de poder que resultou em um distanciamento entre a sociedade e essas instituições ao longo dos anos, contribuindo para a construção de uma representação desse profissional associada a um contexto histórico marcado pelo desrespeito aos direitos e garantias individuais constitucionalmente tutelados. (SANTOS, SOUZA, 2016, p. 81)

Com o fim da ditadura militar, a eleição do presidente democrático em 1985 e a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, no ano de 1988, as polícias militares deixaram de ser somente órgãos de segurança nacional, que tinham como fundamento o enfrentamento dos revolucionários que se insurgissem contra o Estado, para ser órgãos de segurança pública, tendo essas duas missões tratamento separado dentro da Carta Magna. Cabe salientar que a Constituição Federal de 1988 ainda prevê a função das polícias militares dentro da segurança nacional, mas o texto constitucional separa as funções de segurança pública e segurança nacional. (MUNIZ, 2001; GOEDERT FILHO, 2016)

A nova Constituição levou a uma mudança, estrutural no Estado. Esta reestruturação inclui a polícia militar. Porém, o estado democrático brasileiro ainda é muito recente, e, vindo de um longo período de ditadura militar. As instituições, ainda estão procurando seus lugares nessa nova sociedade brasileira. As polícias militares, da mesma forma, buscam essa nova maneira de atuação, tentando a aproximação com a sociedade e a superação dos resquícios históricos ainda vividos. (MUNIZ, 2001; BENGOCHEA et al., 2004; BONDARUK, SOUZA, 2004; MESQUITA NETO, 2004; MARCINEIRO, 2009; FERRAGI, 2011, SANTOS, SOUZA, 2016; GOEDERT FILHO, 2016; DAMACENA, 2018)

As polícias militares (PMs) têm buscado novas formas de se inserir nessa realidade democrática que vivemos desde o fim da ditadura militar, através de ações de polícia comunitária, programas de prevenção ao uso de drogas e de violência, buscando ter parceria com a comunidade. Mas ainda é necessária a superação da distância entre a comunidade e a polícia.

O afastamento e a não participação da população nas decisões de polícia foi se formando ao longo de anos, mas se intensificou no período da ditadura militar (1964-1985), quando

[...] onde houve um radical processo de repressão quando o poder executivo (exercido por militares) em seus atos, ampliou seus poderes no intuito de obter controle total do Estado. Com isto os demais poderes praticamente tiveram anuladas suas prerrogativas em detrimento ao autoritarismo dos governos a partir de então. Nesta época, os preceitos de direitos humanos foram praticamente extintos e a polícia foi o instrumento para manter a situação, até mesmo por sua força nos Estados. (BONDARUK, SOUZA, 2004, P. 77)

Desde os anos 1980, porém com mais intensidade a partir dos anos 2000, as polícias têm buscado uma forma de aproximação com a comunidade, pois a participação da comunidade

[...] é de fundamental importância na definição do cenário de atuação policial, caracterizando o perfil da comunidade e os seus principais traços culturais que poderão intervir no processo de construção da segurança. Além disso, cabe ao cidadão evidenciar as suas principais necessidades, deixando claro quais os seus temores e fragilidades em relação à segurança local. (MARCINEIRO, 2009, p. 190)

A ação policial comunitária necessita da integração entre a comunidade e a polícia, que deve ser pautada numa relação de confiança mútua, e os agentes envolvidos nesse convívio devem se conhecer e se respeitar.

Bayley e Skolnick (2002) analisaram as inovações no policiamento que eram apresentadas por seis cidades dos Estados Unidos: Denver, Detroit, Houston, Newark, Oakland e Santa Ana. Eles analisaram estas cidades, por estarem espalhadas pelo território americano, e por serem cidades que viram seus registros de ocorrência aumentarem, principalmente na década de 1970, por sofrerem com um grande distanciamento entre a comunidade e a polícia. Este distanciamento ocorreu principalmente por causa de atitudes truculentas e racistas dos policiais tomadas contra os imigrantes.

Ao analisar as inovações apresentadas por estas seis cidades, que mudaram o relacionamento entre os policiais e a comunidade, Bayley e Skolnick (2002) identificaram quatro elementos de inovação pelos quais os departamentos policiais destas cidades passaram: “[...] reciprocidade entre polícia e a comunidade, descentralização do comando por área, reorientação da patrulha e emprego de civis.” (BAYLEY, SKOLNICK, 2002, p. 225)

A descentralização do comando por área significa que os policiais locais e de menor graduação passaram a ter o poder de decidir junto com a comunidade e de aplicar o policiamento da forma que fosse conveniente para ambos. A reorientação da patrulha significa que o patrulhamento era aplicado fundamentado nos apontamentos da comunidade e em dados estatísticos. E o emprego de civis foi feito para possibilitar que os policiais, que recebem para proteger a comunidade e foram treinados para isso, custando grandes somas aos cofres públicos, fossem substituídos nos trabalhos burocráticos pelos civis, a um custo muito menor. (BAYLEY, SKOLNICK, 2002)

A reciprocidade entre a polícia e a comunidade significa “[...] que a polícia deve sentir genuinamente - e comunicar genuinamente esse sentimento - que o público a que está servindo tem algo a contribuir para a tarefa do policiamento.”. (BAYLEY, SKOLNICK, 2002, p. 225)

Esta aproximação foi importante para a mudança no tratamento entre policiais e a comunidade, sendo que a comunidade se envolveu mais nas atividades de prevenção do crime. Por exemplo, na cidade de Santa Ana, a cidade foi dividida em quatro áreas, e nestas áreas existem pessoas da comunidade, que gozam de um contato direto com o departamento de polícia, que são responsáveis pelo apoio, orientação e fiscalização de trinta ou quarenta famílias vizinhas. Eles são chamados de supervisores de quarteirão e há de 150 a 250 deles em cada uma das quatro áreas da cidade. (BAYLEY, SKOLNICK, 2002)

Na cidade de Santa Ana moram muitos imigrantes ilegais, que foram se aglomerando, vivendo suas vidas de forma isolada, não havendo contato entre os vizinhos. A criação dos supervisores do bairro permitiu que se criasse “uma comunidade - do tamanho da cidade - onde antes não existia nenhuma.”. (BAYLEY, SKOLNICK, 2002, p. 42)

Outros países como Japão, Cingapura, Colômbia também tiveram bons

resultados na redução da criminalidade depois da aproximação entre a polícia e a comunidade, mas iremos tratar especificamente destes casos no próximo capítulo desta tese.

No Brasil temos diversos programas que tentaram a aproximação entre a polícia e a comunidade, mas a descontinuidade dos programas impede de indicar um que tenha cumprido a sua tarefa de modificar a visão que a população tem da polícia.

Um dos programas que tentam (re)criar esta aproximação entre a comunidade e a polícia militar, no Paraná, é a Unidade Paraná Seguro. O autor desta tese, em março de 2012, ainda como comandante de um pelotão das Rondas Ostensivas de Natureza Especial (RONE), subunidade do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), participou do lançamento da primeira UPS, quando teve a oportunidade de patrulhar pelas ruas do bairro Uberaba, na capital paranaense, e conversar com a população, logo após o início desta nova modalidade de policiamento que estava sendo apresentada aos mesmos.

Durante a realização de um Ponto Base (PB) este autor teve a oportunidade de conversar com algumas pessoas, entre elas uma senhora que se aproximou da viatura pela curiosidade de seus netos. Enquanto os dois meninos olhavam a viatura da RONE, a senhora falou a este autor que tinha grande esperança que a segurança do bairro ia melhorar, mas que nós precisávamos ficar lá para sempre, não os “abandonando” depois de alguns dias.

Uma reportagem publicada no dia posterior ao início da operação para a implantação da UPS no bairro Uberaba também trouxe depoimentos de membros daquela comunidade, que indicavam o mesmo sentimento desta senhora que conversou com o autor desta tese.

[...] “Nesta madrugada tivemos que acordar às 3h para atender mais um roubo à loja de presentes que fica aqui do lado. Isso já aconteceu várias vezes, mas agora temos a certeza de que poderemos dormir tranquilos”, desabafou.

[...]

“Precisamos de mais polícia, mas que esteja aqui sempre e não apenas hoje. Desde que começaram as prisões, já sentimos a redução da criminalidade”, disse um comerciante. (DESLANDES, 2012a)

No mês de julho de 2012 este autor também teve participação na implantação simultânea de quatro UPSs no bairro Cidade Industrial de Curitiba.

Dessa vez atuou como coordenador do Curso de Formação de Soldados da Academia Policial Militar do Guatupê. Assim sendo, houve a oportunidade de participar da implantação de cinco das quatorze UPSs que hoje existem oficialmente no Paraná.

Depois da UPS instalada no bairro Guatupê, na cidade de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, em 8 de junho de 2013 (SANTOS, 2013), o programa parou de crescer, e novas unidades pararam de ser instaladas.

O fato de não terem acontecido novas instalações de UPSs desde o ano de 2013 até o ano de 2015 chamou a atenção da imprensa. Em uma entrevista, o então Secretário Estadual da Segurança Pública e Administração Penitenciária afirmou que a estruturação das UPSs estava muito ruim. Era preciso ser criada uma nova maneira de aplicar o policiamento em Curitiba. O secretário sugeriu a alteração do modelo das UPSs para modelos de Módulos Móveis. Segundo ele, a UPS mantém o policial estático em um local apenas, que é a sede da UPS, dificultando o acompanhamento da dinâmica da criminalidade. (SECRETÁRIO, 2015)

Depois da declaração do Secretário a desconfiança no novo modelo de policiamento aumentou, sendo motivo de crítica em diversas publicações na imprensa, principalmente em blogs voltados à política paranaense (AUDI, 2015; CATTANI, 2015; CESAR, 2015)

Com a mudança do Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do estado do Paraná (SESP-PR) ocorrida em maio de 2015 (JUSTI, KANIAK, 2015) o governo do estado deixou de criticar as ações das Unidades Paraná Seguro, retornando a atuação do programa chamado UPS Cidadania.

[...] o governo do Estado, com a coordenação da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, desenvolve um programa voltado para a cidadania e a reinserção social nas áreas onde estão instaladas as UPS. A proposta é integrar ações de várias secretarias e órgãos do governo para levar às comunidades que abrigam UPS atividades e programas nas áreas de educação, esporte, cultura, saúde, trabalho e emprego, entre outras. As prioridades serão discutidas com as comunidades, de forma a definir ações adequadas às necessidades e à realidade de cada região. (SECRETARIA, 2015)

O programa UPS Cidadania foi criado 14 de janeiro de 2013, com o objetivo de promover ações de desenvolvimento econômico e social nas áreas com UPSs. Este não é um programa da SESP-PR, mas sim da Secretaria da Justiça, Trabalho e

Direitos Humanos (SEJU), que tem como objetivo promover as condições de cidadania dos moradores das regiões com UPS.

Depois do levantamento e catalogação das necessidades da população moradora das regiões com UPS, foi assinado um termo de cooperação entre a prefeitura e o governo do Estado do Paraná, que envolve diversos órgãos de ambos, para que ações de cidadania fossem promovidas nas regiões com UPS. (RICHA, 2013)

Entre as propostas estão a articulação com as organizações comunitárias para identificar e recepcionar as principais demandas locais; realização de atividades de educação, cultura e lazer; articulação de redes sociais e de mediação de conflitos; criação de centros de integração e cooperativas sociais, para proporcionar maior competitividade no mercado de trabalho; implantação de núcleos de justiça comunitária e incentivo a pesquisas em criminologia e política criminal. (RICHA, 2013)

Desde a instalação da última UPS, que ocorreu em 8 de junho de 2013, as atuações de polícia comunitária dentro das UPSs foram baseadas, quase que exclusivamente, em ações da UPS Cidadania, que deveriam contar com a integração de várias secretarias do governo para atender as demandas locais.

Porém o que se percebe pelas divulgações feitas no site da SEJU, das atividades da UPS Cidadania é que elas são ações assistencialistas. Em determinado dia, os moradores da região podem fazer documentos (identidade, carteira de trabalho, entre outros) de maneira gratuita, alguns exames médicos, há a doação de cestas básicas, mas depois de terminada esta ação, tudo volta ao normal naquele bairro. Não há o envolvimento de outras secretarias, que levem infraestrutura, emprego, melhoria na saúde, educação, entre outras demandas locais.

Em cada município que recebe a feira de serviços, por dois dias, a população pode fazer documentos, ter o nome incluído na tarifa social de água e luz, receber orientação jurídica, fazer exames rápidos de saúde, fazer o cadastro para vagas de emprego, e usufruir os mais de 40 serviços oferecidos a cada evento. (PARANÁ, 2017)

Estas demandas, não atendidas, podem gerar insatisfação da comunidade e descrédito no programa UPS. E depois que os outros representantes do estado, que estavam promovendo a ação de assistencialismo, deixam a região, muitas vezes quem fica naquela comunidade é apenas o policial militar. A ideia é que, por estar

próximo da comunidade, o policial possa ser um parceiro dela na busca das melhorias esperadas. (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1994)

Durante a pesquisa de mestrado do autor desta tese, realizada entre anos de 2013 a 2015⁵, quando as UPSs estavam em seu auge de criação e atuação, foi analisado qual o retrato que a mídia estava divulgando sobre estas unidades. Desta pesquisa, pudemos concluir que alguns problemas voltados à infraestrutura, à subcultura policial e à formação policial, entre outros, afetam o resultado desta nova modalidade de policiamento junto às comunidades onde havia a sua atuação.

Dentre as lacunas constatadas no trabalho de mestrado está a formação policial.

A formação do profissional nas Academias de Polícia deve transcender as técnicas e táticas policiais, devendo buscar o conhecimento de algo mais ligado ao trato com as comunidades. A busca por este conhecimento também deve ir além da formação rotineira, a instituição deve buscar parcerias com Universidade e pesquisadores que possibilitem a troca de conhecimentos e a inserção de teorias que não são comuns na formação dos profissionais de segurança pública, mas que são de importância ímpar para o bem desempenhar das funções junto com a comunidade. (PERES, 2015, p. 145)

Assim, somadas às observações já relatadas deste autor enquanto professor da Academia Policial Militar do Guatupê, buscou-se, nesta tese, analisar a formação do cadete da Polícia Militar do Paraná, e como ele, durante a sua formação, compreende a sua atuação como um policial comunitário dentro de uma Unidade Paraná Seguro.

Analizando as constatações iniciais, tanto de maneira assistemática quanto as da dissertação de mestrado, com o intuito de realizar uma análise mais profunda deste fenômeno e tentando contribuir para que a formação do policial militar comunitário seja mais profícua, para que seja eles sirvam à sociedade paranaense de maneira mais profissional, foi realizada esta pesquisa de doutorado.

A realização deste estudo de doutorado é importante para a Polícia Militar do Paraná, pois busca identificar e descrever as concepções dos cadetes sobre atuação profissional no campo das Unidades Paraná Seguro. Esta tese pretende

⁵ A pesquisa de mestrado foi realizada sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. A dissertação resultante desta pesquisa, sob o título "Retratos das Unidades Paraná Seguro em notícia: repercussões psicossociais e pedagógicas" (PERES, 2015). Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/40108>>.

colaborar com reflexões acerca da formação do oficial da polícia militar para atuar em programas de polícia comunitária.

O cadete, depois de formado no Curso de Formação de Oficiais, poderá atuar como comandante de UPS. Por isso analisar como ele compreende a importância de seu papel, e a forma que deverá atuar próximo à comunidade se faz mister.

Um policial militar melhor formado, neste caso, os que atuarão nas funções de comando das UPSs, trará uma qualidade melhor do policiamento realizado por estas Unidades, realizando um policiamento no respeito aos direitos humanos, menos truculento e mais democrático. Assim, será maior a colaboração da UPS na melhoria das condições de segurança nas áreas em que há este tipo de policiamento.

No campo da educação, esta pesquisa se diferencia por trazer um olhar diferente sobre a formação do policial. Esta pesquisa se diferencia ao analisar a formação do oficial da PMPR para trabalhar com atividades de policiamento comunitário, em especial na função de comandante de UPS. O foco desta pesquisa também está em dar voz aos cadetes, buscando compreender o que o policial militar que está no período de sua formação tem a relatar sobre as suas impressões de atuação.

Por se tratar de formação militar, ocorrendo em instituições historicamente fechadas ao mundo exterior, a oportunidade de analisar, no campo da educação, a formação do cadete, ouvindo o que eles pensam sobre ela é importante. Esta pesquisa possibilitará uma análise mais aprofundada da formação do oficial. Refletir sobre a forma que estão sendo formados os cadetes é relevante para que se possam identificar possíveis inconsistências no curso. O intuito é contribuir para que possa haver uma melhoria na formação do oficial da Polícia Militar do Paraná, para que profissionais melhor formados possam colaborar de forma mais significativa para a segurança pública no estado.

Em tempos como os atuais em que sofremos constantes ameaças de redução e restrição de direitos fundamentais, vindos dos mais diversos níveis de agentes públicos, nacionais e internacionais, a reflexão aqui proposta, na área da educação, se torna ainda mais importante. A busca por uma formação policial mais humana, fundamentada em uma educação ampla e interdisciplinar, deve ser cada

vez mais valorizada.

A polícia militar é o braço armado do estado, que é quem detém a exclusividade do direito do uso da força, dentro de um estado democrático de direito. A polícia no Paraná matou, no ano de 2017, 265 pessoas durante as suas intervenções. Isso representa um aumento de 31% de mortes em intervenções policiais entre os anos de 2014 a 2017. (ANUÁRIO, 2018)

O altíssimo crescimento da letalidade policial é um problema preocupante que deverá requerer diagnóstico e medidas drásticas do próximo Governador do Paraná, estando em completo descompasso com as boas notícias de redução das demais modalidades de mortes violentas intencionais. (SOUZA, DIAS, 2018)

Um profissional que estará a serviço deste estado, podendo, em seu nome, utilizar a força, inclusive letal, deve ter uma formação ampla e interdisciplinar, que o permita agir sempre fundamentado no profissionalismo, visando o respeito aos direitos humanos, buscando compreender a realidade social em que atua. (KARPINSKI, 2013; SILVA, SILVA, 2016)

Buscando contribuir com a formação do oficial da Polícia Militar do Paraná, o autor desta tese buscou refletir sobre a visão que os cadetes têm de sua atuação baseado em autores da área da educação e da psicologia social comunitária (PSC). A reflexão sobre a educação é importante para compreendermos como tem se dado a formação do oficial na PMPR.

Da psicologia social comunitária buscamos apoio para compreender conceitos fundamentais quanto à atuação em comunidade. Como o próprio conceito de comunidade, de relações sociais e como se dá um trabalho comunitário fundamentado na PSC. A partir da PSC será analisada as relações que podem ocorrer entre a polícia e a comunidade.

Esta tese foi composta de oito capítulos, incluindo este. No primeiro capítulo apresentamos os motivos que nos levaram a realizar esta pesquisa, bem como os fundamentos teóricos básicos que guiaram o estudo apresentado que focaliza as concepções de cadetes da Polícia Militar do Paraná sobre futuras práticas profissionais.

No segundo capítulo apresentamos os fundamentos da polícia comunitária e do policiamento comunitário, com suas interfaces com as instituições e pessoas

relacionadas com este tipo de policiamento e seus princípios filosóficos. Também fizemos uma breve análise do nascimento desta forma de fazer segurança pública no mundo, e como ela foi trazida para o Brasil. Apresentamos algumas ações de policiamento comunitário realizadas por polícias militares brasileiras. Por fim, no segundo capítulo, trouxemos as ações de polícia comunitária ocorridas no Paraná, desde o final da década de 1970, com o advento do Sistema Modular Policial Urbano, até o ano de 2019, surgindo as Unidades Paraná Seguro (UPSs).

Para as UPSs dedicamos o terceiro capítulo, em que indicamos algumas razões para o seu surgimento, as datas e locais de instalação de cada uma delas. Apresentamos também as críticas que foram recebidas por este tipo de policiamento da parte dos próprios gestores da pasta da segurança pública no Paraná. Mostramos estas unidades desde seu auge, quando recebia apoio das comunidades onde foram instaladas as primeiras UPSs, até a atual condição de incerteza sobre o seu prosseguimento como um programa de segurança, devido à mudança no governo federal e estadual a partir do ano de 2019 e consequentemente alterações das políticas de segurança pública em âmbito federal e estadual.

No quarto capítulo apresentamos o ensino na Polícia Militar do Paraná (PMPR), que vem passando por reformas significativas, desde o ano de 2018, na direção de tentar se adaptar aos novos dispositivos legais que regem a organização do ensino dentro da corporação policial militar, bem como à política de promoção de praças da PMPR. Neste capítulo, apresentamos os Cursos de Formação de Praças e Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares, mas nos debruçamos na análise da formação do cadete policial militar, por serem eles o objeto de estudos dentro desta tese. Focalizamos os estudos nos cadetes enquanto realizam o Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFO-PM) na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), que é a única unidade policial militar responsável pela formação dos cadetes no Paraná. O CFO-PM é o responsável pela formação dos policiais militares que vão atuar como comandantes das diversas formas de policiamento realizadas no Paraná, inclusive nas UPSs. Buscamos analisar como, neste curso, são ensinados os fundamentos do policiamento comunitário, e como são as regras e a rotina às quais são submetidos os cadetes, como são chamados os alunos do CFO.

No quinto capítulo buscamos na Psicologia Social Comunitária (PSC) algumas definições que podem auxiliar na tentativa da PMPR em realizar trabalhos em comunidades. Como a PSC realiza, com seus profissionais, estudos e intervenções em comunidades há mais de cinquenta anos, buscamos suporte, nos estudos e intervenções por eles realizados, que pudessem apontar caminhos para a intervenção que pretende ser realizada pela polícia militar nas comunidades. Assim, a análise do que há publicado a respeito deste campo do conhecimento pode servir de subsídio para a compreensão do que tem sido feito pela polícia militar nas comunidades atendidas pelas UPSs, e como esta relação de ser melhorada.

No sexto capítulo apresentamos o método da coleta e análise dos dados. Definimos quem foram os participantes desta pesquisa, e quais os critérios de seleção para a inclusão ou exclusão de participantes nela. Também expusemos como foram os procedimentos para a coleta de dados.

No capítulo sete realizamos a descrição, análise e discussão dos dados coletados junto aos 116 cadetes participantes desta pesquisa. Neste capítulo analisamos, à luz dos embasamentos teóricos, dos capítulos dois a cinco, as informações fornecidas pelos participantes.

No oitavo capítulo, fizemos algumas considerações a respeito do trabalho realizado, buscando subsídios para analisar o fenômeno que nos propusemos a pesquisar, qual seja, a concepção dos cadetes sobre a atuação profissional nas UPSs. Também pretendemos levantar algumas lacunas no campo da investigação sobre o tema, para que estes ou outros pesquisadores possam também se dedicar e ampliar o conhecimento sobre o fenômeno aqui estudado.

2 POLÍCIA COMUNITÁRIA

As Unidades Paraná Seguro, em funcionamento no estado do Paraná desde o ano de 2012, vieram como um novo modelo de aplicação de policiamento dentro de locais de elevados índices de ocorrências, com fundamentos nos princípios da polícia comunitária, de forma que, através da aproximação e parceria, venham a ser reduzidos os índices de criminalidade da região (SECRETARIA, 2015).

Para compreendermos o que vem a ser a aplicação deste novo modelo de policiamento, precisamos definir o que vem a ser esta polícia comunitária, em que se difere de policiamento tradicional e outros conceitos importantes, que são ensinados nas escolas de polícia, e os quais os profissionais de segurança tentam aplicar em sua realidade prática.

O policiamento comunitário é um projeto que se desenvolveu nas décadas de 1970 e 1980, quando organizações policiais em diferentes países da América do Norte e da Europa ocidental começaram a promover inovações na sua estrutura e funcionamento e na forma de lidar com o problema da criminalidade. (SALES, ALENCAR, FEITOSA, 2009, p. 282)

Esta nova forma de lidar com a criminalidade era ligada com a aproximação da polícia do cidadão. As possíveis soluções para os problemas da violência seriam discutidas em conjunto, comunidade e polícia, e assim seria tomada a decisão de quais medidas iriam adotar, levando em consideração a sua realidade local.

Um dos modelos mais antigos de policiamento comunitário é o do Japão, que remonta do ano de 1879. Fundamentado em uma rede de postos policiais, o modelo japonês serviu e serve de referência para vários países do mundo, inclusive o Brasil (SKOLNICK, BAYLEY, 2006; SENASP, 2007; CAVALCANTE NETO, 2010). A atividade de policiamento comunitário é uma das mais importantes para a polícia Japonesa, chegando a empregar, nesta atividade, 40% de seu efetivo, sendo que os demais policiais ficam destinados todas as outras atividades: guarda imperial, policiamento de trânsito, atividade administrativa, entre outras. (SENASP, 2007; GOEDERT FILHO, 2016)

Os postos policiais japoneses são chamados de *Koban* e *Chuzashos*. Ambos servem como um ponto de referência para a comunidade local, quando precisam de algum serviço da polícia. A diferença entre eles é que o *Koban* é o posto policial mais comumente encontrado em áreas urbanas. Neles, os policiais

trabalham pelo sistema de escalas, ficando sempre disponíveis para o atendimento da comunidade. Ao encerrar o turno de um policial, outro assume o posto, e assim sucessivamente. Os *Chuzais* são postos policiais mais comumente encontrados em ambientes rurais, ou zonas com menor concentração de pessoas. O policial mora com sua família no *Chuzai*. A esposa do policial auxilia no atendimento à comunidade, mas não é considerada funcionária pública por isso, porém, o policial cuja esposa ajuda no atendimento comunitário recebe um adicional em seu salário. (SENASP, 2007; CAVALCANTE NETO, 2010; GOEDERT FILHO, 2016; DAMACENA, 2018)

Esta ideia de postos policiais como ponto de referência para a comunidade, é utilizado até hoje. Podemos citar, por exemplo, as Unidade de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro, ou nas Unidades Paraná Seguro, no Paraná e as Bases Comunitárias de Segurança, em São Paulo, que seguem a ideia de um *Koban*, com policiais revezando o atendimento ao público através de escalas de serviço. (DAMACENA, 2018)

No mundo ocidental, as atividades de polícia comunitária começam a ser empregadas nos países da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e da Europa (França, Espanha, Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Finlândia e Holanda) a partir da década de 1950, tendo intensificação do uso desta filosofia de policiamento nas décadas de 1970 e 1980. Quase sempre precedidas de um descrédito da população nas polícias, que eram envolvidas com práticas de corrupção e violência, os gestores buscavam uma nova maneira de se fazer segurança pública. (SKOLNICK, BAYLEY, 2006; MESQUITA NETO, 2004; SENASP, 2007; RIBEIRO, 2014)

Nos países que foram implantados programas de policiamento comunitário, as estratégias para atingir a interação entre polícia e comunidade são diferentes, mas em quase todos eles houve a constatação de que a maneira reativa da polícia responder aos casos de desordem pública, relacionando-se com a população apenas após a eclosão de fatos criminosos, não estava servindo, nem para a manutenção de uma credibilidade nas forças policiais, tampouco para a redução das ocorrências policiais. (SKOLNICK, BAYLEY, 2006)

Outro fator observado pelos chefes de polícia dos países que decidiram pela implantação da filosofia de polícia comunitária foi a impessoalidade do policiamento

realizado por viaturas policiais (carros de polícia). Muitos países implantam o policiamento comunitário com a realização de rondas a pé, o que facilita o relacionamento e o conhecimento entre o policial e a comunidade local, um princípios básicos do policiamento comunitário. (SKOLNICK, BAYLEY, 2006)

A melhoria das condições de segurança e o aumento da confiança nas polícias, vivenciado nos países do hemisfério norte, levaram a tentativas de implantação dos conceitos de polícia comunitária em países latino americanos. Assim, tivemos experiências de polícia comunitária na Argentina, Colômbia, El Salvador, Equador, Paraguai e Brasil. Algumas tentativas foram bem sucedidas, outras ainda estão em fase de afirmação. (SENASP, 2007)

No Brasil as primeiras ações de policiamento comunitário ocorreram na década de 1980. O Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) Carlos Magno Nazareth Cerqueira é indicado por muitos pesquisadores como sendo o precursor deste tipo de policiamento no Brasil (MESQUITA NETO, 2004; BORDIN, 2009; RIBEIRO, MONTANDON, 2015; GOEDERT FILHO, 2016). O coronel Cerqueira

Por meio da tradução de livros, visitas e experiências internacionais, ingresso de novas disciplinas nos currículos de formação dos oficiais e implementação de programas baseados na filosofia do policiamento comunitário no Rio de Janeiro, procurou transformar a polícia de regime em polícia democrática, prestadora de serviços de segurança pública. (RIBEIRO, MONTANDON, 2015, p. 63)

A atuação do Coronel Cerqueira auxiliou a difundir no Brasil a doutrina de polícia comunitária que ele trouxe de outros países, como Estados Unidos, Canadá, Itália e Portugal. Porém, as suas tentativas de aplicar esta doutrina na prática, no Estado do Rio de Janeiro, não foram bem sucedidas. A teoria sobre a polícia comunitária foi difundida, e os policiais demonstram ter compreendido os seus princípios, porém, na atuação prática ainda têm se voltado à atuação repressiva. (RIBEIRO, MONTANDON, 2015)

Durante o primeiro governo de Leonel Brizola (1983 a 1986) houveram vários projetos experimentais de policiamento comunitário no Rio de Janeiro, mas nenhum deles conseguiu ter continuidade depois do fim do mandato do governador. Os projetos de policiamento comunitário voltaram a ser empregados no segundo mandato do político fluminense (1991 a 1994) quando retornou ao Comando da

Polícia Militar o Coronel Cerqueira, implantando o policiamento comunitário no bairro de Copacabana, no final do ano de 1994, sendo realizado por policiais militares especialmente treinados para este fim. (BONDARUK, SOUZA, 2004; RIBEIRO, MONTANDON, 2014, 2015; GOEDERT FILHO, 2016)

A falta de resultados expressivos na redução da criminalidade, aliado a denúncias de violência policial e à troca do governador do Estado, levaram ao fim do projeto, já no ano seguinte. (BONDARUK, SOUZA, 2004; RIBEIRO, MONTANDON, 2015)

A falta de continuidade observada pelas ações tentadas no Rio de Janeiro não são exclusividades deste local. Para tentar explicar a descontinuidade dos programas de polícia comunitária observada em diversos países, durante suas pesquisas, Skolnick e Bayley (2006) indicam que as autoridades responsáveis pela implantação destes programas podem ter parcela significativa no seu insucesso, pela motivação que podem ter ao implantar a polícia comunitária.

Esses líderes elaboram bons planos, mas raramente os seguem. Estão mais preocupados com as aparências do que com a realidade. Outros reconhecem que o policiamento comunitário tem um apelo emocional tremendo para o público, dando uma razão para que se peça apoio para a polícia. Sem serem conscientemente cínicos, esses líderes tendem a desenvolver programas destinados apenas a influenciar a comunidade. Formam unidades especializadas em relações com a mídia, realizam programas de educação comunitária com demasiada publicidade, e organizam Vigilâncias do Bairro, mas incluem esses programas em operações já existentes; tal policiamento comunitário raramente chega às práticas operacionais, nem expõe a força policial à administração externa a ela. **O antigo conceito de profissionalismo é mantido, com a polícia tradicional firme no comando e o público permanece afastado, a uma distância considerável, pelo tempo que for necessário.** (SKOLNICK, BAYLEY, 2006, p. 54, grifo nosso)

Os estudos realizados pelo Coronel Cerqueira, as publicações de obras voltadas à difusão da filosofia de polícia comunitária, somados às suas tentativas de implantar uma polícia cujos profissionais, em suas ações focassem no respeito aos direitos humanos e à interação com a comunidade, apesar de não terem surtido efeitos práticos, “[...] possibilitaram a prática de um novo modelo de atuação policial, inclusivo e participativo, em um momento de transição para a democracia, ao menos em sua concepção.”. (GOEDERT FILHO, 2016, p. 55)

A difusão dos conceitos, no Brasil foi tamanha que o policiamento comunitário, a partir dos anos 90, passou a ser entendido como sinônimo de avanço

e modernidade para as instituições policiais que implantaram esta filosofia de policiamento.

Desde a década de 1990, o policiamento comunitário tem sido apontado como grande solução para os problemas comumente verificados na prestação do serviço policial. Assim, a categoria *policiamento comunitário* se tornou de uso obrigatório por qualquer organização policial que se pretenda moderna. (RIBEIRO, MONTANDON, 2014, p. 233)

Alguns estados brasileiros iniciaram tentativas de aproximação com a comunidade antes da década de 1990, motivados por uma mudança estrutural e de relacionamento com a comunidade, que vinha ocorrendo no período da abertura política do governo militar, ocorrido a partir do ano de 1974, e, principalmente, depois da promulgação da Constituição Federal de 1988. (BENGOCHEA et al., 2004; SENASP, 2007).

No início dos anos 90, as corporações policiais, cujas práticas históricas foram enrijecidas pelo período ditatorial, começaram um processo de rompimento do modelo histórico do sistema policial, em decorrência das transformações em andamento na sociedade brasileira, em especial o crescimento das práticas democráticas e o fortalecimento da cidadania. (BENGOCHEA et al., 2004, p. 119)

Podemos citar como exemplo de ações voltadas ao relacionamento com a comunidade a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança no estado de São Paulo, no ano de 1985; o Sistema de Policiamento Modular Urbano, criado no final da década de 1970 no estado do Paraná; e os Conselhos Comunitários de Segurança criados nas cidades de Londrina (em 1982) e Maringá (em 1983), também no estado do Paraná, que iremos estudar com maior aprofundamento na seção 2.4; e a Polícia Interativa, que foi criada na cidade de Guaçuí, no Espírito Santo, a partir dos Conselhos Comunitários de Segurança já existentes naquele estado. (BONDARUK, SOUZA, 2004; SENASP, 2007)

Apesar destas tentativas de aproximação com a comunidade, os policiais militares que tentavam realizar esta aproximação não haviam recebido uma educação formal ou informal de como deveria ser feita esta atividade. A partir dos ensinamentos e da transmissão da doutrina estrangeira trazida pelo Coronel Cerqueira é que as ações de aproximação com a comunidade passaram a seguir a filosofia de polícia comunitária. Vários estados iniciaram programas de policiamento

comunitário com base nesta filosofia. Trataremos com mais profundidade as experiências de policiamento comunitário no Brasil na seção 2.3.

Na seção seguinte iremos indicar o que vem a ser esta filosofia de polícia comunitária e como ela deve ser empregada nas ações de policiamento rotineiro realizadas pelos policiais militares.

1.1 POLÍCIA COMUNITÁRIA E SUAS INTERFACES

Os termos “polícia comunitária” e “policiamento comunitário” muitas vezes são usados como sinônimos, mas não têm o mesmo significado. “Polícia comunitária” é um termo mais amplo, que abrange várias instituições que devem ser envolvidas na melhoria da segurança de uma região, entre elas, a polícia (BONDARUK, SOUZA, 2004; SENASP 2007). Para Marcineiro (2009, p. 102) “A expressão ‘Polícia Comunitária’ remete a um significado mais abrangente, ou seja, contém todas as atividades relacionadas à resolução dos problemas que comprometem a qualidade de vida de uma comunidade.”.

O termo “policiamento comunitário” se refere à atividade de policiamento, que é feito exclusivamente pelas forças de segurança. Assim, uma das funções da polícia, dentro de um programa de polícia comunitária, é efetuar o policiamento comunitário (BONDARUK, SOUZA, 2004; SENASP, 2007). Para Marcineiro (2009, p. 103) “[...] o policiamento comunitário é o agir da polícia nas comunidades, ele tem como escopo a prevenção de delitos, porém, efetua, também, ações repressivas.”.

O termo polícia no Brasil é muito mais amplo do que as atividades desenvolvidas apenas pelas forças de segurança. O poder de polícia é exercido também pelo Estado através de outras agências, por isso é importante a diferenciação dos termos, para que se compreenda que a Polícia Comunitária envolve muito mais do que apenas as ações específicas de policiamento, exercidos pela polícia militar. (MARCINEIRO, 2009)

A polícia comunitária envolve o relacionamento entre a comunidade e a polícia, de forma a buscarem juntos soluções para os problemas enfrentados, principalmente os problemas que podem refletir em desordens públicas. Para conseguir atuar em situações que não são eminentemente de polícia, é necessário o envolvimento de outras instituições ou grupos, o que autores como Trojanowicz e

Bouqueroux (1994) e Bondaruk e Souza (2004) chamam de os “Seis Grandes”, que são: “a polícia”; “a comunidade”; “as autoridades civis eleitas”; “a comunidade de negócios”; “a mídia”; e “as outras instituições”. No Quadro 1 apresentamos os seis grandes da polícia comunitária.

QUADRO 1 - OS SEIS GRANDES DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

1º Grande	A POLÍCIA
2º Grande	A COMUNIDADE
3º Grande	AS AUTORIDADES CIVIS ELEITAS
4º Grande	A COMUNIDADE DE NEGÓCIOS
5º Grande	AS OUTRAS INSTITUIÇÕES
6º Grande	A MÍDIA

FONTE: O AUTOR (2019).

No Brasil “a polícia”, que representa o “primeiro grande” da polícia comunitária, tem as suas funções divididas em cinco instituições policiais, além da guarda municipal, conforme o artigo 144 da Constituição Federal (CF), conforme podemos observar em seu texto.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
 I - polícia federal;
 II - polícia rodoviária federal;
 III - polícia ferroviária federal;
 IV - polícias civis;
 V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, 1988)

Os parágrafos 1º ao 10º do artigo 144 da CF, regulamentam e atribuem as funções a cada uma destas polícias. Cabe ressaltar que o artigo 8º ainda possibilita a criação de guardas municipais, que também atuarão no sistema de segurança pública. Como as funções são compartimentadas, cabendo a uma instituição o policiamento preventivo (antes do delito acontecer) e a outra instituição o policiamento repressivo (investigação depois da eclosão do delito), no Brasil entendemos que as polícias estaduais são de ciclo incompleto. (BRASIL, 1988; MARCINEIRO, 2009)

Desta forma, ao considerar “a polícia”, dentro dos “seis grandes” da polícia comunitária, devemos incluir todas estas instituições policiais. Desde o patrulhamento preventivo, realizado pelos policiais militares comunitários, quer seja a pé, a cavalo, em viaturas, incluindo o atendimento de ocorrências pela polícia civil e pela polícia científica, caso tenha ocorrido uma violação de bens jurídicos, tudo deve ser prestado de uma forma eficiente e integrada, de forma que a população confie no trabalho policial. (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1994; BONDARUK, SOUZA, 2004)

O envolvimento das instituições policiais, “a polícia” dentro dos “seis grandes” da polícia comunitária ainda depreende a participação, nas ações de polícia comunitária de todos os membros destas instituições, desde os chefes até os patrulheiros mais modestos (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1994; BONDARUK, SOUZA, 2004). Como ficou claro, nem todos os policiais vão realizar ações de policiamento comunitário, mas apoiar as ações de polícia comunitária, quer seja na divulgação das ações da polícia comunitária, apoio logístico, fornecimento de recursos humanos, ou seja, tudo o que estiver ao alcance de todos os policiais, deve ser feito.

Se o chefe é importante porque decide, os demais colaboradores são importantes porque fazem. A resistência tem força equivalente da cúpula para a base e da base para a cúpula. Estando o chefe e os demais funcionários comprometidos a estratégia é institucionalizada. (MARCINEIRO, 2009, p. 193)

Infelizmente a resistência interna tem se mostrado uma dificuldade na implantação dos programas de polícia comunitária no Brasil. Como o constatado no programa Ronda do Quarteirão, implantado pela polícia militar do Ceará, onde “A separação que existe dentro da própria PM é apontada pelos policiais do Ronda como a maior resistência e tem colocado os policiais do Ronda e o restante da PM em situação de tensão, sobretudo no que toca às condições de serviço.”. (SOUSA, 2008, p. 84)

O programa Ronda do Quarteirão enfrentou

[...] uma onda de despeito, inveja e sabotagem por parte de policiais militares que compunham o Policiamento Ostensivo Geral (POG), ou seja, o modelo de polícia profissional tradicional, desde praças a oficiais, [que] teve

início antes mesmo da execução do Programa. (CRUZ, BRASIL, 2012, p. 333)

O fator da resistência interna às inovações foi constatado por Bayley e Skolnick (2002, p. 223-224)

Quais os obstáculos se colocam no caminho da implementação de uma política de prevenção do crime voltada para a comunidade? Talvez os maiores sejam aqueles que se encontram dentro das organizações de polícia tradicionais. Toda e qualquer organização resiste a mudanças, mas é difícil imaginar uma mais resistente do que a polícia. Não é fácil transformar os cavaleiros azuis em organizadores da comunidade.

Os “cavaleiros azuis” a que se refere são os policiais estadunidenses, uma referência à cor do uniforme utilizado por eles.

A sensibilização dos demais atores para participar da polícia comunitária, os outros cinco dos “seis grandes”, deve partir da polícia, por isso, toda a instituição policial deve estar sensibilizada, para então sensibilizar o restante dos envolvidos da importância da polícia comunitária (MARCINEIRO, 2009).

O “segundo grande” da polícia comunitária, “a comunidade”, deve se envolver, segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p. 3) “[...] incluindo todo mundo, desde os líderes comunitários formais e informais, tais como os presidentes de associações cívicas, sacerdotes e educadores, até os organizadores de atividades comunitárias e até os cidadãos comuns da rua.”.

A participação da comunidade é fundamental. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 chama a comunidade à participação na segurança pública, no *caput* do artigo 144: “A segurança pública, dever do Estado, direito e **responsabilidade de todos**, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]”. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

[...] a segurança pública não é só repressão e não é problema apenas de polícia, pois a Constituição, ao estabelecer que *segurança é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos* (art. 144), acolheu a concepção [...] segundo a qual é preciso que a questão da segurança seja discutida e assumida como tarefa e responsabilidade permanente de todos. (SILVA, 2009, p. 779)

Todos somos responsáveis pelas ações de segurança em nossa comunidade. Daí a importância da participação da comunidade no processo, podendo indicar os problemas, e discutir as possíveis soluções para tais. A

participação comunitária é fundamental para a realização de programas de polícia comunitária (SENASP, 2007). A participação comunitária se dá através das reuniões dos conselhos comunitários de segurança, associações de moradores, da indicação de prioridades na solução de problemas, entre outras formas. Sem a mobilização e participação da comunidade nos assuntos de segurança, a polícia não alcança os mesmos resultados no enfrentamento à criminalidade. (MARCINEIRO, 2009)

O componente “as autoridades civis eleitas”, que é o “terceiro grande” da polícia comunitária, é composto pelos políticos, do executivo ou legislativo, que possam ter impacto nas decisões relativas à melhoria das condições de cidadania da comunidade. (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1994; BONDARUK, SOUZA, 2004). Por constituírem autoridades detentoras do poder político, a aproximação com os políticos deve ser feita de maneira muito cautelosa, deixando claro que haverá ganhos nas condições de cidadania daquela comunidade envolvida, o que pode gerar ganhos políticos para estas autoridades. Detentores do poder de alavancar ou arruinar o projeto, devem ser tratados com cautela e profissionalismos, mostrando que as parcerias poderão gerar ganhos para todos. (MARCINEIRO, 2009)

Apesar de fazer parte da comunidade, “a comunidade de negócios” é tratada de forma apartada entre os “seis grandes”. Ela é o “quarto grande” da polícia comunitária que vamos tratar aqui. Por comunidade de negócios entendem todos os comércios e empresas, de qualquer tamanho, que realizem suas atividades na área em que estão sendo aplicadas as ações de polícia comunitária (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1994). A participação, tal qual na “comunidade” está na participação nas decisões relativas ao policiamento, porém, “a comunidade de negócios” também poderá prestar apoio financeiro ao policiamento comunitário (BONDARUK, SOUZA, 2004). Além disso, “Este grupo é constituído por pessoas empreendedoras que têm destacada habilidade criativa e podem ser muito úteis na identificação de formas criativas para a resolução de problemas.”. (MARCINEIRO, 2009, p. 195)

No relacionamento com “a comunidade de negócios” é muito importante deixar claro que, ao auxiliar as atividades de policiamento comunitário, eles não estão comprando um policiamento privilegiado, e sim estão colaborando para o

interesse comum, não havendo tratamento diferenciado deste ou daquele colaborador. (SENASP, 2007; MARCINEIRO, 2009)

As “outras instituições”, que consistem no “quinto grande” da polícia comunitária, são todas as envolvidas com educação, religião, justiça, saúde, ou quaisquer outros serviços públicos. Aqui incluímos, por exemplo, a Prefeitura, as Secretarias municipais e estaduais, e o Ministério Público. Como são, muitas delas, instituições públicas (municipais, estaduais ou federais), devem ser as primeiras a serem contactadas quando da aplicação de um programa de polícia comunitária em determinada região, pois o seu apoio na mobilização comunitária será fundamental. (MARCINEIRO, 2009)

O último dos “seis grandes” da polícia comunitária é a “a mídia”, que terá a contribuição não apenas na divulgação dos eventos realizados pela polícia comunitária, mas também, por sua formação e capacidade, poderão auxiliar na conscientização da comunidade da importância do engajamento e participação neste programa (MARCINEIRO, 2009). E quando se trata de “a mídia” não são apenas as grandes empresas de comunicação que devem ser atingidas. A imprensa local, rádios comunitárias, jornais do bairro, redes sociais locais, também devem ser envolvidos, por terem uma grande penetração na comunidade local. (SENASP, 2007)

Com o envolvimento e a participação de todos os “seis grandes” é possível que haja benefícios para todos os envolvidos.

Se as forças policiais encorajarem a prevenção baseada na comunidade, enfatizarem a interação com o público fora das situações de emergência, aumentarem a contribuição do público na definição de políticas e descentralizarem o comando, poderão ser creditados benefícios substanciais, tanto para a comunidade como para a polícia. (SKOLNICK, BAYLEY, 2006, p. 93)

1.2 PRINCÍPIOS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Na seção anterior indicamos quem são as instituições, grupos e pessoas que podem, e devem estar envolvidos nas decisões e deliberações a respeito de segurança, em uma área com o policiamento comunitário, tal qual, uma área policiada por Unidade Paraná Seguro. Cabe lembrar que as UPSs têm a sua doutrina de policiamento fundamentado sobre a filosofia de polícia comunitária, por

isso a importância do estudo aprofundado desta filosofia para se compreender as UPSs.

Como foi anteriormente destacado, a filosofia de polícia comunitária se difundiu entre as polícias no mundo, porém, constata-se que as práticas indicadas como de polícia comunitária nem sempre cumprem os seus princípios fundamentais. Podemos identificar este problema, quando citam sobre as suas pesquisas junto a instituições policiais, asseveram Skolnick e Bayley (2006, p. 15-16)

[...] ao mesmo tempo que todo mundo fala sobre ele [o policiamento comunitário], o consenso acerca de seus significado ainda é pequeno. Como resultado, inovações práticas sob a rubrica do policiamento comunitário não são muito comuns. Em alguns lugares, houve mudanças genuínas nas práticas policiais. Em outros, o policiamento comunitário é utilizado para rotular programas tradicionais, um caso clássico de colocar vinho velho em garrafas novas.

Atento a este movimento, Goedert Filho (2016) realizou uma pesquisa documental tentando identificar se as práticas realizadas pela Polícia Militar do Paraná, classificadas, ou não, pela instituição, como prática de polícia comunitária, poderiam ser consideradas “ações comunitárias”. Em sua pesquisa encontrou ações que não passavam de mero assistencialismo, porém também encontrou ações comunitárias, concluindo que

[...] as práticas policiais, de interações ou intervenções, quando pautadas nos direitos humanos, transcendem o assistencialismo e o entretenimento, trazem esperança para o futuro e alcançam as relações diárias da PMPR com a sociedade, qualificando-se como novo paradigma na Segurança Pública. (GOEDERT FILHO, 2016, p. 151)

Assim, como as práticas de polícia comunitária vão ocorrer com as mesmas instituições policiais que temos, apenas havendo uma mudança de paradigma e de filosofia de trabalho, se faz necessário haverem princípios que indiquem quais práticas de fato representam um policiamento cooperativo entre a polícia e a comunidade (MARCINEIRO, 2009).

A tentativa de organizar estes princípios foi escrita por Trojanowicz e Bucqueroux (1999). Ao todo, eles indicaram dez princípios que norteiam as ações de polícia comunitária. São estes: 1. Filosofia e estratégia organizacional; 2. Comprometimento com a concessão de poder à comunidade; 3. Policiamento descentralizado e personalizado; 4. Resolução preventiva de problemas, a curto e

longo prazo; 5. Ética, legalidade, responsabilidade e confiança; 6. Extensão do mandato policial; 7. Ajuda para as pessoas com necessidades específicas; 8. Criatividade e apoio básicos; 9. Mudança interna; e 10. Construção do futuro.

Por estes princípios a polícia se compromete a realizar uma mudança na sua maneira de agir, adotando a polícia comunitária como uma nova maneira de pensar “[...] que permite à polícia e às pessoas trabalharem estreitamente juntas em novas maneiras para resolver os problemas da criminalidade”. (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1999, p. 9)

O foco da polícia passa a ser preventivo, comprometendo-se, os escalões superiores, a conceder o poder de decisão aos policiais subordinados. A instituição policial também se comprometerá em conceder poder à comunidade nas decisões das ações de segurança pública. (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1999)

A Polícia Comunitária, apesar de dispor e de se valer de novas técnicas e tecnologias para o exercício da prática policial, acredita que nada produza resultados mais satisfatórios do que seres humanos dedicados, imbuídos do espírito de cooperação, trocando experiências e trabalhando juntos. (MARCINEIRO, 2009, p. 113)

Destes princípios também se extrai que o policial comunitário deverá trabalhar numa localidade em que ele é conhecido, e o conhecem. Isso minimiza a ação psicológica do anonimato, que pode incentivar práticas desviantes de conduta por parte dos profissionais de segurança pública (MARCINEIRO, 2009). Para que haja esta personalização do serviço policial, é necessária a interação policial-comunidade, uma construção que deve acontecer ao longo do tempo, por isso, os policiais comunitários devem permanecer prestando serviços em uma mesma comunidade por longos períodos de tempo, evitando as transferências comuns no seio policial.

Os policiais comunitários devem realizar a “[...] ampliação das ações policiais para além das situações emergenciais relacionadas ao crime, alcançando práticas preventivas.” (GOEDERT FILHO, 2016, p. 119). Prestando apoio para “[...] as pessoas com necessidades específicas” (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1999, p. 13). A aproximação entre a comunidade e o policial, havendo este conhecimento mútuo, levará a uma prestação de serviços mais direccionada para a realidade local. Além disso, o agir ético e responsável do policial levará a uma maior confiabilidade

da comunidade local em suas ações. (BONDARUK, SOUZA, 2004; MARCINEIRO, 2009)

Com base nos elementos, características e princípios até aqui estudados, podemos, então, definir um conceito do que é o policiamento comunitário: “O Policiamento Comunitário, portanto, é uma filosofia de patrulhamento personalizado de serviço completo, onde o mesmo policial trabalha na mesma área, agindo numa parceria preventiva com os cidadãos, para identificar e resolver problemas.” (SENASP, 2007, p. 42)

Fundamentado neste conceito, Ribeiro e Montandon (2014, p. 235) indicam que a “[...] descentralização, envolvimento com a comunidade e ênfase na solução de problemas passaram a ser identificados como elementos estruturantes do próprio conceito.”.

A descentralização, como elemento estruturante, compreende a delegação de decisões sobre as ações para comandantes de patente mais baixa, que estão mais próximos à comunidade e que podem discutir e chegar a uma conclusão junto com a comunidade a que prestam serviço. A estes policiais, mais próximos da comunidade, caberá aplicar, avaliar e aperfeiçoar as atividades desenvolvidas pela polícia, adaptando-as para a realidade local. Esta participação da população nas decisões tomadas quanto às ações de segurança configura o segundo elemento estruturante. A participação da comunidade vai além de propostas de ações a serem tomadas, envolvendo também a fiscalização do trabalho policial. (RIBEIRO, MONTANDON, 2014)

Além da descentralização e da participação comunitária, o conceito de policiamento comunitário está fundamentado no preceito da ênfase na solução de problemas. (RIBEIRO, MONTANDON, 2014)

Nesse cenário os policiais, em conjunto com as lideranças comunitárias, devem ser capazes de mapear as principais demandas da comunidade - que, muitas vezes, não incluem apenas os crimes ocorridos na área -, priorizar as mais graves ou que causem mais clamor, compreender os fatores que determinam a ocorrência do crime, intervir sobre eles e informar à comunidade os resultados da ação em termos de prevenção do delito. (RIBEIRO, MONTANDON, 2014, p. 236)

Atentos para a dificuldade de se definir o que é o policiamento comunitário, na prática, e observando programas de polícia comunitária em cinco continentes,

Skolnick e Bayley (2006) observaram que existem quatro elementos, quatro regras, que normalmente são aplicadas nos programas de policiamento comunitário e deixaram de ser apenas retórica e passaram a ser executados na prática.

Prevenção comunitária do crime, reorientação do patrulhamento, aumento da responsabilização e descentralização do comando. São esses, assim, os quatro componentes programáticos que sempre se repetem quando o que se traz para a ideia de policiamento comunitário é mais do que apenas um discurso vazio. (SKOLNICK, BAYLEY, 2006, p. 35)

Podemos observar que para a atividade de polícia comunitária ser realizada, alguns elementos são apontados como essenciais pelos mais diversos autores: a participação comunitária; a descentralização do comando e o foco na prevenção são os principais deles. (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1999; SKOLNICK, BAYLEY, 2006; ZOUAIN, RICCIO NETO, ZAMITH, 2006; RIBEIRO, MONTANDON, 2014)

Além desses elementos acima citados, para a implantação de um programa de polícia comunitária, segundo Zouain, Riccio Neto e Zamith (2006) é necessário também convencer as autoridades: “O convencimento do Estado e das autoridades políticas e legais para respaldar as ações. Necessariamente, é impositiva a geração de uma aliança entre cidadão-Estado como forma de assunção de um novo modelo”. (ZOUAIN, RICCIO NETO, ZAMITH, 2006, p. 379)

Para os autores também é necessário o convencimento dos policiais sobre a importância do programa a ser implantado: “O convencimento da polícia, de uma forma geral, a se sujeitar a mudar os seus métodos convencionais e aceitar uma interferência externa para delimitar o campo de abrangência e definir o escopo de atuação.”. (ZOUAIN, RICCIO NETO, ZAMITH, 2006, p. 379)

Dentro dessa gama de possibilidades de atuação comunitária das polícias, vamos agora indicar o que os pesquisadores apontam como ações de policiamento comunitário ocorridos no Brasil, e como o governo federal tem incentivado que mais programas deste tipo sejam implantados pelas polícias estaduais.

1.3 POLÍCIA E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO BRASIL

Como já foi indicado anteriormente, no período da abertura política realizada durante a ditadura militar, e principalmente depois da promulgação da Constituição

Federal de 1988, houve uma grande incidência de programas de polícia comunitária aplicadas pelos estados brasileiros. Iremos indicar alguns deles.

As ações de polícia comunitária desenvolvidas no estado do Rio de Janeiro, principalmente quando a polícia militar estava, em duas oportunidades, sob o comando do Coronel Cerqueira, já foram discutidas nesta tese, mas ainda cabe salientar alguns projetos implantados naquela época.

Em 1983 foi iniciado nos bairros da Urca, Laranjeiras e Grajaú projetos de polícia comunitária, um projeto piloto baseado nas filosofias japonesa, canadense e estadunidense. Foi um projeto iniciado de forma improvisada, mas que contou com o apoio da comunidade para se estabelecer. Destes três projetos, o do bairro Urca permanece ativo até os dias de hoje, graças ao bom relacionamento que foi conseguido entre os policiais e a comunidade local. (RIBEIRO, MONTANDON, 2014)

Ainda na década de 1980 foi implantado no Rio de Janeiro o programa chamado Centro Integrado de Policiamento Comunitário (CIPOC), inspirado em um programa novo iorquino, que tinha como objetivo a aproximação da polícia de populações moradoras de áreas mais pobres do estado. Em 1986 foi iniciado o Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência (PROERD), também inspirado em um programa estadunidense, que visa reduzir o uso de drogas e a violência entre jovens através de uma maior proximidade entre eles e a polícia. (RIBEIRO, MONTANDON, 2014, 2015)

Outra tentativa de execução prática da filosofia de polícia comunitária foi iniciada no ano 2000, no estado do Rio de Janeiro, quando foi criado o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), que tinha como objetivo acabar com disputas territoriais por grupos de traficantes de drogas ilícitas. Este programa teve supedâneo em um programa aplicado na cidade de Boston, nos Estados Unidos. (RIBEIRO, MONTANDON, 2014)

O problema é que a implementação do GPAE não era seguida de nenhuma preocupação com o que seria realizado, em termos de programas de ação por parte dos policiais e de outras políticas sociais na localidade, já que os conflitos armados haviam deixado de existir. (RIBEIRO, MONTANDON, 2014, p. 250)

Apesar de ter conseguido o objetivo principal, a falta de apoio das outras instituições levou à falência deste modelo de policiamento comunitário.

Como última tentativa de aplicação do policiamento comunitário em suas atividades o estado do Rio de Janeiro iniciou, no ano de 2007 o programa chamado de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), sendo que a primeira unidade instalada foi no ano de 2008, no morro Santa Marta. A ideia das UPPs não difere muito do que foi realizado pelos GPAEs, ou seja, com um contingente grande de policiais e militares, prendem, eliminam ou espantam os criminosos, esperando que o Estado assuma com suas outras instituições, a partir daí, melhorando as condições de vida das populações moradoras destas localidades (RIBEIRO, MONTANDON, 2014). Segundo o site oficial da UPPs⁶, atualmente existem 38 unidades instaladas no Rio de Janeiro.

No estado de São Paulo, no ano de 1985, iniciaram-se as implantações de conselhos comunitários de segurança (CONSEGs), que foi o primeiro passo para a tentativa de aplicação da polícia comunitária no estado (BONDARUK, SOUZA, 2004; MESQUITA NETO, 2004). Os CONSEGs continuam a existir em São Paulo e contam com a participação dos representantes da comunidade, do delegado da área e do comandante da polícia militar da região (MESQUITA NETO, 2004). Existem mais de mil CONSEGs distribuídos por 645 municípios do estado. (BONDARUK, SOUZA, 2004)

O programa chamado Polícia Interativa foi criado no ano de 1985, logo após a criação dos CONSEGs no estado do Espírito Santo. A cidade de Guacuí foi a escolhida para ser receptora deste projeto piloto, que visava uma mudança na cultura dos policiais, através de atitudes positivas de respeito aos direitos humanos, que eram constantemente repetidas aos policiais. Também era priorizado o policiamento a pé, de forma a aproximar a comunidade dos policiais. Este programa apresentou bons resultados quanto à redução de criminalidade (25,4% em 1993) e na aproximação entre a polícia e a comunidade, virando referência para a implantação em outros estados, como o Mato Grosso e Santa Catarina. (SENASP, 2007; MARCINEIRO, 2009)

Na década de 1990 foram iniciados programas com os fundamentos do policiamento comunitário em cidades como Ribeirão Preto e Bauru. Foi estabelecido um conselho geral da comunidade, que chegou a desenvolver um projeto para a

⁶ As informações oficiais sobre as UPPs são disponibilizadas no site <http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp>. Acesso em: 25 jan. 2019.

implantação da polícia comunitária no estado de São Paulo, no ano de 1993, mas foram escândalos de corrupção e violência policial, ocorridos em 1997, como o da Favela Naval em Diadema, que motivaram a criação, em setembro de 1997 da Comissão de Assessoramento para Implantação do Policiamento Comunitário (MESQUITA NETO, 2004). Uma das primeiras atividades desenvolvidas pela comissão foi a implantação de “[...] 42 Bases Comunitárias de Segurança, 11 na Capital e 31 no interior.”. (BONDARUK, SOUZA, 2004, p. 100)

Em 1993 foi iniciado um programa de recompensa aos policiais que mais se destacassem no atendimento à comunidade na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Isso ocorreu depois de cursos e divulgação para o público interno e externo da filosofia de polícia comunitária. (BONDARUK, SOUZA, 2009)

Outro exemplo de programa de policiamento comunitário aplicado no Brasil é o programa Polícia Cidadã, criado no Amapá no ano de 1995, que visava a mudança das atitudes dos policiais, através de cursos, voltando-os ao respeito aos direitos humanos e à aproximação com a comunidade. Este programa fazia parte do programa do governo do estado, chamado Programa de Desenvolvimento Sustentável. (FRANÇA, 2000; SALES, ALENCAR, FEITOSA, 2009).

Os escândalos de violência e corrupção que assolaram São Paulo, também estavam presentes em outros estados, como as conhecidas Chacina da Candelária, em 1993, onde foram assassinados 8 jovens, por policiais militares e a Chacina de Vigário Geral, onde 21 moradores foram mortos, em 1993, também por policiais militares (GOEDERT FILHO, 2016). Foi constatado, então, pelo governo federal, que não havia uma política de segurança nacional, e que a descentralização para os estados estava se mostrando incapaz de conter a escalada da violência no país. (CARVALHO, 2004; GOEDERT FILHO, 2016)

Em 1996, no mesmo em que foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), o governo federal editou o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos previa a promoção dos direitos humanos no Brasil, com a ratificação de tratados internacionais, combate ao preconceito e incentivo à educação. Em sua justificativa o Programa indica que os crimes contra a vida e a banalização da violência não podem ser aceitos no país, motivo pelo qual o governo federal publicava aquele Plano. Entre as ações estavam a proposta de afastamento das atividades de policiamento de policiais acusados de prática de violência e a

criação de ouvidorias das polícias. Também visava a integração entre as polícias militares, civis e o ministério público. As famílias dos policiais ameaçados em razão do serviço também deveriam contar com um programa especial de proteção. (BRASIL, 1996a)

Mesmo depois de criado este programa, no dia 12 de junho de 2000 o país assistiu, ao vivo, estarecido, o desfecho de um sequestro que aconteceu no ônibus 174 na cidade do Rio de Janeiro. Um sobrevivente da Chacina da Candelária manteve uma jovem como sua refém por aproximadamente 5 horas, dando-lhe um tiro na cabeça, antes de ser morto por policiais. (SOARES, 2007; GOEDERT FILHO, 2016)

Assim, no ano 2000, uma semana após a tragédia do ônibus 174, foi publicado o Plano Nacional de Segurança Pública que constituía-se em 124 ações, divididas em 15 compromissos, firmados entre o governo federal e os governos estaduais, com as respectivas responsabilidades de cada governo em cumprir cada um dos compromissos entre os anos de 2002 a 2004 (BRASIL, 2000). Os compromissos deste Plano eram:

Compromisso nº 1 Combate ao Narcotráfico e ao Crime Organizado
 Compromisso nº 2 Desarmamento e Controle de Armas
 Compromisso nº 3 Repressão ao Roubo de Cargas e Melhoria da Segurança nas Estradas
 Compromisso nº 4 Implantação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública
 Compromisso nº 5 Ampliação do Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas de Crime
 Compromisso nº 6 Mídia x Violência: Regulamentação
 Compromisso nº 7 Redução da Violência Urbana
 Compromisso nº 8 Inibição de Gangues e Combate à Desordem Social
 Compromisso nº 9 Eliminação de Chacinas e Execuções Sumárias
 Compromisso nº 10 Combate à Violência Rural
 Compromisso nº 11 Intensificação das Ações do Programa Nacional de Direitos Humanos
 Compromisso nº 12 Capacitação Profissional e Reaparelhamento das Polícias
 Compromisso nº 13 Aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário
 Compromisso nº 14 Aperfeiçoamento Legislativo
 Compromisso nº 15 Implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2000, p. 3)

Os compromissos 1 ao 6 eram de responsabilidade do governo federal e do 7 ao 13 ficariam a cargo do governo estadual. O compromisso 14 seria normativo, seriam as adequações legislativas para que o Plano pudesse funcionar e o 15 era de caráter administrativo, sendo a efetivação do Plano. (BRASIL, 2000)

O Plano motivava a mudança das ações policiais, incentivando a participação comunitária e ações policiais pautadas no respeito aos direitos humanos. Isso fica claro ao serem expostos o seu objetivo e as suas finalidades.

Seu objetivo é aperfeiçoar o sistema de segurança pública brasileiro, por meio de propostas que integrem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a reprimir e prevenir o crime e reduzir a impunidade, aumentando a segurança e a tranquilidade do cidadão brasileiro. (BRASIL, 2000, p. 4)

Este Plano está fundado nos seguintes princípios: interdisciplinaridade, pluralismo organizacional e gerencial, legalidade, descentralização, imparcialidade, transparência das ações, participação comunitária, profissionalismo, atendimento das peculiaridades regionais e no estrito respeito aos direitos humanos. (BRASIL, 2000, p. 4)

Entre as ações mais relevantes para o estudo da polícia comunitária está a ação nº 94, que faz parte do compromisso nº 12 “Capacitação dos profissionais e reaparelhamento das polícias”, portanto, de responsabilidade dos governos estaduais.

94. Apoio à Capacitação das Polícias Estaduais e Incentivo às Polícias Comunitárias

Apoiar e padronizar a capacitação das polícias estaduais, particularmente na gestão de segurança pública, mediação de conflitos, operações que envolvam o policiamento de manifestações de massa e investigação policial e, especialmente, na implantação de polícias comunitárias, além de promover a integração entre as academias de polícia civil e militar. (BRASIL, 2000, p. 27)

O incentivo para os governos estaduais realizarem as ações determinadas pelo Plano Nacional de Segurança Pública viriam através do Fundo Nacional de Segurança Pública, que estava previsto na ação nº 93 do compromisso nº 12, mas era de responsabilidade do governo federal criar este Fundo para apoiar o reaparelhamento das polícias estaduais e as ações de polícia comunitária e de integração entre as polícias militar e civil (BRASIL, 2000). O Fundo foi criado através da Medida Provisória nº 2.045, de 28 de julho de 2000, sendo transformada, posteriormente na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001.

No ano 2000 a Comissão de Assessoramento para Implantação do Policiamento Comunitário da PMESP foi reformulada e passou a se chamar Comissão Estadual de Polícia Comunitária. No mesmo ano também foi criado o Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (MESQUITA NETO,

2004). Entre os anos 2004 e 2004 a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) buscou na Polícia Nacional do Japão um intercâmbio de conhecimento a respeito do sistema de policiamento comunitário aplicado naquele país, que culminou, no ano de 2005, com a assinatura de um acordo internacional de cooperação técnica entre a PMESP e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), para o auxílio da implantação do sistema *Koban* em São Paulo. (FERRAGI, 2011; DAMACENO, 2018)

Em primeiro lugar, contemplava a implementação de oito projetos piloto com base no sistema koban, sob a rubrica de Base Comunitária de Segurança (BCS). Em seguida, a partir de 2007, o número de localidades do tipo koban subiu para 20 (segunda fase), incluindo duas na região metropolitana de São Paulo, duas no interior e 16 remanescentes, na capital. Finalmente, o projeto foi ampliado para 54 localidades em todo o estado de São Paulo a partir de 2008 (terceira fase). (FERRAGI, 2011, p. 61-62)

A partir dos testes realizados pela PMESP “A Secretaria Nacional de Segurança Pública [...] recomendou oficialmente a introdução do sistema japonês Koban na expansão e desenvolvimento das atividades de polícia comunitária em todo o Brasil desde 2008.” (DAMACENA, 2018, p. 10). Além dos programas de policiamento comunitário a PMESP também investe no treinamento e capacitação de seus policiais, ministrando cursos de atualização profissional para os policiais militares mais antigos, que não tiveram o contato com a filosofia de polícia comunitária durante a sua formação inicial. (BONDARUK, 2004; SENASP, 2007)

No ano de 2003 houve mudança na chefia do poder executivo federal, e o novo governo apresentou um novo Plano Nacional de Segurança Pública, que não descartou os avanços conseguidos no governo anterior, e conseguiu ir além, pensando em pontos que ainda não tinham sido discutidos, como uma reforma no sistema de segurança pública no âmbito federal, estadual e municipal, a atenção à violência doméstica e à proteção das minorias, o sistema penitenciário e a segurança privada, entre outros. (CARVALHO, 2004)

O Plano foi recebido com respeito até mesmo pelos adversários políticos, porque, de fato, era nítido seu compromisso com a seriedade técnica, repelia jargões ideológicos, assumia posição eminentemente não-partidária e visava contribuir para a construção de um consenso mínimo nacional, partindo do suposto de que segurança pública é matéria de Estado, não de governo, situando-se, portanto, acima das querelas político-partidárias. (SANTOS, 2007, p. 87)

Apesar de ter atingido, na teoria, um grande avanço para a segurança pública no Brasil, durante a operacionalização do Plano, as ingerências políticas e o medo do Presidente assumir o protagonismo da Segurança Pública no Brasil, o que poderia ser negativo politicamente, fizeram com que a maior parte das ações não saíssem do papel. Os avanços sentidos neste período foram os cursos a distância oferecidos pela SENASP aos policiais dos estados, entre eles o curso de polícia comunitária e o curso de direitos humanos. Avanços muito pequenos se comparados à esperança que o Plano trazia. (CARVALHO, 2004; SANTOS, 2007)

No ano de 2007 houve a apresentação um novo plano, agora chamado de Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que trazia uma reedição das propostas não cumpridas no plano anterior (SOARES, 2007). Apesar de não trazer grandes inovações se relacionados ao Plano de 2003, com o PRONASCI houve a implantação do

Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, que se dirige a líderes comunitários e membros da segurança pública. O curso objetiva transmitir lições de segurança pública, mobilização social, estruturação de conselhos comunitários, bem como aulas sobre direitos humanos, relações interpessoais e mediação de conflitos. (SALES, ALENCAR, FEITOSA, 2009, p. 287)

No estado do Ceará, também no ano de 2007, foi criada a Ronda do Quarteirão e foram revitalizados os Conselhos Comunitários de Defesa Social, como parte do Projeto Ceará Seguro, com objetivos de maior responsabilização da comunidade e da polícia nas questões da segurança bem como o de maior participação comunitária. (BORDIN, 2009; SALES, ALENCAR, FEITOSA, 2009)

Outros estados também foram adotando a filosofia de polícia comunitária em sua atuação, mas com programas com os mesmos fundamentos dos estados aqui apresentados. Estima-se que no ano de 2004 já existiam 12 estados brasileiros com programas de polícia comunitária (BONDARUK, SOUZA, 2004). Entre eles o estado do Paraná, cuja trajetória com a polícia comunitária será apresentada na próxima seção.

Desde a criação do PRONASCI o governo federal tentou realizar mais avanços na política de segurança pública, como a criação do Ministério da Segurança Pública, que ocorreu em fevereiro de 2018, através de Medida Provisória do Presidente da República, que se transformou na Lei nº 13.690, de 10 de julho de

2018. Porém, este ministério já foi extinto pelo novo governo federal, que assumiu a chefia do poder executivo em janeiro de 2019, e pouco trouxe de importante ou inovação para as ações de polícia comunitária.

Ao analisar os incentivos fornecidos pelo governos federais aos estados que investissem em uma polícia pró-ativa e envolvida com a comunidade, a partir do ano 2000, no Brasil, bem como a crescente quantidade de estados que implantaram programas de polícia comunitária, conclui Goedert Filho (2016, p. 58) “[...] que houve ênfase no incentivo aos programas e projetos para a consolidação de práticas policiais voltadas ao policiamento comunitário, bem como, a Segurança Pública foi tida como questão de Estado e não de governo.”.

1.4 AÇÕES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA DESEMPENHADAS PELA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

A Polícia Militar do Paraná (PMPR) vem, desde a década de 1970, procurando meios de se aproximar da comunidade. Algumas vezes por atitudes dos policiais militares e da comunidade local, outras vezes por programas de governo. Os primeiros registros de atividades de aproximação entre a comunidade paranaense e a polícia, se deram com o início do Sistema Modular de Policiamento Urbano (SMPU), criado no ano de 1976 no estado do Paraná. (BONDARUK, SOUZA, 2004; RIBEIRO 2011)

O SMPU consistia em um posto de polícia, onde ficariam sediados os equipamentos e os policiais. O policiamento prioritário seria o policiamento a pé, sendo que era apoiado pelo policiamento motorizado. A permanência dos policiais sempre prestando serviço no mesmo Módulo, que era responsável por uma mesma área territorial, permitia que o policial e a comunidade se conhecessem mutuamente. O Módulo funcionava ininterruptamente, através da escala de policiais (BONDARUK, SOUZA, 2004). Na Figura 1 temos a edificação de um SMPU na cidade de Curitiba, no Paraná.

Como podemos perceber, o SMPU tinha muitas características do policiamento comunitário, mas ainda não se havia a consciência desta filosofia no Paraná. A maneira de aplicação deste sistema de policiamento também remete muito à forma aplicada dos *Kobans* japoneses, mas não tinha esta inspiração.

Depois de um projeto piloto deste sistema de policiamento, houve uma rápida expansão pelo território paranaense, o que levou à instalação de Módulos sem o devido critério técnico que era utilizado para a escolha das primeiras localidades que receberam o SMPU. Isso levou a uma redução da satisfação da população com a utilização deste sistema de policiamento, e a sua extinção. (BONDARUK, SOUZA, 2004)

FIGURA 1 - INSTALAÇÃO DE MÓDULO MÓVEL NA CIDADE DE CURITIBA



FONTE: SAMPAIO (2018, p. 119).

O Comandante-Geral da PMPR em entrevista ao jornal *Gazeta do Povo* afirma que as ingerências políticas são um grande problema para a continuidade dos projetos de policiamento comunitário no Paraná.

Mas, em vários momentos dessa história, ocorreram mudanças de orientação política e, queira ou não, a polícia acaba sendo atingida. Nem sempre a decisão técnica prevaleceu perante a política. A polícia comunitária precisa ser uma política de estado e não um programa de governo. Já caminhamos muito, mudando a cabeça do policial. Quando tivermos condições materiais, humanas e liberdade técnica de trabalhar essa questão, teremos uma polícia comunitária efetiva. (RIBEIRO, 2011)

Depois do encerramento das atividades do SMPU, as tentativas de aproximação entre a comunidade e a polícia ocorreram fora da capital, na região norte do estado do Paraná, com a criação dos CONSEGs. Na década de 1980 há

uma mudança no pensamento de como se fazer segurança no Paraná. “Passam a sobressair novas experiências e argumentos que incluíam a participação da sociedade em detrimento das ações centradas no controle penal da criminalidade.” (GOEDERT FILHO, 2016, p. 60). Esta mudança de pensamento está vinculada também ao momento político pelo qual o Brasil passava, a chamada “abertura política”, iniciada no ano de 1974. Naquele momento histórico, após reivindicações populares pela redemocratização política do Brasil, estava acontecendo o “[...] início da dissolução do regime autoritário, a criação da democracia e a consolidação do novo regime”. (ARTURI, 2001, p. 16)

A criação do primeiro CONSEG no Paraná ocorreu na cidade de Londrina, segunda maior cidade do estado, no dia 11 de janeiro de 1982 (BONDARUK, SOUZA, 2004; GOEDERT FILHO, 2016). Este Conselho foi instituído na forma de uma sociedade sem fins lucrativos, sendo regido por seu estatuto, e “[...] constituído por representantes de todas as associações de classes, assistenciais, filantrópicas, clubes de serviços, sociedades, associações de bairros e conjuntos [...]”. (CONSEGs, 200X)

O segundo CONSEG no Paraná foi criado na cidade de Maringá em 3 de junho de 1983⁷, por “[...] componentes de Clubes de Serviço, Maçonaria, médicos, advogados, representantes da Prefeitura, do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e do 4º Batalhão [...]” (BONDARUK, SOUZA, 2004, p. 123), que é o batalhão da polícia militar responsável pelo patrulhamento da cidade de Maringá. Estes representantes da polícia e da comunidade se reuniram e decidiram pela criação do CONSEG, formando, entre eles, a primeira diretoria. (BONDARUK, SOUZA, 2004; GOEDERT FILHO, 2016)

O conselho criado na cidade de Curitiba que mais teve destaque foi o CONSEG Jardim das Américas (CONSEG-JA), por ser uma iniciativa da polícia, que contou com grande apoio da comunidade. A criação do CONSEG-JA ocorreu no dia 12 de dezembro de 2001 (GOEDERT FILHO, 2016). O diferencial deste programa é que, além da criação do Conselho, também foram designados quatro policiais

⁷ Há divergências na data de criação do CONSEG em Maringá, sendo que os autores Bondaruk e Souza (2004) afirmam que esta criação ocorreu no dia 5 de maio de 1983, enquanto outros, como Goedert Filho afirmam que ela aconteceu no mês de junho de 1983. O autor desta tese preferiu por seguir o que está no site oficial dos CONSEGs do Paraná, dizendo que ele foi criado em 3 de junho de 1983.

militares para realizarem especificamente o policiamento comunitário na região, o que gerou uma aproximação maior entre a polícia e a comunidade. (PERES, 2015; GOEDERT FILHO, 2016)

A relação entre a comunidade e a polícia no bairro Jardim das Américas se mantém até o ano de 2019, com a comunidade participando e fiscalizando com frequência o trabalho da polícia. As reuniões do CONSEG-JA são mensais, e mantém uma participação significativa das lideranças comunitárias do bairro e de representantes da polícia civil, polícia militar, guarda municipal e prefeitura de Curitiba. (PERES, 2015; GOEDERT FILHO, 2016)

Os CONSEGs foram criados legalmente no Paraná através do Decreto Estadual nº 1.790, de 5 de setembro de 2003, que criou também a função de Coordenador Estadual para Assuntos dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado do Paraná, função que era diretamente ligada ao Secretário de Segurança Pública. Este decreto previa que o regulamento dos CONSEGs seria feito através de outro decreto governamental. (PARANÁ, 2003a)

O Regulamento dos CONSEGs foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.332, de 10 de dezembro de 2003. Este regulamento trazia, em suas 29 páginas e 67 artigos, formas de composição, ativação, reativação, competências, regulamentações para membros e a forma de eleição da diretoria dos CONSEGs. (PARANÁ, 2003b)

O governo do Paraná, através do Decreto Estadual nº 5.381, de 24 de outubro de 2016, revogou os Decretos Estaduais nº 1.790 e 2.332, trazendo uma nova regulamentação para os CONSEGs no estado. Criou a Coordenação Estadual dos CONSEGs, também vinculado à Secretaria de Segurança Pública. E aprovou o novo regulamento dos CONSEGs, que traz mais detalhes que o anterior quanto à diretoria dos conselhos, criando também os Conselhos Regionais que têm a função de agregar os conselhos locais e auxiliar no trato com a administração pública. (PARANÁ, 2016)

Os dados disponíveis no site da Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança indicam que há 50 CONSEGs ativos e homologados em Curitiba e na Região Metropolitana, e um total de 169 CONSEGs ativos e homologados em todo o estado do Paraná. Este número, porém, é variável.

A gestão de um Conselho Comunitário de Segurança é reconhecida bienalmente por meio de eleição de uma diretoria, contudo, observa-se que o número de CONSEGs ativos pode oscilar periodicamente dependendo do interesse da população local. (CONSEGs, 200X)

Depois da criação dos primeiros CONSEGs no Paraná, no ano de 1993 foi criado um programa para suprir os problemas que estavam sendo enfrentados com o SMPU. Nesta época os módulos já tinham passado a se chamar Postos de Policiamento Ostensivo (PPO), mas a falta de efetivo e de viaturas inviabilizaram a continuidade do programa. Então, foi criado o Projeto Policiamento Ostensivo Volante (POVO) que dava mobilidade para a equipe do Módulo. O POVO consistia em fornecer um veículo VW/Kombi com o apoio de duas motocicletas, para realizar o policiamento ostensivo na região de sua responsabilidade (vide FIGURA 2). A equipe de policiais, que revezava o policiamento através de escalas de serviço, tinha à sua disposição um telefone celular, que era informado à comunidade local, para facilitar o contato, agilizando o serviço, que era muito demorado, se solicitado pelo telefone de emergência (190). (BONDARUK, SOUZA, 2004; PERES, 2015; GOEDERT FILHO, 2016)

FIGURA 2 - VIATURAS E POLICIAIS DO PROJETO POVO LANÇADO EM 1993



FONTE: PM5-PMPR apud SAMPAIO (2018, p. 120).

Como o foco dos policiais militares estava em realizar o policiamento preventivo, fazendo contato com comerciantes e moradores da região, discutindo os problemas de segurança, e dando dicas de como evitar ser vítima de crimes,

constatamos indicativos de que o projeto POVO tinha a sua concepção formatada com base na filosofia de polícia comunitária, visando a aproximação entre a polícia e a comunidade, dando ênfase na participação comunitária nos assuntos de segurança pública. (BONDARUK, SOUZA, 2004; PERES, 2015)

O POVO, porém, foi cancelado dois anos mais tarde, quando houve a mudança do governador do estado. Durante os anos de 1995 a 2002, este governo focou em outros projetos para a segurança paranaense, sempre com inspiração de outros países. Como exemplos podemos citar os Totens, criados em 1998, que consistiam em um obelisco de concreto, com um iluminação e um “interfone” que teria contato direto com o Centro de Operações Policiais Militares (COPOM), que é onde ficam os atendentes do telefone 190, que acionam as viaturas nas ruas para atender os chamados de emergência. A emergência para a polícia militar é entendida como uma pessoa que tem sua vida, integridade física ou patrimônio colocado em eminente risco, por ela mesma ou por terceiros.

Na região de cada Totem teria uma viatura com rádio, pronta para atender aos chamados de emergência. Quando não estava em atendimento de ocorrência, a viatura deveria permanecer estacionada próximo ao Totem, para facilitar o pedido de ajuda da comunidade (BONDARUK, SOUZA, 2004; GOEDERT FILHO, 2016). O problema é que enquanto as viaturas não estavam estacionadas ao lado dos Totens eles eram depredados, o que gerou outro problema de segurança, cuidar dos Totens. Assim, iniciou-se a obrigatoriedade de veículos policiais permanecerem 24h ao lado dos Totens, não podendo sair, nem sequer para atender chamados emergenciais, o que gerou descontentamento entre os policiais e na comunidade, não prosseguindo o sistema (vide Figura 3).

FIGURA 3 - COMPARAÇÃO ENTRE O TOTEN EM CURITIBA, LOGO APÓS A SUA INSTALAÇÃO E DEPOIS, JÁ DEPREDAO



FONTE: MARQUES (2011), SILVA (2014A).

Outro programa implantado durante este período foi o policiamento em motonetas, que eram motocicletas de 90 cilindradas. O programa teve início em 27 de março de 2000, quando houve a entrega de 150 motonetas para realizar o patrulhamento na cidade de Curitiba (CURITIBA, 2000). As motonetas seriam “[...] usadas para o patrulhamento individual em locais onde há concentração de pedestres e carros [...] um sistema de policiamento comunitário.” (RAMOS, 2001)

O projeto foi ampliado para outras cidades do interior do estado e da região metropolitana de Curitiba, mas em setembro de 2001 o programa foi abandonado porque estas motocicletas não suportavam o trabalho policial, gerando constante manutenção e a um preço muito elevado (TABORDA, 2001). “O comandante da PM [...] disse que os veículos não seriam consertados se os custos fossem muito altos. As motonetas são produzidas na Coréia. ‘Elas se mostraram frágeis e inadequadas para o tipo de ações em que vinham sendo utilizadas.’” (TABORDA, 2001)

Aliado a isso, havia o preconceito dos policiais em efetuar policiamento com motocicletas de baixa cilindrada (vide Figura 4), o que também gerou a descontinuidade do projeto. (GOEDERT FILHO, 2016)

FIGURA 4 - MOTONETA 90CC PARA POLICIAMENTO NO PARANÁ



FONTE: GOMES apud SAMPAIO (2018, p. 122).

No ano de 2003 houve nova mudança no governo do estado do Paraná, retornando o mesmo governador anterior ao período de 1995 a 2002. Sendo assim, no ano de 2004 foi reativado o projeto POVO. Desta vez o POVO não se utilizava mais de veículos VW/Kombi, o que era muito criticado pelos policiais militares pela propensão ao tombamento que este veículo apresentava. O POVO de 2003 era realizado com viaturas VW/Parati (vide Figura 5), ou outros carros, com o apoio de duas ou quatro motocicletas. O aparelho de celular também compunha os equipamentos do policial nesta reedição do projeto POVO. (PERES, 2015)

FIGURA 5 - VIATURA VW/PARATI DO PROJETO POVO LANÇADO EM 2003



FONTE: RIBEIRO, AZEVEDO, BELO (2010).

Esta nova versão do projeto POVO tinha raízes mais firmes no policiamento comunitário, tanto que os policiais militares deveriam realizar visitas a residências e comércios, entregando cartões de visita que continham a fotografia deles e o número de contato para que os moradores pudessem acionar a polícia no caso de emergência. (GOEDERT FILHO, 2016)

No ano de 2006 todos os bairros de Curitiba (são 75 bairros) tinham a sua equipe do Projeto POVO, mas a falta de recursos e a ingerência política muito forte na gestão do policiamento geraram a descontinuidade do projeto, assim que acabou governo, no ano de 2010. (PERES, 2015; GOEDERT FILHO, 2016)

Com uma nova mudança no governo do Estado e o fim do projeto POVO, o novo governador, criou o Programa Paraná Seguro, no ano de 2011, que visava reunir ações para a melhoria da segurança pública no estado. Entre estas ações estava a implantação, até o final do ano de 2012, de 10 Unidades Paraná Seguro (UPS), que eram inspiradas nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro. As UPSs tinham como objetivo a redução dos índices de violência, em bairros com elevadas taxas de homicídios, crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas, através da presença constante de policiais militares nestas áreas, fundamentado na filosofia de polícia comunitária. (PERES, 2015)

No próximo capítulo vamos apresentar as Unidades Paraná Seguro, como se deu a sua criação, a implantação de cada uma e a perspectiva de futuro para este modelo de policiamento.

3 AS UNIDADES PARANÁ SEGURO

Impulsionado pelo sucesso midiático das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, o governo do Estado do Paraná criou o Programa Paraná Seguro, tendo como uma de suas ações a implantação de Unidade Paraná Seguro nos bairros de maior violência, medida basicamente através da taxa de homicídios por cem mil habitantes. O primeiro bairro onde foi instalada uma unidade deste tipo, o Uberaba, na cidade de Curitiba, em 8 de maio de 2012. (PERES, 2015)

Depois de mais de três anos da implantação desse novo modelo de policiamento no Paraná, em 16 de abril de 2015, o então Secretário da pasta da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), prestou declaração à imprensa, “admitindo” que o modelo de policiamento com unidades de pacificação havia falhado no Paraná (CATTANI, 2015; SECRETÁRIO, 2015).

A falta de mobilidade dos policiais empregados nas UPSs, aliada à infraestrutura precária e diversas denúncias com relação a estas unidades foram as justificativas utilizadas pelo secretário para concluir que esse modelo de policiamento não estava sendo e não seria eficaz no Paraná. Essas denúncias eram provenientes tanto da população, que indicava a falta de policiais dentro das Unidades, quanto dos policiais, que reclamavam da falta de condições de trabalho dentro das mesmas. (CATTANI, 2015)

No início do ano de 2015, então, o secretário da SESP decidiu reduzir o efetivo de policiais militares que trabalhavam diretamente nas UPSs, informando que isso era o resultado de uma mudança de foco de atuação nas unidades. Entendia, o secretário, que dar mobilidade aos policiais seria mais importante do que mantê-los dentro de uma estrutura física de UPS, onde ficariam relegados apenas a prestar orientações à pessoas que fossem até aquele local. Outro problema da manutenção dos policiais dentro das UPSs, apontado pelo secretário, era a falta de visibilidade dos agentes da Polícia Militar pela população, principalmente nos locais de maior índice de ocorrências. Assim, paulatinamente pretendia retirar os policiais das sedes fixas das UPSs, fazendo com que atuassem em viaturas grandes, chamadas de Módulos Móveis, de maneira que servissem de ponto de referência para a população, mas permitissem a mobilidade do policial pelo bairro abrangido pela UPS. (CATTANI, 2016)

Essa declaração do secretário foi motivada pela divulgação de dados atinentes à segurança pública naquele dia. Os dados apontavam que, no Paraná houve a redução de 17% do número de homicídios no primeiro trimestre de 2015, se comparado aos três primeiros meses de 2014. Porém, dos seis bairros com maior número de homicídios em Curitiba, naquele trimestre, apenas um não contava com UPS. Além disso, o bairro com maior número de homicídios registrados, a Cidade Industrial de Curitiba, com 14 assassinatos, tem cinco UPSs em funcionamento dentro dele. (SECRETÁRIO, 2016; CATTANI, 2016)

Desde o início da instalação das UPSs, no ano de 2012, até a data da declaração em 2015, o secretário que prestou estas declarações era a quarta pessoa que estava à frente da pasta. Dois deles eram Delegados da Polícia Federal, um Promotor de Justiça e o outro Médico Legista. À exceção do secretário em voga, os demais eram favoráveis ao modelo de policiamento das UPSs.

Desde a implantação da primeira Unidade Paraná Seguro, em 8 de maio de 2012, no bairro do Uberaba, na cidade de Curitiba, outras nove UPSs foram instaladas na capital do estado. Também foram instaladas duas UPSs na Região Metropolitana de Curitiba, uma na cidade de Colombo e outra na cidade de São José dos Pinhais, bem como duas unidades no interior do Paraná, uma na cidade de Cascavel e outra na Cidade de Londrina. (SECRETÁRIO, 2016)

A operação realizada para a instalação da UPS Uberaba teve um efetivo de 450 policiais. A operação teve início no dia 1º de maio de 2012, quando houve um período de intenso policiamento preventivo naquele bairro, durante uma semana. Nessa primeira semana os policiais efetuaram buscas em veículos, em pessoas, cumpriram mandados de busca e apreensão e de prisão. A intenção era reduzir os índices de criminalidade naquela região. Então, depois desse período de presença maciça da polícia militar naquela região, no dia 8 de maio de 2012 foi inaugurada a sede da UPS Uberaba. No dia da inauguração foi anunciada a permanência contínua de trinta policiais que fariam o policiamento exclusivamente daquela região da cidade. A escolha do bairro Uberaba para ser o primeiro a contar com uma UPS no Paraná se deu por uma somatória de fatores: entre eles, a elevada taxa de homicídios, de crimes contra o patrimônio e de tráfico de drogas, mas também por causa do desenho geográfico da região, que facilitava o controle de acesso e saída

de moradores, possibilitando as buscas pessoais e em veículos, nos casos em que os policiais percebessem atitudes suspeitas. (PERES, 2015)

A segunda UPS foi instalada no bairro Parolin, também em Curitiba. No dia 3 de maio de 2012, cerca de trezentos policiais realizaram uma operação para a implantação da segunda UPS do Paraná e, no dia 7 de maio de 2012 ela foi definitivamente instalada. A escolha do bairro do Parolin para ter a segunda UPS foi justificada, à época dos fatos, por ser um dos bairros com uma das maiores taxas de homicídio no Paraná, com cerca de 80 mortes para cada 100 mil habitantes. Por sua localização central, também era considerado um ponto de distribuição de drogas para o restante da capital. (CAMPANA, 2012; LEITOLES et al., 2012)

A instalação da UPS Parolin chamou bastante a atenção, pois passados os primeiros trinta dias da nova modalidade de policiamento naquela região de Curitiba não foi registrado nenhum homicídio. (PRIMEIRO, 2012) De fato, o primeiro assassinato a ser registrado no bairro Parolin após da instalação da UPS ocorreu no dia 8 de agosto de 2012, mais de três meses depois de sua efetivação. (DESLANDES, 2012).

Um ano após a instalação da UPS Parolin, as estatísticas eram animadoras, indicando que as mortes violentas naquela região da cidade tiveram uma redução de 58%. Os crimes contra o patrimônio também reduziram, com uma redução de 12% nos roubos e 28% nos furtos, tendo como parâmetro de comparação o ano de 2011. Na data da publicação da reportagem, a UPS Parolin contava com um efetivo de 34 policiais militares e com quatro viaturas, para efetuar o policiamento de um bairro com aproximadamente onze mil habitantes. (UPS, 2013)

Em 17 de julho de 2012 foram instaladas, ao mesmo tempo, quatro UPSs no bairro mais populoso da capital do Paraná, a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), que contava com uma população de aproximadamente 240 mil habitantes, no ano de 2012, cerca de 9% do total de moradores da cidade de Curitiba. Com relação ao motivo que levou à escolha desse bairro para a instalação simultânea de quatro UPSs na capital do Paraná, segundo o Secretário de Segurança Pública, também foi a grande quantidade de homicídios ocorridos na região, que correspondiam a 17% do total de homicídios ocorridos da capital. A operação que ocorreu neste dia contou com aproximadamente mil policiais militares e mais trezentos agentes, entre policiais civis e guardas municipais. (BATISTA, PEREIRA, 2012)

No bairro CIC foram instaladas, nesta data, UPSs nas vilas Sabará, Caiuá, Nossa Senhora da Luz e Verde, havendo, também a criação de um Batalhão da Polícia Militar, que teria a função de combater a criminalidade exclusivamente no bairro CIC, com um efetivo de aproximadamente 500 policiais. (BATISTA, PEREIRA, 2012; SANTOS, 2012)

A sétima UPS a ser instalada no Paraná foi no bairro Sítio Cercado, na chamada Vila Osternack, também na cidade de Curitiba, no dia 3 de agosto de 2012. A operação de instalação dessa nova UPS contou com um efetivo de 280 policiais militares. A elevada criminalidade na região também foi a justificativa para a escolha deste bairro para a implantação de uma UPS. Segundo dados apresentados pela SESP, no ano de 2012 aconteceram no bairro Sítio Cercado 8,5% dos homicídios ocorridos na cidade de Curitiba e 5% dos roubos. (ANÍBAL, BATISTA, PEREIRA, 2012)

Ainda na capital paranaense, em 17 de setembro de 2012, foi instalada a oitava UPS, também no bairro da Cidade Industrial de Curitiba, na chamada Vila Sandra. A operação para a implantação desta UPS foi realizada por aproximadamente 150 policiais militares. (JUSTI, 2012). A justificativa para a implantação da UPS na Vila Sandra foi a tentativa de reduzir, ainda mais, os homicídios no bairro CIC, que haviam tido uma redução de 22 homicídios registrados nos oito primeiros meses do ano de 2011 para oito homicídios registrados no mesmo período de 2012. (SANTOS, 2012b)

Em 1º de outubro de 2012 a nona UPS foi instalada em Curitiba, na chamada vila Jardim Ludovica, no bairro Tatuquara. A promessa que o governador do Paraná tinha feito ao instalar a primeira UPS no bairro Uberaba é que, até o final do ano de 2012, haveriam ao menos dez UPSs instaladas na cidade de Curitiba. Ao instalar a UPS no Tatuquara, o governador do Estado informou que a décima UPS seria instalada no bairro Cajuru, e que também haveria a instalação destas unidades no interior do Estado. O bairro Tatuquara, segundo o Comando da Polícia Militar do Paraná, era uma das regiões com maior taxa de homicídios na região de Curitiba, chegando a 64 homicídios para cada 100 mil habitantes, enquanto a média da cidade era de menos de 27 homicídios para cada 100 mil habitantes. (PEREIRA, 2012; JUSTI, 2012b)

Conforme foi anunciado durante a instalação da UPS Tatuquara, em 13 de outubro de 2012, foi instalada, no bairro Cajuru, a UPS Trindade, levando o nome da vila na qual foi fixada. A operação inicial também contou com 150 policiais militares. No ano de 2012, desde janeiro ao final de setembro haviam ocorrido 36 homicídios no Cajuru, o que representa uma taxa de 37 homicídios para cada 100 mil habitantes. Este foi o motivo para a escolha deste bairro como a última UPS que seria instalada no ano de 2012 na capital paranaense, dando-se por cumprida a meta do governo do estado em instalar dez UPSs em Curitiba até o final daquele ano. (JUNGES, MARCHIORI, 2012)

Depois de cumprida a meta estabelecida para a cidade de Curitiba, ainda no ano de 2012 houveram as instalações de duas UPSs no interior do Estado. A primeira cidade escolhida para receber uma UPS longe da capital foi a cidade de Cascavel, na região oeste do Paraná, a 491 km da capital. O bairro Interlagos, onde foi instalada a UPS de Cascavel, fica na região norte da cidade, região onde a taxa de homicídios era de 174 homicídios para cada 100 mil habitantes, muito superior à média do Paraná, que era de 34,74 por 100 mil habitantes e da cidade de Cascavel, que era de 38,78 por 100 mil habitantes. (CRUZ, GONÇALVES, 2012)

A segunda cidade a receber uma UPS no interior do Paraná foi a cidade de Londrina, na região norte do Estado. O conjunto União da Vitória, com uma taxa 50 homicídios por 100 mil habitantes, se constitui numa das regiões mais perigosas da cidade. A operação de instalação, que contou com 320 policiais militares, aconteceu na manhã do dia 7 de dezembro de 2012. (SANTA, ELOZA, 2012) Essa foi a última UPS instalada no Paraná no ano de 2012.

A cidade de Colombo, no dia 7 de maio de 2013, recebeu a primeira UPS da Região Metropolitana de Curitiba. A unidade é responsável pelo policiamento da vila Zumbi e da vila Liberdade, que são separadas pela Rodovia BR-116, por isso, na operação inicial de policiamento, foram empregados 150 agentes de segurança, entre policiais militares, civis e rodoviários federais. Como a primeira UPS foi instalada no bairro Uberaba, em Curitiba, no dia 1º de maio de 2012, a instalação dessa nova UPS trouxe notícias sobre o desempenho da UPS Uberaba após um ano de serviços, indicando que houve redução de criminalidade naquela região. (POLÍCIA, 2013; DESLANDES, 2013; LEITÓLES, SANTANA, 2013)

A última UPS a ser instalada no ano de 2013 foi na cidade de São José dos Pinhais, e ficou conhecida como UPS Grande Guatupê, devido ao bairro onde está inserida, ocorrendo, esta instalação, no dia 8 de junho de 2013. A UPS de São José dos Pinhais é responsável pela policiamento dos bairros Guatupê, Cristal e Ipê naquela cidade. Em sua instalação atuaram 170 policiais militares e 28 guardas municipais. A motivação da instalação dessa UPS também foi o elevado número de homicídios na região. Foram, 32 homicídios em 12 meses. (LIMA, 2013; SANTOS, 2013)

Depois da instalação da UPS Grande Guatupê houve um período sem a instalação de novas unidades no estado do Paraná, situação que perdurou até o ano de 2017. No final do ano de 2014 assumiu a pasta da Segurança Pública no Paraná um novo secretário, que tinha entre seus planos de gestão a ampliação das ações de informações na região da fronteira do Paraná com o Paraguai, melhorando o relacionamento das polícias paranaenses com as polícias dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como com a Polícia Federal. Outro foco do investimento em segurança naquele momento seria a redução dos crimes de furto em caixas eletrônicos, principalmente com o uso de explosivos. (RIBEIRO, 2014)

Com o foco claramente mais na repressão do que na prevenção dos delitos, as prioridades na Segurança Pública do Paraná foram sendo modificadas, ficando, as UPSs em um segundo plano na aplicação de recursos, tanto financeiro quanto de pessoal. No primeiro trimestre do ano de 2015, então, quando foi divulgado o número de mortes violentas na cidade de Curitiba, pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, foi constatado um aumento de 17% nesses números, quando comparados ao mesmo período do ano de 2014. Dentre os cinco bairros com maior número de mortes violentas no ano de 2015, quatro tinham UPS, sendo eles: Cidade Industrial de Curitiba, bairro que conta com cinco UPSs, e registrou 14 homicídios naquele trimestre; Sítio Cercado, que registrou 11 homicídios; Cajuru, com 8 homicídios e Uberaba, com 7 homicídios. Apenas o bairro do Prado Velho, com 10 homicídios, não contava com UPS, dentre os cinco com maiores números de homicídios registrados no primeiro trimestre de 2015 em Curitiba. (SECRETÁRIO, 2015)

Esse desempenho ruim das UPSs na redução dos crimes contra a vida levou o então Secretário de Segurança Pública a declarar, em 16 abr. 2015, que

essas unidades não surtiram o efeito esperado pelo governo do estado do Paraná na redução da criminalidade, e que a intenção da administração pública era modificar o sistema de atuação da polícia, não mais havendo uma sede física em que os policiais iriam ficar, mas sim uma atuação com viaturas maiores (veículos no modelo Van), permitindo que policiais ficassem estacionados em pontos estratégicos, conforme a demanda diária, aptos a serem procurados pela população, em condições de atuarem preventiva e repressivamente, quando necessário. (SECRETÁRIO, 2015)

O início do ano de 2015 estava sendo especialmente conturbado no Paraná. Por conta da crise financeira enfrentada pelo país naquele período, o governo do Paraná havia apresentado uma série de projetos de lei, que propunham medidas de contenção nos gastos do governo. Muitas dessas medidas influenciavam diretamente, e negativamente, os professores da rede estadual de ensino, os quais, lutando por seus direitos, fizeram uma greve que durou 29 dias no mês de fevereiro daquele ano. (JUSTI, 2015) Durante as manifestações de fevereiro, os professores conseguiram que fosse retirado o caráter de urgência dos projetos de lei a serem votados. Essa conquista dos professores foi conseguida após a invasão, pelos manifestantes, da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). Após essa vitória parcial os professores retornaram às aulas. (KANIAK, COELHO, 2015)

Essa invasão à ALEP causou um desconforto entre a pasta da Segurança Pública e o governo do estado, uma vez que foi necessário o recuo do governo em projetos que entendia como fundamentais para a sanidade financeira do Paraná naquele momento.

Quando os projetos de lei voltaram à pauta de votação na ALEP, os professores novamente entraram em greve, no final de abril de 2015. Dessa vez o governo estava decidido a realizar a votação dos projetos de lei. Para isso, foi determinado um cerco à Assembleia por 2516 policiais, que foram convocados de diversas cidades do Paraná. O secretário de segurança, pessoalmente acompanhou o desenvolvimento dessa operação. (ANÍBAL, RIBEIRO, 2016)

Então, no dia 29 de abril de 2015, a partir das 15h, quando estava sendo votado o pacote com os projetos de lei do governo do estado, um grupo de professores tentou romper o cordão de isolamento da ALEP, para novamente cancelar a votação, mas dessa vez não conseguiram. A reação das forças policiais

foi imediata, iniciando-se o episódio que ficou posteriormente conhecido como “Massacre de 29 de Abril” ou “Batalha do Centro Cívico”. O resultado foi, depois de 2323 balas de borracha disparadas, 1413 granadas lançadas, 25 espargidores de spray descarregados e quase duas horas de confronto entre as polícias e os manifestantes, 237 pessoas feridas, sendo 213 manifestantes, 20 policiais, 3 profissionais de imprensa e um deputado. (ANÍBAL, RIBEIRO, 2016)

Um ano depois, em reportagem de Aníbal e Ribeiro (2016), uma professora, que participou do protesto e do confronto, resumiu o que entendeu daquele fatídico dia 29 de abril de 2015:

Aquele dia revelou a face violenta, truculenta e vingativa do Estado. Eles não engoliram a ocupação da Assembleia Legislativa no dia 12 de fevereiro. O que houve no dia 29 foi uma vingança pela primeira etapa da greve. O Estado mostrou o quanto eles querem que as pessoas estejam afastadas do Centro Cívico.

Alguns dias depois desse episódio o então Secretário de Segurança Pública foi destituído de seu cargo, devido à repercussão negativa dos resultados dessa operação. A “Batalha do Centro Cívico” trouxe uma grande mudança na Polícia Militar do Paraná. Além da troca do Secretário de Segurança, foram trocados, também o Comandante-Geral, o Subcomandante-Geral e o Chefe do Estado Maior da PMPR, os três Oficiais que desempenham as funções de maior poder dentro da corporação, o chamado “alto comando”. (JUSTI, KANIAK, 2015)

A população das áreas patrulhadas pelas UPSs estava com incertezas, principalmente quanto à continuidade do programa. Segundo Manzziotti (2015) a população do bairro Uberaba, no dia 27 de junho de 2017 se reuniu para tentar ações contra o fim do policiamento no bairro. Naquela época, o novo Comandante-Geral informou que as UPSs continuariam, mas seriam implementadas mudanças para que a eficiência do serviço prestado fosse maior.

Com as mudanças na pasta da Segurança Pública e no alto comando da Polícia Militar do Paraná, ações preventivas voltaram a estar em foco, passando por mudanças no segundo semestre de 2015. Em 26 de junho de 2015 foi trocado o Coordenador-Geral das Unidades Paraná Seguro no âmbito da PMPR, iniciando uma série de atividades voltadas aos comandantes de UPSs e aos policiais que trabalham nas mesmas. (PMPR, 2015) Uma das atitudes do novo coordenador foi a

criação do chamado: “Planejamento de Reestruturação Organizacional de Ações e Táticas de Incentivo à Valorização Operacional” (Grupo ProAtivo). Esse grupo, formado por dez Oficiais, de diversas Unidades da PMPR tinha como objetivos o desenvolvimento de estudos, projetos e pesquisas em polícia comunitária, bem como regularizar e normatizar os programas de polícia comunitária já existentes na PMPR. (PMPR, 2015)

Um dos acontecimentos de destaque no ano de 2015, com o intuito de valorizar as ações de polícia comunitária na PMPR, foi a visita de uma comitiva da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), sendo que os agentes japoneses visitaram a UPSs do Uberaba, para conhecer a atuação de polícia comunitária realizada naquela unidade. (SANTOS, 2015)

As UPSs continuaram atuando no Paraná, tendo sua eficiência reconhecida pela capacidade de reduzir, de modo geral, os crimes cometidos nas regiões em que proveem segurança. No ano de 2016, quando foram divulgados os números da segurança pública no Paraná, constatou-se que houve uma redução de 34% dos homicídios nos bairros com UPS em Curitiba (Cidade Industrial de Curitiba - cinco UPSs, Cajuru, Tatuquara, Uberaba, Parolin e Sítio Cercado). No restante da cidade a redução foi de 10%. Porém, a estagnação do número de UPSs por dois anos e meio gerava críticas ao governo do Estado. (RIBEIRO, ANTONELLI, 2016)

Em 9 de abril de 2017, na cidade de Cascavel, foi instalada a décima quinta UPS. Foi a segunda a ser instalada na cidade da região Oeste do estado, num bairro localizado na região sul da cidade. Diferente das outras UPSs, essa unidade teve sua instalação num domingo, com a presença de autoridade e políticos da região, sem haver um período prévio de congelamento da área. Os bairros da região sul de Cascavel apresentaram o maior número de homicídios naquela cidade no ano de 2016, sendo considerado um ponto estratégico para a Polícia Militar, por isso sendo implantada ali a segunda UPS da cidade. (MERLAK, 2017)

Passados mais de cinco anos da implantação da UPS Uberaba, em 8 de maio de 2012, a primeira no Paraná, esse novo modelo de policiamento se mostrou eficaz, quando aplicado conforme suas bases filosóficas e doutrinárias preconizam. Quando temos policiais motivados, com um efetivo suficiente para realizar o policiamento na sua área de responsabilidade, contando com viaturas suficientes para que sejam realizadas operações preventivas e repressivas, policiais que se

aproximam da comunidade, que seja através de reuniões ou ações conjuntas, os resultados têm sido a redução da quantidade de crimes nas regiões protegidas pelas UPSs. É possível, com um policiamento de proximidade, e de cooperação mútua entre a população e a polícia militar, chegar a soluções conjuntas que levem à redução da criminalidade, em especial, crimes contra a vida, que têm sido utilizados como parâmetro para mensurar a criminalidade nas regiões do estado.

Por outro lado, as UPSs que não dispõem de meios materiais e efetivo suficientes para a realização das atividades pró-ativas, cuja infraestrutura é precária, ou quase inexistente, não conseguem atingir o objetivo de ter a confiança da comunidade a que se destinam a servir, nem tampouco conseguir resultados satisfatórios de redução da criminalidade.

A formação do policial, voltada à compreensão de sua atuação como mediador de conflitos em uma comunidade, trazendo a ele o sentimento de pertencimento e responsabilidade mútua pelo controle da criminalidade na região que trabalha é um fator importante de sucesso nas UPSs.

Mesmo depois de severamente criticada pela mais alta autoridade na área da segurança pública no Paraná, o secretário da pasta, esse novo modelo de policiamento permaneceu sendo eficiente, não sendo reduzindo a sua aplicação e, depois de um longo período, voltou a ser implantada mais uma UPSs no Paraná, no ano de 2017, fato que não ocorria desde 2013.

Em 9 de abril de 2017 foi inaugurada a segunda UPS na cidade de Cascavel, região oeste do estado. Esta UPS foi chamada de UPS Sul, passando, a UPS Interlagos a ficar conhecida como UPS Norte. A segunda UPS de Cascavel veio através de uma parceria entre o governo do estado e prefeitura municipal. A UPS foi instalada no bairro Universitário e conta com o efetivo de 28 policiais militares, dois carros e duas motocicletas. (DIAS, 2017)

A participação da comunidade cascavelense foi fundamental para a implantação, no ano de 2018, da terceira UPS na cidade. Segundo dados do IBGE, Cascavel é o quinto município em número de população no Paraná, atrás de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa. E, é o segundo município em quantidade de UPSs instaladas, atrás apenas da capital.

A comunidade pressionava as autoridades para a instalação de uma nova UPS na cidade, e, no dia 8 de novembro de 2018 ela foi inaugurada, a chamada

UPS Oeste, está sediada no bairro Santa Cruz, em Cascavel. Esta UPS conta com 17 policiais militares. (PADILHA, 2018). O Quadro X apresenta a data e a cidade de implantação das UPSs até o ano de 2019.

QUADRO 2 – DATA, BAIRRO E MUNICÍPIO DE IMPLANTAÇÃO DAS UPSS ATÉ 31 DEZ. 2019

Implantação	Nome da UPS	Bairro(s)	Município
01/03/12	UPS Uberaba	Uberaba	Curitiba
03/05/12	UPS Parolin	Parolin	Curitiba
17/06/12	UPS Vila Sabará	Cidade Industrial de Curitiba (CIC)	Curitiba
17/06/12	UPS Vila Verde	Cidade Industrial de Curitiba (CIC)	Curitiba
17/06/12	UPS Vila Nossa Senhora da Luz	Cidade Industrial de Curitiba (CIC)	Curitiba
17/06/12	UPS Vila Caiuá	Cidade Industrial de Curitiba (CIC)	Curitiba
03/08/12	UPS Vila Osternack	Sítio Cercado e Ganchinho	Curitiba
17/09/12	UPS Vila Sandra	Cidade Industrial de Curitiba (CIC)	Curitiba
01/10/12	UPS Vila Ludovica	Tatuquara	Curitiba
13/10/12	UPS Vila Trindade	Cajuru	Curitiba
19/10/12	UPS Jardim Interlagos (UPS Sul)	Jardim Interlagos	Cascavel
07/12/12	UPS Jardim União da Vitória	Jardim União da Vitória	Londrina
07/05/13	UPS Vila Zumbi e Liberdade	Vila Zumbi e Vila Liberdade	Colombo
08/06/13	UPS Grande Guatupê	Guatupê, Jardim Cristal e Jardim Ipê	São José dos Pinhais
09/04/2017	UPS Norte	Universitário	Cascavel
08/11/2018	UPS Oeste	Santa Cruz	Cascavel

FONTE: Adaptado de PERES (2015).

No ano de 2019 houve nova mudança no governo do Paraná. O novo governador, em seu Plano de Governo⁸ trata da segurança pública é em pouco menos de uma página, indicando que o grande programa para a área da segurança, de seu governo, será o “Projeto Cidade da Polícia”, onde pretende integrar as forças de segurança, de forma que fiquem fisicamente próximas, aumentando, com isso, o relacionamento e a cooperação. O plano de governo também indica a necessidade de valorização dos policiais, o respeito aos direitos humanos, à mulher e às minorias, bem como o incentivo da participação comunitária nas decisões de segurança.

⁸ O Plano de Governo está disponível no site <<http://ratinhojunior.com.br/plano-de-governo/>>. Acesso em 28 jan. 2019.

Em entrevista ao jornal *Gazeta do Povo*, antes das eleições, o governador eleito afirmou que iria investir em Bases Móveis de Policiamento Ostensivo, com tecnologia “de ponta” e no policiamento comunitário. (ANÍBAL, 2018)

O ano de 2019 é um ano de incertezas a respeito da continuidade do programa Unidade Paraná Seguro. Como tantos exemplos que foram dados a respeito da descontinuidade dos programas de segurança no estado do Paraná após a troca do governador, este ano se inicia uma nova gestão na segurança pública. Uma época em que muito tem se falado em punição, porte de armas e repressão, nada foi dito com relação à continuidade das Unidades Paraná Seguro. Tanto este tema, quanto outros do campo da segurança pública e suas relações com a comunidade, mereceriam ter continuidade em pesquisas e análises científicas, com o compromisso de fortalecer essa parceria.

4 O ENSINO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O sistema de ensino da Polícia Militar do Paraná (PMPR) tem passado por mudanças nos últimos anos. Até o ano de 2018, havia uma Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP) que era a responsável pelo planejamento e controle das atividades de ensino realizadas na PMPR. A esta diretoria estavam subordinados os Colégios da Polícia Militar (CPMs) responsáveis pela educação básica; a Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), responsável pela formação, especialização e aperfeiçoamento de oficiais de praças da PMPR. (PARANÁ, 2010b)

Esta estrutura foi alterada no dia 21 de abril de 2018, através da Lei Estadual nº 19.462, que alterou a Lei de Organização Básica da PMPR (Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010). A partir das alterações, o órgão de direção de ensino dentro da PMPR passou a ser a Academia Policial Militar do Guatupê, tendo subordinados a ela a Escola de Formação de Oficiais; as Escolas de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças; o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação; o Centro de Educação Física e Desportos; os Departamentos de Ensino; a Divisão de Ensino; e a Divisão Administrativa. (PARANÁ, 2010b)

A partir desta alteração legislativa a APMG passou a ser o órgão da PMPR responsável pela formação básica e especialização dos policiais e bombeiros militares do Paraná, incluindo os oficiais e praças e a pesquisa. Cabe à APMG, hoje, o planejamento, controle e execução das atividades de ensino (fundamental, médio e superior), pesquisa e extensão dentro da PMPR.

Para fins de ensino de graduação, de pós-graduação, para a pesquisa e extensão, a APMG tem vinculação acadêmica com a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), desde o ano de 2013 (PARANÁ, 2013a). Por esta vinculação acadêmica, os Conselhos Superiores da UNESPAR são os responsáveis pela avaliação e aprovação dos cursos propostos pela APMG junto ao Sistema Estadual de Ensino. A APMG tem cadeira no Conselho Universitário (COU) da UNESPAR, onde é representada por seu Comandante, e também no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) onde é representado por um policial militar, professor da APMG, indicado pelo Comandante e homologado pelo Reitor da UNESPAR.

4.1 LEGISLAÇÃO DE ENSINO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O ensino dentro da PMPR é regulamentado por leis específicas, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 83: “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.” (BRASIL, 1996b)

A Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954, que é conhecida como Código da PMPR, regulamenta as formas de ingresso na PMPR, ou seja, como Oficial Combatente, como Oficial do Quadro de Saúde, ou como Praça Combatente, que já foram objeto de discussão no primeiro capítulo desta tese. (PARANÁ, 1954)

Além das formas de ingresso, o Código da PMPR também criou alguns cursos para oficiais e praças, sendo eles: Curso de Formação de Oficiais Combatentes; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais; Curso de Equitação; Cursos de Graduados Combatentes; e Cursos de Qualificação do Soldado e Graduados. Este Código ainda definiu que poderiam ser criados outros cursos dentro da polícia militar, pelo Comandante-Geral, desde que aprovados pelo Governador do Estado. (PARANÁ, 1954)

A regulamentação interna do ensino na PMPR é feita pela Portaria do Comandante-Geral nº 330, de 14 de março de 2014, que é chamada de Portaria de Ensino dentro da polícia militar. Nesta portaria é regulamentada a forma de ingresso nos cursos internos da corporação, quais são os cursos disponibilizados pela PMPR, as atribuições de cada órgão envolvido com o ensino dentro da polícia militar, as regras de aprovação e reprovação dos discentes destes cursos, e quem serão os professores dos cursos ofertados pela PMPR. (PMPR, 2014)

Toda a tramitação relativa aos documentos de ensino, desde o termo de matrícula até o registro dos certificados, histórico escolar e conteúdo programático dos cursos também é regulamentada pela Portaria de Ensino, que traz em seus anexos o modelo dos documentos que devem ser feitos durante um curso que tenha como discentes militares estaduais do Paraná. (PMPR, 2014)

Quando se trata da maneira que os discentes dos cursos realizados na PMPR devem ser avaliados, a regulamentação está na Portaria do Comandante-Geral nº 243, de 26 de fevereiro de 2008, que aprovou as Normas Técnicas para Avaliação do Rendimento e da Aprendizagem (NOTARA). (PMPR, 2008)

A NOTARA traz os tipos de prova que podem ser aplicadas aos alunos da PMPR, tanto em disciplinas teóricas quanto práticas. Também traz critérios objetivos para a análise de aceitação do resultado de uma prova, ou seja, conforme o resultado alcançado pelos alunos, tanto muito alto, quanto muito baixo, a prova poderá ser cancelada e ser aplicada novamente. Estas normas também trazem exemplos de questões e a maneira de aplicá-las. (PMPR, 2008)

A definição dos critérios para a aprovação, reprovação e recuperação dos discentes, e as regras para a classificação dos alunos no final do curso (que é muito importante para o militar estadual, principalmente nos cursos que iniciam a carreira) estão contidos na NOTARA. (PMPR, 2008)

A vinculação acadêmica da APMG com a UNESPAR está prevista na Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013, que foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 9.538, de 05 de dezembro de 2013. Esta legislação prevê que os cursos de graduação e pós-graduação, que sejam reconhecidos pelo Sistema Estadual de Ensino, terão a vinculação acadêmica com a UNESPAR. (PARANÁ, 2013a, 2013b)

A APMG se constitui, devido às peculiaridades do ensino militar, em uma Unidade Especial da UNESPAR. Ou seja, a vinculação ocorre sendo “[...] respeitadas as peculiaridades do ensino voltado às atividades de segurança pública e defesa civil, preservados seus princípios institucionais.” (PARANÁ, 2013a)

Como este modelo de vinculação foi algo inovador no ensino nacional, fez-se necessária a regulamentação de quais seriam os direitos e deveres da APMG junto à UNESPAR. A lei trazia que a designação do Comandante da APMG continuaria como ato do Comandante-Geral da PMPR, diferente do que acontece com o Diretor de *Campus*, que é eleito pela comunidade acadêmica. Também é previsto na lei a autonomia financeira e orçamentária da APMG em relação à UNESPAR, permanecendo, a Academia, vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública. (PARANÁ, 2013a)

A regulamentação, então, da vinculação acadêmica entre a UNESPAR e a APMG se deu por meio da Resolução nº 11 de 2016 do Conselho Universitário da UNESPAR. Nesta resolução ficou definido quem constitui a comunidade acadêmica da APMG, que é vinculada à UNESPAR, para o fim de participação discente, docente e dos agentes administrativos nas eleições e nos conselhos superiores da UNESPAR. (UNESPAR, 2016)

A partir da assinatura desta resolução foi regulamentada a tramitação para a aprovação de novos cursos superiores a serem ofertados pela APMG e, desde então, foram aprovados seis cursos de pós-graduação *stricto sensu*, o Curso de Formação de Oficiais está em trâmite para ser reconhecido como curso de graduação ao nível de bacharelado e o Curso de Formação de Praças está em trâmite para a autorização da primeira turma do curso de nível superior de tecnologia.

Existem outras regulamentações sobre cursos que são ministrados na PMPR a nível de instrução continuada, ou de educação informal, mas não serão objetos de análise nesta tese, que pretende analisar a formação dos Cadetes da polícia militar para trabalhar em Unidades Paraná Seguro. Assim, a legislação exposta é a que regulamenta este curso dentro da PMPR.

Na próxima seção iremos explicar os dois tipos cursos de formação de policiais que são ofertados para os ingressantes na carreira de militar estadual, incluindo nesse conceito os bombeiros militares e os policiais militares.

4.2 OS CURSOS DE FORMAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Até o ano de 2018 a Polícia Militar do Paraná tinha quatro cursos de formação que eram aplicados aos seus integrantes. O Curso de Formação de Soldados (CFSd) era a porta de entrada para o policial militar que incluísse como praça. Este policial, depois de realizar o CFSd poderia concorrer a um concurso interno e, sendo aprovado, faria o Curso de Formação de Cabos (CFC), e, ao concluir com aproveitamento este curso, seria promovido à graduação de Cabo. Depois, através de outro concurso interno, poderia ingressar no Curso de Formação de Sargentos (CFS), e, ao concluí-lo com êxito seria promovido à graduação de 3º Sargento, ingressando em uma carreira que o permitiria ser promovido às graduações de 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente. Estes eram os três cursos de formação que eram realizados pelas praças da PMPR. O outro curso de formação é destinado aos policiais que ingressam como oficiais da PMPR, chamado de Curso de Formação de Oficiais (CFO).

A Lei Estadual nº 19.583, de 5 de julho de 2018, trouxe alterações nos critérios para a promoção dos praças, fazendo com que a carreira dos praças, que

começava apenas na graduação de 3º Sargento, hoje se inicie já na graduação de soldado. Assim, a partir desta lei, ao ingressar na PMPR como praça, o policial militar fará o Curso de Formação de Praças (CFP), não sendo mais necessário prestar concursos internos para a promoção para as graduações subsequentes, que acontecerão pelos critérios de antiguidade e merecimento, tal qual acontece com os Oficiais. (PARANÁ, 1969)

Durante a carreira das praças, assim como acontece com os oficiais, haverá cursos de atualização, especialização e aperfeiçoamento que são pré-requisitos para a promoção, mas curso de formação será apenas o CFP, no início da carreira, tal qual é o CFO para os oficiais.

Como esta alteração na lei ocorreu recentemente, em uma época de controle de gastos nos governos estaduais, não houve, depois de sua aprovação, a contratação de praças para a PMPR. Não houve nenhum CFP, nem para policiais, nem para bombeiros militares ainda. Para a primeira turma do CFP, será buscado o reconhecimento deste curso como um curso superior de tecnologia. Para isso já foi preparado o projeto pedagógico dos cursos, tanto para os bombeiros quanto para os policiais militares, e este projeto foi aprovado no CEPE da UNESPAR, ficando pendente a aprovação no COU da Universidade.

O CFP deverá preparar o policial para exercer as funções de soldado, cabo e sargento. Assim, o planejamento realizado pela PMPR é de executar o curso em aproximadamente um ano letivo. O CFP para os policiais militares será realizado em 1810 horas-aula e o CFP para os bombeiros militares será realizado em 1837 horas-aula. Os dois cursos tem uma base comum, para adaptar o novo policial e bombeiro às regras e rotinas da caserna. Porém, a parte técnico-profissional de ambos é bem distinta, conduzindo os discentes para o desempenho das funções inerentes ao cargo que irão desempenhar, sendo o bombeiro treinado para ações de combate a incêndios e defesa civil e o policial militar para as questões de policiamento preventivo e manutenção da ordem pública.

Cabe salientar que apesar das mudanças legislativas recentes na carreira das praças, que levou a uma mudança no curso de formação desta carreira policial, o objetivo desta pesquisa é refletir a partir da formação dos oficiais, que serão os responsáveis pelo comando das Unidades Paraná Seguro.

O Curso de Formação de Oficiais também apresenta distinção na formação técnico-profissional dos policiais (CFO-PM) e dos bombeiros militares (CFO-BM), com o mesmo enfoque do CFP. O CFO também tem o núcleo comum entre os dois cursos, no que concerne à formação dos policiais e dos bombeiros, na parte de gestão pública, direito administrativo militar e na adaptação à caserna.

Tanto o CFO-PM quanto o CFO-BM tem 4500 horas-aula e a duração de três anos letivos. Durante o curso o policial militar tem a graduação de cadete e, logo que se forma, passa à graduação de aspirante a oficial. Na graduação de aspirante o policial realizará no mínimo um ano de estágio probatório, já realizando as funções inerentes à carreira do oficial. Depois de concluído o estágio, o policial será promovido ao posto de 2º Tenente, sendo o primeiro posto do oficialato.

O CFO é reconhecido pelo Conselho Federal de Educação (CFE) como um curso equivalente a curso de nível superior, no sistema civil de ensino, desde o ano de 1968. Este reconhecimento se deu através do Parecer nº 400/1982 do CFE. Mesmo tendo a equivalência reconhecida a um curso de nível superior, no ano de 2012 a APMG iniciou o processo de reconhecimento do CFO como curso superior, na modalidade bacharelado.

No ano de 2012, foi autorizado o início da primeira turma dos cursos de formação de oficiais, como bacharéis, através do Decreto Estadual nº 4491, de 9 de maio de 2012. (PARANÁ, 2012) A autorização se deu por cinco anos e desde o ano de 2018 o curso se encontra em processo de renovação do reconhecimento.

Os Cursos de Formação de Oficiais oferecidos na APMG (policial e bombeiro militar) tiveram a atualização se seus projetos pedagógicos aprovados no CEPE/UNESPAR no dia 19 de dezembro de 2017. O CFO-BM é chamado de Bacharelado em Gestão de Prevenção e Combate em Incêndios e Emergências. Mas, como citado anteriormente, o foco desta tese é a formação do cadete policial militar, por isso não nos aprofundaremos na análise do CFO-BM.

4.3 O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES E OS FUNDAMENTOS DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

O egresso do CFO-PM recebe o título de Bacharel em Segurança Pública e Cidadania. Nesta seção iremos analisar o projeto pedagógico deste curso, com ênfase nas disciplinas voltadas à polícia comunitária.

O curso é desenvolvido em 4500 horas-aula, sendo dividido em três anos letivos, com 1500 horas-aula em cada ano. Esta carga horária contempla disciplinas na área das ciências humanas, ciências sociais, ciências jurídicas e disciplinas técnico-profissionais. (UNESPAR, 2018)

Durante o curso, os cadetes têm disciplinas ligadas à antropologia, filosofia, sociologia, ciências políticas, psicologia, ética profissional, administração, informática, direito e disciplinas técnicas de policiamento ostensivo, tiro, táticas para confrontos armados e defesa pessoal. (UNESPAR, 2018)

Do total de aulas do CFO-PM, existem duas disciplinas diretamente voltadas para o ensino da atuação em comunidade: uma delas é ministrada no primeiro ano do curso, chamada de “Teorias de Polícia Comunitária”, com carga horária de 30 horas-aula; a outra disciplina é ministrada no segundo ano do curso, chamada de “Prática de Policiamento Comunitário”, também com 30 horas-aula. A cada ano do curso os cadetes devem cumprir, também, 10 horas-aula de “Trabalho Comunitário”, mas esta carga horária está mais voltada para um trabalho assistencial, não tendo ligação com a doutrina de polícia comunitária. (UNESPAR, 2018)

A disciplina de “Teorias de Polícia Comunitária” tem um conteúdo denso, e sua carga horária de 30 horas pode fazer com que os assuntos, importantes para a compreensão do que vem a ser polícia comunitária, sejam passados de maneira superficial, dificultando a compreensão do aluno. Esta disciplina traz como ementa:

A FILOSOFIA DA POLÍCIA COMUNITÁRIA (Conceitos básicos de polícia comunitária e policiamento comunitário. Introdução aos movimentos sociais; Segurança pública e o papel da comunidade; Visão moderna sobre polícia comunitária; Mistificações e simplificações sobre polícia comunitária), PRINCÍPIOS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (Filosofia e estratégia organizacional; Os nove “p” do Policiamento Comunitário), CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA (CONSEGs Conselhos Comunitários de Segurança; Atribuições dos Conselhos Comunitários de Segurança; Preferências locais e consistência das políticas policiais, solucionar problemas ao invés de combater o crime; Documentos que regulam o CONSEG no Paraná; documentos utilizados pelos policiais na atividade fim

de policiamento comunitário; A situação atual dos Conseg, aspectos positivos e negativos. A exploração política do Conseg), FORÇAS DA SOCIEDADE NO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (O sistema policial; A Comunidade; autoridades civis eleitas; a comunidade de negócios; a mídia; outras instituições), POLÍCIA COMUNITÁRIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE POLICIAMENTO (Pressupostos organizacionais e operacionais da polícia comunitária; Processos de implementação, manutenção e avaliação de um programa de polícia comunitária; Vantagens e desvantagens estratégicas e operacionais da Polícia Comunitária), POLÍCIA COMUNITÁRIA EM UM CONTEXTO INTERNACIONAL (Análise e discussão das pesquisas que discutem os programas de Polícia Comunitária da Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão; Dificuldades na Implantação dos projetos de Polícia Comunitária). (UNESPAR, 2018, p. 23)

A disciplina “Prática de Policiamento Comunitário”, que também tem carga horária de 30 horas, apesar de constar “prática” em seu nome, tem a previsão, no projeto pedagógico, de toda a carga horária ser ministrada em sala de aula. Não há previsão de aulas práticas nesta disciplina. Ao analisar a ementa da disciplina, percebemos que os assuntos podem estar sobrepostos aos assuntos tratados na disciplina de “Teorias de Polícia Comunitária”, como as atribuições dos Conselhos Comunitários de Segurança e a discussão dos programas de policiamento comunitário que foram, ou ainda são, utilizados pela PMPR. A ementa desta disciplina é a seguinte:

Gestão pela qualidade na segurança pública, com ênfase na resolução de problemas; Gestão comunitária na segurança pública, Atividades dos conselhos comunitários de segurança pública; Projetos e programas de polícia comunitária da PMPR, Projeto POVO, Patrulha Escolar Comunitária Segurança Social. (UNESPAR, 2018, p. 51)

O ensinamento da filosofia de polícia comunitária no CFO-PM da PMPR não se limita às disciplinas destinadas a este fim diretamente. É um ensinamento transdisciplinar e interdisciplinar, que se fundamenta, por exemplo, em outras disciplinas, como é o caso da disciplina de “Direitos Humanos”, com carga horária de 30 horas, ministrada no primeiro ano do curso, cuja ementa prevê:

O HOMEM, A SOCIEDADE E OS DIREITOS HUMANOS (Os usos, os costumes, as leis, a moral e os Direitos Humanos), DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS (Direitos Humanos na perspectiva universal; As gerações de Direitos Humanos; A proteção dos Direitos Humanos fundamentais; O regime extraordinário de Direitos Humanos; Os remédios constitucionais), DIREITOS HUMANOS NO BRASIL (Fatores de melhoria dos Direitos Humanos; Programa Nacional dos Direitos Humanos; A Segurança Pública e os Direitos Humanos; Criminalidade violenta nos meios urbano e rural; Violência contra grupos

vulneráveis; Instrumentos internacionais contra a discriminação e a tortura, a par da DUDH) (UNESPAR, 2018, p. 21)

Outra disciplina importante para a execução do policiamento comunitário é “Atuação Policial e Minorias”, disciplina ministrada também no primeiro ano, em 20 horas-aula, que tem como objetivo fornecer subsídios teórico-práticos para os cadetes sejam promotores e protetores dos direitos humanos dos grupos vulneráveis. Na ementa desta disciplina temos:

Esta disciplina tem a finalidade de fornecer elementos teórico-práticos para que os profissionais de Segurança Pública possam pautar o exercício de sua atividade no respeito aos direitos e liberdades individuais, conscientizando-se de sua capacidade de promover e proteger os Direitos Humanos de mulheres, crianças, idosos, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, vítimas da criminalidade e abuso do poder, moradores de rua, vítimas do preconceito de raça ou cor e pessoas com deficiência. Caracteriza-se, dessa forma, como uma medida preventiva que objetiva fortalecer o exercício da cidadania e do Estado Democrático de Direito. (UNESPAR, 2018, p. 31)

No projeto pedagógico do CFO-PM há mais duas disciplinas que citam diretamente a polícia comunitária em suas ementas. A primeira delas é a “Doutrina de Emprego PM II”. Esta disciplina é ministrada no terceiro ano do curso, com carga horária de 30 horas-aula. Sua ementa indica que nesta disciplina é trabalhada a maneira de se empregar o policiamento preventivo, com ênfase às atividade de polícia comunitária.

DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO E EMPREGO DA PMPR: Orientação geral, Missão da Polícia Militar, Execução, Coordenação e controle, Prescrições gerais, **Projeto Povo, Patrulha Escolar, UNIDADES PARANÁ SEGURO: Aplicação das Unidades Paraná seguro no Paraná (histórico, missão, relação do projeto com a filosofia de Polícia Comunitária)** (UNEPSAR, 2018, p. 59, grifo nosso)

Esta é a única disciplina que consta, em sua ementa, o estudo das Unidades Paraná Seguro (UPSs). Nesta disciplina o cadete terá contato com os conhecimentos necessários para que possa compreender o que é uma UPS, o que faz uma UPS e como a teoria polícia comunitária poderá ser empregada em uma UPS para que o trabalho lá realizado possa ser bem sucedido.

A outra disciplina que cita a “polícia comunitária” em sua ementa é “Policiamento Ostensivo Geral III”, cuja ementa “Estudo da doutrina de policiamento ostensivo geral, tendo por base a filosofia de polícia comunitária e os direitos

humanos.” (UNESPAR, 2018, p. 67), descreve que nesta disciplina de 40 horas-aula o cadete será levado a refletir a respeito dos conceitos de policiamento ostensivo geral (POG) que teve nos dois primeiros anos do curso, nas disciplinas de POG I e POG II, mas agora com ênfase nos preceitos de polícia comunitária. Esta disciplina ocorre no terceiro ano do CFO-PM.

Neste momento do curso o cadete já passou pelas disciplinas de direitos humanos, atuação policial e minorias, teoria e prática de polícia comunitária, bem como pelas disciplinas de POG, possibilitando a sua reflexão e conexão entre a teoria e a prática.

Ao analisar o projeto pedagógico do CFO-PM constatamos que, apesar da interdisciplinaridade necessária para que a filosofia de polícia comunitária seja compreendida pelos alunos como algo institucional, e não apenas como uma disciplina curricular, os termos “polícia comunitária”, “policiamento comunitário” e “Unidades Paraná Seguro” são citados poucas vezes neste projeto. Todas as vezes que estes termos aparecem, eles estão relacionados com três situações específicas: nome da disciplina, título dos materiais citados nas referências bibliográficas (livros, artigos ou legislações) ou nas ementas das disciplinas.

O termo “polícia comunitária” é mencionado no nome da disciplina de “Teorias de Polícia Comunitária”. Este termo consta no título das referências das disciplinas de “Teorias de Polícia Comunitária”; “Prática de Policiamento Comunitário”. E é citado como assunto nas ementas das disciplinas de “Teorias de Polícia Comunitária”; “Prática de Policiamento Comunitário”; “Doutrina de Emprego PM II”; e “Policiamento Ostensivo Geral III”.

O termo “policiamento comunitário” é citado no nome da disciplina de “Prática de Policiamento Comunitário”. Ainda é mencionado na ementa da disciplina de e nas referências bibliográficas da disciplina de “Teorias de Polícia Comunitária”. O termo “policiamento comunitário” não é citado nem na ementa nem nas referências bibliográficas da disciplina “Prática de Policiamento Comunitário”.

O termo “Unidades Paraná Seguro”, que foi pesquisado com as variações “Unidade Paraná Seguro” e também a sigla “UPS” é mencionado apenas na ementa da disciplina de “Doutrina de Emprego PM II”.

Esta análise é importante, porque os assuntos constantes na ementa de uma disciplina norteiam o que o instrutor irá ministrar aos cadetes em sala de aula.

Segundo os regulamentos internos da APMG, o professor não poderá cobrar em avaliações mais do que 20% de assuntos que não constem na ementa de uma disciplina (PMPR, 2008), o que amarra, ainda mais, o instrutor àquela ementa. Para que haja a interdisciplinaridade, é necessário que o assunto polícia comunitária, conste na ementa de mais disciplinas, para que ela seja ensinada, aprendida e compreendida partindo-se de diferentes pontos de vista. No Quadro 2 apresentamos a quantidade de menções de cada termo no projeto pedagógico do CFO-PM

QUADRO 3 - QUANTIDADE DE DISCIPLINAS QUE MENCIONAM OS TERMOS “POLÍCIA COMUNITÁRIA”, “POLICIAMENTO COMUNITÁRIO” E “UNIDADES PARANÁ SEGURO” NO CFO-PM

EXPRESSÃO	QUANTIDADE DE DISCIPLINAS COM MENÇÃO AO TERMO		
	NOME DA DISCIPLINA	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	EMENTA DA DISCIPLINA
Polícia Comunitária	1	2	4
Policimento Comunitário	1	1	1
Unidades Paraná Seguro	0	0	1

FONTE: O autor (2019).

A análise da quantidade de menções a estes termos no projeto pedagógico do CFO-PM e o local que eles estão colocados, mostra que, eles estão relacionados a quatro disciplinas específicas: Teorias de Polícia Comunitária; Prática de Policiamento Comunitário; Doutrina de Emprego PM II; e Policiamento Ostensivo Geral III.

Na parte geral do projeto pedagógico é exposta a justificativa da importância deste curso para a sociedade; a concepção, finalidade e objetivos do curso; a descrição as atividades práticas, das atividades complementares, do estágio supervisionado; bem como o perfil profissional do egresso. Seria importante mencionar, por exemplo, que o cadete deveria fazer estágios voltados à sua aplicação no policiamento comunitário ou em Unidades Paraná Seguro; citar no perfil do egresso que ele poderá atuar no policiamento comunitário; incluir nas atividades práticas atividades que motivem o contato com a comunidade. Em nenhuma destas atividades e definições constantes na parte geral do projeto pedagógico do CFO-PM são citadas as expressões estudadas. Isso pode

demonstrar a importância que é dada às atividades de polícia comunitária dentro do CFO-PM.

Apesar de ter uma carga horária consideravelmente grande, destinada ao estudo da filosofia de polícia comunitária, que chega a 150 horas-aula, se somarmos a carga horária das disciplinas que, em sua ementa, se referem diretamente ao estudo da polícia comunitária, do policiamento comunitário e das Unidades Paraná Seguro, que são: “Teorias de Polícia Comunitária” (40 horas-aula); “Prática de Policiamento Comunitário” (40 horas-aula); “Doutrina de Emprego PM II” (30 horas-aula); e “Policiamento Ostensivo Geral III” (40 horas-aula).

A quantidade de horas dedicadas ao ensino da filosofia da polícia comunitária, que visa a integração entre a polícia e a comunidade, ao futuro oficial da PMPR pode aumentar se considerarmos as disciplinas que apoiam as práticas comunitárias, tal qual “Atuação Policial e Minorias” e “Direitos Humanos”. Porém, quando se trata do planejamento e dos objetivos do curso, quando vislumbramos o perfil desejado pelo egresso do CFO-PM, sequer são mencionadas as expressões. Isso pode significar que, apesar de constar certa carga horária dirigida ao ensino da filosofia da polícia comunitária, a compreensão destes termos não é importante no resultado final, não é importante esta filosofia ser compreendida pelo egresso do CFO-PM.

4.4 A FORMAÇÃO DO OFICIAL POLICIAL MILITAR NO PARANÁ

Na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), onde todos os cadetes do Paraná são formados, os alunos têm à sua disposição: refeitório, sala de lutas, sala de musculação, sala de *spinning*, ginásio poliesportivo, piscina semi-olímpica, laboratórios de informática, simulador de confrontos armados, complexo de treinamento de tiro, alojamento, biblioteca, centro de atendimento médico com enfermaria, fisioterapia, odontologia e atendimento de psicólogos, entre outras instalações. Ao todo, há uma área de 1.017.000 m² disponíveis para a formação dos policiais militares na APMG. (UNESPAR, 2012)

Ao ingressar na Polícia Militar do Paraná (PMPR), como cadete, o policial militar passa a receber a remuneração mensal de R\$ 3.213,61⁹. Se ele já era praça da PMPR e recebia um salário maior do que este, ele permanece durante toda a sua formação recebendo o seu salário de praça.

Durante o período de formação o cadete terá aulas, em regra, de segunda a sexta-feira. O Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFO-PM) ocorre no período integral. Assim, de segunda a quinta-feira os cadetes terão aulas de manhã e de tarde, podendo chegar a dez horas-aula diárias. Na sexta-feira, em regra terá aulas apenas pela manhã. Apenas em ocasiões especiais¹⁰ serão agendadas aulas na sexta-feira à tarde e no final de semana. (PMPR, 2014)

A rotina semanal do cadete se inicia, em regra¹¹, com sua apresentação na APMG às 21 horas de domingo, permanecendo no regime de internato até a sexta-feira, ao meio dia, quando se encerram as aulas, e ele pode sair da APMG. Diariamente, sua rotina se inicia às 6h, com o alvoreada¹², e se encerra às 23h com a determinação de silêncio¹³. (KARPINSKI, 2013)

Esse currículo complexo inicia todos os dias com a alvoreada às 6 horas da manhã e todo processo desencadeado deve ser observado: o cadete deve manter sua cama limpa e arrumada, inclusive utiliza-se o ferro de passar roupas para que os lençóis e sobre lençol não fiquem amassados, isso após terem sido esticados e presos com alfinetes e elásticos junto ao estrado dos beliches. Os quartos coletivos, com aproximadamente dez colegas, devem estar limpos, e é feita a revista matinal todos os dias com extremo rigor; o

⁹ Dados retirados do Portal da Transparência do Paraná, sendo consultado o cargo de Aluno 1º Ano, que corresponde ao cargo do cadete do 1º ano do CFO-PM e CFO-BM. Ao passar para o 2º e 3º anos, a remuneração é aumentada. Informações disponíveis em: <<https://bit.ly/2tgHsAl>>.

¹⁰ Poderá ser marcada uma aula no final de semana, por exemplo, quando há a necessidade do acompanhamento de uma operação policial. Neste caso os cadetes estarão juntos com o professor da disciplina. O objetivo seria vincular os ensinamentos de sala de aula com a prática da rotina policial.

¹¹ Dependendo do momento que se encontram no curso, os cadetes podem ser dispensados da apresentação no domingo à noite, apresentando-se apenas na segunda-feira pela manhã. Isso normalmente ocorre nos últimos meses do segundo ano e durante o terceiro ano da formação.

¹² A alvoreada é definida como “Toque de corneta ou outro instrumento que se dá nos quartéis ou navios ao nascer do dia para os militares se levantarem.” (ALVORADA, 2003). A alvoreada na APMG não é mais feita com toque de corneta, mas sim através de um recado dado pelo cadete, que está responsável pela segurança do bloco de alojamentos, através do sistema de som, pelo microfone. A alvoreada ocorre às 6h, quando todos os cadetes devem, obrigatoriamente, deixar suas camas e iniciar as atividades de higiene pessoal e limpeza de seu alojamento.

¹³ O silêncio é o “toque, nos quartéis, depois do recolher” (SILÊNCIO). Da mesma forma que é feita na alvoreada, o silêncio é informado aos cadetes pelo sistema de som do bloco de apartamentos. Após determinado o silêncio, não é mais permitido que os cadetes conversem, ou façam qualquer outro tipo de barulho, que possa incomodar o sono de seus colegas. Atualmente o silêncio é determinado às 23h.

fardamento passado com frisos, sapatos engraxados e lustrados: para tudo há revistas matinais e esporadicamente ao longo do dia. A barba, no caso masculino, raspada e cabelo cortado com inspeção a cada 15 dias; as cadetes femininas devem ter os cabelos devidamente presos, tranças ou coques dependem do fardamento do dia, que são vários, no mínimo 12 tipos de fardas. (KARPINSKI, 2013, p. 31)

Entre a “alvorada” e o “silêncio” há uma série de atividades que são realizadas pelos cadetes. Parte delas foram descritas por Karpinski (2013). O período formal relacionado ao Curso de Formação de Oficiais está compreendido entre às 7h30min até às 12h e às 13h30min às 18h, período em que os cadetes estão em sala de aula. Mas a formação deles também é permeada pelas atividades que são desenvolvidas fora da sala de aula, no período em que permanecem na APMG, por conta do seu período de internato. (OLIVEIRA, 2018)

O início do curso é marcado por um período chamado de “período de adaptação”¹⁴. Neste, o cadete recebe as instruções militares básicas, que são necessárias para a compreensão, pelo menos mínima, do que será a vida na caserna. Moreira e Nogueira (1999), ao analisar os momentos iniciais de um aluno na caserna, identificam três momentos pelos quais passam: o primeiro deles é o choque inicial com as novas regras que os cadetes devem seguir.

Inicialmente, sente o impacto das regras para a convivência social intramuros, não se pode simplesmente chegar perto de um superior para conversar, é necessário pedir permissão, fazer continência, mostrar deferência, sem se esquecer de pedir permissão para sair. É um impacto, as relações interpessoais, nesse primeiro momento, se revestem de uma capa de artificialismo, perdem a naturalidade e trazem o medo, o receio do erro e tudo o que ele pode acarretar. (MOREIRA, NOGUEIRA, 1999, p. 36)

Passado o primeiro momento de choque, o cadete percebe que é possível conviver com as regras apresentadas, limitando-se a conviver de maneira mais pessoal e descontraída apenas com seus colegas de turma.

¹⁴ O período de adaptação se inicia com a apresentação dos novos cadetes no APMG. Geralmente eles são levados até lá por seus familiares ou amigos, quando todos são recebidos pelo Comandante da APMG, sendo cientificados de como será o CFO-PM e como se dará o período de adaptação, que se inicia neste mesmo dia e tem, normalmente, a duração de 40 dias, por isso também é chamado, na APMG, de “quarentena”. Durante a “quarentena” o novo cadete receberá uma série de instruções de como deverá se portar durante o curso e uma série de instruções voltadas à vida militar que passa a ter a partir daquele momento, como instruções de ordem unida, segurança e manutenção (limpeza) do aquartelamento, entre outras. O cadete só voltará a sair da APMG depois de findados os 40 dias de seu período de adaptação.

Vencido o choque inicial, é possível se adequar às regras de conduta preconizadas, habituar-se a elas, mas, a não ser entre pares, ou seja, entre militares de mesmo posto ou graduação hierárquica, ou que tiveram sua formação num mesmo período, na mesma turma, as regras para o relacionamento interpessoal continuam apontando para uma distância entre os indivíduos, para um formalismo nas inter-relações, identificado por todos os atos cerimoniais que devem precedê-la e regulá-la. (MOREIRA, NOGUEIRA, 1999, p. 36)

Então as regras passam a dominar não apenas o seu convívio dentro dos quartéis, mas também toda a sua vida, estando fardado, ou não, estando de serviço, ou não, estando dentro ou fora do quartel.

Num segundo momento, o candidato a ingresso na instituição é concitado a mudar seu comportamento, deve se destituir de valores e crenças e renunciar a um modo de vida civil que não esteja em consonância com o modo de vida militar, preconizado pelos regulamentos da instituição. Troca-se de estado: o candidato deixa de ser civil para ser um militar. (MOREIRA, NOGUEIRA, 1999, p. 36)

Sobre o processo de formação e de “adaptação” pelo qual passam os novos policiais, Silva e Silva (2016) trazem reflexões acerca deste termo, uma vez que os policiais militares são oriundos da comunidade que posteriormente, depois de formados, retornaram para proteger, não havendo sentido em se adaptar para conviver nela. Para eles, a passagem pelo período de “adaptação”

Redundam assim na supressão das experiências sociais subjetivas para a incorporação de uma perspectiva profissional objetivada, ou seja, há a submissão a um processo de disciplinamento, onde é imperativa a adequação ao modelo de postura individual elegido pela Corporação, que invade sua vida profissional e particular. (SILVA, SILVA, 2016, p. 32)

Nesse processo de formação, o cadete será levado a “[...] aderir ao pensamento homogêneo da totalidade, condicionando-se a um modo de vida pré-determinado [...]” (SILVA, SILVA, 2016, p. 32) onde a postura, os horários, as vestimentas, o modo de falar, pensar e agir buscam um padrão, imposto. O policial deixa de ser chamado por seu nome, passando a se apresentar, sempre com a sua graduação e o número que lhe é conferido. (SILVA, SILVA, 2016)

Especificamente na Academia Policial Militar do Guatupê, o período de adaptação do cadete tem duração de quarenta dias, nos quais os alunos não poderão deixar o quartel. Segundo Karpinski (2013, p. 29) “Este período, que inicia após a aula inaugural, serve para a adaptação do cadete à nova vida.”.

A rotina rígida, que a maioria dos jovens não conhecia é diuturna, e inicia no período de adaptação. Durante a quarentena o aluno receberá as primeiras orientações de como se comportar durante a vida profissional e social, uma vez que seu *status* passa a ser o de militar estadual. Tradicionalmente, as orientações são repassadas com a participação de cadetes que já estão cursando o segundo e terceiro ano do CFO, o que deve sempre ocorrer com a supervisão de um oficial coordenador de curso. (KARPINSKI, 2013, p. 30)

Depois deste período de adaptação, o curso começa a transcorrer baseado na rotina normal, ou seja, com o cadete se apresentando aos domingos e sendo liberado na sexta-feira ao meio dia. A “doutrinação”, então, continua sendo feita de outra forma. Dos 70 professores que ministram aula para o CFO-PM, segundo o projeto pedagógico em vigor, dois não são policiais militares. Quanto ao gênero, quatro são mulheres, dentre as mulheres todas são policiais militares.

A formação dos oficiais na PMPR é feita quase que exclusivamente por outros oficiais. Isso reforça o que indicam Nogueira e Moreira (1999), que a formação nas polícias militares não contempla apenas a formação profissional, mas também o ideal, a forma como devem agir os profissionais ali formados, para reproduzir o *status quo*. Este ideal, a forma de agir, está fundamentado em “[...] princípios rígidos e pouco flexíveis.”. (MOREIRA, NOGUEIRA, 1999, p. 36)

O policial militar não só veste a camisa da empresa, ele passa a fazer parte de um grupo altamente organizado, que tem a identificação entre seus membros, seja nas ações, idéias, modos de reação, conceitos ou preconceitos, relacionados aos ideais aí presentes, como forte fator de coesão grupal. (MOREIRA, NOGUEIRA, 1999, p. 36)

A formação dos novos policiais sendo feita basicamente por policiais que tenham mais tempo de serviço, que são chamados no meio militar de “mais antigos”, pode reforçar os conceitos e preconceitos que este grupo apresenta, dificultando as mudanças institucionais. Enquanto o pensamento dominante entre os policiais “mais antigos” não for alterada, possivelmente não haverá mudança na formação dos policiais “mais modernos”. Segundo Karpinski (2013, p. 27)

Essa dinâmica endógena de formação reflete-se em toda a PMPR, ou seja, desde o aluno soldado até o coronel de polícia são formados por seus pares e superiores, nunca por subordinados e às vezes por profissionais de outras áreas. Constatamos então que a tradição é a base da formação, os oficiais formam seus subordinados e aqueles que irão sucedê-los, fazendo com que o modelo se repita e os eventuais progressos ocorram de modo tímido, discreto e muito lentamente.

Aliado a todo este processo, talvez por não serem formados por profissionais da educação, ou por profissionais com conhecimentos na área de educação, muitas vezes a formação dos cadetes “[...] obedece à lógica da reprodução de conhecimento, destituído da problematização da realidade, fazendo com que estes sejam sujeitos copiadores de informações operativas.” (SILVA, SILVA, 2016, p. 35)

A formação atual dos policiais, passa por este período de desligamento de suas raízes históricas e sociais, desvalorizando o conhecimento trazido do “mundo civil” e focalizando apenas nos ensinamentos policiais e militares. (SILVA, SILVA, 2016)

A forma não reflexiva e apenas reprodutora do conhecimento que é realizada a formação do policial militar, pode levar à formação de profissionais alheios ao contexto social e econômico das comunidades que deverão defender (KARPINSKI, 2013; SILVA, SILVA, 2016). E isso pode se transformar em um grande problema, principalmente no que tange a policiais comunitários, que deveriam compreender a realidade das comunidades às quais prestam serviços, para poder, de alguma forma, buscar maneiras de ajudá-las.

Para Silva e Silva (2016) o processo de transformação pela qual passou a formação dos policiais militares na Paraíba foi fundamental para a redução de casos de violência policial, e das mortes por intervenção policial.

A evolução educacional na formação e capacitação profissional dos policiais militares implica diretamente num processo de “adaptação” institucional, que acarreta na superação de um modelo anterior para a inserção de uma concepção dialogicamente oposta ao que ocorria com os recrutas de outrora. [...] Em outras palavras, trata-se de um processo de humanização institucional, na medida em que abre os olhos ao contexto social paraibano, essencialmente às carências estruturais que favorecem o desenvolvimento da violência e criminalidade, para assim envolver toda a Corporação na busca de medidas preventivas, capazes de intervir não apenas nos fatores que afetam diretamente a segurança pública, mas também nas causas indiretas, tal como educação, saúde, lazer e esportes. (SILVA, SILVA, 2016, p. 39-40)

A esta maneira de repassar conhecimentos, onde os educadores são tidos como os detentores do conhecimento e os alunos como desprovidos totalmente do conhecimento, que recebem de maneira passiva e estática os conhecimentos repassados pelo professor, sem qualquer reflexão crítica ou construção conjunta do saber, Paulo Freire (1987) chamou de “educação bancária”. Nesta forma de repasse de conhecimento o educador deposita, transfere os seus conhecimentos para o

aluno, e ele somente os recebe, sem o direito de refletir, sem o movimento de ir e vir do conhecimento, onde tanto o professor quanto o aluno constroem juntos o conhecimento, hora ensinando, hora aprendendo. Para Freire (1987, p. 34) “Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores.”.

A visão de que os policiais devem ser formados sem consciência crítica, tal qual ocorre na “educação bancária” de Freire (1987), não está apenas presente nos instrutores da APMG, que muitas vezes tratam o aluno, oriundo do “mundo civil” como um completo ignorante, por não conhecer as regras da caserna.

Além disso, a formação do policial militar também está permeada pela influência da formação militar. Herança da influência das forças armadas dentro das polícias militares, historicamente vivida no Brasil, e que foi intensificada no período da ditadura militar.

[...] esta herança também é perceptível no plano da educação, principalmente na formação do jovem policial militar, oportunidade em que são reavivadas os valores militarizados de outrora, por vezes, relacionados a busca implacável dos inimigos do Estado (revestidos, segundo a atual realidade, na figura dos criminosos, tais como traficantes, homicidas, estupradores, entre outros) e exercício de autoridade perante subordinados e a comunidade, a qual não é observada como destinatária de um serviço público de segurança, mas como outro elemento a ser disciplinado, ou seja, ordenado. (SILVA, SILVA, 2016, p. 31)

O ensino militar é voltado a relações de autoridade. Estas relações, nas polícias militares transcendem a relação entre os membros da caserna e passam também, para a relação entre o policial e o cidadão. Além disso, esta relação de autoridade, somada à “educação bancária” em que apenas o instrutor é conhecedor dos assuntos ministrados, sendo ignorados os conhecimentos anteriormente constituídos, visam uma uniformização do agir dos policiais.

Algumas disciplinas, como Ordem Unida, favorecem de maneira clara a incorporação deste modelo profissional objetivo. Desenvolvida a partir de um exercício de repetição de movimentos, a Ordem Unida tem como objetivos fundamentais a padronização e adestramento das ações individuais de modo a garantir a execução conjunta de ordens, manifestando de forma inequívoca ações de disciplina e hierarquia. (SILVA, SILVA, 2016, p. 32)

Algumas disciplinas, como Ordem Unida, favorecem de maneira clara a incorporação deste modelo profissional objetivo. Desenvolvida a partir de um exercício de repetição de movimentos, a Ordem Unida tem como objetivos fundamentais a padronização e adestramento das ações individuais de modo a garantir a execução conjunta de ordens, manifestando de forma inequívoca ações de disciplina e hierarquia. (SILVA, SILVA, 2016, p. 32)

Mas esta visão de formação não reflexiva dos policiais também está no imaginário social, mesmo que de forma velada. Mesmo tentando disfarçar, vez por outra alguém indica este pensamento de forma explícita, como fez, um governador do Paraná, falando sobre a exigência de curso superior para ingresso na carreira de Oficial na PMPR

O governador do Paraná [...] relacionou a exigência de ensino superior para ingresso na Polícia Militar a um possível aumento na insubordinação entre os soldados. “Outra questão é de insubordinação, uma pessoa com curso superior muitas vezes não aceita cumprir ordens de um oficial ou um superior, uma patente maior” [...] (MARTINS, 2012)

Além do pensamento de que quanto menos conhecimento tiver mais subordinado às ordens superiores será o policial, existe outra dificuldade na formação do policial, que é a superação de uma visão repressiva, agressiva e muitas vezes corrupta da polícia militar, que é trazida pelo novo policial do seio da comunidade que convive, antes de ingressar nas fileiras da polícia militar, conforme apontado por Souza (2003, p. 16)

Ao receber um jovem que trazem seu imaginário uma representação social de polícia que a corporação vem tentando modificar, elas têm a missão de ensiná-lo a ser um policial, além de reconstruir a concepção que ele já trouxe consigo sobre esta profissão. É importante que se frise: a imagem de uma polícia que prioriza a repressão é presente no imaginário social.

Formar um jovem, para modificar a visão que ele traz consigo a respeito da corporação que está ingressando, sendo formado por profissionais mais antigos que de certa forma também compactuam com o imaginário de uma polícia mais repressiva, é uma tarefa difícil, porém importante para que as atividades de policiamento comunitário tenham efeito positivo.

5 A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

O trabalho da polícia militar dentro das Unidades Paraná Seguro está fundamentado na teoria de polícia comunitária (SECRETARIA, 2012). Este policiamento visa aproximar o policial militar do cidadão da região em que ele trabalha, de forma que possam, através de uma relação, chegar a possíveis resoluções aos problemas de segurança pública daquela região.

O conhecimento adquirido por psicólogos ao longo de décadas realizando e pesquisando sobre os trabalhos comunitários podem levar a um *know how* que pode auxiliar a Polícia Militar a entender melhor o que se passa dentro de uma comunidade, para que consiga de fato, realizar, com ela, um trabalho comunitário.

Essas maneiras de compreensão das formas de condições de vida das pessoas, dos significados e sentidos psicossociais que facilitam a criação de redes de convivência mais solidárias e cooperativas, e o incentivo à participação coletiva são conceitos necessários para a realização dos trabalhos em comunidade realizados pela Polícia Militar dentro das UPSs.

Serão definidos, neste capítulo, conceitos importantes do campo da psicologia social comunitária (PSC), presentes nas práticas comunitárias, como os conceitos de relações, comunidade e trabalho comunitário. Também serão apontados, com os fundamentos nas pesquisas e trabalhos realizados por profissionais e pesquisadores da área da PSC, quais são os principais problemas enfrentados quando se pretende fazer uma intervenção em comunidade.

5.1 O QUE É COMUNIDADE

Para analisar o trabalho de polícia comunitária que a Polícia Militar do Paraná está realizando em alguns bairros de Curitiba, região metropolitana da capital, bem como nas cidades de Londrina e Cascavel, é necessário que tenhamos uma compreensão do que, para este trabalho, significa o termo comunidade.

No Brasil é muito comum ligarmos o termo “comunidade” a regiões carentes, desfavorecidas. É verdade que a maior parte dos trabalhos comunitários são realizados nestas comunidades, mas isso não define o que é uma comunidade

(NASCIUTTI, 2008). Não é o poder aquisitivo (ou o baixo poder aquisitivo) que define o que é uma “comunidade”.

Para Pierson¹⁵ (1974 apud NASCIUTTI, 2008) “[...] as comunidades surgem do simples fato de vivermos em simbiose, isto é, de viverem juntos num mesmo habitat indivíduos tanto semelhantes quanto diferentes e da ‘competição cooperativa’ que se empenham”.

Mas a comunidade é ainda mais do que isso, é um local onde as pessoas que nela vivem são conhecidas e respeitadas. Comunidade é uma vida em sociedade “[...] onde a pessoa, além de possuir um nome próprio, isto é, além de manter sua identidade e singularidade, tem possibilidade de participar, de dizer sua opinião, de manifestar seu pensamento, de ser alguém.”. (GUARESCHI, 2008, p. 95)

Desta forma, a vida em comunidade depreende participação, e essa participação deve ser igual para todos os indivíduos que nela vivem. Todos devem ouvir ser ouvidos. Todos têm vez e voz. E todos mantêm suas singularidades. (GUARESCHI, 2008)

A comunidade, tal como foi definida, é fundamental para a existência de uma democracia, pois só há democracia onde as pessoas podem se identificar, mantendo sua individualidade, tendo o direito de participação. Se essa participação e respeito às pessoas não ocorrer ao nível comunitário, não acontecerá em níveis maiores, como o municipal, estadual ou nacional. (GUARESCHI, 2008)

As relações comunitárias que constituem uma verdadeira comunidade são relações igualitárias, que se dão entre pessoas que possuem iguais direitos e deveres. Essas relações implicam que todos possam ter vez e voz, que todos sejam reconhecidos em sua singularidade, onde diferenças sejam respeitadas. E mais: as relações comunitárias implicam, também, a existência de uma dimensão afetiva, implicam que as pessoas sejam amadas, estimadas e benquistas. (GUARESCHI, 2008, p. 97)

Deixamos claro que a compreensão do termo “comunidade” nesta tese não é o que comumente temos visto nos meios de comunicação, atribuindo o significado de comunidade a locais onde seus moradores têm menor renda. Um local desses, pode até se constituir em uma comunidade, mas não pela renda de seus moradores, ou pelos problemas de infraestrutura que eles enfrentam, mas sim pelo relacionamento existente entre seus membros.

¹⁵ PIERSON, Donald. **Estudos de ecologia humana**. São Paulo: L. Martins Editora, 1974.

5.2 O QUE SÃO RELAÇÕES SOCIAIS

O projeto das UPSs prevê que a polícia militar deve atuar em determinadas áreas, sob os fundamentos da polícia comunitária. Esse tipo de policiamento é baseado na aproximação da polícia militar da comunidade a quem ela serve, tendo com ela uma relação mais próxima, baseada no conhecimento e na confiança mútua. (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1994)

Como a polícia comunitária exige uma “relação” entre a polícia e a comunidade, podemos delimitar o que vem a ser relação neste trabalho. Relação é definida por Guareschi (2008, p. 83) como

[...] uma ordenação, um direcionamento intrínseco (necessário) de uma coisa, em direção a outra. Mas essa “coisa” continua “uma”. [...] Então, comunicação, união, diálogo, etc. são relações, mas relação é muito mais: é um conceito que se aplica a uma realidade que não pode ser ela mesma, sem que haja uma outra coisa.

A relação exige coexistência, interdependência. Assim, para que haja uma relação entre a comunidade e a polícia militar dentro de uma UPS é necessário que uma se torne dependente da outra, de tal forma que não subsistam de maneira separada. E essa relação não precisa ser, necessariamente algo que une duas coisas. “Relação existe sempre que uma coisa não pode, sozinha, dar conta de sua existência. O conflito, a exclusão, são relações, pois ninguém pode brigar sozinho, e se há exclusão, há alguém que exclui, e alguém que é excluído.”. (GUARESCHI, 2008, p. 83)

Para a consolidação de trabalhos comunitários implantados, é necessário observar alguns aspectos muito importantes para que esse trabalho possa ser efetivado. Freitas (2010, 2014) destaca que entre estes aspectos primordiais para a efetivação dos trabalhos comunitários estão as relações que são estabelecidas entre os integrantes daquela comunidade. As relações entre os indivíduos de dentro da comunidade, chamados de “agentes internos ou autóctones” (FREITAS, 2010, p. 84), e entre eles e os profissionais que realizam os trabalhos comunitários, chamados de “agentes externos” (FREITAS, 2010, p. 84), podem influenciar positiva ou negativamente na participação das pessoas na formação das redes associativas e de interação, podendo, inclusive, impedir a formação de consciência crítica nos indivíduos.

Desta forma, se faz necessária a observação do vínculo e da parceria que existirá entre a comunidade e a polícia militar, que constituem, respectivamente, os “agentes autóctones e externos” (FREITAS, 2010, p. 84) na relação desenvolvida dentro da UPS, de forma que, essas relações venham a apontar qual o compromisso e a participação que cada ator social envolvido terá dentro desta relação.

[...] há de se levar em conta, em todo o processo de planejamento, elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação, quais são os outros atores envolvidos e participantes, assim como o tipo de compromisso e participação que tais atores sociais terão. (FREITAS, 2014, p. 139)

A interação entre a polícia e a comunidade, parte integrante do processo da polícia comunitária, merece uma análise aprofundada, pois é importante no sucesso deste modelo de policiamento.

5.3 A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E O TRABALHO COMUNITÁRIO

Como foi citado no início deste capítulo, há mais de cinquenta anos os estudantes, professores e profissionais de psicologia vêm desenvolvendo técnicas e trabalhos com a comunidade, tentando tornar o convívio em sociedade mais justo e equilibrado, gerando nos agentes envolvidos consciência sobre os seus “fazeres”.

Este conhecimento desenvolvido ao longo dos anos trouxe aos profissionais de psicologia, e de forma intensa naqueles que atuam na área da psicologia social comunitária, o desenvolvimento de métodos e práticas de intervenção que possibilitam este “despertar” para a cidadania nos agentes internos e externos dessa relação, possibilitando a transformação social, intervindo nos processos psicossociais que favorecem a manutenção de posturas derrotistas diante das dificuldades diárias. Essas necessidades apresentam desafios para novas formas de intervenção,

[...] no sentido de que seja necessária a apropriação de ferramentas qualitativas e quantitativas para a compreensão da realidade psicossocial e para a produção de um conhecimento relevante, pertinente e profícuo quanto às dimensões psicológicas no âmbito comunitário. (FREITAS, 2014, p. 73)

Aos poucos os trabalhos da PSC foram se ampliando e procuravam realizar intervenções em comunidades, mas a ampliação da quantidade de trabalhos não trouxe significativas mudanças. (FREITAS, 2010, 2014)

Embora tais trabalhos defendam uma melhora na vida das pessoas e manifestem uma preocupação com as condições sociais delas, os projetos políticos e os seus compromissos efetivos são secundarizados, sobressaindo uma forte preocupação para com a quantidade e eficiência das ações pró-cidadania e pró-inclusão, como se os resultados e os números pudessem substituir os processos de formação, conscientização e participação. Ou seja, como tais resultados 'eficientes' pudessem, por si só, ser sinônimos de projetos e compromissos políticos, em longo prazo, para a construção de uma sociedade mais justa e melhor (FREITAS, 2012a, p. 377)

Segundo Freitas (2014b) um trabalho comunitário, quando apoiado no campo da Psicologia Social Comunitária, “Trata-se de uma prática que tem claramente um compromisso com os setores mais desfavorecidos da população, tendo como meta o fortalecimento dos processos de conscientização e participação na relações cotidianas.”. (FREITAS, 2014b, p. 74)

Além disso, ao se fundamentar na Psicologia Social Comunitária

[...] o trabalho a ser desenvolvido guia-se, necessariamente, pelas necessidades apresentadas pela população, de tal modo que os objetivos da intervenção psicossocial, assim como suas ferramentas de ação, são construídos *a posteriori*, numa relação compartilhada entre profissional e comunidade. (FREITAS, 2014b, p. 75)

Assim, apesar do aumento significativo dos projetos sociais, a partir do final do século XX, “[...] isso não tem gerado, na mesma velocidade, um aumento da participação da população, como autora e gestora de seu cotidiano e de seu destino histórico [...]”. (FREITAS, 2015, p. 20-21)

5.4 QUE RELAÇÕES DEVERIAM EXISTIR ENTRE COMUNIDADE E POLÍCIA MILITAR?

Para realizar uma intervenção em comunidade, deve-se levar em consideração que não será fácil, o processo será longo, com diversos desafios no campo político e metodológico. Esse processo precisa ser construído coletivamente,

combatendo as estruturas que possibilitam situações de opressão, marginalização e exclusão sociais. (FREITAS, 2010)

Conocer la forma en que se visualiza una problemática es determinante para una mejor comprensión de la intervención. Una comprensión mejor y más clara de las condiciones en la cuales se realiza la intervención comunitaria surge cuando las problemáticas son discutidas y conocidas por la comunidad en conjunto con los profesionales, y son fruto de reflexiones conjuntas sobre sus avances y desafíos. Este procedimiento también permite otorgar a los diversos agentes involucrados garantías de acceso a la información y a una comunicación efectiva entre quienes participan o son afectados por la intervención. (FREITAS, 2012b, p. 180)

O profissional disposto a enfrentar este longo processo deve se envolver com a comunidade, estando aberto para compreender as realidades vividas pela comunidade. Deve ter a percepção de que os seus conhecimentos sobre a realidade são particulares, locais. Por isso, deve ser respeitado o “saber” de cada local e comunidade em que irá se realizar um trabalho comunitário, respeitando a autonomia dos indivíduos que vivem naquele local. Esse respeito deve ser levado sempre em consideração, de forma que tanto a comunidade quanto o profissional tenham a possibilidade de aprender juntos, um sobre o outro. (GUARESCHI, 2008; FREITAS, 2010, 2012)

Para que a relação entre a comunidade e a polícia militar seja profícua é necessária a compreensão deste respeito pelo “saber” local, de forma a considerar o conhecimento e as relações existentes entre os moradores das comunidades em que a polícia militar precisa atuar. Conhecendo e respeitando o mútuo aprendizado, há maiores chances desta relação ser mais rica.

As relações firmadas entre a polícia militar e a comunidade devem se fundamentar em discussões, conversas e convivência mútuas. Para que seja possível haver uma colaboração e um trabalho em conjunto, é preciso que a comunidade seja respeitada e ouvida em seu “saber” local. Soluções formatadas, distantes da realidade local, para serem aplicadas, de maneira impositiva, em todas as comunidades do estado não surtem o efeito esperado.

Quando trata da importância da relação entre a comunidade e a polícia militar, destaca Goedert Filho (2016, p. 114) “[...] [que] A reciprocidade na relação é um elemento necessário para o policiamento comunitário, assim o uso adequado da lei e da força, pelo consenso estabelecido, pode ser alcançado.”. O autor traz os

conceitos de “lei” e da “força” fundamentado em um policiamento que muitas vezes se baseia na classe social para fundamentar o seu emprego. Assim, para as classes mais abastadas, muitas vezes, o policiamento toma a forma de uma “prestação de serviços”, enquanto para as classes mais pobres o policiamento é focado no “modelo reativo tradicional”. (GOEDERT FILHO, 2016)

A polícia militar se relaciona com a comunidade das mais diversas formas. Estas relações vão desde o momento da prevenção, quando a polícia pretende reduzir a possibilidade da incidência de delitos. Nesta forma de policiamento podemos citar ações como a realizada pela Patrulha Escolar Comunitária, pelo PROERD, pelo Batalhão de Polícia de Trânsito, pelo Batalhão de Polícia Rodoviária, pelo Batalhão de Polícia Ambiental. Estes batalhões da polícia militar empregam várias formas de se relacionar com a comunidade, de modo a reduzir a incidência de alguns atos ilícitos: palestras ministradas a motoristas, pais, professores ou alunos de escolas; blitzes educativas; cartilhas; campanhas educativas. (GOEDERT FILHO, 2016)

Por melhor que sejam as relações firmadas entre a comunidade e a polícia militar antes da eclosão de fatos delituosos, não há como impedir que eles aconteçam. A Inglaterra, país que tem um modelo de polícia proativa que fundamentou a mudança da concepção de polícia em muitos países do mundo, tem uma população de aproximadamente 66 milhões de habitantes, segundo o Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais¹⁶.

Apesar desta polícia “modelo”, foram registrados na Inglaterra, no ano de 2017, 134 assassinatos (PRESSE, 2018). Este número longe das 175 mortes violentas que foram registradas por dia no Brasil no ano de 2017 (ANUÁRIO, 2018). Mesmo assim, os crimes acontecem.

Além do volume muito menor de crimes ocorridos, no Reino Unido 90% destes crimes são solucionados, enquanto no Brasil o índice de solução desses crimes é de 6% (COUTELLE, 2018). A boa relação entre a comunidade e a polícia auxilia na solução dos crimes, mas não consegue impedir totalmente a ocorrência deles.

¹⁶ O Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais é o responsável por coleta e análise de dados estatísticos sobre o desenvolvimento humano no mundo, com o intuito de promover um desenvolvimento igualitário para todos os países. Os dados são disponibilizados no sítio eletrônico <<https://population.un.org/wpp/>>.

É depois da eclosão de um fato criminoso que vem outras formas de relação entre a polícia e a comunidade. Depois que acontece um ato ilícito a polícia passa a se relacionar com a comunidade, ou seja, com a(s) vítima(s), com terceiros e com os autores deste ato ilícito. Todos estes agentes envolvidos são membros da comunidade e devem ter seus direitos protegidos pela polícia militar. Entre estes direitos estão o direito à vida, direito à incolumidade do patrimônio e da integridade física, direito a um julgamento justo, entre outros.

A relação entre a polícia militar e a comunidade não pode acabar, ou ser abalada depois de um acontecimento criminoso. A proximidade entre ambas vai facilitar para que o policial, conhecendo a vítima, possa prestar um apoio mais humano e profissional. Conhecendo os criminosos que atuam em sua região, o policial poderá buscar e prender os autores. Ainda, se a população confia no policial e ele confina na população, informações valiosas poderão ser coletadas para a elucidação do acontecimento ilícito.

As relações que podem existir entre a comunidade e a polícia militar são muitas, mas elas devem sempre estar baseadas no respeito e na colaboração mútua. Dentro do serviço da polícia militar há o patrulhamento especializado, realizado pelas Unidades Paraná Seguro. Nos locais onde há UPSs a relação entre o policial e a comunidade deve ser ainda mais próxima.

5.5 QUE RELAÇÕES E QUE PAPEL A UNIDADE PARANÁ SEGURO DEVERIA TER COM A POPULAÇÃO?

A Unidade Paraná Seguro tem a sua atuação baseada nos princípios da polícia comunitária, e isso subentende uma relação contínua entre a comunidade e os policiais militares que ali atuam. Esta relação deve se fundamentar na confiança e no conhecimento entre os agentes envolvidos.

Para isso, dentro da área patrulhada por uma UPS deve haver cooperação entre a comunidade e a polícia militar, para resolver os problemas de segurança pública de maneira conjunta. As ideias e sugestões de todas as pessoas ali envolvidas (moradores, comerciantes, policiais, estudantes) têm o mesmo valor, devendo ser respeitadas e ouvidas.

Os policiais militares da UPS devem se envolver com os problemas da comunidade, não somente os diretamente relacionados à segurança pública, mas também outros problemas que possam ser apresentados, constituindo-se em auxílio para conduzir os membros da comunidade na busca por soluções aos problemas apresentados. Estes problemas podem ser relacionados aos transporte público, iluminação pública, saneamento básico, pavimentação asfáltica, saúde pública, educação, ou seja, quaisquer problemas apresentados pela comunidade merecem uma atenção especial do policial militar, que deverá, na medida de sua competência e capacidade, auxiliar a comunidade na busca pela solução. Para poder auxiliar a comunidade em que está envolvido, o policial precisa conhecer a realidade local.

Quanto maior o conhecimento, interlocução e relacionamento, melhor a qualidade de manutenção e garantia da ordem, pois o comportamento policial corresponderá, num primeiro momento, aos anseios da população local, e, conseqüentemente, à necessidade de melhoria de qualidade de vida, no aspecto segurança, proporcionando a oportunidade de elevar o nível de cidadania. (ZOUAIN, RICCIO NETO, ZAMITH, 2006, p. 375)

Este envolvimento e relacionamento, nas UPSs se darão através da permanência diária dos policiais naquela comunidade. Para isso, o policial militar que trabalha na UPS deve permanecer, independente do atendimento de ocorrência, realizando o policiamento naquela região, mantendo contato com a comunidade à qual presta o seu serviço. Este envolvimento e convívio diário poderá ajudar no vínculo de confiança formado entre a comunidade e o policial.

Os policiais das UPSs, então, deverão se relacionar nas mais diversas formas com a comunidade. Não somente nos momentos de reuniões comunitárias formais, mas também durante conversas informais nos locais públicos, no comércio, nas escolas ou postos de saúde da região. Destas conversas podem ser apontados problemas vividos pela comunidade local, bem como podem surgir possíveis soluções para eles.

Dividir a responsabilidade com a polícia é o papel que o público deve assumir, e os principais reflexos se evidenciarão nos hábitos, no respeito e na confiança no Estado, que precisam ser imediatamente restabelecidos para que se obtenha uma nova perspectiva de desenvolvimento, não só evidenciada por aspectos econômicos, mas também fundamentalmente sociais e humanos. (ZOUAIN, RICCIO NETO, ZAMITH, 2006, p. 376)

A Unidade Paraná Seguro tem o papel de possibilitar o convívio entre a comunidade e os policiais militares que trabalham na região. A sede física da UPS pode servir como um ponto de referência onde a população poderá buscar a polícia, mas o relacionamento entre a comunidade e os policiais deve acontecer por todos os locais do bairro, não ficando constricto a apenas uma instalação física.

A UPS tem o papel de fazer a ligação entre a comunidade e o estado, quando houver a ausência dos demais representantes do estado naquela localidade.

É muito comum notar-se que a polícia é o único departamento disponível sete dias por semana, vinte e quatro horas ao dia, para responder aos pedidos de socorro de um cidadão - diferente de combater um incêndio ou consertar algum equipamento em mau funcionamento. (GOLDSTEIN, 2003, p. 45)

É esta a contribuição que se espera de uma UPS, que ela se transforme no acesso mais fácil da comunidade ao poder público, de forma que, o seu policial, possa atuar como um mediador de conflitos, encaminhando as demandas sociais para quem, por direito e dever, deva dar a solução.

Segundo Zouain, Riccio Neto e Zamith (2006) quanto maior for o relacionamento entre a comunidade e a polícia, melhores serão as condições de segurança daquela região, pois a ação policial será pautada nos anseios da comunidade, focada não apenas em melhores de condições de segurança, mas melhores condições sociais. A participação da comunidade nas ações da polícia leva o cidadão a compreender que as atitudes tomadas pelo policial em determinado momento serão para o bem de todos.

O enfoque principal da estratégia [policial] consiste na busca da legitimação das ações policiais pela sociedade, incluindo até o uso da força em suas obrigações legais: políticas públicas voltadas para a segurança necessariamente devem se vincular à participação. (ZOUAIN, RICCIO NETO, ZAMITH, 2006, p. 379)

Desta forma, as decisões sobre as ações de segurança dentro de uma UPS devem ser descentralizadas, permitindo que os policiais que atuam naquela unidade, juntamente com a comunidade da região, possam definir quais serão as estratégias prioritárias a serem adotadas para a melhoria da segurança pública. Assim, uma vez propostas pela comunidade, “A função policial [...] consiste em fazer um diagnóstico

preciso a respeito de quais alternativas devem ser mais apropriadas em um determinado caso.”. (GOLDSTEIN, 2003, p. 64)

5.6 QUE RELAÇÕES E QUE IMPORTÂNCIA O CURSO DE FORMAÇÃO PODERIA TER PARA A ATUAÇÃO JUNTO ÀS UPS E POPULAÇÃO?

É no curso de formação que os os novos policiais têm o primeiro contato com a atividade policial que irão desempenhar. É durante o período de formação que eles iniciam a aquisição de conhecimento e habilidades técnicas necessárias para o exercício da profissão. (PONCIONI 2005, 2014). “É na academia também que ocorre a sistematização das normas de comportamento necessárias para coordenar as atividades e ações estratégicas e táticas das forças militares, ou seja, toda a doutrina militar é repassada durante os cursos de formação.”. (CRUZ, BRASIL, 2012, p. 336)

Desta forma, a evolução profissional, valorizando um policial militar mais focado na prevenção do crime e na parceria com a comunidade, passará pela formação dos novos policiais. A formação policial não será a única responsável para se alcançar a mudança de atitude do profissional de segurança pública, mas ela será uma parte importante no processo.

Para que a atuação policial evolua do modelo repressivo/reactivo tradicional e passe para um modelo preventivo/colaborativo, será necessário que mudanças sejam incorporadas durante a formação do novo policial. Por muitos anos a formação policial foi pautada num modelo burocrático-militar, também chamado de modelo profissional, cujo enfoque principal é a aplicação da lei, pelos agentes policiais, a qualquer custo, não cabendo reflexões e espaço para a mediação de conflitos (PONCIONI, 2005). Neste modelo profissional

o ensino e treinamento para policiais baseiam-se essencialmente no controle do crime e na aplicação da lei, com ênfase na importância da adesão dos policiais a regras e procedimentos da organização, negligenciando o enfoque da interação com o cidadão para o desenvolvimento das tarefas relacionadas à manutenção da ordem, que são demandadas cotidianamente à polícia, e que são desconsideradas, na sua quase totalidade, nos conteúdos programáticos dos cursos em questão. (PONCIONI, 2014, p. 59)

A estrutura militar das polícias ostensivas no Brasil é fundamentada em “[...] valores rígidos orientados por uma cultura militar de comando determinada pela hierarquia verticalizada e pouco afeita às críticas.” (CRUZ, BRASIL, 2012, p. 339). Esta estrutura e rigidez, aliados ao processo de formação em regime integral, com dedicação exclusiva, incluindo períodos de internato, pode gerar o distanciamento entre o cidadão e o policial militar. (CRUZ, BRASIL, 2012)

Porém, para a atuação em uma comunidade, o policial precisa estar vinculado e próximo a ela. Ele não pode ter este distanciamento apontado por Cruz e Brasil (2012).

O “policiamento comunitário” baseia-se, pois, em uma nova abordagem de relacionamento da polícia com a sociedade, segundo a qual o público em parceria com a organização policial, exerce um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança, a fim de que se possam identificar as causas e as soluções de problemas relacionados à ordem e à segurança pública na área onde esse serviço é prestado. Ou seja, o público é concebido como um coprodutor da segurança e da ordem, juntamente com a polícia. (PONCIONI, 2014, p. 61)

Para que isso ocorra, é preciso que o policial militar, durante a sua formação, receba conhecimento a respeito de como agir em situações, que não sejam as da tradicional atuação de polícia, que está no imaginário da população ocidental, que é chegar após um acontecimento criminoso e prender o indivíduo que cometeu este crime. (PONCIONI, 2005)

Para isso, o ensino inicial do policial militar se torna fundamental. A importância de um policial bem formado transcende os interesses da corporação e do estado. Ele passa a ter relevância para toda a sociedade.

O ensino policial é uma questão social de fundamental importância. Qual ensino? O ensino pautado em conhecimentos que objetivam discutir, redimensionar, repensar as configurações tradicionais dos currículos de educação policial, à luz das mutações e dos movimentos das sociedades contemporâneas. Currículos voltados à construção de outros modelos de polícia, afinados com pedagogias críticas e democráticas, opostas ao ensino arcaico que, apesar de muitas inovações, ainda se mantém (SILVA, 2014, p. 144)

Para isso é preciso buscar uma formação que se aproxime da realidade enfrentada pelo policial na rua, que valorize teorias de interação social, de valorização das minorias, de compreensão das condições socioeconômicas do ambiente em que este policial prestará serviços. Esta inserção de formas de

aprender que se aproxime da realidade é entendida por Silva (2014) como uma das ações mais importantes para o ensino policial.

[...] talvez o mais importante [...] seja a inclusão nos currículos que se pretendam inovadores desses aspectos experienciais do ofício policial. Que se construam territórios pedagógicos nos quais a vivência, os conflitos, as vitórias, as dificuldades enfrentadas por esses profissionais encontrem espaço dialógico para a troca, para a discordância, para a visibilidade de seus sabe. (SILVA, 2014, p. 146)

Para o bom desempenho do serviço em uma Unidade Paraná Seguro, ou em outra atividade policial, mas principalmente nas que envolvem o policiamento comunitário, é preciso que a formação possibilite uma compreensão maior da realidade em que o policial está inserido, e que desperte nele uma maior capacidade de reflexão, para que os profissionais de segurança pública possam analisar o contexto em que estão inseridos e decidir a melhor forma de intervir para prover a segurança daquela comunidade.

6 MÉTODO

Esta tese apresenta um enfoque qualitativo, onde são buscadas as “[...] interpretações das realidades sociais [...]” (BAUER, GASKELL, 2002, p. 23), ou seja, as concepções dos cadetes da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) sobre sua atividade prático-profissional e as maneiras de aproximação entre a polícia militar e a comunidade. Esta pesquisa busca o aprofundamento naquilo que não é o geral, mas sim o peculiar, buscando compreender, não explicar o que está sendo estudado. (RAMPAZZO, 2012). Para Flick (2004) a pesquisa qualitativa tem como aspectos essenciais a escolha correta dos métodos e da teoria, a análise do fenômeno de diversas perspectivas e na reflexão dos pesquisadores a respeito do fenômeno como parte integrante da produção do conhecimento.

Quanto aos seus objetivos, esta pesquisa é classificada, segundo Gil (2002, 2008) como uma pesquisa descritiva, por ter o intuito de descrever algumas características observáveis nos cadetes da APMG, bem como de identificar e relacionar algumas variáveis. Segundo Rampazzo (2012, p. 55) “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fenômenos do mundo físico, sem a interferência do pesquisador.”.

Para que fossem cumpridos os objetivos desta pesquisa, foi aplicado um questionário com perguntas fechadas e de múltipla escolha aos participantes (MARCONI, LAKATOS, 1999; RAMPAZZO, 2012). As perguntas tiveram o enfoque nos seguintes eixos temáticos: atuação profissional dentro das Unidades Paraná Seguro; o serviço prestado pelas Unidades Paraná Seguro à comunidade; maneiras de aproximação entre a polícia militar e a comunidade; atuação da polícia militar do Paraná em suas diferentes formas de policiamento.

6.1 PARTICIPANTES

A Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), instituição de ensino superior responsável pela formação dos novos oficiais da Polícia Militar do Paraná (PMPR) contava, em janeiro de 2018, quando da coleta dos dados desta pesquisa, com três turmas de cadetes, que são os oficiais em formação.

O Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFO-PM) é realizado em três anos na PMPR. A quantidade de cadetes que ingressam em cada ano letivo depende de um decreto do Governador do Paraná. Assim, há o total de 128 cadetes, sendo 28 do primeiro ano; 14 cadetes do segundo ano; e 86 cadetes no terceiro ano.

Os cadetes têm em sua rotina aulas no período matutino e vespertino e, depois do encerramento das aulas, ficam alojados na Academia Policial Militar do Guatupê, no que é chamado de regime de internato. Os cadetes ficam de domingo a sexta-feira na APMG, sendo liberados para as suas casas na sexta-feira depois do período de aulas.

Na APMG, os cadetes têm à sua disposição quatro laboratórios de informática, biblioteca, salas de estudos, entre outros ambientes que funcionam como estrutura de apoio ao desenvolvimento dos estudos.

6.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

Para fazer parte desta pesquisa, o participante deveria ser cadete regularmente matriculado no Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, e consentir em responder ao questionário de coleta de dados. O consentimento foi realizado através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Todos os cadetes do CFO-PM que consentiram, assinando o TCLE, foram aceitos como participantes desta pesquisa, que não se prendeu em amostras, mas incluiu todo o universo de cadetes disponíveis e voluntários.

Foram excluídos desta pesquisa, os cadetes que estavam em afastamento, no período de coleta de dados, por qualquer motivo, quer seja por licenças ou dispensas.

Como esta pesquisa se relacionou diretamente à atuação profissional do policial militar, também foram excluídos da pesquisa os cadetes do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares, que também têm seu curso de formação realizado na Academia Policial Militar do Guatupê, mas suas funções, depois de formados, são totalmente distintas das desempenhadas pelos policiais militares.

Ainda foram excluídos desta pesquisa os cadetes policiais militares que não consentiram voluntariamente em participar dela. Esse consentimento ocorreu depois

da explicação, pelo pesquisador, dos objetivos, instrumento de coleta de dados e plano de análise dos dados coletados e, os cadetes que consentiram na participação assinaram o TCLE, formalizando a sua participação na pesquisa.

Em qualquer momento da pesquisa, os participantes que desejassem desistir de sua participação, poderiam sair da pesquisa, sendo todos os dados coletados até aquele momento desconsiderados para esta tese, mesmo que tenha sido assinado o TCLE. A participação continuou sendo voluntária em todas as fases da pesquisa, ou seja, a assinatura do TCLE não obrigou a participação a partir daquele momento. Mas não houveram desistências no transcorrer da pesquisa.

6.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados desta pesquisa foi um questionário fechado autoaplicado, que foi fornecido aos participantes através de uma plataforma digital. (GIL, 2008)

A disponibilização do instrumento através de uma plataforma digital visou o respeito ao anonimato do respondente, de forma a não precisar realizar qualquer tipo de identificação pessoal a respeito do participante. Por se tratar de uma pesquisa dentro de um ambiente militar, altamente hierarquizado, a menor possibilidade da identificação dos participantes poderia alterar o resultado da pesquisa. Desta forma, disponibilizando a pesquisa por meio digital, foi possível que o cadete pudesse responder, sem o temor de ser identificado e sofrer possíveis represálias pelas respostas enviadas.

Da mesma forma, o instrumento questionário foi escolhido por ser o que possibilita o maior anonimato do participante. Outros instrumentos como a entrevista ou a observação, poderiam inibir o comportamento natural e sincero dos participantes, também por questões de hierarquia.

O questionário foi respondido pelos participantes, por escrito, sem a presença do pesquisador, que ficou no mesmo ambiente apenas para sanar possíveis dúvidas. Este instrumento constitui-se numa série ordenada de perguntas, que buscaram o aprofundamento nos objetivos da pesquisa, porém como o cuidado de não se tornar demasiadamente longo, de forma a se tornar enfadonho o seu preenchimento. (MARCONI, LAKATOS, 1999; RAMPAZZO, 2010; LUDWIG, 2012).

Uma das desvantagens do questionário, apontados por diversos autores, (MARCONI, LAKATOS, 1999; GIL, 2008; RAMPAZZO, 2010; LUDWIG, 2012) é a baixa taxa de retorno dos mesmos ao pesquisador, que pode chegar a 25% apenas, o retorno dos questionários enviados. Nesta pesquisa, como o preenchimento do questionário foi virtual, no mesmo ambiente em que os participantes consentiram em participar da coleta de dados, através da assinatura do do TCLE, a taxa de retorno foi de 99,15% dos que consentiram em participar. Apenas um questionário não foi anexado ao banco de dados, por um erro do sistema digital.

Entre as vantagens de um questionário apontados por Rampazzo (2012) estão a garantia do anonimato, que permite uma maior precisão nas respostas e a menor exposição do participante às influências do pesquisador, uma vez que o participantes estarão respondendo, sozinhos ao instrumento de coleta de dados. Salientam Coutinho e Cunha (2004, p. 115) que “Uma grande vantagem do questionário é o anonimato: o fato de não ser identificado deixa o respondente muito à vontade para dar respostas verdadeiras.”. Essas vantagens foram essenciais para uma pesquisa realizada dentro de um ambiente militar, e permitiram que os dados coletados fossem o mais próximo da realidade vivida pelos cadetes.

A escolha das perguntas fechadas e de múltipla escolha feitas aos participantes se deu por serem as que permitem abranger várias visões de um mesmo assunto, e ao mesmo tempo permitem o processamento e compreensão dos dados coletados. (MARCONI, LAKATOS, 1999; GIL, 2008, RAMPAZZO, 2012). Segundo Rampazzo (2012, p. 119) “A técnica de múltipla escolha é facilmente tabulável e proporciona uma exploração em profundidade quase tão boa quanto a das perguntas abertas.”.

Para cada eixo temático, estava associada uma série de perguntas, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre ele. Os eixos temáticos são: atuação profissional dentro das Unidades Paraná Seguro; o serviço prestado pelas Unidades Paraná Seguro à comunidade; maneiras de aproximação entre a polícia militar e a comunidade; atuação da polícia militar do Paraná em suas diferentes formas de policiamento.

6.4 PROCEDIMENTOS

Os pesquisadores efetuaram contato com o Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê, responsável pela formação dos cadetes na Polícia Militar do Paraná, informando os objetivos da pesquisa, quem seriam os participantes, qual seria o método de coleta de dados e o plano de análise. Depois de esclarecidas todas as dúvidas do Comandante da APMG, o mesmo, como responsável da instituição, concordou com a realização da pesquisa, assinando carta de anuência. A carta de anuência está no Apêndice 1 desta tese.

Depois da anuência da instituição participante, os pesquisadores encaminharam o projeto para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Artes do Paraná (CEP/FAP), da Universidade Estadual do Paraná. A pesquisa foi avaliada pelo CEP/FAP porque a APMG é vinculada academicamente à UNESPAR, e o CEP/FAP é o único comitê de ética na UNESPAR. A aprovação do CEP/FAP deu-se através de parecer consubstanciado, junto à Plataforma Brasil. O parecer se encontra no Anexo 1 desta tese. Depois destas etapas preparatórias e da aprovação do CEP/FAP os pesquisadores foram a campo para realizar a coleta de dados.

O desenvolvimento do questionário foi realizado com base nos objetivos da pesquisa, sendo formuladas, para cada um dos quatro eixos temáticos, conforme mencionamos na seção anterior, uma série de perguntas, claras, simples e objetivas.

Antes da aplicação do questionário aos participantes, ele foi submetido a um pré-teste, que também é chamado de estudo piloto, sendo aplicado o instrumento em oficiais da PMPR. A aplicação do pré-teste, segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 102) “Deve ser aplicado em populações com características semelhantes, mas nunca naquela que será alvo de estudo.”. Assim, aplicação em oficiais, que têm a mesma formação pela qual os cadetes estão passando, visou o teste e o aperfeiçoamento do instrumento, sem a contaminação da população estudada.

Ao tratar do estudo piloto, definido por Castro (2006, p. 136) como uma “[...] miniatura da pesquisa que queremos realizar”, ele indica que

[...] quase todos os erros e equívocos se apresentam e sua correção tende a ser indolor. Uma pergunta deixada de fora de um questionário pode trazer

perdas importantes de informação. A pesquisa-piloto detecta o erro e permite corrigir a omissão. Quase tudo o que pode dar errado aparecerá na fase piloto.

O estudo piloto desta pesquisa foi aplicado em doze oficiais da polícia militar com o intuito de testar as características do instrumento, dirimindo inconsistências nas perguntas. Os oficiais escolhidos já concluíram o Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, e trabalham ou trabalharam com o policiamento comunitário, e/ou têm conhecimento sobre este tipo de policiamento pela realização de cursos sobre o tema. Além destas características, foram indicados oficiais que são professores na APMG, dos cursos de formação de oficiais ou de praças.

Depois de aplicado o pré-teste, ele foi ajustado de forma a garantir que a coleta de dados ocorresse com o cuidado de buscar cumprir os objetivos desta pesquisa.

Terminado o período de pré-teste e de ajuste do instrumento, foi agendada junto ao Comandante da APMG uma reunião preparatória com os cadetes e o momento da coleta dos dados, para que fosse iniciada a aplicação do instrumento de pesquisa.

Na reunião preparatória foram explicados os objetivos da pesquisa, a importância da pesquisa para a PMPR, bem como houve espaço aberto para que os participantes tirassem suas dúvidas a respeito da pesquisa. Depois de esclarecidos todos os detalhes, foi distribuído o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para que assinassem como voluntários, ou não desta pesquisa. Depois de assinados e recolhidos os TCLEs, os participantes voluntários permaneceram no local da reunião e os que não foram voluntários foram dispensados.

Depois de assinado o TCLE como voluntários, os cadetes receberam um endereço virtual para o acesso ao questionário *on line*, e todas as orientações para realizar a pesquisa. Depois de explicado o instrumento aos participantes, não havendo mais dúvidas, eles foram autorizados a responder ao questionário *on line*.

O preenchimento do questionário aconteceu dentro da APMG, nos laboratórios de informática disponíveis para os cadetes. Existem quatro laboratórios de informática que podem ser utilizados para a aplicação dos questionários, com máquinas conectadas à *internet*. Mas todos os cadetes responderam ao questionário no mesmo laboratório, que foi reveado entre eles.

Os cadetes ficaram sozinhos nos computadores, de forma a não haver influências de quaisquer superiores hierárquicos nas respostas realizadas pelos cadetes, nem tampouco estes se sentissem pressionados a responder o que é “institucionalmente correto”, por haver superiores hierárquicos fiscalizando o ato de responder aos questionários. Apenas o pesquisador permaneceu próximo aos cadetes, de forma que eles pudessem dirimir dúvidas que viessem a surgir durante o preenchimento do instrumento.

7 DESCRIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo foram apresentados os resultados dos dados coletados durante a pesquisa. O capítulo está dividido em quatro seções, sendo a primeira a caracterização dos participantes, e nas outras três os resultados são apresentados conforme os eixos da pesquisa.

7.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A coleta de dados aconteceu em dois dias distintos, sendo que no primeiro dia foram coletadas as respostas dos cadetes do 3º ano e do 1º ano. No segundo dia foram coletadas as respostas dos cadetes do 1º ano. Os dados foram coletados pela manhã, entre às 07h30min e às 10h30min, nos dois dias. O horário que foi escolhido para que fosse realizada a coleta de dados foi coincidente com momentos de aulas vagas dos cadetes. Ou seja, momentos em que eles deveriam estar em sala de aula, mas não haviam aulas marcadas. Desta forma, os pesquisadores procuraram realizar a menor interferência possível na rotina dos cadetes.

Para a coleta de dados foi utilizado o laboratório de informática 4, que fica na bloco de salas de aula da Escola de Formação de Oficiais, da Academia Policial Militar do Guatupê. Assim, os cadetes não precisaram realizar grandes deslocamentos para responder ao questionário da pesquisa.

No ano de 2019 há 128 cadetes matriculados no Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFO-PM), sendo 28 no 1º ano, 14 no 2º ano e 86 no 3º ano. Do total de cadetes, 127 compareceram à reunião inicial com os pesquisadores. O cadete que não compareceu estava afastado por baixa médica, não sendo possível a sua participação. Nesta reunião foram explicados os detalhes da pesquisa: os objetivos, o problema de pesquisa, a finalidade, a que universidade e programa esta pesquisa está vinculada, entre outras informações. Também foram informados os detalhes a respeito da coleta de dados: como seria o procedimento, a garantia de sigilo e anonimato, a anuência da instituição para a realização da pesquisa e a aprovação da coleta de dados pelo comitê de ética em pesquisa da UNESPAR.

Após os esclarecimentos e a retirada de dúvidas dos cadetes, foi realizada a distribuição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a cada um dos cadetes que estava na reunião inicial. Então foi solicitado que todos lessem todo o conteúdo do TCLE. Depois da leitura foi aberto mais um tempo para dirimir possíveis dúvidas que surgissem, mas neste ponto ninguém mais fez perguntas aos pesquisadores. Depois de lido o TCLE foi solicitado que assinassem ao mesmo, inserindo a sua aceitação, ou não, em participar da pesquisa.

Dos 127 cadetes que participaram da reunião inicial, 11 não aceitaram participar da pesquisa, o que resultou num total de 116 participantes, do universo de 128 cadetes, portanto, 90,63% do número total de cadetes participou desta pesquisa. Os participantes que não aceitaram participar da pesquisa foram dispensados do laboratório de informática, permanecendo apenas os voluntários. Depois da saída dos cadetes que não aceitaram participar da pesquisa, foi distribuído o endereço virtual onde estava hospedado o questionário *on line*.

O instrumento de coleta de dados, o questionário, era dividido em quatro partes, totalizando 44 perguntas. A primeira delas tinha como objetivo a caracterização dos participantes. Nesta primeira parte os cadetes responderam a 14 perguntas pessoais, sendo 4 perguntas fechadas e 10 perguntas abertas, porém diretas, de respostas curtas.

Na segunda parte do questionário os participantes responderam perguntas relacionadas à área que gostariam de atuar depois de formados. Nesta parte os participantes responderam a 11 perguntas, sendo 6 fechadas e 5 abertas, geralmente dando a oportunidade de explicar as escolhas das perguntas abertas.

A terceira parte do instrumento constituiu-se de 5 perguntas, todas elas fechadas, que se relacionavam com a atuação de um policial militar em uma Unidade Paraná Seguro. Em 4 destas questões era possível o participante acrescentar coisas além das alternativas que lhes eram fornecidas.

A quarta, e última, parte do questionário era composta de 14 perguntas que se relacionavam com a atuação policial e seu relacionamento com a comunidade. Esta atuação era analisada tanto no plano ideal quanto no plano real, sob a visão dos participantes. Nesta seção foram 3 questões fechadas e 11 abertas. A última questão, de caráter facultativo, era um espaço disponível para o participante acrescentar aquilo que lhe conviesse.

Durante o transcorrer das respostas, o pesquisador ficava na frente do laboratório de informática, no lugar destinado ao instrutor, sem circular entre os computadores, para não coibir as respostas dos cadetes. A permanência do pesquisador no mesmo local onde os cadetes preenchiam o questionário era necessária para dirimir possíveis dúvidas durante o preenchimento. E, de fato, foram necessárias algumas intervenções para auxiliar no preenchimento, pois alguns cadetes não eram familiarizados com a plataforma em que foi disponibilizado o questionário.

Ao terminar de responder aos questionários os participantes enviavam as suas respostas, que eram armazenadas no banco de dados da plataforma *Google Drive*. A primeira fase da análise dos dados foi feita, pelo autor desta tese, quando atribuiu um número de identificação com três dígitos para cada questionário de cada participantes, de 001 a 116. O critério da identificação dos questionários não incluiu o sexo nem o ano que estão matriculados os cadetes, porque poderia gerar confusão e o risco de identificação dos participantes. Assim, os números atribuídos não revelam estes dados.

A confusão poderia surgir porque os cadetes também recebem números de controle durante a sua formação, que, dependendo da quantidade de cadetes tem 3 ou 4 dígitos. Para a identificação dos cadetes na APMG, o primeiro dígito é o ano em que ele está matriculado e os demais dígitos são a classificação (pela média das notas nas disciplinas) que ele teve no ano anterior. Por exemplo, o cadete que obteve a melhor média no segundo ano, ao ser matriculado no terceiro ano será o 3001 (se alguma turma na APMG tiver mais que cem cadetes) ou 301 (se as turmas matriculadas tiverem até 99 cadetes). Como em 2019 os cadetes estão usando identificação de 4 dígitos, se indicássemos da mesma forma, poderia gerar confusão. Se, por exemplo, o questionário 001 fosse de alguém do 3º ano, a sua identificação seria 3001, o que poderia fazer com que pensassem que se trata do cadete com melhor nota, o que não é verdade. Portanto, os questionários receberam uma numeração de três dígitos, sequencial, não importando a série ou o sexo do cadete.

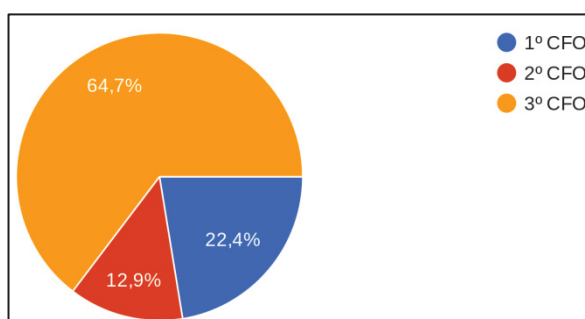
A primeira pergunta do questionário solicitava que os cadetes indicassem em qual turma estão matriculados. Entre os participantes, 75 são do 3º ano, 15 se disseram ser do 2º ano e 26 são do 1º ano do Curso de Formação de Oficiais

Policiais Militares (CFO-PM). Todos os 11 que não aceitaram participar da pesquisa são do 3º Ano. Foi constatado, nesta questão, um erro nas respostas.

Tivemos um número de 15 cadetes que afirmaram estar matriculados no 2º ano do curso, porém esta turma conta com 14 alunos matriculados. Ou seja, algum participante errou ao marcar a sua turma. Esta pergunta era de múltipla escolha, bastando que o participante marcasse em qual turma está matriculado. Como o questionário prima pelo anonimato e sigilo dos dados dos participantes, não há como identificar quem foi que cometeu este erro. Assim, passaremos a considerar a turma do 2º ano com 15 cadetes.

Outro problema foi constatado durante a resposta de 1 cadete do 1º ano. Ao encerrar o preenchimento do questionário ele chamou o pesquisador informando que, depois de enviar o questionário, apareceu uma mensagem de erro. Disse que clicou em “enviar” e algum tempo depois o computador se desconectou da internet. Como não havia forma de conferir se as respostas daquele cadete tinham sido armazenadas no banco de dados, sob pena de contaminar o anonimato, o pesquisador decidiu dispensar o aluno. Ao conferir a quantidade de respostas, foram constatadas apenas 26 respostas de cadetes do 1º CFO, o que indica que uma das respostas não computadas foi esta, cujo participante informou a mensagem de erro, e a outra, possivelmente foi um cadete do 1º ano que assinalou a resposta como estando matriculado no 2º ano do CFO-PM. O Gráfico 1 demonstra a distribuição percentual dos participantes pelas turmas em que estão matriculados.

GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE PARTICIPANTES MATRICULADOS EM CADA ANO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES

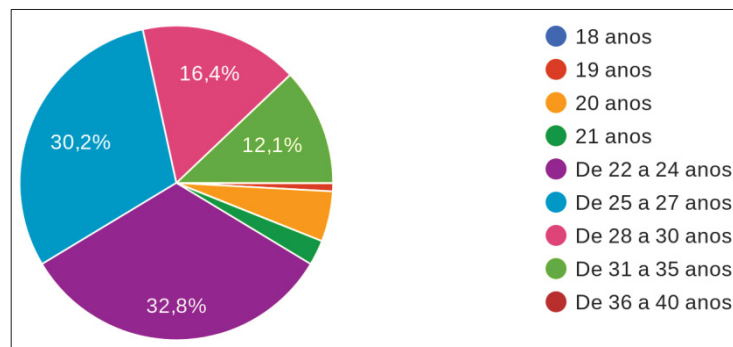


FONTE: O autor (2019).

Os participantes tinham idade entre 19 e 35 anos, sendo que a maior concentração ficou na faixa etária entre 22 a 27 anos, que corresponde a um total de

63% dos participantes. Temos 32,8% na faixa etária entre 22 e 24 anos e 30,2% na faixa etária entre 25 a 27 anos. Ainda observamos 12,1% dos participantes com idade superior a 30 anos. Com idades na faixa de 21 anos ou menos, tivemos um total de 8,7%, sendo 0,9% com 19 anos, 5,2% com 20 anos e 2,6% com 21 anos. O Gráfico 2 mostra a distribuição dos cadetes pelas faixas etárias.

GRÁFICO 2 - QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR FAIXAS ETÁRIAS



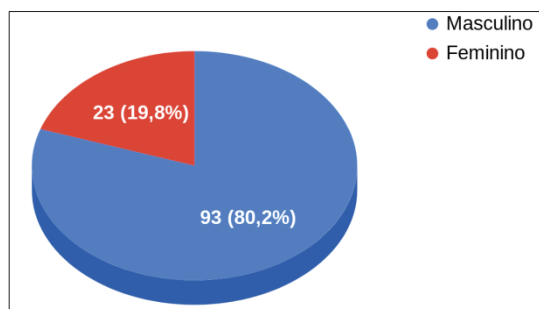
FONTE: O autor (2019).

Quanto ao gênero dos participantes, há a predominância de cadetes do sexo masculino, representando 80,17% dos participantes, totalizando 93 participantes. As cadetes do sexo feminino representam 19,83% dos participantes, o que corresponde a 23 participantes.

Apenas um participante informou não pertencer ao gênero masculino nem feminino, mas em sua resposta colocou a palavra “homem”, que foi considerado, portanto, como gênero masculino. Cabe salientar que esta questão foi aberta, para deixar livre ao participante a determinação de sua identidade de gênero.

A Lei Estadual 12.975, de 17 de novembro de 2000, em seu artigo 1º, parágrafo 2º, estabelece o limite de ingresso de mulheres na Polícia Militar do Paraná (PMPR) em até 50% do efetivo. Esta lei estipulava em 6% a quantidade máxima de ingresso de policiais militares do sexo feminino na PMPR, até que foi alterada pela Lei Estadual nº 14.804, de 20 de junho de 2005, ampliando para o limite atual de 50%, que ainda está longe de ser atingido (PARANÁ, 2000, 2005). Este limite foi justificado pelo legislador “Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público [...]” (PARANÁ, 2000). O Gráfico 3 mostra a distribuição dos cadetes pelo gênero.

GRÁFICO 3 - DIVISÃO DOS PARTICIPANTES POR GÊNERO



FONTE: O autor (2019).

Quanto ao local de nascimento, os cadetes são oriundos de 44 diferentes cidades, e de 12 diferentes estados brasileiros. A maior parte deles é paranaense, nascido na cidade de Curitiba. Os paranaenses representam 79,31% do total de cadetes (92 são paranaenses), sendo que 57,61% dos paranaenses são curitibanos.

São 53 cadetes nascidos na cidade de Curitiba, que significa um total de 46,90% do total dos participantes da pesquisa. Outros 7 cadetes são da Região Metropolitana de Curitiba, que somados aos nascidos na capital totalizam 51,72% do número total de participantes desta pesquisa.

A cidade de Maringá, no norte do Paraná, é a segunda cidade da qual vieram mais cadetes. Naturais de Maringá são 4 cadetes, o que representa 4,31% dos participantes. Das cidades de Apucarana e Londrina, também no norte do Paraná, vieram 3 cadetes nascidos em cada uma delas, assim, elas representam 3,45% da naturalidade total dos cadetes do Paraná.

Das cidades de fora do Paraná, são naturais de Brasília 3 cadetes (2,59%), de Goiânia 2 cadetes (1,72%) e da cidade de São Paulo outros 2 cadetes (1,72%). Os cadetes não nascidos no Paraná são oriundos de 20 cidades diferentes, divididas em 11 estados.

Dos cadetes naturais de outros estados, que não o Paraná, temos destaque para os paulistas e os catarinenses, estados onde nasceram 4 cadetes em cada, e representam 3,45% dos alunos do CFO-PM.

Ao analisar a origem dos cadetes por região do Brasil, constatamos que da região sul, há os 92 paranaenses e mais 5 cadetes provenientes de Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. Da região sudeste temos 8 cadetes. Da região nordeste temos 2 cadetes. Da região centro-oeste temos 9 cadetes, que ao desconsiderarmos

os paranaenses, é a região do Brasil de onde vieram um maior número de cadetes participantes desta pesquisa.

Não há nenhum cadete, entre os participantes, que tenha vindo da região norte do país. Isso pode ser dar pelo fato de ser a região mais distante do Paraná. O Quadro 3 apresenta a distribuição dos cadetes por estado de nascimento.

QUADRO 4 - QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PELO LOCAL DE NATURALIDADE

ESTADO	QUANTIDADE	PERCENTUAL	REGIÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Distrito Federal	3	2,59%	Centro-Oeste	9	7,76%
Goiás	3	2,59%			
Mato Grosso	1	0,86%			
Mato Grosso do Sul	2	1,72%			
Pernambuco	1	0,86%	Nordeste	2	1,72%
Sergipe	1	0,86%			
Minas Gerais	3	2,59%	Sudeste	8	6,90%
Rio de Janeiro	1	0,86%			
São Paulo	4	3,45%			
Paraná	92	79,31%	Sul	92	79,31%
Rio Grande do Sul	1	0,86%	Sul	5	4,31%
Santa Catarina	4	3,45%			
TOTAL	116	100,00%	TOTAL	116	100,00%

FONTE: O autor (2019).

Com relação à formação profissional, 85 cadetes (73,27%) concluíram, ou iniciaram, outro curso superior antes de ingressar no CFO-PM. Os outros 31 cadetes (26,73%) estão tendo o primeiro contato com o ensino superior na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG).

São 39 diferentes cursos que foram frequentados pelos participantes antes do ingresso no CFO-PM. O curso que mais atraiu os cadetes foi o Bacharelado em Direito, sendo que 14 cadetes tiveram contato com esta ciência antes do seu ingresso na APMG, o que representa 16,74% dos cadetes que ingressaram na faculdade antes do curso de oficiais. Depois do curso de Direito, os cursos de Ciências Contábeis, Engenharia Elétrica e Engenharia Civil são os que mais cadetes tiveram contato, com 6 cadetes em cada um dos cursos (7,06%).

Além dos cursos, de forma individual, quando analisamos as áreas do conhecimento que os cadetes buscaram antes do ingresso no CFO-PM, percebemos que as engenharias se destacam quantitativamente. Se somados os

cursos desta área do conhecimento temos 30 cadetes que tiveram contato com ela. Esse número representa 35,29% dos cadetes que cursaram ensino superior e 25,29% do total de participantes desta pesquisa.

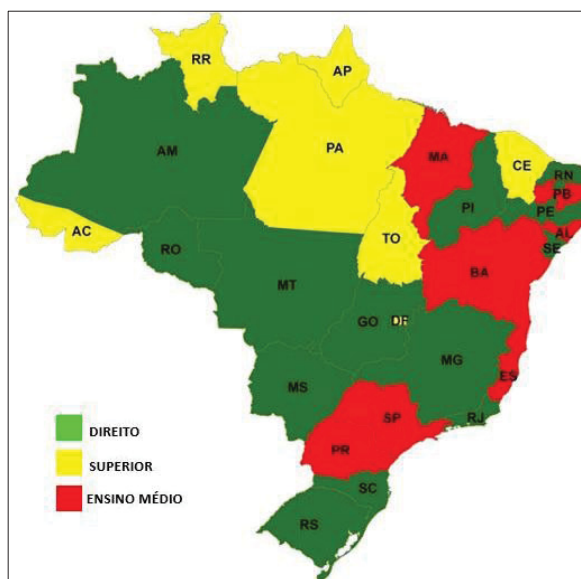
Destes números, podemos analisar dois fatos interessantes: o primeiro é a área de Ciências Jurídicas, sempre majoritária entre os Oficiais, não é a que tem trazido mais cadetes para a Polícia Militar do Paraná (PMPR), pois as engenharias representam um percentual maior entre os cadetes participantes desta pesquisa.

O segundo fato é que, apesar do Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares representar um curso muito mais voltado às ciências exatas e o curso policial militar estar mais envolvido com as ciências humanas e sociais, mais de um quarto dos cadetes são provenientes de cursos na área das ciências exatas.

Há um movimento das polícias militares do Brasil para que se exija o curso de direito para ingresso como oficiais na PM. O presente estudo demonstra que não apenas quem estudou as ciências jurídicas tem interesse em seguir carreira com oficial da PM, mas também pessoas oriundas de outras áreas do conhecimento. A multidisciplinaridade e a possibilidade de profissionais que tragam um enfoque diferente para buscar as soluções para os problemas da área da segurança pública nos parecem melhor, do que apenas pessoas ligadas às ciências jurídicas. Restringir o ingresso apenas àquelas pessoas ligada a uma área do conhecimento pode ser prejudicial para a PMPR. Mas isto exige uma reflexão maior, ademais, não é o objeto desta pesquisa.

Já são 13 estados brasileiros que exigem o curso superior em direito para o ingresso como oficial da PM. Outros 6 estados, mais o Distrito Federal, exigem qualquer curso superior para o ingresso como oficial da PM. Os outros 7 estados exigem apenas o ensino médio para o ingresso na carreira. Entre eles, o Paraná. A Figura 6 apresenta o mapa brasileiro com a exigência de escolaridade para ingresso como oficial da PM.

FIGURA 6 - MAPA DA EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO NA CARREIRA DE OFICIAL DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL



FONTE: DEFENDA PM (2018)

Os cursos que os cadetes tiveram contato antes de seu ingresso no CFO foram: Administração (3 cadetes), Ciências Contábeis (6), Gestão de Recursos Humanos (1), Gestão Pública (1), Arquitetura e Urbanismo (2), Ciências Aeronáuticas (1), Engenharia Ambiental (2), Engenharia Civil (6), Engenharia da Computação (1), Engenharia de Produção (4), Engenharia Elétrica (6), Engenharia eletrônica (1), Engenharia Florestal (2), Engenharia Mecânica (5), Biomedicina (2), Bioquímica (1), Biotecnologia (1), Enfermagem (1), Farmácia (1), Medicina Veterinária (1), Odontologia (1), Terapia Ocupacional (1), Análise de Sistemas (1), Ciência da Computação (1), Sistemas de Informação (2), Educação Física (3), Letras (2), Licenciatura em Geografia (1), Licenciatura em Matemática (1), Pedagogia (1), Química (1), Radiologia (1), Tecnologia em Mecatrônica Industrial (2), Tecnologia em Processos Gerenciais (1), Tecnologia em Segurança Pública (1), Jornalismo (1), Publicidade (1), Turismo (1), Direito (14). O Quadro 4 apresenta a quantidade de participantes que frequentaram curso superior antes do ingresso no CFO-PM, por área do conhecimento.

O ano de ingresso na Polícia Militar do Paraná dos cadetes participantes desta pesquisa se deu entre 2006 e 2018. Como participaram desta pesquisa cadetes do 1º, 2º e 3º ano do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, todos precisam ter ingressado, no mínimo ano que começaram o seu curso, ou seja,

2018, 2017 e 2016, respectivamente. Para os civis aprovados no concurso público para o CFO-PM, o ingresso na PMPR se dá no mesmo ano que inicia o curso.

QUADRO 5 - ÁREAS DO CONHECIMENTO QUE OS PARTICIPANTES INGRESSARAM EM FACULDADES ANTES DE ENTRAR PARA O CFO-PM

ÁREA	PARTICIPANTES	PERCENTUAL
Engenharias	30	35,29%
Ciências Jurídicas	14	16,47%
Ciências Sociais Aplicadas	11	12,94%
Ciências Biológicas	9	10,59%
Licenciaturas	9	10,59%
Tecnólogos	5	5,88%
Ciências da computação	4	4,71%
Ciências da Informação	3	3,53%
TOTAL	85	100,00%

FONTE: O autor (2019).

Mas o concurso para oficiais não é exclusivo dos civis, assim, as praças da PMPR também podem prestar o concurso e ingressar na carreira de oficiais como cadetes. Por isso alguns participantes desta pesquisa também ingressaram na PMPR entre os anos de 2006 e 2015.

Cabe lembrar que apesar dos dados terem sido coletados no início de 2019, as turmas ingressam no CFO geralmente depois do mês de março, portanto, o 1º ano participante desta pesquisa ingressou na APMG em 2018.

O fato de todas as turmas terem iniciado o CFO pelo menos no ano de 2018 permitiu que todas as turmas já tivessem a disciplina de “Teorias de Polícia Comunitária”, que é ministrada no 1º ano do curso. Esta disciplina já foi concluída pelo 1º ano atual. O 2º ano já teve a disciplina de “Teorias de Polícia Comunitária” e estava cursando a disciplina de “Prática de Policiamento Comunitário” no momento da coleta de dados. E o 3º ano já havia concluído ambas. Isso significa que todos os cadetes já tiveram o contato formal com os conceitos de polícia comunitária ensinados na APMG.

A maior parte dos cadetes participantes ingressou na PMPR no ano de 2016, o que coincide com o ano de ingresso da turma do 3º Ano, a maior turma realizando o CFO-PM na APMG no ano de 2019. Neste ano houve o ingresso de 55 novos policiais militares, que corresponde a 47,41% dos cadetes participantes desta

pesquisa. O ano de 2017, que representa o ingresso da menor turma na APMG no ano de 2019, teve o ingresso de 8 cadetes (6,90%) e no ano de 2018 ingressaram 20 cadetes (17,24%).

No ano de 2006 houve o ingresso de um cadete. Este aluno do CFO-PM já tinha mais de 10 anos de experiência profissional na PMPR quando começou a realizar o seu curso. Cabe salientar que esta experiência profissional pode ter sido como praça do Corpo de Bombeiros ou da Polícia Militar, pois no Paraná o Corpo de Bombeiros é vinculado à Polícia Militar, e a data de ingresso é considerada a mesma em ambas as instituições. São uma única instituição, porém, para migrar de uma especialidade para a outra, é necessário prestar um novo concurso público.

No ano de 2013, 19 participantes ingressaram na PMPR, constituindo 16,38% do total de participantes. É o terceiro ano com maior quantidade de ingressantes. Isso pode se justificar pelo fato de que, em 2013, houve uma grande contratação de soldados na Polícia Militar do Paraná. Foi realizado um concurso para 4446 novos soldados da polícia militar¹⁷. Muitos dos aprovados no concurso de soldados, posteriormente, prestaram concurso para serem oficiais da PMPR. O Quadro 5 apresenta a quantidade de participantes que ingressaram na PMPR, por ano, entre 2006 e 2018.

Também foi perguntado aos participantes o motivo pelo qual os cadetes ingressaram na PMPR. Esta foi uma pergunta aberta, onde o participante poderia expressar o motivo pelo qual ingressou na corporação. As respostas foram agrupadas em treze categorias *a posteriori* que emergiram com base na análise do conteúdo das respostas dos participantes, a saber: “Vocação”; “Admiração”; “Afeição/Apreço/Identificação”; “Sonho”; “Interesse pessoal ou pela carreira”; “Influência de parentes ou amigos”; “Necessidade”; “Realização”; “Ajudar a sociedade”; “Carreira”; “Estabilidade”; “Salário”; e “Continuidade de Estudos”.

O autor desta tese, apesar de conhecer as categorias apresentadas por Valla (2000), quando indica que um jovem se encaminha para uma nova profissão baseado na tradição familiar, vocação pela profissão ou necessidade, ao analisar as respostas dos cadetes, percebeu-se que algumas respostas não se encaixavam em

¹⁷ Dados retirados do Edital nº 1107/2012, da Fundação de Apoio à FAPIFA, instituição responsável pelo concurso público de contratação de policiais militares naquele ano. O edital completo está disponível em: <<https://bit.ly/2BwINsT>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

nenhuma destas categorias, como, por exemplo, alguns participantes que indicaram que seu ingresso se deu por “Admiração” à carreira militar ou policial.

QUADRO 6 - ANO DE INGRESSO DOS PARTICIPANTES NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

ANO	CADETES	PERCENTUAL
2006	1	0,86%
2007	0	0,00%
2008	0	0,00%
2009	0	0,00%
2010	9	7,76%
2011	0	0,00%
2012	0	0,00%
2013	19	16,38%
2014	2	1,72%
2015	2	1,72%
2016	55	47,41%
2017	8	6,90%
2018	20	17,24%
TOTAL	116	100,00%

FONTE: O autor (2019).

As categorias apresentadas por Valla (2000) eram muito amplas, podendo esconder alguns motivos relevantes e recorrentes. Por exemplo, na categoria necessidade, poderíamos ter pessoa que entraram pela estabilidade, pelo plano de carreira ou pelo salário, que são coisas diferentes, e estariam agrupados numa única categoria, podendo esconder os reais motivos do ingresso dos participantes na PMPR.

Alguns participantes indicaram mais do que um motivo para o ingresso na corporação, assim, temos mais do que 116 respostas, apesar deste ser o número de participantes. Ao todo, foram identificados 162 motivos para o ingresso na PMPR, sendo estes motivos agrupados nas 13 categorias citadas.

Na categoria “Vocação” foram agrupadas as respostas dos participantes que indicaram esta palavra, exatamente, ou a locução “inclinação vocacional”. Houve a frequência de 26 citações desta palavra como motivador do ingresso no CFO-PM. Esta foi a motivação mais citada pelos participantes, alcançando 16,05% das citações.

As respostas que foram agrupadas na categoria “Influência de parentes ou amigos” continham menção a tradição familiar, influência de pais, amigos ou educadores. Por 21 vezes os participantes indicaram ser este o motivo de seu ingresso no CFO-PM. Esta é a segunda maior frequência observada entre os participantes, representando 12,96% dos motivos de ingresso na PMPR.

A categoria “Interesse pessoal ou carreira” agrupou as respostas que continham a menção ao interesse pela área policial, carreira policial, área de segurança pública, atividade policial, como motivo para o ingresso na PMPR. Foram encontradas 19 menções a este motivo. Este foi o terceiro motivo mais indicado pelos participantes, correspondendo a 11,73% da quantidade dos motivos elencados.

Também houve 17 menções à “Admiração” como o motivo para o ingresso na carreira de oficial da PMPR, correspondendo a 10,49% dos motivos apresentados. Esta admiração que citaram os participantes poderia ser pelo “militarismo”, pela profissão policial, ou pela carreira. Como foi citado anteriormente, a admiração pela profissão não é o mesmo se interessar por ela ou sentir-se vocacionado pela mesma. Desta forma, foram separados em categorias diferentes.

Foi indicado pelos participantes que o ingresso na PMPR era um sonho, ou um objetivo desde a infância, ou ainda um objetivo de vida. Estas respostas foram agrupadas na categoria chamada “sonho”, e foram identificadas 14 menções a ela, como motivador para o ingresso na APMG, nas respostas dos participantes.

Houve também a ocorrência de 13 menções à “Afeição, Apreço, ou Identificação” pela carreira policial ou pela área de segurança pública, como sendo o motivador para o ingresso na PMPR.

Outro motivo para iniciar a carreira na PMPR encontrado no discurso dos participantes foi a estabilidade, quer seja na carreira, na profissão ou financeira. Este grupo de respostas foi reunido na categoria “estabilidade”. Foram 12 menções a este motivo.

Os participantes também mencionaram como motivo de ingresso na corporação a possibilidade ou o gosto por “Ajudar a sociedade”. As respostas que indicavam a vontade de fazer algo, ajudar, contribuir com sociedade foram unidas, totalizando 9 menções a este motivo para o ingresso na PMPR.

Outro agrupamento de citações formaram a categoria “carreira”. Esta categoria incluiu as menções à carreira como o plano de promoções e de aumento salarial a que está sujeito o oficial da polícia militar. Diferente dos que disseram se interessar por esta carreira ou os que disseram ter afeição pela carreira militar, aqui agrupamos aqueles que indicaram a carreira, em termos de promoção e progressão, como o motivo principal. Também foram encontradas 9 menções a este motivo.

O “salário”, por ele mesmo, sem pensar em seu aumento ou progressão. Aqui agrupamos as respostas que citaram o salário do momento do ingresso como motivador para o início da carreira. Este motivo foi mencionado 8 vezes.

Foram identificadas 7 menções à “realização”, tanto pessoal como profissional, como o motivo para o ingresso na APMG. Destes, 2 ligaram esta realização ao motivo profissional e 5 ao motivo pessoal.

A “necessidade”, sem especificação de qual necessidade foi motivadora, foi indicada na resposta de 6 cadetes. Nesta categoria agrupamos apenas as respostas que disseram que eu ingresso se deu por necessidade, com a citação desta palavra.

Ainda tivemos uma menção de que, por ser possível continuar seus estudos dentro da PMPR, o participante sentiu-se motivado em ingressar nesta carreira.

Diferente do constatado por Valla (1998, p. 21) “[...] [que] a maioria que procura o ingresso nas polícias militares o faz movido por razões de necessidade”, ou por “[...] razões ocasionais” (VALLA, 2000, p. 23), constatamos que para os participantes desta pesquisa apenas 3,70% disseram que o fizeram por necessidade. Percebemos que a vocação, a influência de conhecidos e o interesse pessoal foram os motivos para o ingresso mais citados pelos participantes. No Quadro 6 apresentamos a frequência com que foram mencionados cada um dos motivos identificados pelos pesquisadores no discurso dos participantes.

Como esta pesquisa relaciona diretamente a formação do cadete para a atuação nas Unidades Paraná Seguro (UPSs), foi perguntado aos participantes se já tinham trabalhado em uma UPSs antes do ingresso no CFO-PM. Três deles já trabalharam em UPS. Um participante trabalhou UPS Uberaba, por 11 meses, entre os anos de 2014 e 2015; um cadete trabalhou na UPS Parolin, por 30 meses, entre os anos de 2015 e 2017; e o terceiro trabalhou na UPS Vila Verde, por 4 meses, no ano de 2014. Todas estas UPSs ficam na cidade de Curitiba e foram instaladas no ano de 2012.

QUADRO 7 - RAZÕES PARA O INGRESSO NA PMPR APONTADO PELOS PARTICIPANTES

RAZÕES PARA INGRESSO NA APMG	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Vocação	26	16,05%
Influência de parentes ou amigos	21	12,96%
Interesse pessoal ou carreira	19	11,73%
Admiração	17	10,49%
Sonho	14	8,64%
Afeição/Apreço/Identificação	13	8,02%
Estabilidade	12	7,41%
Ajudar a sociedade	9	5,56%
Carreira	9	5,56%
Salário	8	4,94%
Realização	7	4,32%
Necessidade	6	3,70%
Continuidade de Estudos	1	0,62%
TOTAL	162	100,00%

FONTE: O autor (2019).

Os dados pessoais e profissionais coletados, foram escolhidos pelos pesquisadores por entenderem que podem trazer alguma diferença de compreensão do objeto da pesquisa, qual seja a concepção dos cadetes a respeito de sua atuação profissional.

Na próxima seção será apresentado o resultado atinente à visão dos cadetes sobre a atuação profissional do policial militar. A análise desta atuação estará vinculada com a formação recebida durante o transcorrer do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares da Academia Policial Militar do Guatupê.

7.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO

Depois da caracterização dos participantes, eles começavam a responder o grupo de perguntas a respeito das áreas de atuação que esperavam e que queriam desempenhar logo depois de formados. Também foram coletados dados a respeito das atividades que já haviam desenvolvido durante os estágios operacionais no Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFO-PM).

7.2.1 Funções que os participantes desejam desempenhar quando forem aspirantes a oficial da Polícia Militar do Paraná

A primeira pergunta solicitava que os cadetes classificassem, entre oito de atividades policiais, quais eles desejam desempenhar depois de sua formatura no CFO-PM. Os cadetes deveriam indicar com o número 1 aquela atividade que mais desejavam realizar e com o número 8 a que menos desejavam, não podendo atribuir um mesmo peso para duas ou mais das atividades.

As atividades listadas eram: “Levantamento de problemas em um bairro”; “patrulhamento ostensivo”; “prisão de infratores”; “contatos com a comunidade”; “bloqueio de via”; “atendimento de ocorrências”; “serviço administrativo”; e “ponto base”, que é uma atividade policial que consiste em estacionar a viatura em locais de grande circulação de veículos ou de grande índice de ocorrências, para, através da permanência do policial neste local, dissuadir a atuação de infratores da lei.

Dentre as atividades indicadas, a mais desejada pelos participantes da pesquisa é a realização de “patrulhamento ostensivo”. Esta atividade foi indicada como a mais desejada de se realizar após a formatura por 33 cadetes, 28,45% dos pesquisados.

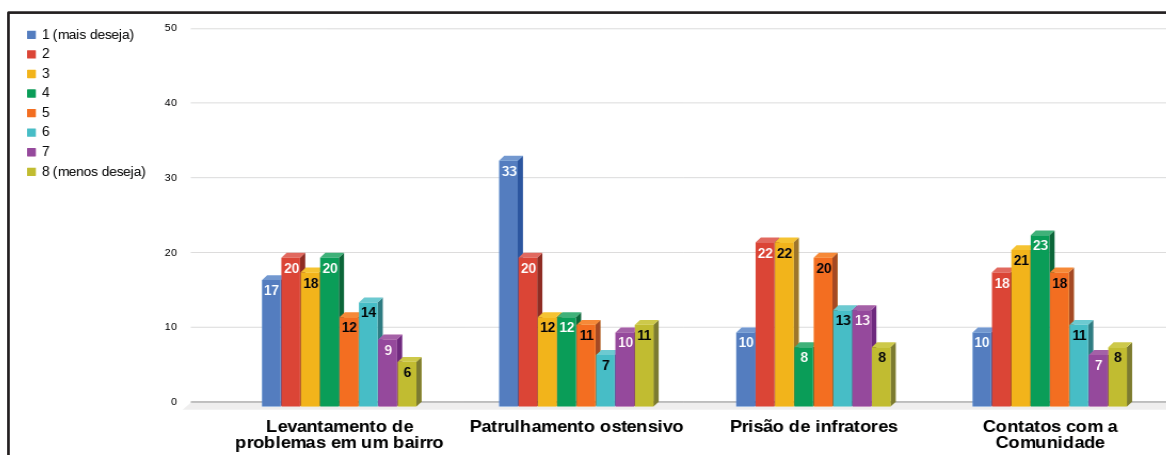
O “levantamento dos problemas de um bairro” e o “contato com a comunidade”, atividades típicas que devem ser desenvolvidas por policiais comunitários, como por exemplo os comandantes de Unidades Paraná Seguro (UPSs) são menos desejadas do que o patrulhamento ostensivo. Realizar a atividade de “levantamento de problemas” em um bairro é a atividade mais desejada para 17 cadetes, e realizar “contato com a comunidade” é a mais desejada para 10 cadetes, o que representa 14,66% e 8,62% respectivamente.

A realização do “contato com a comunidade” é, porém, a atividade menos desejada para 8 (6,90%) cadetes e outros 6 participantes (5,17%) têm a atividade de “levantamento de problemas em um bairro” como a menos desejada para eles realizarem depois de formados. No Gráfico 7 temos a distribuição das respostas para as quatro primeiras atividades indicadas.

A atividade que mais cadetes marcaram como sendo a menos desejada de se realizar depois de formado foi a de realizar Pontos Base. Esta atividade foi assinalada com o número 8 por 46 cadetes, que representa 39,66% do total de

participantes. Em que pese ser a atividade que um maior número de cadetes têm menos desejo em desempenhar, a realização de Pontos Base foi a atividade mais desejada por 22 cadetes, o que a deixa no segundo lugar entre as atividades mais desejadas, atrás apenas da realização do patrulhamento ostensivo.

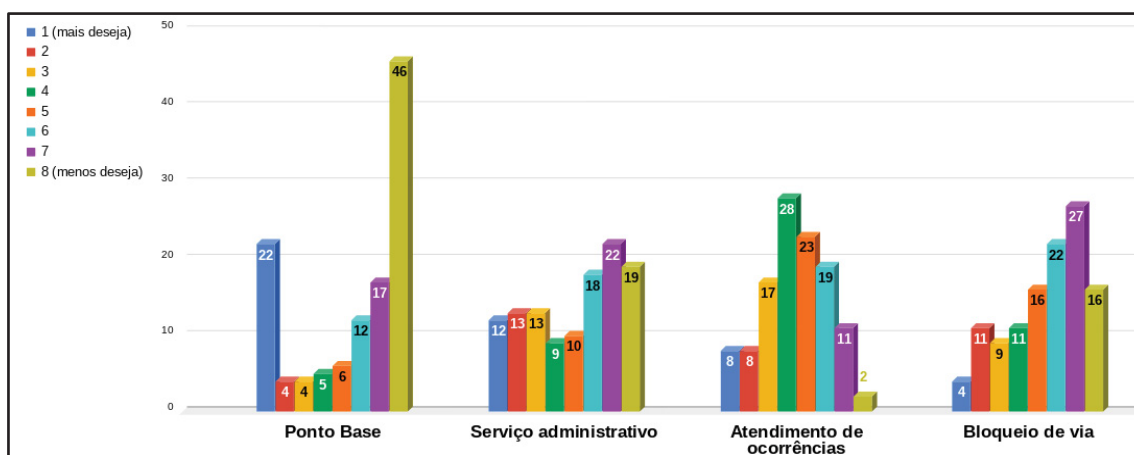
GRÁFICO 4 - VONTADE DOS PARTICIPANTES EM DESEMPENHAR AS ATIVIDADES DE LEVANTAMENTO DOS PROBLEMAS DE UM BAIRRO, PATRULHAMENTO OSTENSIVO, PRISÃO DE INFRATORES E CONTATOS COM A COMUNIDADE



FONTE: O autor (2019).

A segunda atividade menos desejada pelos participantes é a realização de serviços administrativos, sendo marcada como tal por 19 cadetes, 16,38%, seguida do bloqueio de via, que é a atividade menos desejada para 16 cadetes (13,79%). No Gráfico 8 temos a distribuição das respostas para as outras quatro atividades.

GRÁFICO 5 - VONTADE DOS PARTICIPANTES EM DESEMPENHAR AS ATIVIDADES DE PONTO BASE, SERVIÇO ADMINISTRATIVO, ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS E BLOQUEIO DE VIA



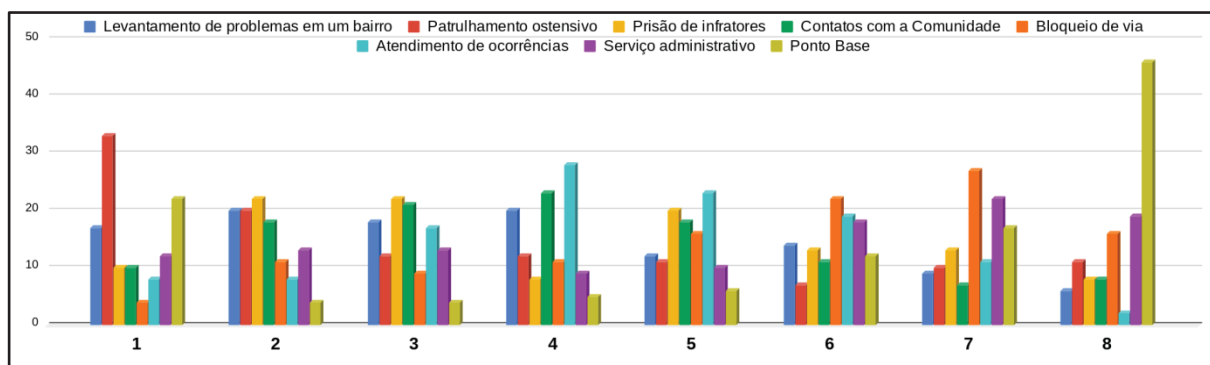
FONTE: O autor (2019).

Ao agruparmos as respostas dos cadetes, percebemos o destaque entre as atividades mais desejadas, representadas pelo número 1, as atividades de “patrulhamento ostensivo” e “ponto base”.

Percebemos, também, que o “levantamento dos problemas de um bairro” tem uma distribuição praticamente uniforme entre os números 1 a 4, sendo que é considerada, como importante para grande parte dos cadetes participantes, por mais que não seja a atividade mais desejada a ser desenvolvida por eles após formados. Somando os cadetes que relacionaram esta atividade como uma das quatro mais desejadas para se realizar após formado, ou seja, que colocaram para a atividade de “levantamento dos problemas de um bairro” o número 1, 2, 3 ou 4, temos um total de 72 cadetes, o que representa 62,06% do total dos participantes.

A outra atividade que tem uma relação direta com a realização do policiamento comunitário, a realização de “contato com a comunidade”, é a quinta mais desejada entre os participantes, mas nos números 3 e 4 ela atinge a segunda colocação. Assim, apesar de não ser uma das atividades preferidas, é aceitável para ser realizada por, também, por 72 cadetes, quando somamos as respostas apontadas para esta atividade nos números 1 a 4. A realização de “contato com a comunidade”, também é a quinta menos desejada entre as oito atividades apresentada. No Gráfico 6 apresentamos a quantidade de respostas para cada atividade, agrupada pelo número correspondente.

GRÁFICO 6 - COMPARAÇÃO DA VONTADE DOS PARTICIPANTES EM DESEMPENHAR AS ATIVIDADES



FONTE: O autor (2019).

A “prisão de infratores”, que é uma atividade voltada à atuação repressiva da PMPR destaca-se entre a atividade que mais recebeu o peso 2 ou 3, ou seja, ela é,

a segunda e a terceira mais desejada a se realizar pelos cadetes. Esse peso dado a ela, quando analisamos o somatório da quantidade de vezes das atividades que receberam peso 1, 2 e 3, a “prisão de infratores” fica em terceiro lugar, sendo mencionada 54 vezes. A “prisão de infratores” fica atrás apenas do “patrulhamento ostensivo”, com 65 menções e do “levantamento dos problemas de um bairro” que tem 55 menções.

Quando realizamos a soma dos números 7 e 8, que representam as atividades que menos os cadetes desejam desempenhar, temos a prevalência da atividade de “ponto base”, com 63 respostas marcadas nestes números. Isso significa que 54,31% dos participantes não desejaria realizar esta atividade. Neste somatório, a segunda atividade menos desejada é a de “bloqueio de via”, que foi indicada 43 vezes com o número 7 ou 8.

QUADRO 8 - QUANTIDADE DE RESPOSTAS POR ATIVIDADE A SER REALIZADA, COM O DEVIDO GRAU DE VONTADE DE REALIZAR CADA UMA

ATUAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	TOTAL
Levantamento de problemas	17	20	18	20	12	14	9	6	116
Percentual	14,66%	17,24%	15,52%	17,24%	10,34%	12,07%	7,76%	5,17%	100,00%
Patrulhamento ostensivo	33	20	12	12	11	7	10	11	116
Percentual	28,45%	17,24%	10,34%	10,34%	9,48%	6,03%	8,62%	9,48%	100,00%
Prisão de infratores	10	22	22	8	20	13	13	8	116
Percentual	8,62%	18,97%	18,97%	6,90%	17,24%	11,21%	11,21%	6,90%	100,00%
Contatos com a Comunidade	10	18	21	23	18	11	7	8	116
Percentual	8,62%	15,52%	18,10%	19,83%	15,52%	9,48%	6,03%	6,90%	100,00%
Bloqueio de via	4	11	9	11	16	22	27	16	116
Percentual	3,45%	9,48%	7,76%	9,48%	13,79%	18,97%	23,28%	13,79%	100,00%
Atendimento de ocorrências	8	8	17	28	23	19	11	2	116
Percentual	6,90%	6,90%	14,66%	24,14%	19,83%	16,38%	9,48%	1,72%	100,00%
Serviço administrativo	12	13	13	9	10	18	22	19	116
Percentual	10,34%	11,21%	11,21%	7,76%	8,62%	15,52%	18,97%	16,38%	100,00%
Ponto Base	22	4	4	5	6	12	17	46	116
Percentual	18,97%	3,45%	3,45%	4,31%	5,17%	10,34%	14,66%	39,66%	100,00%

FONTE: O autor (2019).

Ao compararmos o somatório das atividades que os cadetes mais desejam realizar (ao somar as respostas nos números 1, 2, 3 e 4) com as que os cadetes menos desejam desempenhar (ao somar as respostas nos números 5, 6, 7 e 8) percebemos uma prevalência nas mais desejadas para as atividades de “patrulhamento ostensivo”, com 77 respostas; “levantamento dos problemas de um bairro”, com 75; e “contatos com a comunidade” com 72. As menos desejadas são a realização de “pontos base” ou “bloqueios de via” com 81 respostas cada; e serviço administrativo com 69. No Quadro 7 apresentamos a quantidade de respostas em cada atividade elencada. Convém lembrar que o número 1 significa a atividade que o cadete mais deseja realizar depois de formado e o número 8 a que ele menos deseja realizar.

7.2.2 Atuação como comandante de Unidade Paraná Seguro nos três anos após a formatura

Aos participantes também foi perguntado como se sentiriam se, nos três anos após a sua formatura fossem designados para comandar uma UPS, qual seria o seu grau de satisfação. Esta pergunta contava com uma escala que ia de 1 a 5, sendo que o número 1 representa que o cadete se sentiria totalmente insatisfeito com esta designação e o número 5 representa que ele se sentiria totalmente satisfeito ao ser designado para comandar uma UPS. Logo depois desta resposta em escala, o cadete era instigado a justificar o motivo de sua escolha.

Os pesquisadores decidiram indicar três anos após a formatura por ser o período em que o cadete é promovido ao posto de 2º Tenente e já adquiriu alguma experiência como Oficial. O primeiro ano após a sua formatura ele desenvolve o seu estágio probatório, na graduação de Aspirante a Oficial, sendo promovido após um ano de estágio ao posto de 2º Tenente.

Ao ser designado para comandar uma UPS nos seus três primeiros anos após formado 20 cadetes estariam totalmente satisfeitos, o que condiz com 17,24% dos participantes. As respostas mais escolhidas foram a de número 3 e 4, que seria indiferente (3) e satisfeito, porém não totalmente (4). A resposta 4 foi a mais escolhida, sendo escolhida por 49 respondentes (42,24%). A resposta 3 foi escolhida por 31 participantes, que se refere a 26,72% deles.

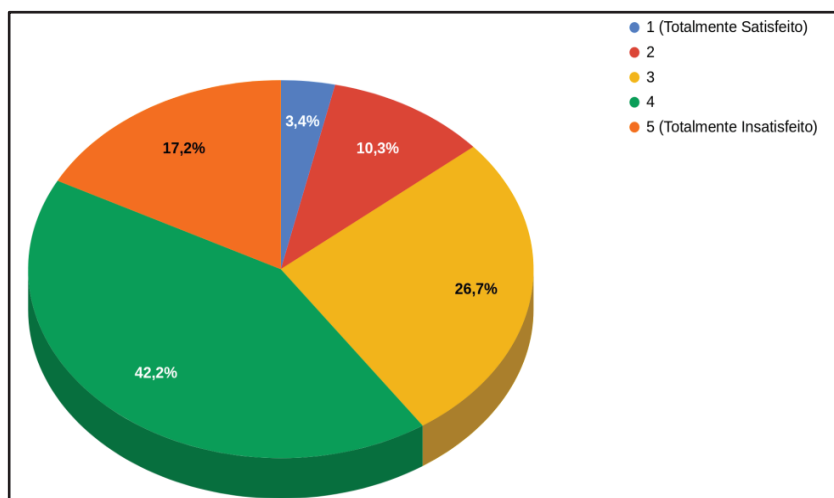
Os que sentiriam satisfação em comandar uma UPS nos três anos após a sua formatura, ou seja, que responderam 4 ou 5 para esta pergunta, justificaram a escolha basicamente com três tipos de resposta: satisfação de estar trabalhando junto à comunidade; ganho de experiência profissional e desenvolvimento de sua capacidade de ser comandante; e poder fazer algo para melhorar a segurança de uma comunidade.

Os participantes que se sentiriam indiferentes ao ser designado para esta função no prazo de tempo estabelecido na pergunta, que responderam o número 3, justificaram que não é o seu objetivo em curto prazo, não se sentem preparados para desempenhar tal função ou que não têm conhecimento suficiente sobre a atividade. Também foi citado que as UPSs desvirtuaram-se de seu objetivo inicial, portanto, não desejariam estar nesta função. Ainda foi alegado não ter o perfil para o trabalho com a comunidade.

Para esta pesquisa as respostas 1 e 2 representavam a insatisfação de ser designado para comandar uma UPS, ou seja, ao se formar, os cadetes que escolheram esta resposta não gostariam de atuar em uma UPS, não gostariam de atuar com policiamento comunitário. Foram 4 respostas 1 (3,45%) e 12 respostas 2 (10,34%), que somadas atingem o percentual de 13,79%.

Ao analisar as motivações pelas quais os cadetes sentiriam-se insatisfeitos em comandar uma UPS, as respostas indicaram que eles preferem um serviço com mais “operacionalidade”, o que quer dizer, no meio policial, um serviço mais combativo, mais repressivo. Indicaram também não ser a função que pretendem desempenhar dentro da polícia. Foi relatado, ainda, que não acreditam no programa de polícia comunitária, que a tropa das UPSs é desmotivada, e que no entendimento deles uma UPS e uma companhia de policiamento normal são a mesma coisa, não havendo diferença entre as atividades. Similarmente, foi indicado que não se sentiriam satisfeitos para desempenhar a função de comandante de UPS por acreditarem não estarem preparados para tal tarefa após a sua formatura no CFO-PM. No Gráfico 7 é apresentada a distribuição das respostas dadas pelos participantes sobre a satisfação em comandar uma UPS nos três primeiros anos depois de sua formatura.

GRÁFICO 7 - GRAU DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES EM SER DESIGNADO COMO COMANDANTE DE UMA UPS NOS PRIMEIROS TRÊS ANOS APÓS A SUA FORMATURA



FONTE: O autor (2019).

Um fato observado nas justificativas, foi que 9 cadetes, sendo 8 deles do 3º ano do curso, alegaram não ter conhecimento específico sobre a atividade desempenhada por um comandante de UPS. Convém ressaltar que todos os cadetes participantes já tiveram ao menos uma disciplina sobre polícia comunitária, e os cadetes do último ano do curso já tiveram todas.

Dos cadetes que já trabalharam em uma UPS antes de entrarem para o CFO-PM, dois deles se sentiriam totalmente satisfeitos em serem designados, agora, para comandar uma unidade destas, ambos marcaram o número 5. O outro sente-se indiferente, marcou a resposta 3. Outro fato observado é que os dois que marcaram a resposta 5 trabalharam na UPS Uberaba e UPS Parolin, que foram as duas primeiras a serem instaladas no Paraná, e que contam com as melhores estruturas e maior quantidade de efetivo. Já o cadete que marcou a resposta 3, trabalhou na UPS Vila Verde, que foi instalada junto com outras três unidades no bairro Cidade Industrial de Curitiba. A sede da UPS Vila Verde é um contêiner (PERES, 2015). Nas Figura 7 podemos comparar a estrutura das sedes da UPS Uberaba e a UPS Vila Verde.

FIGURA 7 - COMPARAÇÃO ENTRE AS SEDES FÍSICAS DA UPS UBERABA E DA UPS VILA VERDE



FONTE: Adaptado de JUSTI (2013)¹⁸ e ALBERTI (2016)¹⁹.

Além destes 3 cadetes, outros 30 foram praças da PMPR (polícia militar ou corpo de bombeiros) antes do início do CFO-PM. Ao analisarmos os resultados dos 33 policiais com experiência anterior na atividade policial, com aqueles que não tiveram contato com o serviço da polícia militar antes do curso, temos algumas diferenças nos números apresentados.

Dos cadetes que já eram policiais militares antes do ingresso no CFO nenhum marcou a opção 1, que corresponde à total insatisfação caso fosse designado para comandar uma UPS. Entre os que eram civis antes de entrar no CFO, 4 responderam que ficariam totalmente insatisfeitos ao ser designado para comandar uma UPS, o que corresponde a 4,82% destes cadetes.

Quanto à satisfação total, aqueles que marcaram a opção 5, temos a prevalência dos que eram policiais militares antes de seu ingresso no CFO-PM. Dos praças, 27,27% marcaram esta opção, enquanto dos que eram civis antes do início do curso, 13,25% marcaram a opção 5. Tratamos aqui de números percentuais pela diferença de números absolutos (33 que já eram policiais militares e 83 que eram civis antes do ingresso no curso), o que dificultaria a análise.

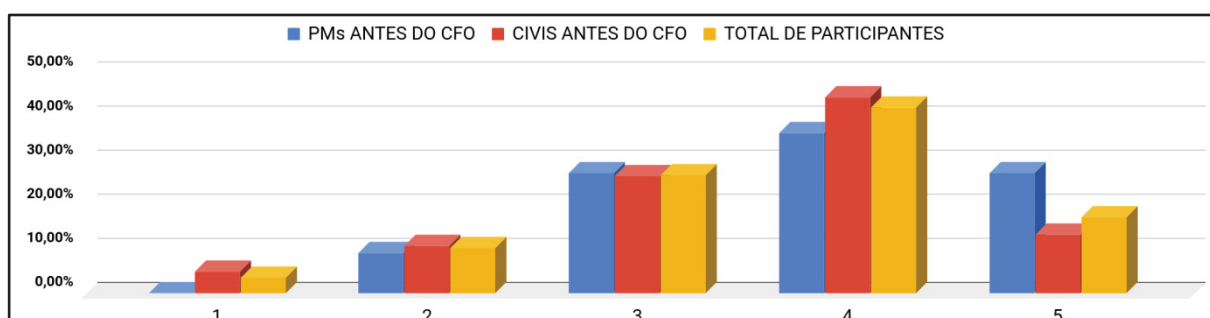
A opção 4 indica prevalência dos civis sobre os militares. Esta opção foi selecionada por 44,58% dos civis e por 36,36% dos militares. Nas opções 2 e 3

¹⁸ Esta fotografia está disponível na reportagem do jornal *Gazeta do Povo*. JUSTI, Adriana.NUNES, Samuel. Após aniversário, moradores pedem melhoria em UPS do Uberaba, no PR. **Gazeta do Povo**, 28 abr. 2014. Disponível em: < <https://glo.bo/2TPHyj7>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

¹⁹ Esta fotografia está disponível na reportagem do jornal *Tribuna do Paraná*. BENETTA, Leilane. Vila insegura. **Tribuna do Paraná**, 28 abr. 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/2lI8Ess>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

observamos que há equilíbrio entre os dois grupos, sendo que na opção 2 existe uma pequena prevalência dos civis e na opção 3 uma pequena prevalência dos militares antes do ingresso no CFO-PM. O Gráfico 8 apresenta a distribuição percentual de escolha dos cadetes nas opções propostas, divididas pelos grupos de militares e civis, antes do ingresso no CFO, comparados com o somatório de todos os participantes.

GRÁFICO 8 - SATISFAÇÃO EM COMANDAR UMA UPS, COMPARANDO CIVIS E MILITARES ANTES DO INGRESSO DO CFO-PM



FONTE: O autor (2019).

Ao considerar as opções 1 e 2 somadas, por corresponder aos participantes que não gostariam de trabalhar como comandante de uma UPS logo depois de sua formatura, temos que entre os policiais militares, 3 escolheram uma destas opções, correspondendo a 9,09% destes. E quando analisamos as respostas dos civis, temos 13 respostas nestas opções, representando 15,66% deste grupo.

Entre estes participantes com experiência no serviço policial militar 9 apontaram que se sentiriam totalmente satisfeitos com esta designação, o que corresponde a 27,27% deles. Isso corresponde a uma diferença de 14,02% a mais em relação aos cadetes que eram civis antes do ingresso no CFO-PM na opção 5. Entre os oriundos do mundo civil, 11 marcaram a opção 5, correspondendo a 13,25% deles.

Com a soma das opções 4 e 5, que representam certa ou total satisfação ao receber a designação para comandar uma UPS, temos 21 respostas no grupo dos policiais militares que corresponde a 63,63% deste grupo. No grupo dos civis temos 48 cadetes escolheram estas opções, o que corresponde a 57,83% deste grupo.

Aqueles que se sentem indiferentes a esta função, há uma proximidade percentual entre as respostas dos dois grupos. Entre os policiais militares 27,27%

escolheram a opção 3, e entre os civis 26,51% fizeram esta escolha. No Quadro 8 são apresentados os resultados por grupos e do total de cadetes somado.

QUADRO 9 - COMPARAÇÃO DA SATISFAÇÃO EM COMANDAR UMA UPS, ENTRE CIVIS, MILITARES E O TOTAL DOS PARTICIPANTES

OPÇÕES	PMs ANTES DO CFO		CIVIS ANTES DO CFO		TOTAL DE CADETES	
	RESPOSTAS	PERCENTUAL	RESPOSTAS	PERCENTUAL	RESPOSTAS	PERCENTUAL
1	0	0,00%	4	4,82%	4	3,45%
2	3	9,09%	9	10,84%	12	10,34%
3	9	27,27%	22	26,51%	31	26,72%
4	12	36,36%	37	44,58%	49	42,24%
5	9	27,27%	11	13,25%	20	17,24%
TOTAL	33	100,00%	83	100,00%	116	100,00%

FONTE: O autor (2019).

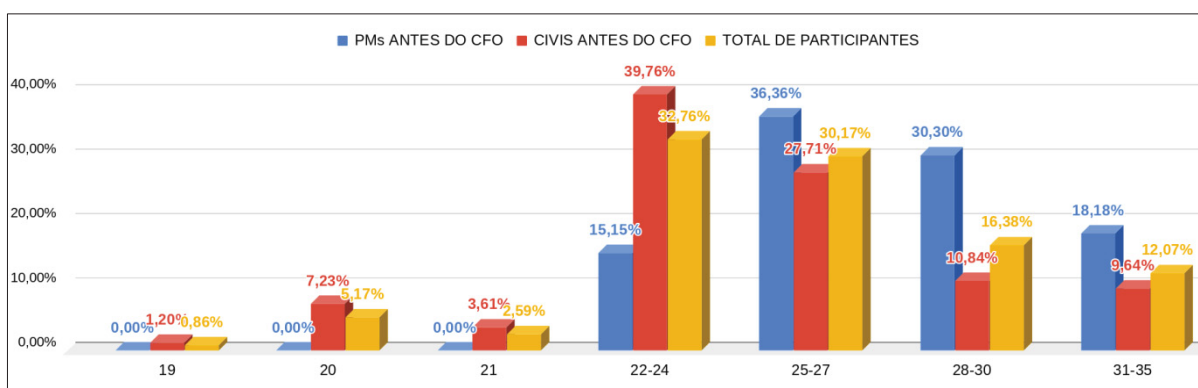
Estes dados apontam que o preconceito apresentado por efetuar o policiamento em uma UPS não vem, necessariamente da influência interna da corporação. Ao observarmos os dados, percebemos que quem não teve contato com a polícia militar, antes do CFO-PM, sente menos satisfação em trabalhar em uma Unidade Paraná Seguro do que aqueles que já tinham contato com a corporação antes de seu ingresso no CFO-PM.

Iremos identificar em diversos momentos, nas respostas dos participantes, que uma maior resistência à filosofia de polícia comunitária é identificada na fala dos participantes que têm menos tempo de serviço na polícia militar. Isso vai além do que muitos autores (MUNIZ et al., 1997; BENGOCHEA et al., 2004; MESQUITA NETO, 2004; FERRAGI, 2011; CRUZ, BRASIL, 2016) já constataram, que há uma grande resistência interna dentro das polícias militares para que seja empregado o policiamento comunitário.

Não estamos negando que a resistência interna existe, estamos apenas indicando que os dados coletados revelam haver, também uma resistência ao policiamento comunitário no mundo civil. Muitos participantes, que ingressaram há menos de um ano na PMPR já desprezam este tipo de policiamento. A polícia militar é composta de pessoas oriundas da comunidade. Como vimos neste estudo, a grande maioria dos participantes são naturais do Paraná, ou seja, da comunidade paranaense, e com eles trazem a ideia de que o policial deve reprimir os crimes, prender “bandidos” e proteger o “homem de bem”.

Ao analisar a idade destes dois grupos, percebeu-se que a concentração maior entre os militares está nas idades entre 25 e 30 anos, sendo que 66,66% deles está nesta faixa etária. Entre os civis, 66,97% está na faixa etária entre os 22 e 27 anos. Isso indica que os civis são mais jovens, o que pode ser um fator importante na escolha por serviços mais repressivos do que o de atuar em serviços mais próximos à comunidade, como uma Unidade Paraná Seguro. No Gráfico 9 expusemos a distribuição dos participantes pelas das faixas etárias, comparando o grupo dos civis e dos policiais militares antes de ingressar no CFO-PM e o total de participantes. Utilizamos percentuais, pelo mesmo motivo do gráfico anterior.

GRÁFICO 9 - QUANTIDADE DE CIVIS E MILITARES ANTES DO INGRESSO NO CFO, E O TOTAL DE PARTICIPANTES, POR FAIXA ETÁRIA



FONTE: O autor (2019).

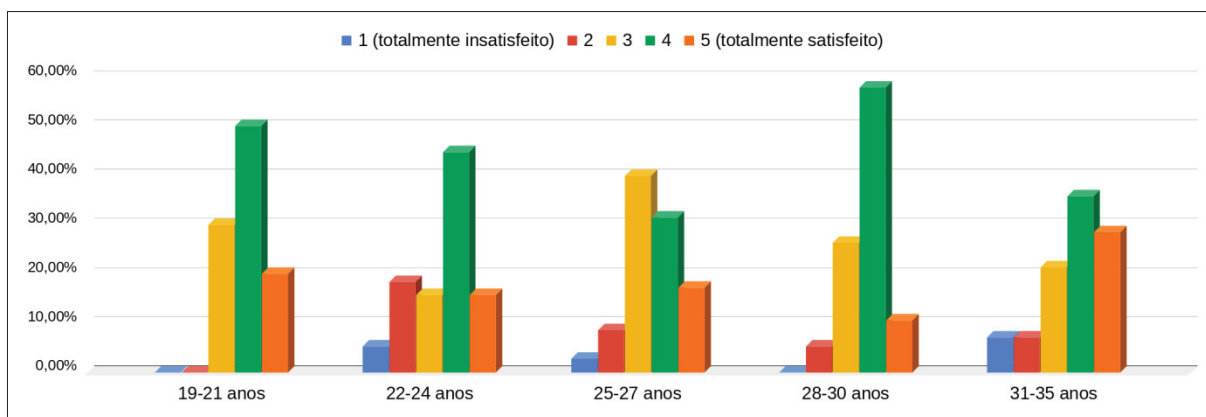
Ao analisarmos a distribuição das respostas do nível de satisfação dos cadetes em ser comandante de uma UPS nos três anos após a sua formatura, distribuídas pela faixa etária dos participantes observamos que a opção 4 é a mais escolhida em quase todas as faixas etárias, exceto a de 25 a 27 anos, onde a opção mais escolhida é a 3. Mais da metade dos cadetes da faixa etária entre 28 e 30 anos escolheram a opção 4 (57,89%).

Apenas entre os cadetes mais velhos, na faixa etária entre 31 e 35 anos, a opção 5 foi a segunda mais escolhida. Nesta faixa etária também está o maior percentual de escolhas na opção 5. Em todas as outras faixas etárias a opção 5 foi a terceira mais escolhida.

As respostas 1 (totalmente insatisfeito) estão concentradas em três faixas etárias: 22 a 24 anos; 25 a 27 anos; e 31 a 35 anos. No Gráfico 10 apresentamos o percentual de respostas, nas opções apresentadas (1 a 5) por faixas etárias. Devido

à diferente quantidade de cadetes em cada faixa etária, para possibilitar a comparação foram utilizados percentuais, e não números absolutos.

GRÁFICO 10 - SATISFAÇÃO EM COMANDAR UMA UPS POR FAIXA ETÁRIA DOS PARTICIPANES



FONTE: O autor (2019).

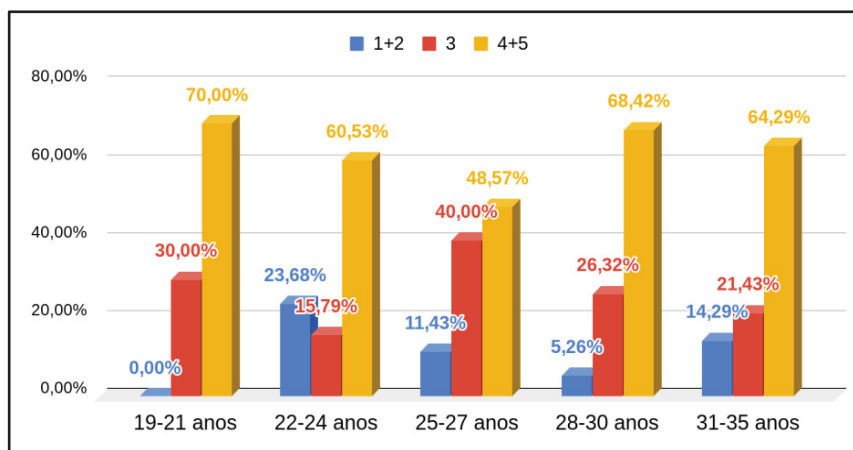
Porém, quando agrupamos as respostas extremas (1+2 e 4+5) percebemos uma uniformidade nos dados. Esse agrupamento se dá pelo fato de que as respostas 1 e 2 representam um certo nível de insatisfação ao comandar uma UPS. As respostas 4 e 5 correspondem a um certo nível de satisfação em comandar uma unidade nos três primeiros anos após a sua formatura. A resposta 3 representa a indiferença, não significando satisfação nem insatisfação.

Ao analisar os dados agrupados, podemos perceber que há uma certa homogeneidade entre as faixas etárias. Em todas elas a satisfação é prevalente. A indiferença, representadas pela resposta 3, atinge seu maior índice na faixa etária dos 25 aos 27 anos, com 40% dos participantes. E a faixa etária que contém o maior percentual de insatisfeitos é a que está entre os 22 e 24 anos, com 23,68%. No Gráfico 11 apresentamos os dados de satisfação, insatisfação e indiferença a ser designado como comandante de uma UPS nos três primeiros anos após a formatura.

Ao analisarmos a distribuição em relação ao gênero dos participantes, pode-se perceber uma diferença na concentração das respostas. Nas respostas das participantes do sexo feminino, percebemos uma crescente da resposta 1 para a 5, sendo a maior concentração de respostas na opção 5, a que indica que se sentiram totalmente satisfeitas ao serem indicadas para comandar uma UPS. As respostas

nesta opção correspondem a 47,83%. Se somadas às respostas na opção 4, temos 82,61% das respondentes se sentiriam satisfeitas ao serem indicadas para esta função de comando.

GRÁFICO 11 - SATISFAÇÃO, INSATISFAÇÃO OU INDIFERENÇA DE COMANDAR UMA UPS NOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DEPOIS DA FORMATURA

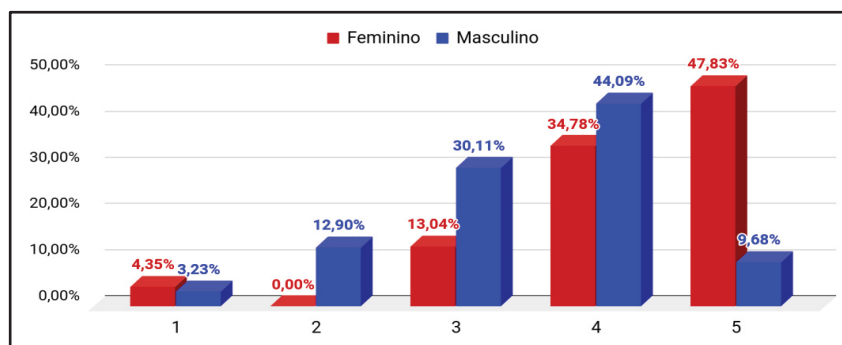


FONTE: O autor (2019).

Quanto aos participantes do sexo masculino, a concentração das respostas está entre os números 4 e 3, e havendo redução para os números 5, bem como para os números 1 e 2. As respostas dos homens se comportam de forma parecida com o total de respostas, mas isso se dá ao fato de que, do total de 116 participantes, 93 são do sexo masculino. Os participantes satisfeitos com uma indicação para o comando de uma UPS correspondem a 53,77%, quando somadas as respostas nas opções 4 e 5.

A insatisfação total ou parcial para exercer esta função, o que corresponde às opções 1 e 2, foi escolhida por 4,35% das participantes e 14,13% dos participantes desta pesquisa. Podemos indicar que o gênero influencia na satisfação ao comandar uma UPS, trabalhando mais próximo com a comunidade. No Gráfico 12 apresentamos a distribuição das respostas, agrupadas por gênero. Pela diferença de quantidade de participantes entre os gêneros, também apresentamos os percentuais, para que a comparação seja possível.

GRÁFICO 12 - SATISFAÇÃO EM COMANDAR UMA UPS, NOS TRÊS ANOS APÓS A FORMATURA, POR SEXO

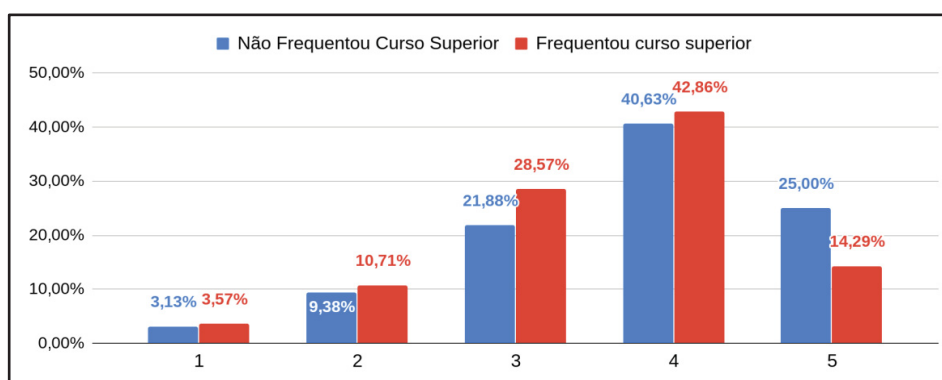


FONTE: O autor (2019).

Entre os participantes que frequentaram algum curso superior antes de ingressar no CFO-PM e aqueles que não o fizeram, os dados são bastante parecidos quanto à satisfação em comandar uma UPS logo após formado. A quantidade de escolhas nos itens 1 e 2 são muito parecidas, ficando a maior diferença na opção 5. A opção 5 foi escolhida por 25% dos participantes que não tiveram contato com o ensino superior antes do CFO-PM. Esta mesma opção foi assinalada por 12,29% dos que cursaram faculdade antes do CFO-PM.

A opção de indiferença, número 3, foi marcada por 21,88% dos participantes que não tinham ido para a faculdade e por 28,57% dos que frequentaram uma faculdade anteriormente. O Gráfico 13 demonstra a diferença na quantidade percentual de respostas entre os participantes que frequentaram, ou não, um curso superior antes do CFO-PM, quanto ao seu grau de satisfação em comandar uma UPS depois de formado.

GRÁFICO 13 - SATISFAÇÃO EM COMANDAR UMA UPS NOS TRÊS PRIMEIROS ANOS APÓS A FORMATURA, RELACIONADO À FREQUÊNCIA EM CURSO SUPERIOR



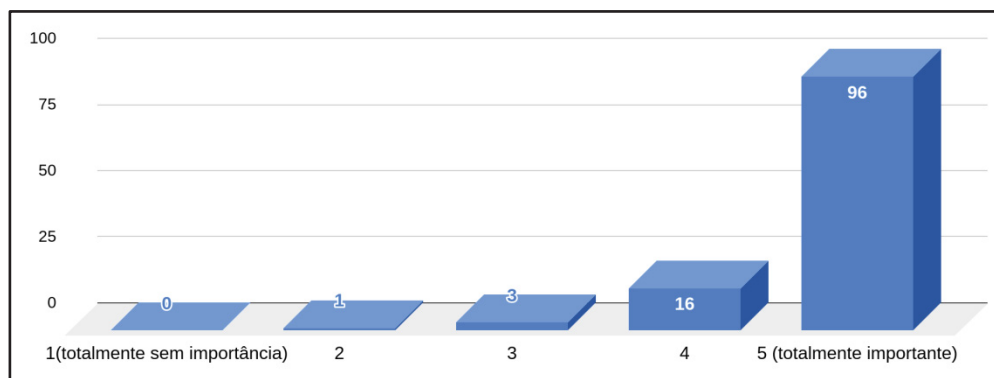
FONTE: O autor (2019).

7.2.3 O relacionamento próximo entre a polícia e a comunidade

Durante a coleta de dados também foi perguntado aos participantes se, na opinião deles, deveria haver relacionamento próximo entre a polícia militar e a comunidade. A resposta era dada em uma escala de importância que ia do número 1, “totalmente sem importância”, ao número 5 “totalmente importante”. Após fazer esta escolha objetiva, o cadete era instigado a justificar a sua resposta, em uma pergunta aberta subsequente.

Na resposta objetiva 96 cadetes marcaram a opção 5, entendendo que esta relação entre a polícia militar e a comunidade é muito importante, o que corresponde a 82,76% dos participantes. Outros 16 cadetes (13,79%) marcaram a opção 4. Somadas, as respostas 4 e 5 temos que 96,55% dos participantes acredita que é importante, em determinado grau, a relação entre polícia militar e comunidade. O Gráfico 14 expõe a quantidade de respostas por grau de importância dado pelos cadetes ao relacionamento próximo entre a polícia militar e a comunidade.

GRÁFICO 14 – IMPORTÂNCIA DO RELACIONAMENTO PRÓXIMO ENTRE A COMUNIDADE E A POLÍCIA MILITAR, SEGUNDO OS PARTICIPANTES



FONTE: O autor (2019).

Ao justificar a sua escolha, os cadetes que marcaram a opção 4 ou 5 citaram que um bom relacionamento entre a polícia militar e a comunidade gera uma maior integração; melhora o serviço prestado pela polícia militar; melhora a imagem da PMPR, que por vezes é distorcida pela imprensa; facilita ao policial militar entender as necessidades da comunidade; possibilita uma maior participação da comunidade na tomada de decisões a respeito da segurança pública; o foco da polícia militar passa a ser maior na prevenção e menor na repressão.

Também foi citado que a polícia militar é parte da sociedade, por isso deve sempre estar próxima da comunidade. Ainda foi citado que este relacionamento poderia fazer o policial militar “Conhecer o contexto social de sua área de atuação” (042) e traria “Soluções interdisciplinares de problemas” (074). Colocações interessantes, que demonstram o conhecimento da importância do relacionamento entre a polícia e a comunidade.

A opção da indiferença, a de número 3, foi marcada por 3 cadetes (2,57%). Ao justificar a sua opção, estes cadetes indicaram que a proximidade com a comunidade é boa para a polícia militar, mas que deve-se sempre manter a distância necessária para que a comunidade não venha a interferir no serviço policial. (006)

A escolha da opção 3 também foi justificada, por outro cadete, com a dificuldade do relacionamento entre a polícia militar e algumas comunidades, principalmente naquelas em que há um abandono do Estado em prover as condições mínimas de cidadania, o que gera um ambiente não propício a este relacionamento, devendo, portanto, ser evitado. (041)

A outra justificativa apresentada ao ser escolhida a opção 3 o relacionamento com a comunidade é algo que deve ser buscado, mas não como o objetivo principal da polícia militar. (075)

O participante que marcou a opção 2, dando a entender que não acha importante o relacionamento entre a polícia militar e a comunidade, ao justificar a sua resposta colocou fatos que levam a crer que ele acredita nesta relação. Justificou a sua resposta dizendo que o relacionamento entre a polícia e a comunidade vem para: “Melhorar a imagem institucional, ouvir as reais demandas da comunidade, aumentar a sensação de segurança” (051). A sua justificativa indica que ele acredita que este relacionamento é positivo, mas talvez não entenda como importante.

Dos participantes que escolheram a opção 2 ou 3 quanto à importância de haver relacionamento entre a comunidade e a polícia militar, que foram 4 ao todo, 3 deles se disseram indiferentes ao ser designado para comandar uma UPS e um deles marcou a opção 2, dizendo que se sentiria insatisfeito com esta designação.

Pelas justificativas da opção escolhida quanto à importância da relação entre a polícia militar e a comunidade, pudemos observar que muitos trouxeram partes dos conceitos da filosofia de polícia comunitária que são ensinados em sala de aula.

O que demonstra que captaram os ensinamentos que lhes foram repassados, mas não necessariamente expressa o que eles sentem, sim o que aprenderam.

Esta constatação pode estar vinculada com a observação de Silva e Silva (2016, p. 35), para quem “[...] o processo de formação profissional tradicional dos recrutas obedece à lógica da reprodução de conhecimento, destituído da problematização da realidade, fazendo com que estes sejam sujeitos copiadores de informações operativas.”. Ou seja, para os autores, a educação policial militar está focada em muita repetição e pouca reflexão.

Apesar de, segundo dados coletados nesta resposta, os participantes reproduzirem em suas respostas os conceitos de polícia comunitária e de entenderem como importante o relacionamento próximo entre a polícia militar e a comunidade (96,55% entendem como importante ou muito importante esta relação), 40,51% dos participantes se sentiriam insatisfeitos ao serem designados para comandar uma UPS logo que se formarem.

Isso não configura um contrassenso, apenas leva ao entendimento de que, apesar de reproduzir os conceitos da filosofia de polícia comunitária e entender como relevante o relacionamento entre polícia e comunidade, muitos cadetes preferem exercer outras atividades, que não a relacionada com a polícia comunitária.

Como foi constatado durante a análise do projeto pedagógico do CFO-PM, há carência na atuação prática ligada ao policiamento comunitário durante o transcorrer do curso, o que dificulta a compreensão e a ligação entre a teoria e a prática neste tipo de policiamento (UNESPAR, 2018).

7.2.4 Atividades que os participantes gostariam de desempenhar depois de formados

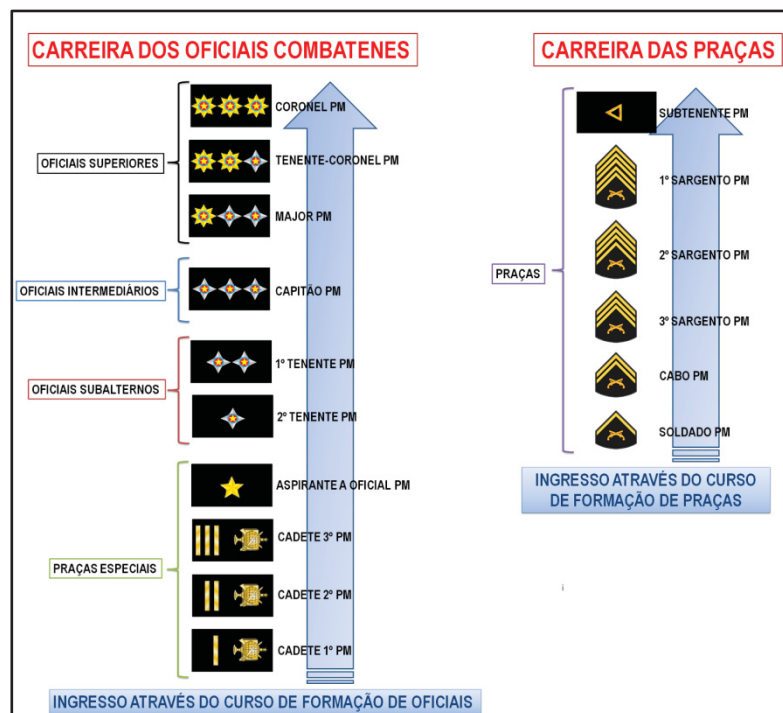
A polícia militar é uma instituição que trabalha realizando o policiamento preventivo e repressivo imediato em diversas situações distintas, como o policiamento nas ruas das cidades, nas rodovias, em mananciais, nas florestas, nas escolas, nos estabelecimentos prisionais, nas fronteiras. A polícia militar ainda efetua o patrulhamento aéreo, policiamento hipomóvel, e atua em ocorrências com reféns, entre outras atividades administrativas, de ensino ou operacionais. O cadete,

ao se formar, é promovido à graduação de aspirante a oficial e exercerá um estágio probatório de um ano. Depois do estágio será promovido ao posto de 2º tenente, podendo atuar em qualquer atividade desenvolvida pela PMPR.

Desta forma, são inúmeras as atividades que o oficial pode desenvolver, portanto, foi perguntado aos participantes qual é o batalhão da PMPR que gostariam de trabalhar depois de formados, e também qual a atividade que gostariam de desenvolver dentro destes batalhões.

Um batalhão no exército é uma “Unidade Militar que compreende várias companhias [...]. A Polícia Militar adota estrutura similar à do exército com seus batalhões voltados para atividade de segurança pública [...]” (SILVA, 2006, p. 26). Existem dois tipos de batalhões na Polícia Militar do Paraná: os batalhões de área e os batalhões especializados. Na Figura 8 exibimos a estrutura hierárquica das polícias militares, para a compreensão dos termos que estão sendo utilizados, principalmente relacionados às funções de comando das organizações policiais militares.

FIGURA 8 - DIVISÃO HIERÁRQUICA DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL



FONTE: O autor (2019).

Os batalhões são divididos em duas a seis companhias. As companhias são divididas em dois a seis pelotões. E os pelotões são divididos em destacamentos. Em regra, um batalhão é comandado por um Tenente-Coronel, uma companhia é comandada por um capitão, um pelotão é comandado por um tenente e um destacamento é comandado por um sargento.

Os batalhões de área, chamados de Batalhões de Polícia Militar (BPM) são os responsáveis diretos pela prevenção de crimes e atendimento de ocorrências em determinada área territorial do Paraná. A área territorial do estado do Paraná é dividida e cada porção deste território fica sob a responsabilidade de um BPM ou de uma Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM). As CIPM são frações menores que os batalhões, por isso são responsáveis por áreas territoriais menores, que não comportam um batalhão, mas são muito distantes, ou com um acesso muito precário para ficarem subordinadas a um batalhão. As companhias independentes, diferente das companhias que são subordinadas a um batalhão, são comandadas por um major.

No Paraná existem 28 batalhões de polícia militar e 6 companhias independentes de polícia militar. O território paranaense, é, portanto, dividido em 34 territórios, ficando cada um a cargo de um BPM ou de uma CIPM. Os BPMs são conhecidos na PMPR como “batalhão de área” por sua vinculação com a responsabilidade de policiamento em uma determinada área territorial.

Ainda dentro de um BPM ou CIPM existem várias atividades que o policial militar pode desempenhar, como: policiamento comunitário; Unidades Paraná Seguro; policiamento em motocicletas, chamado também de Rondas Ostensivas com o Apoio de Motocicletas (ROCAM); policiamento velado ou inteligência (policiais que não usam farda, para investigar crimes militares ou prestar apoio às equipes ostensivas no policiamento rotineiro); policiamento ostensivo; radiopatrulhamento (viaturas responsáveis pelo atendimento das ligações de emergência via telefone 190); Rondas Ostensivas Tático Móvel (ROTAM), que prestam apoio às viaturas demais equipes em ocorrências de maior gravidade.

Os batalhões que não estão diretamente vinculados com a responsabilidade de policiamento sobre uma região específica, o que é chamado no meio policial de “responsabilidade territorial”, exercida pelos BPMs e CIPMs, são chamados de batalhões especializados, ou unidades especializadas. São duas unidades

especializadas na PMPR que atuam apenas em Curitiba e Região Metropolitana, só atuando no restante do estado com autorização do Comando-Geral da PMPR: Regimento de Polícia Montada e Batalhão de Polícia de Trânsito. E são cinco batalhões especializados que atuam em todo o território paranaense, porém as suas sedes administrativas também ficam em Curitiba: Batalhão de Operações Especiais; Batalhão de Polícia Ambiental; Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária; Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas; e Batalhão de Polícia Rodoviária. E um batalhão especializado, o Batalhão de Fronteira, atua exclusivamente na região Oeste do Paraná, na região da fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

Foi perguntado aos participantes, em qual destes batalhões eles gostariam de trabalhar, e, dentro destes batalhões, qual atividade gostariam de desempenhar.

Os BPMs foram os batalhões mais escolhidos pelos participantes, sendo que 51 assinalou a alternativa dizendo que gostaria de trabalhar em um batalhão de área do interior, e outros 21 assinalaram que gostariam de trabalhar em um batalhão de área da capital. Somados, 62,07% dos participantes gostariam de trabalhar em um batalhão de área.

Entre os batalhões especializados, o Batalhão de Operações Especiais é o destino desejado de 16 cadetes, e trabalhar no Batalhão de Polícia Ambiental é a vontade de 10 cadetes. No Quadro 9 apresentamos as opções de batalhão escolhidas pelos participantes.

QUADRO 10 - BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR QUE OS PARTICIPANTES GOSTARIAM DE TRABALHAR DEPOIS DE FORMADOS

BATALHÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Batalhão de Área no Interior	51	43,97%
Batalhão de Área na Capital	21	18,10%
Batalhão de Operações Especiais	16	13,79%
Batalhão de Polícia Ambiental	10	8,62%
Batalhão de Polícia de Fronteira	7	6,03%
Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas	6	5,17%
Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária	2	1,72%
Batalhão de Polícia Rodoviária	1	0,86%
Regimento de Polícia Montada	1	0,86%
Batalhão de Polícia de Trânsito	1	0,86%
TOTAL	116	100%

FONTE: O autor (2019).

A maioria dos participantes indicou o desejo de trabalhar em um batalhão de área, que são os batalhões responsáveis pelo contato diário com a comunidade, e também são a eles que as Unidades Paraná Seguro estão vinculadas. Porém, ao analisar a atividade que os participantes gostariam de desempenhar dentro destes batalhões, percebemos que poucos gostariam de trabalhar com o policiamento comunitário. Como explicamos, um batalhão de área (BPM) realiza diversas atividades, que vão desde o policiamento comunitário até as rondas especiais.

A atividade mais escolhida pelos cadetes foi a de coordenar o radiopatrulhamento do batalhão, ou seja, trabalhar como Oficial Coordenador do Policiamento da Unidade (CPU). Esta é uma atividade repressiva, que fica vinculada ao atendimento da ocorrência que chega via telefone de emergência da polícia militar (190). Já aconteceu o ato ilícito, já há uma vítima, já há um bem jurídico lesado. Depois a polícia militar segue para atender e tentar minimizar os danos. Esta opção foi escolhida por 48 participantes, que corresponde a 41,38% dos cadetes.

A segunda atividade mais escolhida foi a realização de rondas especiais, que são as atividades ainda mais repressivas do que a desempenhada pelo Oficial CPU. As rondas especiais na PMPR são desempenhadas pelas Rondas Ostensivas de Natureza Especial (RONE), Ronda Ostensivas Tático Móvel (ROTAM), pelas Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas (ROCAM) e também pelos Pelotões de Polícia de Choque (Choque).

Estas rondas especiais são formadas por grupos de policiais especializados em atividades de combate ao crime organizado e/ou violento. Aqueles que crimes em que o autor se utiliza de violência e de armas de fogo com maior poder de causar dano às vítimas. Para responder a estes crimes a PMPR dispõe das rondas especiais, também chamados de grupos táticos. Trabalhar em rondas especiais foi a opção escolhida por 45 cadetes, correspondendo a 38,79% do total.

A vontade de desempenhar funções relacionadas às atividades de policiamento comunitário foram selecionados por 8 cadetes, que corresponde a 6,90% do total de participantes desta pesquisa.

Dos cadetes que selecionaram o desejo de trabalhar com polícia comunitária depois de formado, 4 são do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Isso representa que 17,39% das mulheres indicaram que gostariam de trabalhar com o policiamento comunitário e 4,30% dos homens fizeram esta escolha.

Quanto ao contato com curso superior antes do ingresso no CFO-PM, 4 dos participantes que gostariam de trabalhar com o policiamento comunitário iniciaram uma faculdade, o que representa 4,71% deste grupo. Os demais que disseram desejar trabalhar com policiamento comunitário não frequentaram nenhum curso superior antes do ingresso na APMG, o que significa 12,90% deste grupo.

Além de trabalhar com policiamento comunitário, 2 destes cadetes gostariam de trabalhar no Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, 2 no Batalhão de Polícia Ambiental, 2 em batalhão de área da capital, 1 em batalhão de área do interior, e 1 no Regimento de Polícia Montada.

Todos os participantes que disseram que gostariam de trabalhar com o policiamento comunitário depois de formados, também informaram que ficariam satisfeitos ou muito satisfeitos se fossem indicados para comandar uma UPS nos três anos após a sua formatura. Quanto ao relacionamento próximo entre a comunidade e a polícia, e 7 deles acham totalmente importante e 1 deles acha que esse relacionamento é importante.

Nenhum destes cadetes tinha trabalhado em Unidades Paraná Seguro antes do ingresso no CFO-PM. Mas 3 destes participantes já eram praças antes do ingresso na PMPR e 5 participantes eram civis antes de iniciar o CFO-PM.

Analisando as características dos que marcaram a opção que indica desejarem trabalhar com policiamento comunitário em suas carreiras, não há como formar um padrão que levou estes participantes a esta escolha. A distribuição quantitativa é proporcional, quanto à idade, à formação acadêmica, ao ano de ingresso na PMPR.

O único fator que destoou da distribuição quantitativa foi o sexo dos participantes que escolheram esta opção. As cadetes femininas representam 19,83% do total de participantes nesta pesquisa, porém representaram 50% dos participantes que gostariam de trabalhar com o policiamento comunitário após formados. O que, apesar de poder ser um indicativo, pela baixa quantidade de cadetes femininas que fizeram esta opção, não pode ser conclusivo.

Além destas opções, os cadetes indicaram desejar trabalhar na área de inteligência, policiamento de trânsito, policiamento ambiental e policiamento aéreo. No Quadro 10 expusemos a opção de atividade que os cadetes gostariam de desempenhar depois de formados.

QUADRO 11 - ATIVIDADES QUE OS PARTICIPANTES GOSTARIAM DE DESEMPENHAR DEPOIS DE FORMADOS

ATIVIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Radiopatrulhamento (Oficial CPU)	48	41,38%
Rondas especiais (RONE, ROTAM, ROCAM)	45	38,79%
Policiamento comunitário	8	6,90%
Inteligência	4	3,45%
Policiamento de trânsito	4	3,45%
Policiamento ambiental	5	4,31%
Policiamento aéreo	2	1,72%
TOTAL	116	100,00%

FONTE: O autor (2019).

7.2.5 Atividades realizadas durante os estágios operacionais do curso

Durante do CFO-PM os cadetes realizam estágios operacionais, onde acompanham oficiais da PMPR em atividades rotineiras, relacionadas ao desempenho da função de tenentes, que os cadetes irão desempenhar em breve. Durante estas atividades, deve ser reforçado o aprendizado teórico, recebido pelo cadete em sala de aula, para que ele consiga relacionar a teoria com a prática.

Como durante o estágio os cadetes desempenham um serviço normal da PMPR, porém supervisionado por um oficial, é preciso que o aluno tenha conhecimento sobre o armamento que utiliza, destreza para atirar, se for preciso, conhecimentos de defesa pessoal, legislação, entre outros, para que as chances de se machucar, ou cometer um erro grave, durante a atividade sejam minimizadas. Assim, o estágio operacional é realizado pelos cadetes apenas a partir do 2º ano do CFO-PM. Os cadetes do 1º ano só podem realizar estágios operacionais se eram praças antes de ingressar na PMPR, em respeito à segurança do próprio cadete e da população.

Os cadetes do 1º ano realizam estágio junto ao Centro de Operações Policiais Militares (COPOM) que é o local onde se recebem as ligações de emergência da população, através do telefone 190, e esta necessidade é repassada para as equipes do radiopatrulhamento, que fazem o atendimento desta ocorrência. No COPOM os cadetes aprendem a trabalhar como telefonistas, também conhecido por atendentes ou como despachantes, também conhecidos como radioperadores.

O estágio tem uma função primordial de demonstrar o que, de fato, os policiais militares fazem durante o seu turno de serviço. O ideal do que é ser um policial militar, que o cadete traz consigo de sua experiência pessoal e dos ensinamentos em sala de aula, irá ser colocado em prática ao analisar, de perto, como se comportam, nas ruas, os oficiais da PMPR.

Para compreender o que os participantes têm feito durante os seus estágios operacionais foi perguntado quais atividades eles têm desempenhado nestes estágios. Eles poderiam selecionar quantas opções quisessem, em uma lista com 9 possibilidades. Também era possível o participante clicar na opção “Ainda não fez estágio operacional”, aos que ainda não tiveram oportunidade de realizá-los. Havia também a opção “outros”, na qual o participante poderia acrescentar outras atividades que tinha realizado e não estavam na lista.

As opções que o participante poderia selecionar eram: policiamento em eventos especiais (que é a realização de policiamento em grandes eventos esportivos, show de artistas famosos, greves, grandes manifestações); policiamento a pé (conhecido como PPE, é realizado em locais de grande circulação de pessoas, como o centro das grandes cidades e terminais de ônibus); abordagem a suspeitos (pode ser realizada a qualquer momento, em qualquer atividade que o cadete esteja desempenhando); prisão de suspeitos (também pode ocorrer em qualquer atividade que esteja desempenhando); confronto armado (confronto entre policiais e suspeitos, quando há resistência à prisão ou grave ameaça à vida de terceiros, por parte dos suspeitos); acompanhamento tático (emprego de meios materiais e pessoais necessários para impedir a fuga de suspeitos, que esteja em veículos automotores); acompanhante de Oficial CPU (tirar um turno de serviço na mesma viatura que um tenente que realiza a função de Oficial CPU, em um batalhão de área); acompanhante de RONE Comando (tirar um turno de serviço na mesma viatura que um tenente que realiza a função de RONE Comando, que é o encarregado pelo controle e fiscalização das viaturas do Batalhão de Operações Especiais); acompanhante de Comando ROTAM (tirar um turno de serviço na mesma viatura que um tenente que realiza a função de Comando ROTAM, que é o encarregado pelo controle e fiscalização das viaturas da ROTAM de um batalhão de área).

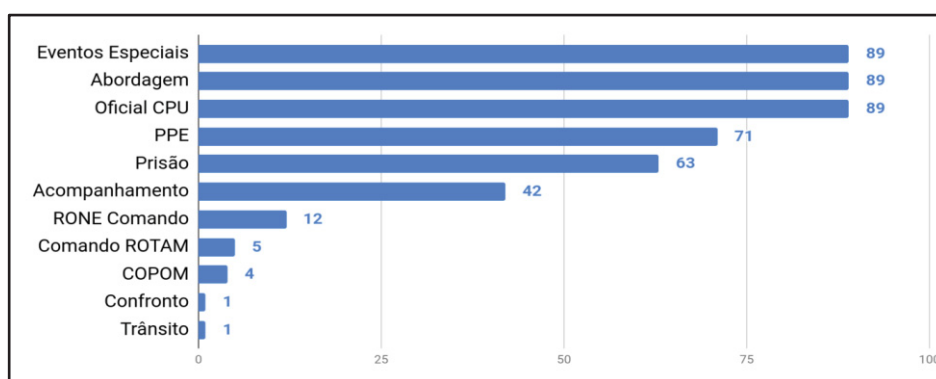
Dos participantes da pesquisa, 20 disseram não ter realizado estágio operacional, e, como era esperado, todos são do 1º ano do CFO-PM. Os outros 6 cadetes do primeiro ano podem ter realizado estágios por já terem sido praças antes do ingresso no CFO. Assim, temos uma amostra de 96 cadetes que já realizaram estágio operacional, se desconsiderarmos os que ainda não fizeram.

Estes 96 cadetes indicaram a repetição de 466 atividades realizadas durante os estágios, que se repetiram as atividades indicadas. Três das atividades realizadas foram indicadas 89 vezes: “abordagem a suspeitos”, “policiamento em eventos especiais” e “acompanhante de Oficial CPU”. Esse número significa que 92,71% dos cadetes que realizaram estágio operacional, efetuaram estas atividades.

As atividades que estão mais voltadas à repressão, a “prisão de suspeitos”, foi realizada por 63 vezes, o que significa 13,52% das atividades realizadas. O “acompanhamento tático de suspeitos” (perseguição policial) foi realizada por 42 vezes, e isso significa 9,01% das atividades. E houve também 1 “confronto armado” com suspeitos durante o estágio operacional dos participantes.

A atividade mais próxima da comunidade, que gera um relacionamento policial-cidadão, o policiamento a pé (PPE) foi realizado por 71 vezes, que se relaciona a 15,24% das atividades feitas durante o estágio operacional do grupo. No Gráfico 15 estão dispostas as atividades desempenhadas pelos participantes durante o seu estágio operacional, com a indicação da frequência com que ela foi citada pelos alunos.

GRÁFICO 15 - ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS PARTICIPANTES DURANTE O SEU ESTÁGIO OPERACIONAL



FONTE: O autor (2019).

Como a gama de atividades de polícia comunitária realizada pela PMPR é muito grande, deixou-se em aberto, esperando que, caso tivessem realizado alguma

atividade nesta área, os cadetes colocassem na opção outros. O que não foi feito por nenhum cadete, indicando que os estágios realizados durante o CFO-PM são focados na aprendizagem da função repressiva do oficial. A função de controlar e fiscalizar as atividades de radiopatrulhamento, de RONE e de ROTAM. Este pode ser um dos motivos pelo qual os cadetes não tenham “se apaixonado” pela realização do policiamento comunitário, tanto quanto eles gostam de realizar as funções repressivas. Como os participantes não têm um contato direto com a atividade de policiamento comunitário durante a sua formação, eles preferem realizar aquilo que conhecem. Podemos perceber que a quantidade da atividade de acompanhante do Oficial CPU é a que mais realizaram, e a que mais indicam como o que gostariam de fazer depois de formados. No Quadro 11 apresentamos a frequência e o percentual que representa cada atividade mencionada pelos participantes como realizadas durante estágio operacional.

QUADRO 12 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PARTICIPANTES NOS ESTÁGIOS OPERACIONAIS

ATIVIDADE NO ESTÁGIO	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Eventos Especiais	89	19,10%
Abordagem	89	19,10%
Oficial CPU	89	19,10%
PPE	71	15,24%
Prisão	63	13,52%
Acompanhamento	42	9,01%
RONE Comando	12	2,58%
Comando ROTAM	5	1,07%
COPOM	4	0,86%
Confronto	1	0,21%
Trânsito	1	0,21%
TOTAL	466	100,00%

FONTE: O autor (2019).

Foi pedido para os cadetes indicarem, dentre as atividades que eles realizaram durante o estágio, as três que eles mais gostaram. Foram apresentadas 257 atividades. Alguns cadetes não tinham realizado três atividades de estágio ainda, por isso nem todos citaram três nesta segunda pergunta. Esta era uma pergunta aberta, que solicitava a vinculação com a anterior, mas deixava livre para a indicação das atividades que mais atraíam os participantes.

A atividade que mais desperta interesse nos participantes é a de “acompanhante do Oficial CPU”. Esta atividade foi indicada por 83 dos 96 cadetes que realizaram estágios operacionais. As 83 indicações representam 31,13% de todas as atividades indicadas como preferidas.

A segunda atividade que os participantes mais gostam de fazer é a realização de “abordagens a suspeitos”. Esta atividade foi indicada 53 vezes (20,62%). A terceira mais citada foi atividade de prender suspeitos com 38 menções (14,79%) e a realização de acompanhamento tático, que foi citada 26 vezes (10,21%).

Fazer PPE foi indicada como uma das atividades mais prazerosas a se realizar durante um estágio por 14 vezes. E 2 vezes citaram ocasiões que tiveram oportunidade de prestar apoio assistencial a pessoas doentes, e essa situação foi a preferida deles. No Quadro 12 agrupamos as respostas dos 96 cadetes que realizaram o estágio operacional, indicando quais as três atividades que mais gostaram, indicando a frequência com que elas apareceram.

QUADRO 13 – ATIVIDADES QUE OS PARTICIPANTES MAIS GOSTARAM DE DESEMPENHAR DURANTE OS ESTÁGIOS OPERACIONAIS

ATIVIDADE PREFERIDA NO ESTÁGIO	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Acompanhante do Oficial CPU	80	31,13%
Abordagem a suspeitos	53	20,62%
Prisão de suspeitos	38	14,79%
Acompanhamento tático	26	10,12%
Eventos Especiais	23	8,95%
Policiamento a Pé (PPE)	14	5,45%
Acompanhante do RONE Comando	11	4,28%
Acompanhante do Comando ROTAM	4	1,56%
COPOM	3	1,17%
Assistencialismo	2	0,78%
Trânsito	2	0,78%
BPMOA	1	0,39%
TOTAL DE ATIVIDADES	257	100,00%

FONTE: O autor (2019).

Analisando estes resultados, podemos inferir que os cadetes não gostam daquilo que não fazem ou não veem como é feito. Só poderão gostar de atividades que realizaram ou que viram o oficial realizar. Este fato toma corpo pelo fato de que

14 cadetes citaram o PPE como uma das atividades que mais gostaram. A realização de PPE é vista com extremo preconceito pelos policiais militares, por ser uma atividade cansativa, perigosa e monótona. Mesmo assim por realizar este tipo de policiamento, alguns cadetes gostam de fazê-lo.

Ao justificar a escolha das três atividades que mais gostaram, os cadetes basicamente indicaram que é porque são atividades de cunho operacional, que dão mais resultado ao serem realizadas, principalmente os que indicaram gostar de realizar abordagens e prisões. Os que indicaram gostar de realizar o estágio com o Oficial CPU, o fizeram por acreditar ser a principal função do oficial logo depois de formado.

Ao justificar o motivo que gostaram de realizar o policiamento a pé, os participantes disseram que este tipo de policiamento os manteve mais próximos da comunidade e dos comerciantes, permitindo que conversassem com a população. Um cadete chegou a falar que gostou do “[...] PPE por ser uma escala que foi possível notar como a comunidade é carente de atenção da polícia e como boa parte dela quer um maior contato” (058). Também foi percebido que o policiamento permite a autonomia do policial que executa o policiamento, um dos princípios do policiamento comunitário. “Gostei de conversar com as pessoas, certa autonomia [...]”. (111)

Estas respostas são indicativos de que, aliando o conhecimento teórico repassado em sala de aula à prática durante os estágios, a percepção dos cadetes a respeito do policiamento comunitário pode mudar. Na próxima seção iremos apresentar os dados relativos às perguntas sobre a atuação em uma UPS, na percepção dos participantes da pesquisa.

7.3 ATUAÇÃO POLICIAL EM UNIDADES PARANÁ SEGURO

Nesta seção os participantes responderam a cinco perguntas relacionadas à atuação policial militar dentro de uma Unidade Paraná Seguro (UPS) e ao relacionamento entre polícia militar e comunidade que eles percebem ter nestas unidades. As perguntas eram de múltipla escolha.

7.3.1 Importância das ações desempenhadas pelos policiais das Unidades Paraná Seguro

A primeira reflexão pedida para os participantes foi para que eles indicassem, com base em uma lista de atividades, quais eles acreditavam que os policiais das UPSs desempenhavam.

Para as atividades que os participantes acham que os policiais das UPSs realizam, deveria ser atribuído um valor de importância para elas. Este valor variava entre 1 e 5. Assinalando a opção 1 o participante entende que a atividade é desempenhada pelos policiais militares, mas não tem importância. Assinalando o número 5, ele entende que ela é desempenhada e é muito importante.

Se o participante achasse que os policiais da UPS não fazem alguma das atividades da lista, eles deviam marcar a opção eles “não desempenham” para esta atividade.

Nesta pergunta os participantes poderiam atribuir notas 1 a 5, ou marcar não desempenham, para quantas atividades quisessem. Não era uma classificação entre as atividades, mas sim uma atribuição de importância para as atividades que são desempenhadas pelos policiais militares das UPSs, na visão dos participantes.

As atividades postas como opção aos participantes foram: “prisão de infratores”; “atendimento de ocorrência”; “bloqueio de via”; “serviço administrativo”; “patrulhamento ostensivo”; “ponto base”; “contato com a comunidade”; e “levantamento de problemas no bairro”.

Para analisar estas respostas, as compilamos em dois grupos. O primeiro, que corresponde às quatro primeiras opções, que são funções desempenhadas pelos policiais que têm um cunho repressivo ou administrativo. As quatro últimas, que formam o segundo grupo, são atividades que possibilitam um maior contato com a comunidade.

Neste primeiro grupo de atividades os participantes as classificaram como atividades que não têm grande relevância para o serviço em uma UPS, apesar de entender que os policiais as realizam na sua rotina de serviço nestas unidades. A concentração de respostas ficou entre os números 2 e 4.

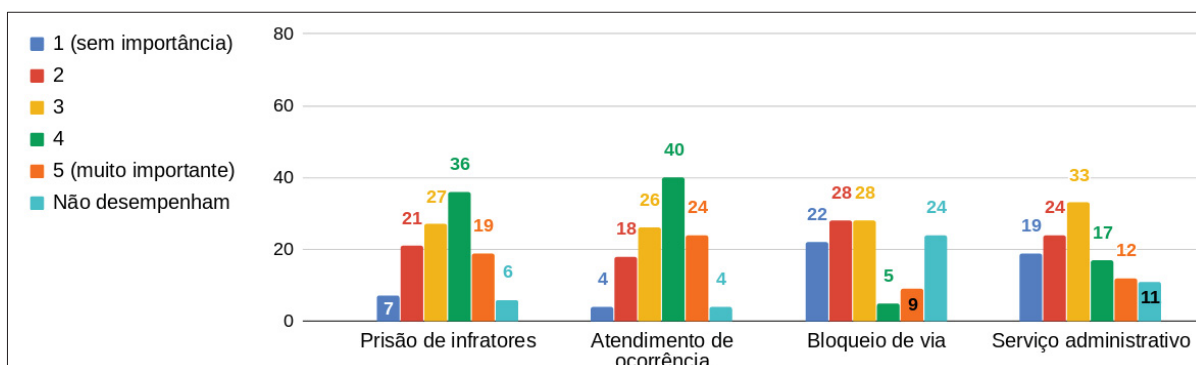
Para a “prisão de infratores”, a maior parte dos cadetes marcaram a opção 4, sendo selecionada 36 vezes, e depois a opção 3, sendo selecionada 27 vezes. O

“atendimento de ocorrência” teve a opção 4 marcada 40 vezes e a opção 3 foi marcada por 26 participantes. Deste primeiro grupo, a atividade que mais cadetes selecionaram como muito importante foi o “atendimento de ocorrências”, com 24 respostas.

De todas as opções (entre as 8 possibilidades) o “bloqueio de via” foi a que mais cadetes afirmaram que os policiais militares das UPSs não realizam, sendo selecionada esta opção por 24 cadetes. E dos que acreditam que ela é realizada, ao ser atribuída a importância desta atividade, 28 marcaram a opção 3 e outros 28 marcaram a opção 2 e 22 participantes marcaram a opção 1. O “bloqueio de via”, na visão dos cadetes, ou não é feito pelos policiais das UPSs, ou, se é feito, não é importante para segurança do local.

O “serviço administrativo”, que na polícia militar está vinculado com o controle de materiais, manutenção de viaturas e armamento, confecção de escalas de serviço, controle de recursos humanos, preenchimento de relatórios, entre outros, foi a segunda maior incidência de marcações na opção “não desempenham”, sendo marcada por 11 participantes. E, da mesma forma que ocorreu para o “bloqueio de via”, dos que acreditam que os policiais da UPS desempenham esta atividade, a importância a ela atribuída foi mais concentrada entre as opções 1 a 3. Sendo a opção 1 recebeu 19 menções, a opção 2 foi marcada por 24 participantes e a opção 3 por 33. O Gráfico 16 demonstra a quantidade de vezes que cada opção foi marcada, do primeiro grupo de atividades que podem ser desempenhadas por policiais militares de UPSs.

GRÁFICO 16 - ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS POLICIAIS DE UPSS E QUAL IMPORTÂNCIA DADA A ELAS PELOS PARTICIPANTES



FONTE: O autor (2019).

No segundo grupo de atividades, que constituem ações de maior relacionamento entre a polícia e a comunidade, observamos que a importância dada à realização do “patrulhamento ostensivo” (que seria basicamente percorrer as ruas do bairro com viaturas, cavalos, motocicletas, ou a pé), teve as respostas distribuídas entre as opções 3, 4 e 5. Isso demonstra que os cadetes dão certo nível de importância para este policiamento. Se somadas as respostas nos números 4 e 5, constatamos que 53,44% dos participantes acham que o “patrulhamento ostensivo” é importante para a segurança da APMG.

O mesmo é observado para a atividade de Ponto Base (PB), que é a permanência da viatura policial em locais de grande fluxo de pessoas ou de grande índice de ocorrências. A atividade de PB é vista como importante para os cadetes, pelo menos em sua maioria, mas não é vista como a atividade fundamental de um policiamento na UPS. A maior parte das respostas também se concentrou nos números 3, 4 e 5.

A realização de “contato com a comunidade”, dentre todas as oito, foi a que um menor número de participantes indicou como uma atividade que não é feita pelos policiais militares das UPSs. Esta opção foi assinalada por 4 cadetes. Dos cadetes que disseram que os policiais da UPSs não fazem contato com a comunidade, 3 são do 3º ano e 1 do 1º ano. Todos ingressaram na PMPR em 2016, e nenhum deles trabalhou em UPS antes de iniciar o CFO. Todos iniciaram outra faculdade antes de entrar para a PMPR. Apesar de dizerem que os policiais da UPS não fazem contato com a comunidade, 3 destes cadetes acham que a PM ter contato com a comunidade é muito importante, e 1 deles acha indiferente.

A atividade de fazer “contato com a comunidade” também foi a que mais cadetes indicaram como muito importante, sendo atribuída a nota 5 nesta atividade por 70 cadetes, 60,34% do total de participantes. Também é atividade que menos cadetes informaram não ter importância ou ter pouca importância para a UPS. Sendo que somadas as opções 1 e 2, nesta atividade, temos 17 respostas, o que representa 14,66% dos participantes. Ao somar os números 4 e 5, observamos que 63,79% dos cadetes dão à atividade de “contato com a comunidade” com importante para uma UPS.

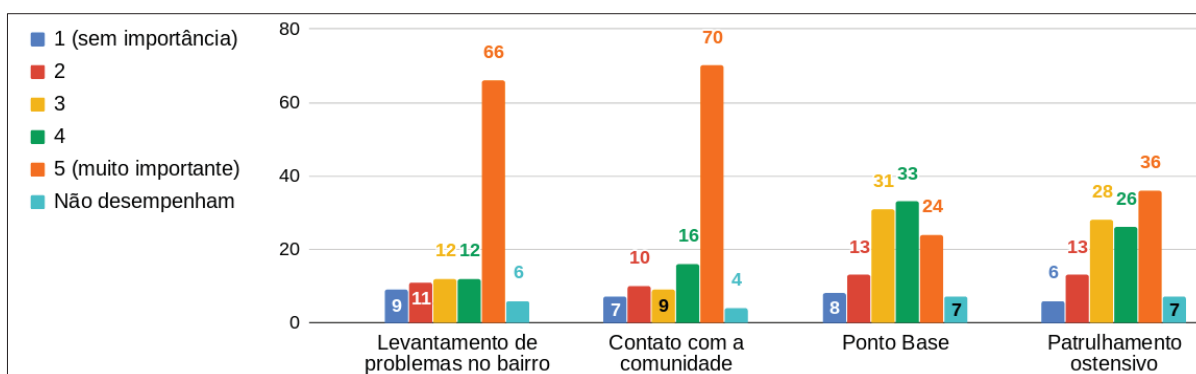
A atividade de “levantar problemas de um bairro” com UPS foi apontada pelos participantes da pesquisa como a segunda mais importante realizada por

policiais militares em uma UPS. A opção 5 foi assinalada por 66 cadetes, correspondendo a 56,90% dos respondentes. Ao somar os números 4 e 5, observamos que 62,07% dos cadetes dão à atividade de “levantar problemas de um bairro” como importante para uma UPS.

A opção que dizia que os policiais não realizam o “levantamento de problemas de um bairro” com UPS foi marcada por 6 cadetes. Destes cadetes, 2 também acham que os policiais da UPS não fazem contato com a comunidade. Um deles já era praça antes de entrar no CFO-PM, mas não trabalhou em uma UPS antes de ser aprovado no CFO-PM. São 3 cadetes do 3º ano, 1 do 2º ano e 2 do 1º ano. Apenas 2 deles não havia iniciado uma faculdade antes do CFO.

Nestas quatro atividades, percebemos que a concentração maior de respostas está nas opções 3, 4 e 5, demonstrando que os cadetes atribuem uma maior importância para elas, em relação àquelas atividades mais repressivas, para serem desempenhadas dentro de um UPS. Apesar de, quando foi perguntado o que eles mais gostam de fazer, foi latente a superioridade das atividades repressivas, eles indicam que entendem a importância das atividades preventivas e do contato com a comunidade. Enfim, sabem que é importante mas não gostariam de fazer isso. O Gráfico 17 demonstra a distribuição das respostas para o segundo grupo de atividades.

GRÁFICO 17 - ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS POLICIAIS DE UPSS E QUAL IMPORTÂNCIA DADA A ELAS PELOS PARTICIPANTES

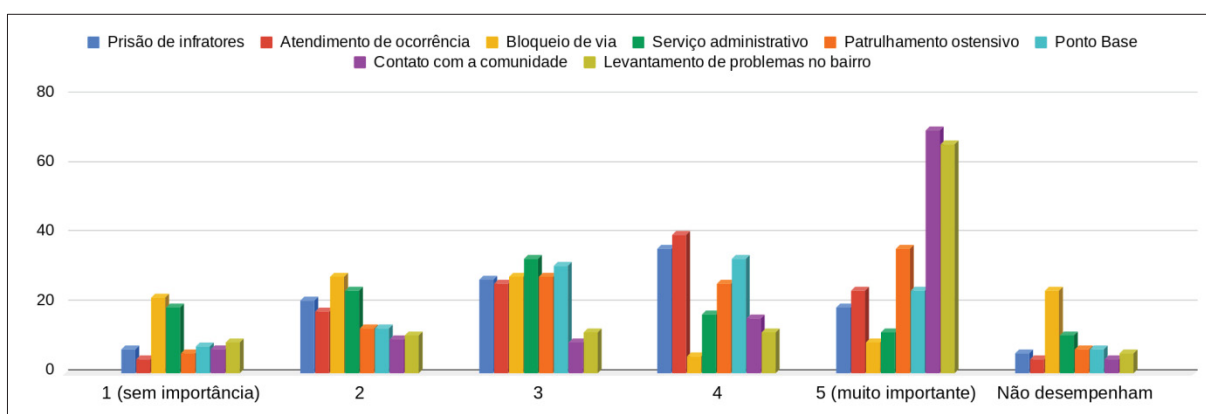


FONTE: O autor (2019).

Ao agruparmos todas as atividades, analisando-as pelo nível de importância dado a elas pelos cadetes, percebemos que há prevalência na opção 5 para as atividades de “contato com a comunidade” e de “levantamento de problemas do

bairro”. Na opção 1 se destacam as atividades de “bloqueio de via” e “serviço administrativo”. Nas opções 2 e 3 percebemos que há uma distribuição mais uniforme da quantidade de vezes que elas foram indicadas como respostas para as atividades. O Gráfico 18 demonstra a comparação da quantidade de respostas, por grau de importância para cada atividade desempenhada pelos policiais militares que trabalham nas UPSs, na visão dos participantes da pesquisa.

GRÁFICO 18 - COMPARAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DADA PELOS PARTICIPANTES A CADA ATIVIDADE DESEMPENHADA PELOS POLICIAIS DAS UPSS



FONTE: O autor (2019).

7.3.2 Ações que devem ser desempenhadas por uma Unidade Paraná Seguro

Estas indicações até aqui são a constatação do que os cadetes acreditam ou observaram estar acontecendo nas UPSs, durante a sua realização de estágios operacionais ou durante as aulas a outras atividades no CFO-PM. Mas também foi perguntado aos cadetes qual seria, no plano ideal, as atividades que os policiais militares das UPSs deveriam desempenhar. Nesta pergunta, os cadetes tinham uma lista de atividades, a mesma lista da pergunta anterior, porém eles tinham a opção de incluir outras atividades que achassem necessárias para o bom desempenho do serviço da UPS. Não foi incluída nenhuma atividade além da lista preexistente.

Os cadetes podiam selecionar quantas atividades eles achassem necessárias serem desempenhadas por policiais das UPSs. Assim, a quantidade de respostas ultrapassou o número de participantes. Tivemos 116 participantes, que assinalaram 602 atividades que devem ser realizadas pelos policiais das UPSs.

As respostas indicam que é quase unânime entre os participantes a necessidade de se realizar “contato com a comunidade”. Apenas 1 cadete não assinalou esta opção. Este cadete assinalou apenas a opção “patrulhamento ostensivo” como atividade que deveria ser desempenhada em uma UPS. Porém, em suas outras respostas ele indica que se sentiria satisfeito ao ser indicado para comandar uma UPS. Quanto ao relacionamento entre a PM e a comunidade ele entende como importante (assinalou 4 para esta resposta, sendo 5 a importância máxima). Ao justificar o porquê entende como importante este relacionamento, o participante escreveu que “somente em contato com a comunidade conseguiremos atender às suas demandas. É extremamente importante para um trabalho em conjunto na área de segurança pública.” (080). Isto leva a crer que pode ter acontecido um erro ao selecionar a opção, mas, será considerado como um cadete que não acredita que o contato com a comunidade deva ser feito por policiais da UPS.

Realizar o “levantamento dos problemas do bairro” também é uma atividade que muitos participantes indicaram como uma função a ser desempenhada dentro de uma UPS. Foram 111 cadetes que selecionaram esta atividade o que representa 18,44% do total das atividades marcadas pelos participantes.

A “prisão de infratores” foi assinalada 69 vezes como sendo uma atividade que deve ser desempenhada por policiais da UPSs. Este dado é curioso, pois os policiais de uma UPS jamais podem se furtar em prender um infrator. Assim, todos deveriam assinalar que esta atividade deve ser desempenhada por policiais das UPS. Aliás, todos os policiais devem prender infratores, quando em flagrante delito. É o que afirma o Código de Processo Penal Brasileiro, em seu artigo 301: “[...] as autoridades policiais e seus agentes **deverão prender** quem quer que seja encontrado em flagrante delito.”. (BRASIL, 1941, grifo nosso)

Se o policial não efetuar esta prisão, estará incorrendo no crime de prevaricação, previsto no artigo 319 do Código Penal Brasileiro, que diz: “[...] **deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício**, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.”. (BRASIL, 1940, grifo nosso)

Assim, para 40,52% dos participantes, ao ser designado como policial comunitário, você se afasta de suas obrigações como policial militar, o que não é verdade. A realização de prisões pode não ser a atividade prioritária para um policial

comunitário, mas ela deve ser desempenhada pelos policiais das UPSs assim como deve ser feito por qualquer outro policial. O Quadro 19 apresenta as atividades que devem ser desempenhadas pelos policiais em uma UPS, segundo a visão dos participantes das pesquisa.

GRÁFICO 19 - ATIVIDADES QUE DEVEM SER DESEMPENHADAS PELOS POLICIAIS DAS UPSS, SEGUNDO OS PARTICIPANTES

ATIVIDADES NA UPS	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Contatos com a comunidade	115	19,10%
Levantamento de problemas no bairro	111	18,44%
Patrulhamento ostensivo	84	13,95%
Atendimento de ocorrências	84	13,95%
Ponto Base (PB)	83	13,79%
Prisão de infratores	69	11,46%
Serviço administrativo	30	4,98%
Bloqueios de via	26	4,32%
TOTAL DE RESPOSTAS	602	100,00%

FONTE: O autor (2019).

7.3.3 O policiamento descentralizado e a concessão de poder à comunidade

Além das atividades dos policiais em uma UPS, o que fazem e o que deveriam fazer, na visão dos participantes, eles também lhes foi solicitado para que respondessem o que um policial militar, que trabalha em uma UPS, deveria fazer quando recebesse uma crítica, opinião ou sugestão da comunidade. Os cadetes tinham seis opções de respostas em uma lista, indicando qual o procedimento seria tomado, mas havia uma sétima alternativa, que serviria para acrescentar outra atitude que deveria ser tomada e não estivesse na lista.

As alternativas de que dispunham os cadetes era: “Informar ao escalão superior (sempre avisar o comando imediato)”; “Depende do grau hierárquico do policial”; “Discutir com a comunidade a sugestão, crítica ou opinião recebida”; “Acionar o Comandante da UPS no local”; “Tentar resolver o que estiver ao seu alcance”; “Indicar, a quem deu a sugestão, a localização da sede do Batalhão, para que repasse a sugestão diretamente ao Comandante.”.

Através das respostas “Outro” foram acrescentadas quatro frases que os cadetes acreditam que seriam outras atitudes que poderiam ser tomadas por

policiais militares de uma UPS ao receber uma crítica, sugestão ou opinião da comunidade, conforme segue:

Propor soluções com base na sua experiência prática. (037)

Analisando a proposta, podemos incluir a atitude que propõe o participante 037 na alternativa “Tentar resolver o que estiver ao seu alcance”. O que ele propõe é apenas uma forma de fazer isso, baseado em sua experiência prática. Como este participante já tinha marcado a opção da resolução do que estiver ao alcance do policial, sua alternativa foi considerada apenas como uma explicação das escolhas feitas.

Trabalhar na coleta e compilação dessas informações e traçar um panorama do seu local de trabalho, direcionando os esforços do BPM para sua resolução. (053)

O participante 053, em outras palavras, propõe que a opinião, crítica ou sugestão sejam levadas ao escalão superior, uma vez que ele sugere cientificar os esforços do batalhão (que é quem comanda o comandante da UPS) para que a solução seja dada por ele. Como este participante já tinha selecionado a opção “Informar ao escalão superior”, sua sugestão também será considerada como uma explicação de como se daria este procedimento que sugere.

Deve avisar ao superior para que, se necessário, este desenvolva alguma operação ou planejamento de ação. Se possível, o próprio policial deve dar uma resposta imediata e eficaz para a demanda da comunidade, ou ainda estimular que a comunidade traga mais críticas ou sugestões para uma futura reunião com os policiais, a exemplo dos Consegs. (095)

A proposta feita pelo participante 095 é um agregado entre “Tentar resolver o que estiver ao seu alcance” e “Informar ao escalão superior”, pois diz que deve cientificar o superior hierárquico e dar a resposta imediata e eficaz à comunidade. Como este participante tinha selecionado apenas a opção “outros”, foi computado uma resposta a mais em cada uma das alternativas.

Embora, os policiais comunitários tenham autonomia, penso ser importante relatar as opiniões, sugestões e críticas para o Comandante da UPS. (101)

Este também apenas explica que é necessário, apesar da autonomia necessária aos policiais comunitários, sempre cientificar o seu comandante imediato. Porém, como ele não tinha marcado a alternativa “Informar ao escalão superior”, foi computada uma resposta a mais para esta opção. No Quadro 13 estão demonstradas as respostas dos cadetes, lembrando que eles poderiam marcar quantas alternativas quisessem.

QUADRO 14 - O QUE FAZER AO RECEBER UMA CRÍTICA, DENÚNCIA OU OPINIÃO, EM UMA UPS, SEGUNDO OS PARTICIPANTES

O QUE FAZER AO RECEBER UMA CRÍTICA, DENÚNCIA OU OPINIÃO	RESPOSTAS	PERCENT.
Tentar resolver o que estiver ao seu alcance	85	34,14%
Discutir com a comunidade a sugestão, crítica ou opinião recebida	70	28,11%
Informar ao escalão superior (sempre avisar o comando imediato)	69	27,71%
Acionar o Comandante da UPS no local	12	4,82%
Depende do grau hierárquico do policial	9	3,61%
Indicar, a quem deu a sugestão, a localização da sede do Batalhão, para que repasse a sugestão diretamente ao Comandante.	4	1,61%
TOTAL DE RESPOSTAS	249	100,00%

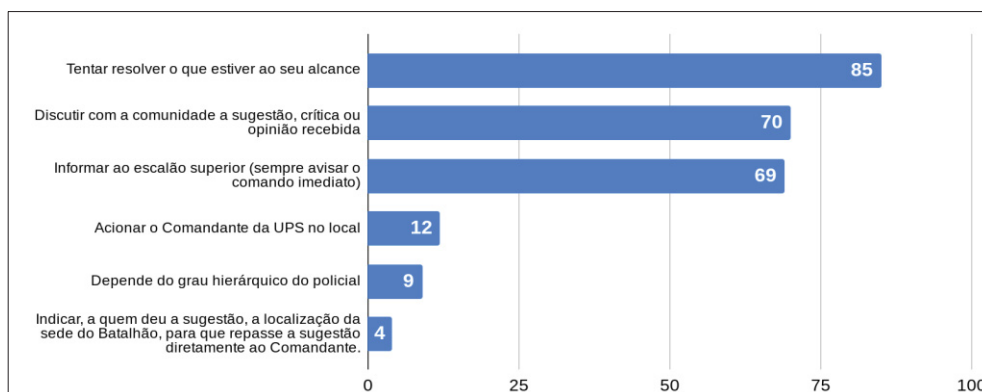
FONTE: O autor (2019).

Reparamos que há uma prevalência nas opções de “Tentar resolver o que estiver ao seu alcance”, alternativa selecionada por 85 vezes e de “Discutir com a comunidade a sugestão, crítica ou opinião recebida”, alternativa que foi selecionada por 70 vezes, que indicam a consciência dos cadetes da autonomia necessária para um policial comunitário.

Por outro lado, há uma forte dependência, talvez por viverem numa instituição militarizada, da informação ou da presença do superior hierárquico na tomada de decisões, o que fica demonstrado na quantidade de cadetes que marcaram a opção de sempre manter o seu superior hierárquico informado, que foi selecionada por 69 participantes, o que corresponde a 27,71% das ações que indicaram.

Os participantes indicaram por 12 vezes que é preciso que o comandante da UPS esteja no local quando o policial militar for receber uma crítica, opinião ou sugestão da comunidade. Também selecionaram por 9 vezes a alternativa que indica a independência da autonomia para a resolução de um problema está vinculada ao grau hierárquico do policial militar. O Gráfico 14 demonstra a distribuição do quantitativo de respostas, em cada alternativa.

QUADRO 15 - O QUE FAZER AO RECEBER UMA CRÍTICA, OPINIÃO OU DENÚNCIA NUMA UPS



FONTE: O autor (2019).

Ao fazer esta pergunta os pesquisadores tinham como foco analisar o nível de autonomia que os cadetes entendem que tem, e que é possível ter, um policial que atua em uma UPS. Lembrando que o “comprometimento com a concessão de poder à comunidade”; e o “policiamento descentralizado e personalizado” (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1994) são princípios do policiamento comunitário, portanto, para que este policiamento tenha sucesso, é preciso que a polícia dê autonomia ao seu agente, que está próximo à comunidade e que a instituição se comprometa em debater e discutir os problemas e as soluções junto com a comunidade.

Esta pergunta se complementou com outra questão que solicitava aos participantes opinarem sobre o nível de autonomia que teriam caso fossem comandantes de UPS. Nesta pergunta foram apresentadas quatro opções, podendo ser complementadas as alternativas pela opção “outros”. As opções apresentadas foram: “não tem nenhuma autonomia”; “pode fazer coisas autorizadas pelo comando”; “apenas para escalar o efetivo”; “autonomia total”. O cadete poderia marcar quantas alternativas quisesse.

Foram deixadas 6 sugestões no campo “outros”. Uma das sugestões, vinda do participante número 048, diz que deveria ter “autonomia parcial”. As alternativas “pode fazer coisas autorizadas pelo comando”; “apenas para escalar o efetivo” são tipos de autonomies parciais, mas como o respondente não indicou nenhuma delas, deve considerar outras possibilidades, portanto, foi criada esta nova categoria.

A outra sugestão contempla um tipo de autonomia, sempre reportando ao comandante o que está fazendo. Ele diz que pode fazer algo sem falar com o

comandante, mas depois deverá ser reportado a ele. Portanto, foi computado na categoria “pode fazer coisas autorizadas pelo comando”, pois, ao reportar-se a seu superior hierárquico, este superior assumirá a decisão das ações, perdendo, o subordinado, a autonomia.

Discrecionabilidade para implementar medidas que assegurem o convívio pacífico e produtivo com a comunidade mesmo que não autorizada previamente pelo comando (demandas ainda não despachadas com o comandante). (052)

Outro, o 073, sugere que a autonomia seja para gestionar o policiamento local, de fato, esta seria a autonomia total dentro de uma UPS, atuando como um chefe de polícia local. O mesmo acontece com o 080, que cita uma “autonomia suficiente para resolver os problemas locais” (080). Assim, estas duas citações foram computadas na opção “autonomia total”.

A outra sugestão colocada na opção outros, na verdade é uma explicação para a alternativa que o participante escolheu. Ao marcar “pode fazer coisas autorizadas pelo comando” o cadete explicou:

Atuar no bairro, segundo estatísticas repassadas ao Comando, uma vez que é você que estará lá presenciando o dia a dia da comunidade. (087)

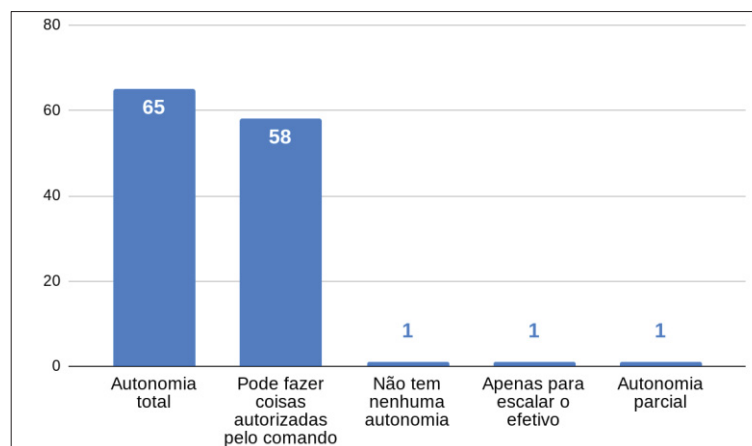
A última observação se deu no sentido de que deveria ter autonomia total, porém vinculada ao comandante. O participante marcou a opção “autonomia total”, mas indica que também deve ser vinculada ao comandante. Assim, foi também somada mais uma resposta à alternativa “pode fazer coisas autorizadas pelo comando”.

Deve haver um nível de autonomia que beira o total, porém respeitando e comunicando as ordens já estabelecidas pelos escalões superiores e os preceitos legais e morais. (106)

Os resultados desta pergunta apontam que a metade dos cadetes acredita que na UPS teria autonomia total, e a outra metade acredita que esta autonomia está vinculada à autorização do escalão superior para realizar as atividades. No Gráfico 20 há uma pequena maioria pendendo para as respostas de que o comandante a UPS tem autonomia total, porém, ao conferir as respostas, 7 cadetes

que indicaram pela autonomia total, também vincularam esta autonomia às ordens de seu superior, assim, não há autonomia total.

GRÁFICO 20 - QUAL O GRAU DE AUTONOMIA QUE DEVE TER UM COMANDANTE DE UPS, SEGUNDO OS PARTICIPANTES



FONTE: O autor (2019).

Ao analisarmos de maneira conjunta as duas perguntas sobre a autonomia, aquela que o policial tem na comunidade e aquela que o comandante da UPS deveria ter, nós percebemos que a forte vinculação à burocracia militar, à hierarquia e a disciplina, ao devido canal de comando para a tomada de decisões, impede aos cadetes a compreensão da necessária autonomia que deve ter um policial comunitário nas suas decisões. As decisões devem ser tomadas em conjunto com a comunidade, não devendo seguir extensos canais de comando. A delegação para a tomada de decisões deveria ser realizada no momento em que se designa um policial para trabalhar ou comandar uma UPS. O excesso de burocracia pode causar demora excessiva na solução de problemas simples, gerando descrédito na capacidade do policial militar que está junto à comunidade.

Por 69 vezes foi assinalada a alternativa que indica que “toda crítica, opinião e sugestão da comunidade deve ser levada ao conhecimento dos superiores”. O quanto a população confiaria na capacidade deste policial de resolver os seus problemas, sendo que tudo ele encaminha para a solução de um superior hierárquico? Também foi selecionada por 58 vezes, a opção que diz que ao ser comandante de uma UPS ele poderia fazer apenas as “coisas autorizadas pelo comando”. Ou seja, qual a diferença da UPS e de um policiamento comum, onde todas as ordens partem de um comando centralizado?

Assim, percebemos que a falta de confiança em tomar decisões, e o medo de não estar preparado para assumir a função de comandante de uma área com o policiamento comunitário, como eles afirmaram nas justificativas do porquê não se sentiriam satisfeitos em assumir o comando de uma UPS logo após formados, fazem os cadetes desejarem não ter autonomia. É melhor ser dependente de um superior, porque assim as decisões, certas ou erradas, provêm dele e não de mim.

A última pergunta desta série de perguntas a respeito da atuação do policial militar em uma UPS diz respeito ao atendimento de ocorrências de emergência. O atendimento de ocorrência via telefone 190 é o modelo tradicional de se fazer polícia, desde o advento do automóvel. Isso levou o policial ao afastamento da comunidade, tendo contato com ela apenas quando havia acontecido uma ocorrência policial. Encerrando-se a pró-atividade policial, passando a ser uma polícia meramente reativa (SKOLNICK, BAYLEY, 2002).

Desta forma, a vinculação das viaturas de uma UPS ao atendimento destas ocorrência pode significar a manutenção de um sistema tradicional de polícia, onde as viaturas ficam basicamente todo o seu turno de serviço prestando apoio à população em ocorrências que já aconteceram.

A pergunta apresentava um rol com cinco opções, sendo que o cadete poderia acrescentar algo, caso achasse necessário. As opções eram, se a viatura da UPS deveria: “desvincular-se totalmente do 190” (nesta opção as viaturas da UPS não atendem mais nenhum chamado que chegasse pelo telefone 190. Por mais que o chamado fosse dentro da área da UPS, deveria vir outra viatura para atender a ele); “Atender apenas ocorrências graves” (neste caso, sendo grave a viatura da UPS poderia atender ocorrências dentro ou fora da UPS. Fora da UPS caso não tivesse outra viatura para atender esta ocorrência. É desta forma que tem funcionado atualmente na maior parte das UPSs); “Atender apenas ocorrências no bairro da UPS” (sendo grave, ou não, sendo na UPS a viatura desta unidade atenderia); “Atender ocorrências normalmente” (sendo dentro ou fora da UPS, grave ou não, a viatura da UPS entraria na fila normal de atendimento de ocorrências. Neste caso não haveria nenhuma diferença entre a viatura da UPS e outra viatura de radiopatrulhamento); e “deve ficar a critério do Coordenador do Policiamento da Unidade (CPU)” (quem iria escolher se atende, ou não a ocorrência é o Oficial CPU). Poderiam ser marcadas quantas opções achassem viáveis.

As opções não eram mutuamente exclusivas. Os cadetes poderiam marcar mais do que uma opção, caso achassem viável. Assim, tivemos mais respostas do que a quantidade de participantes da pesquisa. Nesta pergunta tivemos 146 respostas.

Houve 7 seleções do campo “Outro”. Destas, 6 eram justificativa da alternativa escolhida, dizendo o porquê acreditam que devem atender ocorrências apenas no bairro e apenas ocorrências graves nas adjacências. De forma geral, entendem que prestar apoio a ocorrências graves é um dever do policial, não podendo furtar-se disso apenas por ser da UPS (035, 062, 086, 087, 089 e 106).

A outra sugestão foi que o critério para atender ou não ocorrências que chegam ao conhecimento da polícia militar via telefone 190 deveria ser do Comandante da UPS. Esta opção passou a ser computada nas respostas.

A maioria dos cadetes acredita que as viaturas de UPS deveriam atender as ocorrências dentro de seu bairro. Isso vai ao encontro da filosofia de policiamento comunitário, em que o policial responsável pelo policiamento de um bairro foca na prevenção de crimes na localidade, mas também atua repressivamente, naquela localidade, caso seja necessário. Isso pode gerar confiança entre ele e a comunidade, pois estão agindo para resolver os problemas apresentados. Foi 71 vezes selecionada esta opção, 48,63% do total.

Houve participantes que entendem que a desvinculação do atendimento de ocorrências via 190 deve ser total. Ocorreu a seleção esta opção 6 vezes, representando 4,11% das respostas. Isso não quer dizer que os policiais de UPS não atendam ocorrências, mas sim que elas não virão via telefone 190. Poderão atender, por exemplo, um crime que venha acontecer em sua frente. Ou prestar apoio para alguém que venha diretamente até eles relatar uma infração.

Os que entendem que deveriam atender normalmente as ocorrências, transformando as viaturas da UPS numa viatura normal de radiopatrulhamento foram 12, 8,22% do total de respostas. Dos 12 cadetes que acreditam que a UPS deve atender ocorrências normalmente, 11 são homens e uma é mulher. Da atividade que eles gostariam de desempenhar depois de formados, 7 disseram querer participar de rondas especiais (RONE, ROTAM ou ROCAM), 3 gostariam de atuar como Oficial CPU e 1 gostaria de trabalhar na Polícia de Choque. Todos disseram que o relacionamento entre a polícia e a comunidade é muito importante (9

deles) ou importante (3 deles). Quanto à autonomia de um comandante de UPS, 7 deles acreditam que a autonomia é total, e 5 deles que devem fazer coisas apenas com a autorização do comandante.

Apesar de, por sua resposta, parecer que não concordam com o policiamento comunitário, 8 deles indicaram que se sentiriam satisfeitos ao serem indicados para comandar uma UPS nos três primeiros anos após a sua formatura. Dos outros quatro, 2 disseram sentir-se indiferentes a esta indicação e 2 se sentiriam insatisfeitos. Estes últimos, justificaram a sua insatisfação da seguinte forma:

A UPS não parece ser diferente de qualquer outra cia da PMPR. (018)

Vontade de trabalhar no serviço operacional, condições precárias das atuais UPS e falta de conhecimento e vontade de trabalhar nessa área. (066)

Ambos são do 3º Ano, e eram praças antes de ingressar no CFO, sendo que um ingressou em 2010 e outro ingressou em 2013. Os dois disseram o que o fizeram por vocação.

Vimos nesta seção que a vinculação com a hierarquia e a burocracia militar são muito fortes no imaginário dos cadetes participantes desta pesquisa, impedindo-os de admitir um nível maior de autonomia para os policiais que trabalham nas UPSs. Na próxima seção vamos apresentar uma série de perguntas que foram feitas para identificar a opinião dos cadetes a respeito da atuação profissional de maneira geral, vinculando este policiamento rotineiro à comunidade, mas não necessariamente a uma área com UPS.

7.4 ATUAÇÃO

Esta seção, a última do instrumento de pesquisa, se constituiu em 13 perguntas, sendo 3 delas fechadas e 10 abertas, nas quais o participante foi levado a refletir a respeito de conceitos sobre o policiamento realizado pela polícia militar, a importância dada ao policiamento comunitário neste contexto e as possíveis formas de interação entre polícia e comunidade.

7.4.1 Como o policiamento deve ser e a quem ou a que ele deve servir

A primeira pergunta “Para você, como deve ser o policiamento?” buscava uma reflexão do participante sobre a atividade diária da polícia militar. Não importa se é na UPS, fora dela, no interior ou na capital. Aqui a pergunta era sobre o policiamento de uma maneira geral. Esta era uma pergunta aberta, deixando livre para o cadete expressar o que sente a este respeito, não o prendendo em conceitos preestabelecidos.

As respostas dos cadetes puderam ser divididas em três categorias, que dizem como o policiamento deveria ser para eles: na primeira categoria, foram agrupadas as respostas que levavam a uma indicação de que o cadete entende que o policiamento deve ser “comunitário”, ou seja, interagindo com a comunidade na identificação e resolução dos problemas da região.

Na segunda categoria reunimos as respostas que indicam que o policiamento deve continuar da forma que sempre foi, com atuações de patrulhamento ostensivo fardado e repressão ao crime ocorrido. Esta categoria chamamos de “tradicional”

Por último, foi criada uma categoria para as respostas que expressavam que o policiamento deve manter seu *status quo*, porém aplicando a ele conceitos de policiamento comunitário. A esta categoria chamamos de policiamento “híbrido”, entre o tradicional e o comunitário. Nesta categoria os participantes relataram que entendem que o policiamento deve manter o seu foco na repressão, mas com respeito às pessoas, e, quando possível, realizar contatos e buscar da comunidade ideias para a melhoria do serviço prestado.

Quanto à quantidade de respostas em cada categoria, observamos que para 58 participantes, ou seja, a metade dos cadetes, o policiamento deve ser comunitário, próximo à comunidade, contando com o apoio dela para buscar as soluções para os problemas de segurança apresentados na região. O policiamento deve ser adaptado à realidade local. Muitos participantes trouxeram como resposta apenas a palavra “comunitário” (011, 014, 012 e 021). Outros buscaram uma definição do policiamento comunitário, conforme aprenderam em sala de aula. Alguns cadetes também indicaram que o policiamento deve ser como o chamado de “policiamento orientado para o problema” ou “policiamento orientado à solução do

problema” (SANTOS, TASCA, 2014), que é uma espécie, dentro do gênero policiamento comunitário, para justificar como deveria ser o policiamento realizado pela PMPR (030, 036, 047, 052, 053, 055, 060, 063 e 067).

FIGURA 9 - BASES FILOSÓFICAS DO POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO MODERNO



FONTE: MOREIRA (2004²⁰ apud SENASP, 2007)

Também foram encontradas, nas respostas dos participantes, indicações de que o policiamento deva ser comunitário, porém sem citar diretamente esta definição. Policiamento próximo à comunidade, policiamento inovador, que tenha contato com as lideranças comunitárias. Transcrevemos algumas respostas que ilustram este grupo:

Buscando proximidade com a comunidade, com o objetivo de resolver os problemas locais ou auxiliar a comunidade a resolver. (027)

Policiamento que vise principalmente os problemas da comunidade em que está inserida, ter o contato com moradores e assim atuar onde nota-se maior necessidade, agindo com os meios que estiverem sob alcance. (100)

Deve ser um policiamento inovador, buscando soluções "fora da caixa" que não necessariamente envolvem prisão ou encaminhamento de infratores.(106)

O policiamento deve ser próximo da comunidade, sendo realizado, preferencialmente por meio de patrulhamento a pé e PB, em determinados eixos, a fim de que o policial fique próximo da comunidade, bem como esta visualize no PM um ponto de ajuda, orientação, ou seja, que o policial fique mais acessível para os cidadãos. (110)

²⁰ Não foram encontrados mais detalhes sobre a referência bibliográfica do documento original no documento consultado.

Realizando contato com líderes da comunidade, bem como fazendo pesquisas de forma amostral para verificação de problemas que aquela comunidade possui e buscar a resolução dos problemas junto a outros órgãos que possam realizar um atendimento adequado. (116)

Ainda chamou a atenção dos pesquisadores a definição de como deveria ser o policiamento feito pelo participante 050 “O policiamento deve ser transparente, próximo à comunidade e sempre profissional.”. Ele indica que ele deve ser comunitário, mas traz dois conceitos importantes: transparente e profissional.

A transparência é definida no dicionário, como “[...] qualidade do que transmite a verdade sem a adulterar; limpidez; qualidade de quem não tem nada a esconder; caráter do que não é fraudulento e pode vir a público [...]” (TRANSPARÊNCIA, 2003).

Assim, o participante define, além de comunitário uma qualidade que tem a comunidade reclamado das polícias militares, desde a ditadura militar. Por ser uma corporação fechada, que não se abre para discutir os seus conceitos e problemas. Um policiamento transparente, vai além do que é feito na rua, pelos policiais militares, ele é algo que adentra aos quartéis, como uma forma de mostrar à sociedade o que tem sido feito, como tem sido feito e o que pode ser melhorado. Esta característica, que foi citada pelo participante 050, é algo fundamental para se consolidar o policiamento comunitário.

Ele ainda cita que o policiamento deve ser profissional. Uma atuação profissional se faz com a formação necessária para ela, e com uma formação continuada, de forma que seus profissionais estejam sempre atualizados, prontos para prestar o melhor serviço possível. Ser profissional também é primordial para que a comunidade confie no serviço do policial militar. Ele deve ser conhecedor dos preceitos do policiamento, das leis, das normas, de forma a saber orientar e ajudar a população no que ela precisar, inclusive coibindo atos desviantes.

A definição trazida pelo participante 101 também traz um conceito importante que é um policiamento humanizado.

O policiamento deve ser pautado na filosofia da Polícia Comunitária, tendo por objetivo estabelecer parceria entre polícia e comunidade, confiança mútua, resolução de problemas e melhora de qualidade de vida da comunidade. Para tanto, o policiamento deve ser realizado de forma humanizada. (101)

Realizar o policiamento de forma humanizada é fazê-lo atento às necessidades de cada pessoa. É tentar ajudar aquele que precisa. E tratar de forma humana a todos que têm contato com a polícia militar, por mais que a pessoa tenha cometido um crime. Mesmo assim ela deve ser tratada de forma respeitadora e digna. Um caso que ilustra isso aconteceu na região metropolitana de Curitiba, na cidade de Araucária. Ao receber a informação de que estava acontecendo um furto na região, uma equipe composta por dois policiais militares abordou um veículo com uma família (pai, mãe e seus dois filhos pequenos), e neste veículo foi encontrado o produto do furto. O pai, preso e conduzido para a delegacia. O pai confessou o crime, mas disse que o fez num momento de desespero, porque não tinha comida para dar para seus filhos, devido ao longo tempo que estava desempregado. (POLICIAIS, 2018)

Depois de realizar os procedimentos na delegacia os policiais foram até a residência da família, onde viram a real situação vivida por eles. De fato, não havia quase nenhuma comida na dispensa e a mãe cozinhava, do lado de fora da casa, um pouco de arroz para servir aos seus filhos. Consternados com a situação, os policiais solicitaram doações para seus colegas policiais militares, e logo conseguiram “[...] alimentos, roupas, carnes, brinquedos, uma bicicleta para o garoto [...]”. (POLICIAIS, 2018)

Ao justificar a sua atitude, um dos policiais falou que ele o fez porque ele e seu parceiro de viatura “[...] ficaram muito sensibilizados com a situação porque também possuem filhos e não conseguem imaginar eles passando por necessidades.” (POLICIAIS, 2018). A matéria jornalística ainda fala sobre a emoção que envolveu o momento da entrega dos alimentos, e traz a fala do pai daquela família, dizendo que nunca mais irá cometer outro delito. (POLICIAIS, 2018)

Ser humano é preocupar-se com o próximo. Um policial deve compreender a situação social e econômica vivida pela comunidade a quem presta serviços (KARPINSKI, 2013; SILVA, SILVA, 2016) e assim tornar-se mais humano e sensível à realidade vivida por esta comunidade. A característica militar das polícias ostensivas estaduais faz, muitas vezes, com que a formação dos policiais se aproxime da formação dada aos militares das forças armadas, de quem é esperado o combate ao inimigo para a defesa nacional. Isso, muitas vezes faz com que, no imaginário dos gestores das polícias militares, “[...] o perfil ideal para os militares é

de homens máquina [...]” (VEIGA, SOUZA, 2018, p. 61), que cumpram cegamente a sua missão, sem refletir sobre as atitudes que estão somando.

Na categoria “tradicional” temos os participantes que indicaram que o policiamento deve ser feito de forma ostensiva e repressiva, com o uso de vários tipos de veículos, baseado em estatísticas e voltado para a redução dos crimes em locais com maiores índices de ocorrências. Ou seja, como é feito desde o advento do automóvel. (SKOLNICK, BAYLEY, 2002)

O policiamento tradicional é tido como o ideal por 39 cadetes, que representam 32,62% dos participantes desta pesquisa. Destes participantes, 5 são do sexo feminino e 34 do sexo masculino. Observamos uma preponderância de cadetes do sexo masculino entre os que preferem a manutenção do policiamento tradicional. Além do número absoluto ser maior para os homens, a proporção do total de participantes é de 19,83% do sexo feminino e 80,12% do sexo masculino. Entre os que indicam que o policiamento deve continuar sendo conforme sempre foi, repressivo e reativo, temos 12,82% de participantes do sexo feminino e 87,18% do sexo masculino.

Quanto ao ano que estão cursando no CFO-PM, dos cadetes que defendem o policiamento tradicional, 12 estão no primeiro ano, 4 no segundo ano e 23 no terceiro ano. Esta quantidade de alunos em cada ano indica que proporcionalmente os alunos do 1º ano estão mais propensos a entender que a forma de se fazer policiamento é através da repressão e da reação aos fatos acontecidos, sendo que 46,15% deles definiram o policiamento desta forma. Nos anos posteriores essa proporção se reduz. Entre os cadetes do 2º ano, 26,67% definiram que o policiamento deve ser executado da forma tradicional e do 3º ano, 30,67%. Lembrando que a proporção de participantes é de 34,67% do 1º ano, 12,93% do 2º ano e 64,65% do 3º ano. Isso pode indicar que a educação dentro da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) tem contribuído para que se altere a visão sobre a forma de policiamento a ser executada pela Polícia Militar do Paraná (PMPR). Cabe ainda lembrar que o 1º e o 2º ano concluíram apenas a disciplina de “Teorias de Polícia Comunitária”, ou seja, estão, quase em um mesmo nível em termos de conhecimento formal da filosofia de polícia comunitária.

Dos cadetes que preferem o policiamento tradicional, 20 gostariam de atuar em rondas especiais depois de formado e outros 11 gostariam de atuar como

coordenador do radiopatrulhamento. Somando, temos que 79,49% deles têm o sonho em trabalhar com o policiamento tradicional, por isso o definem desta forma.

A paixão pelo policiamento combativo e repressivo é expressada por alguns durante as suas respostas. Como o expresso pelo participante 006, que diz que policiamento deve ser “preventivo repressivo”. Ou na afirmação do participante 075, para ele o policiamento deve ser “Efetivo, enérgico e vigoroso”.

Ainda temos a separação da população, no imaginário de alguns cadetes entre os “homens de bem” e os “homens maus”. O policiamento, portanto, deve defender os “homens de bem” e reprimir os “homens maus”. Mas quem são os “homens de bem”?

O policiamento deve ser realizado de maneira a trazer segurança à população, atendendo de forma cortês ao cidadão de bem, sem deixar de ser firme no combate aos infratores. (079)

Fica claro que a cordialidade e o tratamento humanitário, na visão do participantes, deve ser destinado apenas àqueles que são “bons”. Aos infratores, cabe o combate e a firmeza da ação. Cabe ressaltar que o participante 079 está no 1º ano do CFO-PM, ingressou na PMPR em 2018, o que nos faz acreditar que ele traz esta visão de combate ao crime de seu convívio social. Apesar de seu pouco tempo de polícia, é um homem que tem entre 28 e 30 anos de idade, e já cursou outra faculdade antes de seu ingresso na polícia militar.

Na categoria do policiamento tradicional com preceitos de polícia comunitária, a que chamamos de “híbrido”, tivemos 19 respostas. Estes participantes indicam que é importante o policiamento comunitário, mas acham que ele não serve para todas as situações. Há uma afirmação que representa este grupo de forma pontual:

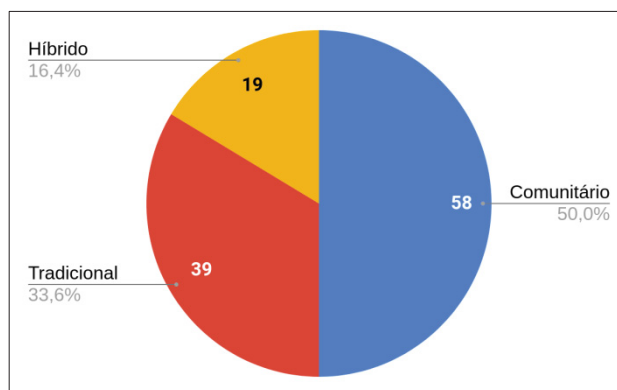
Deve ser um misto de atuação, tendo o comunitário como filosofia intrínseca. Mas, também não se deve abrir mão de aplicações pontuais, com operações de saturação, a necessidade por vezes de apoios ROTAM, principalmente no início da instalação e tomada da área, para regularizar, mostrar efetivamente a presença do Estado. Contudo, tomar cuidado excessivo com abusos. (115)

Este é o conceito desta categoria. Estes participantes acreditam no policiamento comunitário, mas em áreas onde a criminalidade é excessiva, deve haver o policiamento ostensivo repressivo, para depois haver a aproximação com a

comunidade. É muito parecido com o conceito que foi aplicado para o início das Unidades Paraná Seguro, no Paraná, e das Unidades de Polícia Pacificadora, no estado do Rio de Janeiro.

Dos 19 participantes que entendem que o policiamento deve ser “híbrido”, 8 são do 1º ano do curso, 42,10% dos que entendem que o policiamento deve ser “híbrido”, 2 do 2º ano, 10,53% deste grupo e 9 do 3º ano, 47,36% deste grupo. Os participantes que já entendem como importante aplicar a filosofia de polícia comunitária no policiamento, também é proporcionalmente maior nos grupos das séries iniciais do curso. No Gráfico 21 apresentaremos a distribuição dos conceitos de policiamento dados pelos cadetes dentro das categorias estabelecidas.

GRÁFICO 21 - FREQUÊNCIA DO CONCEITO DE POLICIAMENTO DADO PELOS PARTICIPANTES



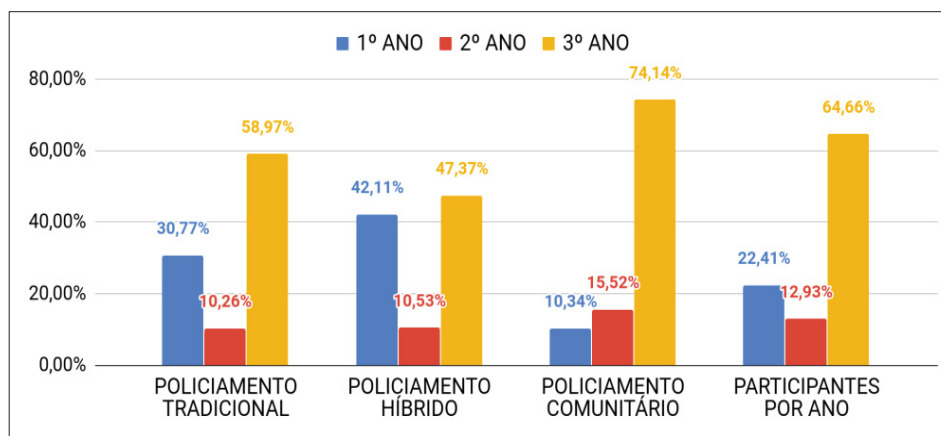
FONTE: O autor (2019).

Ao analisarmos a indicação de como deve ser o policiamento pelas respostas dos participantes, pudemos perceber que os cadetes da turma do 1º ano o definiram mais como um policiamento híbrido. Enquanto os cadetes do 3º ano o definiram mais como um policiamento comunitário.

Apenas as turmas do 2º e do 3º ano tiveram o percentual de alunos que definiu o policiamento como comunitário acima do percentual de participantes, destas turmas, nesta pesquisa. A turma do 2º ano superou a média de participantes em 2,59%, enquanto os do 3º que acreditam que o policiamento deve ser comunitário ficaram 9,48% acima do percentual de participantes. Por sua vez, os integrantes da turma do 1º ano ficaram acima nas definições como policiamento tradicional e híbrido, mas abaixo da média na definição do policiamento como comunitário.

Estes resultados podem indicar que a educação formal na APMG tem contribuído para a compreensão dos cadetes que o policiamento deve ser próximo e integrado à comunidade. Que a polícia militar tem que focar os seus esforços em prevenir o crime, não apenas reprimi-lo. O Gráfico 22 apresenta o percentual de participantes, pelo ano que estão matriculados no curso, que definiram o policiamento como tradicional, híbrido ou comunitário. Também apresentamos uma coluna, para comparação, com o percentual de alunos, de cada ano, participantes da pesquisa.

GRÁFICO 22 - CONCEITO DE POLICIAMENTO PELO ANO QUE OS PARTICIPANTES ESTÃO MATRICULADOS NO CFO-PM



FONTE: O autor (2019).

Também foi perguntado aos participantes a quem ou o quê o policiamento realizado pela polícia militar deve atender, de forma geral, não importando se radiopatrulhamento, policiamento comunitário ou rondas especiais. Esta também era uma pergunta aberta em que os cadetes expressaram as suas opiniões. As respostas também foram agrupadas em três categorias, não excludentes entre si. As categorias que identificamos é que, para os participantes o policiamento deve servir: “à comunidade local”; “à população em geral”; e “ao Estado”. Alguns indicaram que deveria servir apenas para um destes grupos. Outros para dois ou até os três ao mesmo tempo. Assim, tivemos uma quantidade de respostas (131) maior do que a quantidade de participantes na pesquisa (116).

Na categoria “comunidade local” foram agrupadas todas as respostas que indicassem que o policiamento deve servir à comunidade, fundamentado em discussão com ela, e com o policiamento voltado a uma realidade apresentada a

nível de bairro. Ou seja, os participantes aqui indicaram que o policiamento não deve servir a toda uma população de maneira igual, mas sim se adaptar à realidade local. Foram encontradas 74 menções indicando que o policiamento deve servir à comunidade.

Na categoria “população em geral” agrupamos as respostas que indicam que o policiamento deve ser planejado e servir a todos da população de maneira igual, sem discriminação, porém sem a especificidade da região em que está sendo aplicado. O policiamento deve seguir um padrão, e ser aplicado de forma igualitária em todo o Paraná. Foram identificadas 49 alusões que indicam que o policiamento deve servir à população de uma forma geral, sem adaptação à realidade local.

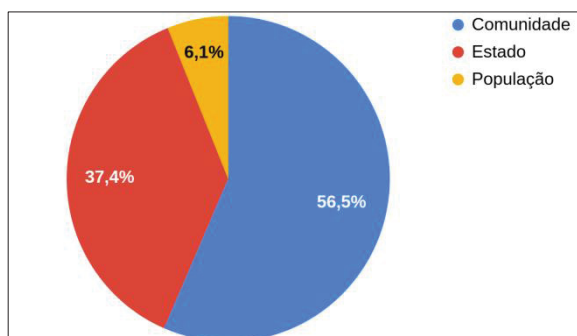
Na categoria “Estado” foram agrupadas respostas que indicaram que a preocupação do policiamento deve ser em proteger a própria polícia e aos policiais, às leis, às instituições e ao Estado em si. Aqui também constam as respostas daqueles participantes que citaram que o policiamento serve para a manutenção da ordem, que é uma forma da polícia militar servir ao Estado. Para 8 participantes o policiamento deve servir ao Estado. Cabe salientar que para estes 8 cadetes, o policiamento não deve servir apenas ao Estado. O policiamento deve servir à comunidade e ao Estado para 5 deles. Para 3 deles o policiamento deve servir à população em geral e ao Estado. Como vemos por exemplo na resposta do participante 075, que diz que o policiamento deve servir “À sociedade e ao Estado” e na do participante “À comunidade e ao Estado.”.

Também podemos citar como exemplo a resposta do participante 044, que coloca o “Comando” como destinatário deste policiamento. O “Comando” da polícia militar representa os interesses do Estado. Para ele, o policiamento deve servir “À comunidade; Ao Policial (com relação às condições de trabalho); Ao comando”. (044)

Percebemos uma convergência de valores entre a pergunta “como deve ser o policiamento” e “para quem ou para quem deve servir o policiamento”. Na primeira identificamos que para 66,39% dos participantes o policiamento deve ser comunitário ou híbrido (tradicional, mas aplicando a filosofia de polícia comunitária). Na segunda pergunta, para 63,79% dos cadetes o policiamento deve ser destinado a servir à comunidade. O Gráfico 23 apresenta a quantidade vezes que cada uma

das categorias a quem ou o que o policiamento deve servir foram mencionadas pelos participantes.

GRÁFICO 23 - A QUEM OU A QUE DEVE SERVIR O POLÍCIAMENTO



FONTE: O autor (2019).

7.4.2 A integração entre a comunidade e a polícia militar

O policiamento comunitário tem como um de seus princípios a “extensão do mandato policial”, que é definido por Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p. 13)

O policiamento comunitário acrescenta o elemento preventivo vital ao papel repressivo tradicional da polícia, resultando em um serviço policial de pleno espectro. Como a única instituição de controle social aberta 24 horas por dia, sete dias na semana, a polícia precisa manter a capacidade de responder imediatamente às crises e aos incidentes criminais. Mas o policiamento comunitário amplia o papel da polícia, de modo que ela possa produzir um maior impacto na realização de transformações que venham ao encontro das promessas de tornar as comunidades mais seguras e mais atraentes como lugares para viver amanhã.

A ideia por trás deste princípio do policiamento comunitário é que a polícia tem que se envolver mais com os problemas da comunidade do que apenas na área de segurança. Desta forma, perguntamos aos participantes da pesquisa quais atividades desempenhadas por eles, como um policial militar de serviço, poderiam ajudar a comunidade. Foram apresentadas oito opções de resposta, das quais o participante poderia marcar quantas achasse conveniente. As opções eram: “Conversar com moradores”; “conversar com comerciantes”; “patrulhamento ostensivo”; “bloqueios de via”; “abordagem de suspeitos”; “prisão de suspeitos”; “reunião de Conselho Comunitário de Segurança”; “pontos base (PB)”.

Foram, ao todo, 753 respostas na lista de atividades, dadas pelos 116 cadetes participantes da pesquisa. Destas opções, o bloqueio de via foi o único que não atingiu 50% dos participantes como uma atividade que auxilia a comunidade, sendo indicado por 54 cadetes. Esta atividade correspondeu a 14,47% das atividades selecionadas.

As mais selecionadas foram: “Conversar com moradores” por 111 vezes; “conversar com comerciantes”, selecionada 109 vezes; “patrulhamento ostensivo” por 107 vezes e “reunião de Conselho Comunitário de Segurança” por 107 vezes. No Quadro 24 temos a quantidade de respostas em cada uma das alternativas.

GRÁFICO 24 - QUAIS AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS POR UM POLICIAL MILITAR QUE PODEM AUXILIAR NO RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

AÇÃO DO POLICIAL MILITAR	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Conversar com moradores	111	14,74%
Conversar com comerciantes	109	14,48%
Patrulhamento ostensivo	107	14,21%
Reunião de Conseg	107	14,21%
Abordagem de suspeitos	100	13,28%
Prisão de suspeitos	89	11,82%
Pontos base (PB)	76	10,09%
Bloqueios de via	54	7,17%
TOTAL DE RESPOSTAS	753	100,00%

FONTE: O autor (2019).

Depois, os participantes deveriam responder a uma pergunta que solicitava que eles indicassem quais assuntos a comunidade deveria conversar ou tratar com a polícia militar. Esta pergunta era aberta, permitindo a reflexão e a criatividade dos participantes. As respostas apontaram basicamente para três situações que a comunidade poderia conversar ou tratar com a polícia: assuntos de segurança pública (horários de maior incidência de criminalidade, iluminação pública, roçada de terrenos, desrespeito às normas de trânsito, entre outros); assuntos em geral (todos os problemas da comunidade, sendo que, se não fossem de competência da polícia, o policial deveria encaminhar o cidadão para quem fosse competente); e denúncia de criminosos (a população deveria vir à polícia militar e denunciar pessoas que estejam cometendo crimes. As respostas foram divididas nestas categorias, sendo a primeira chamada de “segurança” a segunda de “geral” e a terceira de “denúncia”.

Na categoria “segurança” foram identificadas 74 respostas, o que corresponde a 61,67% dos assuntos indicados pelos participantes. Esta é uma postura conservadora, que afasta um pouco o entendimento de Trojanowicz e Bucqueroux (1994) quando tratam da “extensão do mandato policial”. Tratar apenas os assuntos de segurança com a comunidade refletem que tendemos a permanecer na mesma distância, preocupando-se tão somente com aquilo que diz respeito à missão da polícia militar. Porém, indica que os cadetes sentem que é esta a sua responsabilidade junto à comunidade.

Por 39 vezes foi indicado que a comunidade pode conversar ou tratar com a polícia militar sobre todos os problemas que surgirem, isso corresponde a 32,50% do total. Estes indicam conceitos parecidos com o apresentado por Trojanowicz e Bucqueroux (1994), como podemos ver nos excertos destas respostas.

Toda as necessidades, pois mesmo que não seja de competência da PM, se dúvida poderemos indicar os caminhos. (035)

Assuntos diversos, a filtragem para a resolução do problema deve ser feita após a conversa, para que não haja censura nem se perca pontos pertinentes. (055)

Acredito que o policial deve ser antes de tudo, um agente social, sendo assim, deve estar aberto para receber e auxiliar a comunidade em todas as áreas que puder. (065)

O foco da instituição é a segurança pública, porém a comunidade deveria tratar de qualquer assunto que a afete, nem que seja para a PM indicar qual órgão a pessoa precisa procurar para satisfazer seus anseios. (067)

sobre quaisquer assuntos que aflijam a qualidade de vida do cidadão e que seja responsabilidade do Estado, mesmo não sendo um assunto relacionado a segurança pública o Policial é o contato mais próximo entre o cidadão e o Estado, podendo nesses casos informar ao cidadão qual órgão público ele deve procurar. (099)

Estes participantes trazem bastante da visão da “extensão do mandato policial” para as suas respostas. E defendem a ideia de que a comunidade deve tratar sobre qualquer assunto com a polícia militar, cabendo ao policial discernir o que é ou não de sua competência. O que não for, indicar o caminho para a solução do problema.

A última categoria, a que chamamos de “denúncia” foi encontrada na resposta de 7 participantes, sendo que, deles, apenas 1 citou que a comunidade

deveria tão somente trazer denúncias para a polícia militar. Os outros 6 indicaram que a comunidade pode fazer denúncias mas tratar de outros assuntos. Para 4 destes seis a população deve tratar de assuntos de segurança pública e fazer denúncia de criminosos. Para os outros 2 a população pode tratar de assuntos em geral, mas deve também fazer a denúncia de criminosos que agem na região. O Quadro 15 apresenta a quantidade de atividades indicadas pelos participantes da pesquisa em cada categoria.

QUADRO 16 - ASSUNTOS QUE A COMUNIDADE PODE TRATAR COM A POLÍCIA MILITAR

ASSUNTOS QUE A COMUNIDADE PODE TRATAR COM A PM	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Apenas assuntos sobre segurança pública	74	61,67%
Assuntos em geral	39	32,50%
Denúncia de crimes e criminosos	7	5,83%
TOTAL DE RESPOSTAS	120	100,00%

FONTE: O autor (2019).

Além das atividades desenvolvidas pelos participantes, como policiais militares, que eles acreditam que podem ajudar a comunidade, também perguntamos sobre os assuntos que a comunidade deveria conversar com a polícia militar, ou seja, no que a polícia militar, na opinião dos participantes, pode ajudar a comunidade.

Depois destas perguntas, pedimos aos participantes que indicassem três situações em que a comunidade pode auxiliar no trabalho da polícia militar. Esta também era uma pergunta aberta, deixando os participantes livres para indicar no que eles acreditam que a comunidade poderia ajudar.

Após a análise das respostas elas foram agrupadas em nove categorias, sendo que as três atividades apontadas por alguns participantes se enquadravam em apenas uma das categorias, por serem atividades de uma mesma natureza. Assim, tivemos, ao todo, 275 atividades indicadas pelos participantes.

As categorias encontradas foram: “Denunciar criminosos”; “Indicar locais de maior incidência de crimes”; “Evitar ser vítima de crimes”; “Apoiar as ações da PM”; “Envolver-se na solução para os problemas do bairro”; “Não cometer crimes”; “Coleta e divulgação de informações”; “Atuar na prevenção de crimes”; e “Avaliar o trabalho do policial”. Estas foram as maneiras que os participantes indicaram que é possível

a comunidade auxiliar a polícia militar na promoção da segurança em uma localidade.

Na primeira categoria, “Denunciar criminosos”, identificamos 56 menções a esta atitude como uma forma da comunidade de auxiliar o trabalho policial. Nesta categoria agregamos as respostas que citavam diretamente as palavras “denúncia”, “denunciar”, ou “denunciar criminosos”, mas também aquelas que de maneira diferente tinha o mesmo significado, como “Levar ao conhecimento policial o nome/características de infratores” (019), ou “Fazendo denúncias no 181 e 190” (036), “Trazendo informações de suspeitos ou pontos de tráfico, roubos e outros ilícitos” (075).

A segunda categoria “Indicar locais de maior incidência de crimes” foi utilizada para compilar as respostas dos participantes que entendem que o fornecimento de dados sobre locais onde mais ocorrem os crimes, os chamados hotspots. Aqui as respostas indicavam que a comunidade deveria indicar os locais mais vulneráveis da região, identificar onde os crimes ocorrem, e outras frases neste sentido. Foram identificadas 65 menções a esta atitude da comunidade. Foi a atitude mais citada pelos participantes, o que atingiu 23,64% das respostas.

Outra atitude que foi citada como de auxílio à polícia militar em uma região, é a tentativa de “Evitar ser vítima de crimes”. Nesta categoria agrupamos as respostas dos participantes que dizem que a comunidade assumir posturas de cuidado, cautela, atenção, de forma a evitar ser a vítima de um crime, ajuda o serviço policial. Esta atitude foi lembrada por 16 vezes.

Outro fator que também foi lembrado como de ajuda ao serviço policial, é a comunidade “Apoiar as ações da PM”. Nas respostas agrupadas nesta categoria foram vários tipos de apoio que a comunidade poderia dar à polícia militar, na opinião dos participantes, como “Endossar as ações da PM” (004), “Educar os filhos de que a polícia é um órgão de ajuda e apoio” (014), “Confiar na polícia” (016), “Apoio às unidades operacionais da polícia, com doações e ajuda de custos.” (041).

Nesta categoria, portanto, o apoio à PMPR, na opinião dos participantes, inclui o apoio psicológico, a divulgação de boas ações, a proteção da imagem da corporação perante críticos, o apoio financeiro e logístico. O apoio às ações da PM foi citado por 38 vezes nas respostas dos participantes.

Segundo os cadetes que participaram desta pesquisa, a comunidade também deve “Envolver-se na solução para os problemas do bairro”. O envolvimento, nesta categoria vai desde a indicação de problemas, salientando que estes problemas não são somente os relacionados com a segurança pública, até o envolvimento na solução deles, buscando os meios necessários e os contatos com as autoridades civis e políticas que têm o poder de solucionar estes problemas. Foram agrupadas 28 respostas nesta categoria.

Também foi citada como uma atitude que colabora com a polícia militar a de “Não cometer crimes”. O fato de que a comunidade, para ajudar a polícia militar deve eximir-se de cometer atitudes ilícitas foi mencionado por duas vezes pelos participantes.

Na categoria “Coleta e divulgação de informações” agrupamos as respostas que indicam que a coleta e a divulgação de informações sobre programas do governo, ações sociais, reuniões do Conselho Comunitário de Segurança, atitudes que evitam os crimes contra o patrimônio, entre outras, quando coletadas e difundidas pela comunidade, auxiliam a polícia militar a prover a segurança de uma região. Nesta categoria identificamos 32 menções nas respostas dos participantes.

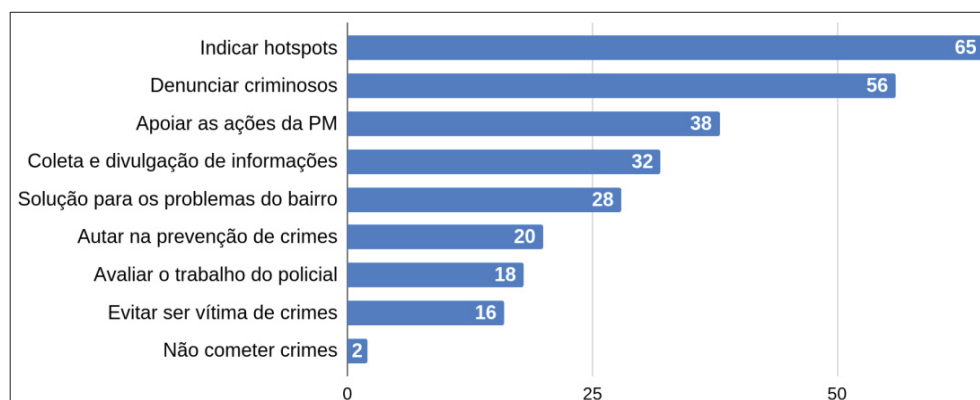
Ao “Atuar na prevenção de crimes”, os participantes queriam dizer que a comunidade deveria se unir, em programas de vizinhança segura, participar de reuniões, conhecer seus vizinhos, moradores e comerciantes da região. Diferente da categoria “Evitar ser vítima de crimes” quando a atitude era pessoal, nesta categoria é uma prevenção coletiva, que envolve todos os membros da comunidade. Foram identificados 20 participantes que citaram esta como uma atitude de auxílio à polícia militar que pode ser tomada pela comunidade.

Classificamos ainda 18 respostas que citaram que a comunidade ajudaria da PMPR ao “Avaliar o trabalho do policial”. Nesta categoria os cadetes escreveram que ao dar o feedback de como tem sido a aplicação do policiamento, o atendimento das ocorrências, o relacionamento dos policiais com a comunidade, a polícia militar pode melhorar o serviço prestado. Por isso, na opinião deles, é uma atitude importante a ser tomada pela comunidade. No Gráfico 25 demonstramos a distribuição quantitativa das respostas pelas categorias encontradas.

Os participantes foram incitados a indicar quais as instituições ou pessoas que podem colaborar com a segurança pública. Esta questão também era aberta

para que os cadetes pudessem citar, do seu conhecimento, quem eles acreditam que poderia colaborar com a segurança local. Foram identificadas 17 instituições que podem, segundo os participantes, auxiliar na segurança. As citações a estas instituições se repetiram por 495 vezes nas respostas dos participantes.

GRÁFICO 25 - EM QUAIS ASSUNTOS A COMUNIDADE PODE AJUDAR A POLÍCIA MILITAR



FONTE: O autor (2019).

O grupo mais lembrado foi a indústria e o comércio, que foram citados nas 58 vezes nas respostas dos participantes, que lembraram deste grupo como parceiro de trabalho. O segundo grupo mais citado foram os moradores da comunidade local, foram 49 menções. A instituição menos lembrada foi a família, com 10 menções.

A polícia militar como instituição que pode auxiliar no enfrentamento dos problemas de segurança de um bairro foi citada por 32 vezes, ficando na sétima colocação entre as mais citadas. Mas isso pode se dever ao fato de que os cadetes pensaram que seriam instituições que viriam ajudar a polícia militar, por isso muitos não incluíram a própria instituição nesta resposta. No Quadro 16 apresentamos todas as instituições que foram lembradas pelos cadetes, e a quantidade de menções que elas tiveram.

Em outra pergunta aberta, os cadetes foram solicitados a indicar algumas ações que fariam com que a polícia militar se aproximasse da comunidade. As respostas desta pergunta apontaram para 10 ações distintas, a saber: “Dialogar com a comunidade em reuniões, comércios ou residências”; “Realizar eventos e ação social com a comunidade”; “Efetuar o policiamento mais próximo das pessoas”; “Realizar palestras para a comunidade”; “Selecionar melhor os policiais

comunitários”; “Fazer ações conjuntas entre a polícia e a comunidade”; “Divulgar as ações policiais”; “Trabalhar para uma mudança de cultura interna e externa”; “Melhorar a formação policial”; e “Melhorar a eficiência do policiamento”. Foram, ao todo, 206 vezes mencionadas nas respostas dos participantes estas 10 ações.

QUADRO 17 - INSTITUIÇÕES QUE PODEM AUXILIAR NA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUIÇÃO QUE PODE AJUDAR NA SEGURANÇA	REPOSTAS	PERCENTUAL
Indústria e Comércio	58	11,72%
Moradores Locais	49	9,90%
Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG)	44	8,89%
Outros órgãos do Governo	42	8,48%
Prefeitura Municipal	37	7,47%
Guarda Municipal	35	7,07%
Polícia Militar	32	6,46%
Polícia Civil	31	6,26%
Escolas e outras instituições de educação	30	6,06%
Associações de moradores ou comerciais	28	5,66%
Igreja e outras instituições religiosas	23	4,65%
Órgãos da Saúde	21	4,24%
Imprensa (mídia)	18	3,64%
Ministério Público	14	2,83%
Poder Judiciário	12	2,42%
Órgãos do Meio ambiente	11	2,22%
Família	10	2,02%
TOTAL DE RESPOSTAS	495	100%

FONTE: O autor (2019).

A atitude de “Dialogar com a comunidade em reuniões, comércios ou residências” foi a mais lembrada pelos participantes para aproximar a polícia da comunidade. Esta ação foi citada por 57 vezes, que acreditam que esta conversa pode ser feita em reuniões dos CONSEGS, em visitas aos comércios e às residências dos moradores locais.

A segunda atitude mais lembrada foi a de “realizar eventos e ação social com a comunidade”. Eles citaram ações de assistência social, esportivos, culturais ou lúdicos, e de utilidade pública, como a doação de sangue. Estes eventos, quando feitos em conjunto com a comunidade, na opinião dos participantes, irão surtir um bom efeito na aproximação entre a polícia da comunidade. Esta atitude foi citada em 48 respostas.

“Efetuar o policiamento mais próximo das pessoas”, realizando o estacionamento em pontos base, policiamento a pé, a cavalo, de bicicleta, sempre em contato com a comunidade, foi a atitude citada 46 vezes pelos participantes como facilitadora da aproximação entre a polícia da comunidade.

Apesar de ser citado apenas em duas respostas, “Melhorar a formação policial” para que esta aproximação aconteça, um deles escreveu uma resposta que chama a atenção:

Tudo começa na formação, parar de usar termos que enaltecem o PM e rebaixam o paisano e não isolar o policial do mundo durante a formação (001).

O participante não entra em maiores detalhes do que seriam estes termos utilizados para “rebaixar o paisano”, mas dá a entender que ouviu isso em sala de aula durante a sua formação.

Este trecho de reflexão trazida pelo participante 001 pode significar o tipo de educação que Paulo Freire (1987) criticou e chamou de “educação bancária”, onde não se há a troca de reflexões vindas do professor para o aluno, mas também do aluno para o professor. Ao citar que usa-se termos que “[...] enaltecem o PM e rebaixam o paisano” (001), pode indicar que o participante sinaliza que os conhecimentos trazidos de sua vida civil de nada valem, perto dos conhecimentos dos seus professores policiais militares. Característica plena da “educação bancária” de Freire (1987)

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui **o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro**. (FREIRE, 1987, p. 33, grifo nosso)

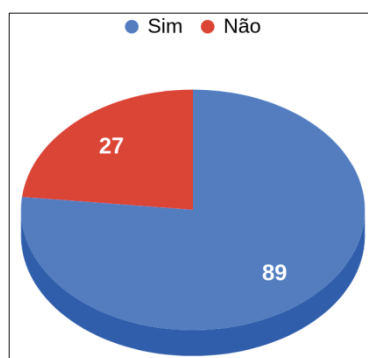
Ao analisar a formação policial, com um foco muito voltado para a parte militar, com disciplina demasiadamente rígida e sem a possibilidade da sala de aula se tornar um ambiente de reflexão, ocorrer, para Silva e Silva (2016, p. 33) “A supervalorização dos conhecimentos militares [isso] faz com que todos os outros conhecimentos sejam encarados como sinônimo de ignorância.”.

Quanto ao isolamento do policial durante a formação, fica claro que está falando do regime de internato a que são submetidos os cadetes. Este isolamento é

um fator criticado por Moreira e Nogueira (1999), quando falam sobre a formação policial. E aqui percebemos como o participante se sente em relação a isso. Este participante é um homem, que tem entre 25 e 27 anos, já frequentou outra faculdade e é nascido em Curitiba. Ingressou na PMPR em 2016, por necessidade, vindo da vida civil diretamente para iniciar o CFO-PM. Hoje ele está no último ano do curso. As palavras não vêm de uma pessoa que acabou de sair da adolescência, mas sim de uma pessoa com certa vivência e experiências anteriores à vida militar. Ele se mostra insatisfeito com dois aspectos importantes da formação policial.

Depois os participantes tiveram que responder a uma pergunta fechada e direta, que tinha como opções apenas as respostas “sim” e “não”. Eles deveriam responder se, na opinião deles, há atuação conjunta entre a polícia militar e a comunidade. Para 89 cadetes, o que corresponde a 79,72% dos participantes, sim, há esta atuação conjunta entre a polícia e a comunidade. E para 27 cadetes, o que corresponde a 23,28% não existe esta atuação conjunta. No Gráfico 26 apresentamos a distribuição quantitativa das respostas para a impressão dos cadetes a respeito da atuação conjunta entre a PM e a comunidade.

GRÁFICO 26 - OPINIÃO DOS PARTICIPANTES SE HÁ ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE A POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE



FONTE: O autor (2019).

Para que deixassem mais claro o motivo de sua resposta, foi também solicitado, em uma pergunta aberta, para que os cadetes justificassem as respostas dadas sobre a atuação conjunta entre a PM e a comunidade.

As justificativas apresentadas pelos cadetes que indicaram que “sim”, que há atuação conjunta da comunidade com a polícia, foram variadas. Assim, as suas respostas foram agrupadas em seis categorias, sendo que a primeira categoria,

chamada por estes pesquisadores de “plena” traz as respostas daqueles que acreditam que há uma total atuação conjunta entre polícia e comunidade. A segunda categoria “em locais específicos” agrupa as justificativas dos cadetes que entendem que há esta parceria, mas em algumas localidades específicas. A categoria “informações” agrupa aqueles que acreditam que a atuação da comunidade se limita a passar informações para a polícia. E tivemos aqueles que acreditam que a atuação conjunta se dá apenas em alguns programas de polícia comunitária, e cada um deles criamos uma categoria, que foram: “PROERD”; “UPS”; e “CONSEG”.

Uma maior quantidade de participantes entende que a atuação conjunta se dá de forma plena. Isso acontece para 39 deles, o que corresponde a 43,82% dos participantes que responderam “sim” para a pergunta anterior. Porém, todas as demais respostas levam a um entendimento que a atuação conjunta se dá de forma parcial, assim, vemos que a maioria dos participantes que entendem que a parceria ocorrer, também entendem que ela não é plena e que ela pode melhorar. No Quadro 17 apresentamos o agrupamento das respostas dadas pelos participantes.

QUADRO 18 - ONDE HÁ ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE A PM E A COMUNIDADE, NA OPINIÃO DOS PARTICIPANTES

ONDE HÁ ATUAÇÃO CONJUNTA	RESPOSTAS	PERCENTUAL
PROERD	3	3,37%
Informações	4	4,49%
UPS	4	4,49%
CONSEG	17	19,10%
Em locais específicos	22	24,72%
Plena	39	43,82%
TOTAL DE RESPOSTAS	89	100,00%

FONTE: O autor (2019).

Para os participantes que responderam que “não” há uma atuação conjunta entre a polícia militar e a comunidade, as justificativas se baseiam em seis argumentos básicos, os quais agrupamos em categorias, que a atuação conjunta não acontece porque: “A comunidade não quer”; “O policial não quer”; “A comunidade e o policial não querem”; ainda há muito do “Policciamento tradicional”; há “Resultados ínfimos”; a integração ocorre “Apenas na teoria”.

Destes seis argumentos, o que mais foi apontado pelos participantes é a força que o “policciamento tradicional” ainda exerce sobre a compreensão dos

policiais militares de qual é a sua função dentro do sistema de segurança pública. Ou seja, ainda há muitos policiais, dos mais baixos aos mais altos cargos, que acreditam que o atendimento das chamadas via telefone 190 bastam para que seja feita “a sua parte” para a segurança do cidadão. Para estes participantes, enquanto isso não mudar não haverá a atuação conjunta. A justificativa foi baseada neste argumento para 8 cadetes. As respostas dizem muito a respeito disso, por isso iremos apresentá-las na íntegra.

Minha visão é que, atualmente, por limitações das mais diferentes naturezas, o foco é o atendimento das demandas 190, ficando a integração com a comunidade relegada a um segundo plano. (030)

Em grande parte, não existe. O patrulhamento e emprego ocorrem a esmo, sem auxílio da comunidade (031)

Pouco se vê de interação nesse sentido. Atualmente, nota-se grande preocupação no atendimento de ocorrências e na prisão de criminosos, o que ao meu ver é apenas "enxugar gelo". (042)

A polícia hoje luta para evitar a demanda reprimida na tela do SISCOP e não atua diretamente com as comunidades pensando na resolução dos problemas. (052)

Atualmente a polícia adota uma forma de policiamento voltada praticamente somente ao atendimento de ocorrências, tendo contato com a comunidade somente para alimentar-se. (071)

Acho que a polícia trabalha demasiadamente com base em números e pouco embasada nos anseios locais (088)

O efetivo policial é muito reduzido. Há pouco contato do policial com os moradores do local onde trabalha, principalmente nas cidades de maior porte. (090)

A maioria dos batalhões só querem atender ocorrência quando chega pelo o 190 e pronto, não fazem questão de prevenir ou atuar em como evitar que o crime aconteça (102)

Há uma sinalização de inconformismo com a maneira que atualmente se aplica o policiamento no Paraná. Todos os participantes que responderam que não há a integração entre polícia e comunidade são homens. Quanto à turma, 6 deles são do 3º ano, 1 do 2º ano e 1 do 1º ano. Apenas o participante 042 era policial militar antes do ingresso no CFO-PM, o que pode indicar que esta visão foi formada

pelos participantes antes de seu ingresso na carreira militar, ou durante o curso de formação.

Esta talvez é a justificativa mais impactante que se apresentou como motivo para não acontecer a atuação conjunta entre polícia e comunidade, mas também houve outras colocações importantes, como a do participante 010 que indica que “apesar de a PM estar disposta a atuar desta forma, muitas vezes o cidadão não quer se envolver”. Esta foi classificada na categoria “A comunidade não quer”, junto com outras duas justificativas.

O participante 057 é assertivo em dizer que “Há um distanciamento entre a polícia e a comunidade, pois falta uma iniciativa de ambos os lados para esta aproximação e também há uma subcultura policial de que acredita apenas na repressão dos delitos.”. Ele representa a categoria “A comunidade e o policial não querem”, que teve, fora esta, mais duas respostas classificadas nela.

O participante 058 indica que “Apesar da teoria, acredito que na prática ainda não ocorre uma real integração entre comunidade e PM”. Talvez pela falta de envolvimento em seus estágios com programas de policiamento comunitário desenvolvido pela PMPR, o participante não vê esta prática, em outro lugar que não na sala de aula. Não só ele, como outros 5 cadetes justificam a sua escolha baseado no fato de que só viram integração na sala de aula.

QUADRO 19 - PORQUE NÃO HÁ ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE A POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE

PORQUE NÃO HÁ ATUAÇÃO CONJUNTA	RESPOSTAS	PERCENTUAL
A comunidade não quer	3	11,11%
O policial não quer	4	14,81%
A comunidade e o policial não querem	3	11,11%
Policiamento tradicional	8	29,63%
Resultados ínfimos	3	11,11%
Apenas na teoria	6	22,22%
TOTAL DE RESPOSTAS	27	100,00%

FONTE: O autor (2019).

De todos os 27 que responderam que não há atuação conjunta entre a polícia militar e a comunidade, 6 eram praças antes do ingresso no CFO-PM e os outros 21 eram civis, sendo 5 mulheres e 22 homens. Com relação ao período que estão no curso de formação, 6 são do 1º ano, 3 do 2º ano e 18 do 3º ano.

Apresentamos no Quadro 18 a quantidade de resposta em cada categoria encontrada sobre a atuação conjunta PM e comunidade.

7.4.3 O que é policiamento comunitário e qual a sua importância

Depois de indicar sobre a atuação conjunta entre polícia e comunidade, os participantes foram demandados a indicar três ações que eles entendem como de policiamento comunitário. Ao todo foram identificadas, nas respostas dos cadetes, 12 ações que, na opinião deles, configura ações de policiamento comunitário. São elas: “Contato com a comunidade”; “Patrulhamento preventivo”; “Reunião com moradores”; “Levantamento e solução dos problemas do bairro”; “Pontos Base (PB)”; “Qualidade no atendimento de ocorrências”; “Eventos e ações sociais”; “Palestras”; “Informar os resultados aos moradores”; “Programas de polícia comunitária”; “Abordar suspeitos de forma humana”; e “Levantamento de estatísticas criminais”.

Esta era uma questão aberta, em que o participante tinha que elencar as três ações que ele acredita ser de policiamento comunitário em uma ordem de importância. Mais uma vez, alguns cadetes indicaram ações que são de mesma natureza ou complementares, e outros preencheram a resposta com menos de três ações, por isso foram listadas 291 ações diferentes, que recaíram sobre os 12 grupos que identificamos.

A ação mais indicada como de policiamento comunitário é a realização de “contato com a comunidade”. Foram 88 respostas que incluíram esta atitude, o que representa 30,24% do total de ações citadas.

A realização de “Patrulhamento preventivo” foi citada por 56 vezes. Entre os tipos de policiamento preventivo que foram citados indicados estavam a realização de patrulhamento em baixa velocidade com viatura, o patrulhamento de bicicleta, a pé ou a cavalo. Eles indicaram que a realização de um patrulhamento que esteja atento aos anseios da comunidade, e sendo possível parar e conversar com a comunidade, configura um tipo de policiamento comunitário.

Participar de “Reunião com moradores”, quer seja nos CONSEGs, em associações de moradores ou associações comerciais também configura como uma

atividade de policiamento comunitário, segundo os participantes. Eles se referiram em 38 respostas às reuniões.

Também foi lembrado que faz parte do policiamento comunitário a realização do "Levantamento e solução dos problemas do bairro", pois demonstra se importar com a comunidade, estreitando laços de relacionamento. Esta ação foi citada 33 vezes.

Ao ficar parado em "Pontos Base (PB)", o policial permite que a comunidade se aproxime dele, e passem a se conhecer melhor, possibilitando até que troquem informações. Esta atitude também é entendida como de policiamento comunitário, e foi referida em 18 respostas.

Na "Qualidade no atendimento de ocorrências" agrupamos as respostas dos participantes que entendem que ao atender uma ocorrência com profissionalismo e respeito a todos os envolvidos, isso também gera uma confiança na PMPR e aproximação da comunidade para com ela, portanto, uma ação de policiamento comunitário. Foram identificadas estas menções em 17 respostas.

Em 16 respostas foi indicado que a realização de "Eventos e ações sociais" pela PMPR, destinados à comunidade é uma ação de policiamento comunitário. Ministras "Palestras" para escolas e moradores em geral, focando na prevenção de crimes, uso de drogas, entre outros, também foi lembrado por 10 vezes.

QUADRO 20 - O QUE SÃO CONSIDERADAS AÇÕES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA PELOS PARTICIPANTES

AÇÕES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Contato com a comunidade	88	30,24%
Patrulhamento preventivo	56	19,24%
Reunião com moradores	38	13,06%
Levantamento e solução dos problemas do bairro	33	11,34%
Pontos Base (PB)	18	6,19%
Qualidade no atendimento de ocorrências	17	5,84%
Eventos e ações sociais	16	5,50%
Palestras	10	3,44%
Informar os resultados aos moradores	7	2,41%
Programas de polícia comunitária	5	1,72%
Abordar suspeitos de forma humana	2	0,69%
Levantamento de estatísticas criminais	1	0,34%
TOTAL DE RESPOSTAS	291	100,00%

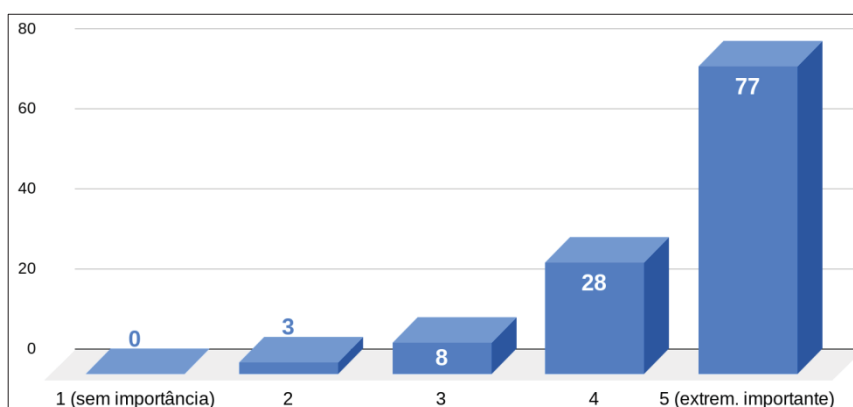
FONTE: O autor (2019).

Ainda “Informar os resultados aos moradores”; “Programas de polícia comunitária”; “Abordar suspeitos de forma humana”; e “Levantamento de estatísticas criminais” também foram citadas como ações de polícia comunitária, pois é importante aos moradores terem conhecimento dos resultados atingidos com os programas realizados dentro da comunidade. E o respeito aos direitos individuais deve ser sempre o foco das atividades policiais. No Quadro 19 apresentamos a quantidade de menções a cada atividade identificada, como sendo uma ação de policiamento comunitário, na visão dos participantes.

Também foi perguntado aos participantes qual o nível de importância que eles dão ao policiamento comunitário. Esta era uma pergunta fechada, em que a opção de resposta consistia em uma escala de 1 a 5, onde 1 representava que o policiamento comunitário é “sem importância” para a segurança pública e o número 5 quer dizer que este tipo de policiamento é “extremamente importante”. Na sequência aos participantes era pedido que justificassem a sua escolha, em uma pergunta aberta.

As respostas da questão fechada se concentram no número 5, com 77 participantes tendo marcado esta opção. Foram 28 marcações no número 4, 8 no número 3 e 3 no número 2. Nenhum participante marcou a opção 1. Desta forma percebemos que 90,52% acreditam que este tipo de policiamento é muito importante ou extremamente importante para a polícia militar e para a comunidade. No Gráfico 27 apresentamos a distribuição das respostas pelas opções fornecidas pelos pesquisadores.

GRÁFICO 27 - NÍVEL DE IMPORTÂNCIA DADO AO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO PELOS PARTICIPANTES



FONTE: O autor (2019).

Apesar de pequena a quantidade de cadetes que optaram pelas opções 2 e 3, a justificativa apresentada por eles nos traz profunda reflexão. Um dos cadetes (075) que selecionaram a resposta 2 disse que o fez porque a polícia militar não precisa aplicar os preceitos de polícia comunitária para ser eficiente. Porém não complementa com sugestões de quais os outros tipos de policiamento poderiam ser aplicados, que não baseados na filosofia de polícia comunitária, que seriam eficazes na redução da criminalidade.

O participante 004 não acha que o policiamento deva se basear nos anseios da comunidade, mas sim em dados estatísticos, que indiquem onde ficam os locais e horários mais propensos à ocorrência de delitos, e lá deve ser aplicado o policiamento.

A opção 2, que foi assinalada por 1 cadete do 3º ano e 2 cadetes do 1º ano. Todos eles eram civis antes de seu ingresso no CFO-PM. Mais uma vez ressalto que este dado é importante, pois o preconceito ao conceito de policiamento comunitário está sendo trazido pelos cadetes da vida civil, e no curso de formação nem todos abandonaram esta aversão a este tipo de policiamento.

O último participante que marcou a opção 2 foi o 094, que justifica a sua escolha com o argumento de que a filosofia de policiamento comunitário funciona apenas em países com a cultura muito diferente da brasileira. Reproduzimos agora na íntegra a resposta do participante:

A estratégia de policiamento comunitário é efetiva em países em que a cultura da população é absolutamente distinta da cultura nacional. Inglaterra, Canadá e Japão são ótimos exemplos de polícia comunitária, contudo o Brasil não é nenhum desses países. Aproximar muito o policial da comunidade pode não ser ideal, uma vez que a comunidade em questão é composta por bons e maus indivíduos e, sendo assim, não é interessante que as pessoas saibam onde o policial reside com sua família, qual seu nome, quais seus caminhos e horários diários. É uma exposição desnecessária. Importar um conceito aplicado em países cuja população tem uma mentalidade completamente diferente da do brasileiro e introjetá-la dentro da organização é equivocado em um país que vive com mais de 60 mil homicídios por ano. (094)

O participante alerta que uma proximidade demasiada do policial militar brasileiro com a comunidade local pode causar, inclusive, riscos para a vida deste policial, tendo em vista a quantidade de crimes registrados no Brasil. Este cadete incluiu na PMPR em 2018.

Alguns dos cadetes que marcaram a opção 3 justificam dizendo que o policiamento comunitário é importante, mas não deveria ser a única forma de policiamento aplicado pela PMPR (006, 007, 018, 044 e 055).

O participante 025 indica que o policiamento comunitário não é mais importante porque “Não há a colaboração da comunidade tornando-se o custo a mais para o Estado.”. Assim, se não há vontade da comunidade, o policiamento comunitário não prospera, por isso ele não o acha tão importante.

Já o participante 041 não acha que o policiamento comunitário seja algo que deva ser colocado em alguns programas, mas sim trazer a sua filosofia para o cotidiano do policial. “O policiamento comunitário está no dia a dia do policial, deve ser incutido que a educação e o bom trato com a população devem ser respeitados a todo momento.” (041). Em todas as ocorrências o respeito e a educação devem ser empregados, não somente os policiais comunitários, mas todos.

E, finalmente, para o participante 082, o último dos que marcou a opção 3, o policiamento comunitário não é mais importante porque ele tem sido utilizado apenas com o intuito político-eleitoreiro, o que o desconfigura. “Hoje acredito que seja mais uma estratégia de governo para ganhar ‘pontos’ com a comunidade do que uma atuação real, no entanto sua importância poderá ser maior se tiver uma real aplicação por toda tropa e não por apenas alguns” (082). Apesar de criticar a atual utilização dos conceitos de polícia comunitária para fins políticos, o participante entende que seja uma boa forma de realizar o policiamento, desde que seja aplicado por todo o efetivo da polícia militar.

Entre os participantes que marcaram a opção 4, que foram ao todo 28, também temos justificativas críticas à atuação do policiamento comunitário atual. Entre eles destacamos a justificativa do participante 053, para ele, o policiamento comunitário

É de importância, mas deveria ser tratado como o policiamento em si. O modelo de policiamento da PMPR é ultrapassado e esse ponto é reforçado pela mais variada gama de praças e oficiais, de mesmo modo, porém, nenhum daqueles que trabalha em linha de frente quer fazer o esforço de mudar. O policiamento comunitário é o começo de uma mudança no próprio conceito de policiamento.

Fica claro que na opinião do participante 053 a resistência interna a mudanças interfere na qualidade do policiamento comunitário. Apesar de muitos

policiais (oficiais e praças) criticarem o modelo atual de policiamento, eles também não se esforçam para atuar de forma diferente, como por exemplo, não se esforçam para que o policiamento comunitário dê certo.

A resistência interna é um dos obstáculos apontados por Skolnick e Bayley (2006) para a implantação de um programa de policiamento comunitário. Ao explicar este obstáculo, os autores se referem principalmente à resistência encontrada nos policiais que trabalham nas ruas. Para Skolnick e Bayley (2006) todo policial é resistente a mudanças, mas os policiais de rua são ainda mais resistentes. “Alguns policiais de rua [...] são cínicos encruados, ridicularizando as inovações no policiamento como incursões desnecessárias, que não funcionam para a verdadeira e eterna função policial [...]” (SKOLNICK, BAYLEY, 2006, p. 74). Esta eterna função do policial é a função repressiva.

Skolnick e Bayley (2006, p. 75) ainda mencionam que “[...] também se pode encontrar o ceticismo típico desses policiais em altos escalões da administração - afinal de contas, a maioria dos policiais começa sua carreira como policial de rua, e muitos deles jamais abandonam o que aprenderam nas ruas.”. Estas constatações de Skolnick e Bayley (2006) podem explicar a observação do participante, quando cita que oficiais e praças entendem o policiamento comunitário como algo ultrapassado e infrutífero.

O participante 081 tem a sua justificativa também fundamentada na resistência interna. Para ele o policiamento comunitário

é importante, no entanto é preciso quebrar paradigmas na corporação. Falta um consenso geral sobre a aplicação da estratégia de policiamento comunitário no Paraná. Algumas cidades executam, outras não. Quando executam, falta informar e capacitar o policial que está na linha de frente do que está acontecendo. (081)

Nem todos os locais aplicam o policiamento comunitário. Os que aplicam não dão a formação necessária para os policiais que atuam junto à comunidade o façam de maneira mais adequada. Para ele falta um padrão para que o policiamento comunitário seja aplicado em todo o Paraná e para que ele passe a tomar um lugar de destaque entre as modalidades de policiamento.

O participante 087, que está no último ano de sua formação, tendo incluído na PMPR no ano de 2016, ou seja, era civil antes do início do CFO-PM, indica o

policciamento comunitário como utopia, e diz que o seu curso não foi suficiente para que eles acreditassem que é algo diferente.

A teoria do policiamento comunitário é algo, em minha opinião, utópica em nossa sociedade. Principalmente pela mentalidade dos policiais (isso se torna relevante pois estamos em período de formação e não aprendemos a acreditar ou dar relevância a essa ideia de policiamento), e segundo pela falta de recursos organizacionais (a polícia não investe no PC), falta efetivo no caso. (087)

O participante elenca dois fatores que impedem o policiamento comunitário de ser empregado no Paraná com eficiência: o primeiro é a resistência interna, ele diz isso baseado em seu próprio sentimento, ele, a menos de um semestre de sua formatura, não passou a “[...] acreditar ou dar relevância a essa ideia de policiamento” (083). Ele não está falando apenas dos outros policiais, está falando de si mesmo. O outro fator é a falta de recursos, principalmente de efetivo, mas isso ele entende como secundário, se comparado à resistência interna.

Ao justificar a sua escolha pela opção 5, o participante 029 usa a mesma observação do participante 083, quanto à resistência interna, mas ele acredita que é necessário uma mudança de pensamento, pois esta filosofia tem se mostrado eficaz em muitos locais do mundo

A doutrina de policiamento comunitário está crescente em todo o mundo. Devemos modificar nosso modo de pensar e compreender os benefícios trazidos pelo policiamento comunitário. A partir daí, teremos uma relação mais próxima com a comunidade e, assim, um facilitador para o desempenho do nosso serviço, assim como o apoio da comunidade. (029)

O participante 052, ao justificar o porquê de o policiamento comunitário ser extremamente importante para ele, embasa-se na mudança de visão da comunidade para com a polícia militar, havendo um relacionamento diferente entre eles. O participante 067 complementa que este policiamento é o mais próximo do que a Constituição Federal de 1988 buscou para a segurança pública. A ideia encontra complemento na justificativa da participante 083, para quem a polícia militar deve trabalhar para a população, e a comunidade deve confiar na PMPR.

Através do policiamento comunitário é possível direcionar recursos e evitar que a polícia fique correndo atrás de autores de crimes que já se consumaram e passe a prevenir e construir uma sociedade que não busque

a polícia apenas quando foi lesada e sim que apoie os militares a preservarem e prevenirem a paz social. (052)

Depois de 1988, com a Constituição Cidadã, o foco das Polícias Militares é o atendimento da população e a garantia dos direitos humanos e fundamentais. Para cumprir essa missão, o policiamento comunitário é a melhor ferramenta. (067)

Sem essa aproximação entre polícia e comunidade fica difícil realizar o serviço de segurança pública com eficiência, pois como o serviço é pelo povo e para o povo, este precisa acreditar, apoiar e buscar ajudar aqueles que os servem. (083)

O participante 065 acredita que a polícia militar possa, através do policiamento comunitário, melhorar o seu conceito perante a sociedade, e, com um conceito melhor, possa reivindicar com mais propriedade a atuação do poder público em seu favor. Isso pode ser a garantia da permanência da polícia militar entre os órgãos da segurança pública.

O policiamento comunitário é hoje uma questão de sobrevivência institucional, ter a população próxima, significa trabalhar de forma mais eficiente, menos traumática e ainda, ter mais importância no contexto político, podendo assim exigir mais do governo. (065)

O participante 099 justifica sua nota 5, porque “O policiamento comunitário deve ser aplicado em todo tipo de ocorrência, pois não diminui o rigor da lei, mas garante um serviço de qualidade e justo.”. Ou seja, a polícia militar continuará focada na preservação da lei, da incolumidade do patrimônio, na preservação da vida. Mas o fará com maior justiça e qualidade. Esta afirmação vai ao encontro do que afirmam Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p. 16)

Os policiais comunitários respondem às chamadas e fazem prisões com quaisquer outros policiais operacionais, mas além disto, envolvem a comunidade em iniciativas preventivas de curto e longo prazo, destinadas a reduzir problemas no futuro. A diferença é que o policiamento comunitário considera a detenção de um suspeito como um instrumento importante na resolução de problemas e não como a medida básica do sucesso ou fracasso.

O participante 116 se mostra preocupado, pois entende que o policiamento comunitário é de extrema importância, porém, ele acha que para ele ser aplicável é necessário que a polícia e a comunidade estejam imersas na vontade de pôr em prática este policiamento. Assim, levanta uma série de questões.

Para mim é o policiamento em que o nível estratégico deve ter o foco. Uma dificuldade é o processo de imersão da polícia e da comunidade nessa filosofia. E o grande desafio é desenvolver o como chegar nessa imersão. Instrução à tropa? Mudança cultural? Educação? E onde entra o poder político nessa interação? Ele ajuda ou atrapalha? A rotatividade de comando/tropa atrapalharia esse pontapé inicial? A verdade é que resolver as necessidades e angústias das comunidades irá ajudar muito para que a própria população esteja do lado da polícia como uma aliada, e não apenas como um órgão que a fiscaliza. (116)

Questões relevantes, importantes e que, na opinião do participante devem ser pensadas e respondidas pelo comando da polícia militar (nível estratégico). O que estamos pesquisando é como tem sido a formação do policial para atuar neste contexto. Mas todas as outras questões levantadas pelo participante são dignas de análise acadêmica.

Estas foram as principais reflexões que representam a justificativa apresentadas pelos participantes sobre a importância do policiamento comunitário na visão deles. Podemos perceber que, tanto os que não acham tão importante, quanto os que acham extremamente importante a realização do policiamento comunitário, se demonstraram preocupados em analisar a possibilidade de um policiamento comunitário que alcance a tão desejada aproximação entre a polícia militar e a comunidade.

Ainda perguntamos aos participantes o que é policiamento comunitário, na visão deles, sem a aplicação de conceitos decorados, mas sim o que eles entendem por policiamento comunitário. A pergunta era aberta, podendo o participante escrever como e o quanto quisesse a respeito deste policiamento.

Para analisar estas respostas fizemos a contagem das palavras que mais apareceram no conceito apresentado pelos cadetes e, a partir desta análise da repetição das palavras e expressões tentamos reformular um conceito de policiamento comunitário baseado na opinião dos cadetes. Para os participantes o policiamento comunitário é

[...] uma filosofia de policiamento preventivo voltado para a comunidade que visa a identificação e resolução dos problemas, das mais variadas naturezas, com o fim de promover a segurança e a qualidade de vida dos moradores da região e a consequente aproximação entre a polícia e a comunidade.

Percebemos que, apesar da liberdade para conceituar o que é o policiamento comunitário, os participantes não conseguiram se afastar dos conceitos

estudados em sala de aula, como o conceito apresentado por Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p. 4)

Policimento comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

Após a conceituação do que é policiamento comunitário foi deixado um espaço, de preenchimento facultativo e aberto, para que os participantes pudessem complementar ou acrescentar qualquer informação que achassem relevante.

7.4.4 Apoio, críticas e sugestões para o policiamento comunitário no Paraná

Após a conceituação do que é policiamento comunitário foi deixado um espaço, de preenchimento facultativo e aberto, para que os participantes pudessem complementar ou acrescentar qualquer informação que achassem relevante.

Utilizaram-se deste espaço 25 participantes. Deles, 4 deixaram apenas uma mensagem de agradecimento e de elogio pela iniciativa da pesquisa realizada (054, 074, 100 e 116).

Os demais aproveitaram para complementar as suas visões sobre o policiamento comunitário. Dos 21 restantes, 11 participantes apresentaram críticas ao modelo de policiamento comunitário adotado no Brasil e/ou no Paraná, 4 apresentaram sugestões do que acreditam ser necessário para melhorar a atuação comunitária da polícia militar, 3 deixaram mensagens apoiando as iniciativas de policiamento comunitário e 3 escreveram constatações a respeito da formação do cadete em relação à polícia comunitária. Por ser o objetivo desta tese, apresentaremos estes comentários a respeito da formação em separado.

As críticas apresentadas estavam em torno da falta de estrutura disponível para os policiais militares realizarem o policiamento comunitário, pois, pela falta de efetivo, muitas vezes precisam ficar durante todo o seu turno de serviço atendendo a ocorrências, sem sobrar tempo para uma aproximação com a comunidade (035, 037, 081 e 092). O texto do participante 081 é o mais ilustrativo deste grupo

como sempre, o problema da Polícia é a falta de organização, estrutura, equipamentos, efetivo. A filosofia de Polícia Comunitária é magnífica, no papel ela é maravilhosa, não é por menos que os países mais seguros do globo adotam essa filosofia. São Paulo e Minas Gerais também tem adotado e tem conseguido resultados satisfatórios. **No entanto, não basta querer implantar essa estratégia, colocar um "container" no meio de uma comunidade e abandonar o policial a mercê da própria sorte.** As equipes que deveriam estar realizando o policiamento comunitário e estreitando laços com a comunidade, **na verdade, é apenas mais uma vtr de RPA**, atendendo ocorrências (e não poucas). (081, grifo nosso)

Os participantes 018 e 080 trazem a discussão de que o policiamento comunitário toma por base uma filosofia desenvolvida no Japão, onde a cultura da educação do povo é muito maior, onde se respeitam todas as autoridades, não apenas os policiais. Acreditam que esta filosofia pode ser aplicada no Brasil, mas precisa passar por uma reformulação e adaptação, para que traga resultados práticos.

O participante 067 diz que o atendimento da polícia militar, em geral, à sociedade deve melhorar. Segundo ele, de nada adianta um policial comunitário tentar mudar a visão do público em relação à PMPR, na região em que trabalha, e um membro desta comunidade precisar de apoio policial longe dali e ser mal atendido. Ele traz exemplos que aconteceram pessoas que ele conhece, e foram mal atendidos pelos policiais militares.

Só gostaria de reafirmar que é necessário melhorar o atendimento que os policiais prestam à população, pois eu já tive que ouvir queixas de amigos e familiares **sobre o péssimo atendimento que lhes foi dado, tanto no quesito educação** (bateram no carro de uma amiga e logo depois passou uma viatura, quando os policiais disseram à ela "tinha que ser mulher") **quanto na falta de interesse no atendimento** (policial não deu atenção ao pedido de um amigo e o atendeu de qualquer jeito, nem mesmo saindo da viatura). Por isso digo que **de nada adianta o esforço para realizar o policiamento comunitário se apenas um atendimento desses já causa um impacto horrível na visão da instituição.** (067, grifo nosso)

Para o participante 113, o grande problema do policiamento comunitário no Paraná está no fato de serem programas de governo, que mudam sempre que assume um novo governador. Esta falta de continuidade prejudica a imagem da polícia e a aproximação da polícia militar com a comunidade.

O participante 012 diz que o modelo de policiamento comunitário está em crise, e que há modelos mais modernos de aplicar um policiamento eficaz. Porém os

exemplos que ele dá, no entendimento deste pesquisador, são de policiamento comunitário.

Acredito que o policiamento comunitário está em crise, existem novas doutrinas para aprimorar a ideia, pensar num policiamento orientado ao problema com ações preventivas, contato com o cidadão, pratica de atividade em escolas, comércio, residências, etc... e também ações ostensivas como o patrulhamento aproximado, pontos bases, etc. (012)

Pela dificuldade que a classe política tem de cumprir com seus compromissos, o participante 112 acredita que o “lema” da polícia militar deveria ser mudado.

A sociedade precisa saber que somos o braço forte e a mão amiga da sociedade na segurança pública assim como as FFAA são na defesa nacional. Por isso na minha opinião esse lema "Sua proteção é o nosso compromisso" não é adequado, a maioria dos entes públicos não cumprem com seus compromissos. Servir e proteger são verbos, sugerem ações e não apenas promessas. (112)

O último dos comentários classificados como crítico foi escrito pelo participante 097, que relaciona a subcultura policial, a vontade de viver aventuras, a adrenalina, e a repressão violenta aos crimes e aos criminosos como um dos desafios a serem enfrentados para que o policiamento comunitário seja aplicado no Paraná. O participante 097 ingressou na PMPR em 2018, mas faz um relato preocupante

A subcultura presente hoje na polícia dificulta bastante a implementação da polícia comunitária, **parece que a maioria dos policiais tem o desejo de ser policial pois a profissão envolve adrenalina e violência.** O objetivo principal nesse caso seria a ação durante a atividade, logo querem ir para batalhões operacionais, realizar detenções, "bater nos malas", mesmo que isso não seja a melhor atitude para ajudar a sociedade. **Uma atividade que não promova essas ações para eles não é ser policial, é ser frouxo.** A polícia comunitária apresenta um projeto de melhora real na segurança pública, que exige muito mais planejamento do que apenas atender ocorrências, então é complexo fazer com que o policial que está condicionado a apenas tentar atender as ocorrências o mais rápido possível comece a planejar preventivamente e a longo prazo. **Pensar dói.** Além do **ar de superioridade que alguns profissionais têm perante a sociedade,** que impede a aproximação entre a instituição e o cidadão. (097, grifo nosso)

Atitudes preocupantes, que foram constatadas pelo participante em menos de um ano de curso. Ou ela traz esta visão de uma observação externa, de quando não era policial militar.

As mensagens de apoio ao policiamento comunitário foram deixados pelos participantes 091, 092 e 098, todos do 1º ano do CFO-PM. Eles escreveram que o policiamento comunitário é uma forma de acabar com a distância entre a polícia militar e a comunidade, que foi deixada de herança às polícias militares pela ditadura militar. Também que a filosofia de policiamento comunitário deve ser aplicada por todos os policiais militares, em todas as modalidades de policiamento. Para ilustrar temos a frase do participante 098 “A polícia comunitária não é uma tática nem técnica, é um estilo de vida.”.

Como sugestões, os participantes indicaram que é necessário intensificar a instrução para toda a tropa da polícia militar sobre o que é e como fazer policiamento comunitário, pois durante os cursos de formação isso é falado de maneira muito superficial (078). Também sugerem que haja uma prestação de contas do serviço policial à comunidade e do atendimento policial, partindo da comunidade para os comandantes, de forma que possam ser corrigidos possíveis desvios de conduta. (033 e 046). Ainda é sugerido que seja traçado o perfil ideal do policial comunitário, para que sejam alocados nessa função apenas policiais que tenham vocação para o desenvolvimento dela.

Tivemos ainda três comentários que se reportam diretamente à realidade observada pelos participantes em seu curso de formação. O participante 052, que está no último ano de formação, disse que a carga horária sobre a polícia comunitária durante o curso é muito pequena, e carente de atividades práticas. Fato este que já tinha sido levantado por este pesquisador quando realizou a análise do projeto pedagógico do CFO-PM, no capítulo 4 desta tese.

O Curso de Formação de Oficiais proporciona uma carga horária pequena e com material disperso sobre o tema. A falta de exercícios práticos (proximidade com a população) dificulta o entendimento da matéria. (052)

A falta de vinculação da teoria com a prática também é a reclamação do participante 104, que está no 2º ano do CFO-PM, mas era praça antes de ingressar no curso, sendo policial militar desde 2014.

Infelizmente, pelo que vejo nos estágios e de experiências anteriores, a atuação comunitária da polícia está muito restrita à sala de aula e no desenvolvimento de conhecimento ainda. Não se vê isto ocorrendo na prática, e por falta de vontade de quem se encontra atividade fim e nos batalhões operacionais, principalmente. Quem procura realizar um trabalho destes acaba suprimido pela vontade ou pela falta de vontade de muitos. (104)

O participante 111, que também é do 2º ano do CFO-PM, ingressou na PMPR em 2010, e traz a mesma inquirição que foi apresentada pelo participante 001, quando este trouxe, na pergunta sobre algumas ações que fariam com que a polícia militar se aproximasse da comunidade, que o grande problema do distanciamento entre policial militar e comunidade começa na formação, quando o policial é isolado da sua vida social. Porém, aqui, este outro participante, o 111, coloca este fator com mais detalhes.

Acredito que **ficar sem contato com a comunidade durante muito tempo**, não traga melhoras significativas em relação ao viés comunitário. **Eu me sinto pouco ligado com os problemas dela**, haja vista que nem me sinto parte dela. **Acredito que antes eu era muito mais comprometido** com quesitos ambientais, sociais e de altruísmo. Hoje, não tenho tempo e nem porque pensar nessas coisas. **Não é um mundo que vivo**, por isso estudar polícia comunitária e policiamento comunitário parece utópico. (111, grifo nosso)

Crítica explícita ao regime de internato vivido pelos cadetes durante o seu período de formação. Cabe salientar que o participante 111 tem entre 28 e 30 anos.

Estes foram os acréscimos que os participantes acharam convenientes para esta pesquisa. E este foi o instrumento aplicado nos participantes da pesquisa. A partir do próximo capítulo iremos extrair algumas considerações dos dados coletados e da fundamentação teórica estudada.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese está estruturada em mais sete capítulos, além deste. No primeiro capítulo apresentamos o objeto de estudo, a justificativa e a relevância da realização desta pesquisa.

No segundo capítulo foi apresentada a polícia comunitária, que é a filosofia de policiamento que embasa o serviço nas Unidades Paraná Seguro. Quem faz parte da polícia comunitária, qual a diferença entre polícia e policiamento comunitário e quais os princípios do policiamento comunitário constam no segundo capítulo. Ainda foi apresentado o surgimento da polícia comunitária no mundo e como ele iniciou no Brasil, trazendo alguns exemplos de aplicação desta filosofia em estados brasileiros. Por fim, foi apresentada a polícia comunitária no Paraná, quais os programas baseados nesta filosofia já foram aplicados neste estado, buscando refletir sobre os motivos que eles não prosperaram.

No terceiro capítulo apresentamos as Unidades Paraná Seguro. Como foi o seu surgimento, depois da inspiração vinda das Unidades de Polícia Pacificadora do estado do Rio de Janeiro. Como se deram as instalações destas UPSs a partir do ano de 2012, e como elas estão no ano de 2019, bem como qual é a sua perspectiva de futuro.

O ensino na Polícia Militar do Paraná é a reflexão do quarto capítulo. Consta neste capítulo a legislação voltada ao ensino policial militar e quais são os cursos de formação de policiais que existem no Paraná. É dado ênfase no Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, por serem os alunos deste curso os participantes nesta pesquisa. Neste capítulo foi analisada a formação do cadete para atuar com o policiamento comunitário e como é a rotina durante o transcorrer do CFO-PM.

Os conceitos advindos da psicologia social comunitária foram apresentados no quinto capítulo. Neste ponto tivemos reflexões que podem auxiliar a compreender a atuação do policial militar em uma comunidade. Compreendendo como deveria ser esta atuação, poderemos analisar se a formação do profissional de segurança pública, na Academia Policial Militar do Guatupê está auxiliando para esta atuação.

No capítulo seis apresentamos o método aplicado nesta pesquisa. Delimitamos os critérios de inclusão e exclusão dos participantes, expusemos o instrumento de coleta de dados e o procedimento de coleta destes dados. Foi

realizada a coleta de dados com todos os cadetes do CFO-PM que aceitaram participar da pesquisa. O instrumento foi um questionário com perguntas abertas e fechadas, sendo aplicado através de uma plataforma na internet. O detalhamento do método está no sexto capítulo.

No capítulo sete foi apresentada a descrição, análise e discussão dos dados coletados através do instrumento, junto aos cadetes do CFO-PM da APMG. As análises fundamentadas no referencial teórico buscam subsídios para cumprir os objetivos desta tese.

Neste capítulo, o oitavo, apresentamos as considerações finais a respeito da pesquisa realizada, buscando colaborar com o conhecimento científico a respeito do tema e indicando novas lacunas que podem ser objeto de pesquisas futuras.

Durante a nossa pesquisa, para cumprir o objetivo específico de “Identificar as áreas que os cadetes gostariam de atuar”, foi buscado, junto a pesquisas anteriores, verificar como se dá a formação (PONCIONI, 2005, 2014; BLASIUS, 2008 KARPINSKI, 2013; SILVA, 2014; PERES, 2015; CRUZ, BRASIL, 2016; GOEDERT FILHO, 2016; SANTOS, SOUZA, 2016; OLIVEIRA, 2018; VEIGA, SOUZA, 2018), e como se comportam os policiais militares com menos tempo de serviço (SKOLNICK, BAYLEY, 2006; BLASIUS, 2008; VIANA, 2018; VEIGA, SOUZA, 2018). Através do instrumento de coleta de dados fizemos perguntas aos participantes, de acordo com os eixos da proposta de análise, oriundos dos objetivos. Estas perguntas buscaram saber quais atividades eles desejavam desempenhar, em quais batalhões gostariam de trabalhar, e quais tarefas já desempenharam durante os estágios operacionais realizados no Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFO-PM).

Os cadetes ***preferem atuar em áreas*** voltadas ao policiamento repressivo, com prevalência para a atuação na atividade de Oficial CPU. As três atividades mais desejadas, entre as oito propostas pelos pesquisadores aos participantes, são: realizar o patrulhamento ostensivo; fazer o levantamento dos problemas de um bairro; e realizar a prisão de infratores. Destas atividades, duas são voltadas à repressão: patrulhamento ostensivo e a prisão de infratores. O patrulhamento ostensivo, para o oficial, ocorre na coordenação de viaturas de radiopatrulha e a prisão de infratores. O patrulhamento ostensivo está entre as três atividades mais desejadas a serem realizadas depois de formado, por 56,03% dos participantes. E

realizar a prisão de infratores está entre as três atividades mais desejadas para 46,55% dos participantes. Entre as atividades que estão vinculadas com o policiamento comunitário, as duas principais delas, o contato com a comunidade e o levantamento de problemas de um bairro estão entre as três mais desejadas para serem realizadas por 42,24% e 47,21% dos participantes (quarto e terceiros maiores percentuais, respectivamente).

Quando perguntamos para os participantes em que **batalhões preferem trabalhar**, os batalhões de área foram os mais escolhidos por eles. Este seria o destino desejado para 62,07% dos participantes. Entre os batalhões especializados, o BOPE é o destino mais desejado entre os cadetes, sendo preferido por 13,79% dos participantes. O Batalhão de Polícia de Fronteira, que também tem uma atuação eminentemente repressiva, principalmente contra os crimes relacionados ao tráfico de drogas e armas na região de fronteira do Paraná com o Paraguai e a Argentina, é o terceiro batalhão especializado mais desejado pelos participantes, local onde 6,03% deles gostariam de trabalhar, logo depois do Batalhão de Polícia Ambiental, que é o batalhão onde 8,62% dos cadetes gostariam de trabalhar.

Quando tratamos **da função que os cadetes gostariam** de executar dentro dos batalhões que escolheriam para trabalhar, a maioria dos participantes gostaria de comandar as equipes que atendem às ocorrências nas ruas. Quer seja o comando do atendimento inicial das ocorrências, executado pelo CPU ou o comando das equipes mais repressivas, que prestam apoio às demais equipes de atendimento de ocorrência, que são as rondas especiais (RONE, ROTAM, ROCAM, CHOQUE). Quando somamos a quantidade de participantes que escolheram desempenhar estas funções, o número atinge 80,17% deles. Enquanto os que gostariam de trabalhar com o policiamento comunitário atingem 6,90%.

Assim, diante das respostas dos participantes podemos concluir que a maior parte deles deseja **trabalhar** em um batalhão de área, na **função** de CPU ou comandante de grupos de rondas especiais, com a **finalidade** de efetuar o patrulhamento ostensivo e a prisão de infratores.

Ao analisarmos as atividades que os participantes desempenharam durante os estágios operacionais no CFO-PM, constatou-se que foram realizadas poucas atividades que valorizam e incentivam o contato do policial com a comunidade. Ao indicar as **atividades que mais gostaram de realizar** dentre as que fizeram em

seus estágios operacionais, os cadetes indicaram que as mais prazerosas a se fazer foram as de trabalhar junto ao CPU, abordar suspeitos e prender infratores. Somadas, estas três atividades correspondem a 66,54% das atividades que foram citadas como a que os participantes mais gostaram de realizar durante os seus estágios. Destas três atividades, duas delas (trabalhar com o CPU e abordar suspeitos) estão entre as que os cadetes mais realizaram durante os estágios operacionais. Isso pode significar que a prática ajuda a fazer com que o cadete compreenda a teoria que recebe na sala de aula, e passe a gostar de executar aquele serviço.

Das três atividades que mais realizaram, apenas a de **trabalhar em eventos** especiais não está entre as três que eles mais gostam de realizar. Isso pode ser explicado pelo fato de que os eventos especiais (shows de artistas famosos, grandes eventos esportivos, feriados com grande concentração de pessoas, como carnaval, semana da pátria, finados, entre outros) acontecem, em sua maioria, nos feriados e finais de semana. O dia e horário em que são desempenhados estes serviços podem gerar certo desconforto ao trabalhar nestes eventos. Mesmo assim, sendo uma atividade que realizaram bastante (foi a que mais realizaram ao lado do trabalho com o CPU e abordagem a suspeitos), esta atividade é a quinta entre as que eles mais gostam.

Também não foram realizados estágios para analisar e acompanhar a função desempenhada por um oficial que seja responsável por programas de policiamento comunitário na PMPR. Em especial, por ser objeto desta pesquisa, constatamos que nenhum cadete acompanhou um oficial comandante de UPS em suas atividades durante os seus estágios operacionais.

Pode-se pensar que, possivelmente, por haver uma baixa vinculação da teoria com a prática, os cadetes passam a acreditar que o policiamento comunitário é algo que só é praticado na teoria, dentro das salas de aula. Segundo a análise feita no currículo do CFO-PM, constatamos que poucas disciplinas constam em sua ementa a referência ao ensino da filosofia de polícia. Os participantes revelaram que ouvem, de oficiais e praças, que o **policiamento comunitário é uma utopia**, ou **algo que não servirá** para auxiliar no controle da criminalidade e na melhoria das condições de vida das comunidades. Segundo Poncioni (2005, p. 592) um dos problemas da formação recebida pelos policiais nas academias é o

[...] o descompasso entre o conhecimento adquirido para o desempenho do trabalho policial nos bancos das academias e a realidade na qual se realiza o trabalho cotidiano da polícia [...] no período de treinamento [...] ele [o cadete] experimenta uma enorme restrição com relação à tomada de decisão nas atividades concernentes ao dia-a-dia da organização. De outro, fora da organização, ele se defronta com uma grande diversidade de situações com relação às quais tem de tomar constantemente decisões [...]

Analisando as mudanças no currículo da formação do policial nas últimas décadas, no estado do Rio de Janeiro, visando uma formação mais voltada para a defesa dos direitos humanos e a interação entre a polícia e a comunidade, constataram Veiga e Souza (2018, p. 65) que

[...] sua materialização na formação policial militar não chegou a surtir os resultados esperados na formulação do currículo. Esse fato demonstra a tensão entre forças progressistas e conservadoras da área de segurança pública. Entre o “servir e proteger” e o “tiro, porrada e bomba”. Entre o policiamento pelo consenso e pela coerção.

Segundo Silva e Silva (2016) ainda há muito da formação militar dentro das academias, que visa uma padronização do pensamento e do agir dos policiais em início de carreira, conforme os costumes dos integrantes mais antigos desta corporação. Essa formação focada na hierarquia e na pouca reflexão social, gera um distanciamento entre o que eles estão vivendo na academia de polícia e o que deverão viver no seu serviço de rua.

Deste modo, a formação e treinamento profissional fornecidos nas academias de polícia, quase sempre atados rigorosamente aos aspectos normativo-legais do trabalho, acabam sendo simplistas e irreais, levando o indivíduo a descartar o que foi ensinado na academia nesta fase de socialização. (PONCIONI, 2005, p. 592)

Quando falamos de policiamento comunitário, os alunos indicam que, além destes apontamentos quanto à formação (hierarquia forte, pouca reflexão e ensino desvinculado da realidade da atuação policial), o que é ensinado pelos instrutores das cadeiras voltadas ao ensino do policiamento comunitário, encontra resistência ainda dentro da própria academia, por oficiais e praças que os cadetes têm contato durante a sua formação.

A predominância do “modelo policial profissional tradicional” no conteúdo do processo de formação profissional do futuro policial encontra-se consubstanciado em uma concepção do trabalho policial que enfatiza o comportamento legalista dos policiais em um arranjo burocrático-militar que

influencia a cultura, a filosofia de trabalho, a política administrativa, o treinamento, as operações, táticas e estratégias policiais. (PONCIONI, 2005, p. 595)

Também nos propusemos a “descrever, na opinião dos cadetes, as formas de aproximação à comunidade que devem ser utilizadas pela polícia militar” – segundo objetivo específico. Para o cumprimento deste objetivo buscamos nos autores da Psicologia Social Comunitária a definição de termos importantes para esta compreensão do trabalho em comunidade. Para analisar o trabalho da polícia militar em uma comunidade, é necessário o entendimento do que é comunidade, o que é relacionamento e como se dá um trabalho comunitário. Apoiados na expertise adquirida durante anos de trabalhos e pesquisas em comunidade, procuramos estudar estes termos, trazidos da PSC, e aplica-los à realidade do trabalho desenvolvido pelo policiamento comunitário.

Aos participantes, perguntamos, num primeiro momento, se eles acreditam que existe esta aproximação, a atuação conjunta entre a polícia e a comunidade. Também perguntamos se eles acham que deveria existir esta aproximação. Depois colhemos a opinião dos participantes a respeito do que eles acreditam que podem fazer para ajudar a comunidade, no que a comunidade pode ajudar à polícia e o quais pessoas ou instituições podem ajudar na segurança pública de uma comunidade. Por fim, ainda perguntamos quais atitudes a polícia militar poderia tomar para se aproximar da comunidade.

Das respostas pudemos observar que os participantes acreditam que já ***há atuação conjunta entre a polícia e a comunidade*** e que ***esta atuação conjunta é importante***.

Para ajudar a comunidade os participantes acreditam que ***precisam conversar***, quer seja com moradores, com comerciantes ou com toda a comunidade em reuniões, como as reuniões de CONSEGs. Além de conversar com a comunidade, os participantes também indicaram que o patrulhamento ostensivo realizado por policiais militares a cavalo, de bicicleta e a pé, por exemplo, pode ajudar nesta aproximação. Entendem que o policiamento realizado apenas com viaturas policiais (carros de polícia) acaba afastando os policiais da comunidade.

Os participantes indicaram que ***a função da comunidade***, para apoiar a polícia militar (PM), é basicamente dar informações, quer seja dos locais onde estão

ocorrendo os crimes ou de criminosos que estejam os praticando, e prestar apoio às ações que a PM realiza no bairro.

As **instituições ou pessoas** que mais podem ajudar na segurança pública, para os participantes, são: Indústria e Comércio; Moradores Locais; Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG); Outros órgãos do Governo; Prefeitura Municipal; e Guarda Municipal. Estas instituições acumularam 53,54% das menções dos participantes.

Os participantes também indicaram que, para se aproximar mais da comunidade a PM deve conversar mais com a comunidade, quer seja no comércio, residências ou reuniões de instituições. Acreditam que a **realização de eventos esportivos e de ação social** podem aproximar a polícia e a comunidade. A utilização destes eventos como atividade de polícia comunitária foi estudada por Goedert Filho (2016) e, para ele “[...] os eventos desenvolvidos pela Polícia Militar podem configurar-se como de Polícia Comunitária se a repercussão das ações ultrapassarem as reportagens e fotos e resultarem em outra identidade, com reflexos no comportamento e ações desenvolvidas pelos policiais.” (GOEDERT FILHO, 2016, p. 138). A terceira ação mais citada foi a realização do policiamento mais próximo à comunidade. Somando estas três ações, acumula-se 73,30% das ações indicadas pelos participantes para aproximar a polícia da comunidade.

Desta forma, podemos inferir, pelos dados coletados, que os participantes acreditam que o **diálogo com a comunidade** e o **patrulhamento próximo** a ela, sendo executado de formas diferentes do que é realizado pela radiopatrulha, com outros meios de locomoção, são **as principais formas de aproximação à comunidade** que devem ser utilizadas pela polícia militar. A promoção de eventos esportivos e ações sociais também foram citadas, mas ao analisarmos o conjunto das respostas dadas em todas as perguntas, podemos concluir que o diálogo e o policiamento próximo são as principais formas.

A indicação dos participantes de valorizar a aproximação entre polícia e comunidade, encontra subsídio nas propostas defendidas por princípios presentes na teoria de polícia comunitária, em que um dos focos centrais está na preocupação em iniciar uma integração entre a polícia e a comunidade. Vários pesquisadores nos últimos anos tem se preocupado em estudar possíveis relações e como isso tem acontecido (SKOLNICK, BAYLEY, 2002; BENGOCHEA et al., 2004; ZOUAIN,

RICCIO NETO, ZAMITH, 2006; SOUSA, 2008; BORDIN, 2009; MARCINEIRO, 2009; SALES, ALENCAR, FEITOSA, 2009; CRUZ, BRASIL, 2012; MIRANDA, 2013; RIBEIRO, 2014; SANTOS, TASCA, 2014; PERES, 2015; RIBEIRO, MONTANDON, 2015; GOEDERT FILHO, 2016; DAMACENA, 2018). Porém, precisa ser observado que estas formas de aproximação não garantem a participação da comunidade nas decisões atinentes à segurança pública, naquela região. E a integração proposta no policiamento comunitário está justamente na participação da comunidade em todas as atividades de polícia, discutindo, criticando, propondo e sugerindo a melhor maneira de se enfrentar os problemas de segurança. A polícia comunitária prevê a mudança da forma impositiva de se fazer o policiamento, pela polícia, para uma forma de decisão coletiva, entre a polícia e a comunidade.

O terceiro objetivo específico desta tese foi “descrever a opinião dos cadetes sobre o trabalho desenvolvido nas Unidades Paraná Seguro”. Para isso, apresentamos o que é a UPS e a sua filosofia de trabalho, fundamentada na polícia comunitária. Isso é importante para que possamos comparar o que a teoria diz sobre como deveriam ser estas unidades, e como os cadetes estão percebendo o trabalho delas.

Para que conseguíssemos coletar a opinião dos cadetes sobre as UPSs, de forma que os dados ficassem mais fidedignos, não perguntamos diretamente o que eles acham sobre o trabalho das UPSs, pois assim poderiam estar fazendo julgamento do trabalho de seus superiores hierárquicos, o que não seria visto com bons olhos pela corporação, nem pelos participantes da pesquisa. Assim, preferimos perguntar como os cadetes se sentiriam se fossem designados para trabalhar em uma UPS, e solicitamos que justificassem o porquê disto.

Fizemos ainda perguntas relacionadas a alguns princípios da polícia comunitária, como o “comprometimento de concessão de poder à comunidade, policiamento descentralizado e despersonalizado, extensão do mandato policial, criatividade e apoios básicos e a mudança interna” (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1994), para percebermos como os cadetes entendem que eles estão acontecendo, na prática, dentro da UPSs. Estas perguntas se relacionaram ao que o policial deve fazer ao receber uma crítica, denúncia ou opinião da comunidade; qual o grau de autonomia deveria ter o comandante de uma UPS; e se

as viaturas das UPSs deveriam, ou não, estar vinculadas ao atendimento das ocorrências que são informadas à polícia militar via telefone 190.

Mais da metade (59,48%) dos participantes apontaram que se sentiriam satisfeitos em comandar uma UPS, logo que se formarem no CFO-PM. Mas muitos, ainda assim, indicaram que estas unidades estão sofrendo com falta de efetivo, falta de equipamentos (as sedes das UPSs estão abandonadas ou não existem mais). Assim, parece que deduzem que trabalhar numa UPS pode ser a mesma coisa que trabalhar em outra função da PMPR, pois estas unidades estão fazendo o atendimento de ocorrências emergenciais, como acontece em varias situações que envolvem viaturas da radiopatrulha. Talvez o elemento diferenciador estaria muito mais num **aspecto geográfico**, da aproximação ou contato com a comunidade.

Quando foram perguntados sobre as atividades que têm percebido que são desempenhadas pelos policiais da UPSs e destas, qual a importância elas têm para a segurança da comunidade, os participantes apontaram que o contato com a comunidade e o levantamento de problemas do bairro são, **das atividades que os policiais da UPSs desempenham**, as mais importantes. O atendimento de ocorrência e a prisão de infratores, apesar de serem atividades desempenhadas pelos policiais militares da UPSs, na opinião dos participantes, são-lhes atribuídos graus de importância menores.

Também foi constatado que os participantes relacionam a atividade do policial na UPS aos entraves da burocracia militar. O policiamento comunitário depreende autonomia para o policial que o executa, e a vinculação deste policial aos ritos da burocracia militar é um problema, segundo os autores de polícia comunitária (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1994; BONDARUK, SOUZA, 2004; SKOLNICK, BAYLEY, 2006; MARCINEIRO, 2009). Tanto ao receber uma crítica, denúncia ou opinião da comunidade, como na autonomia que deve ter um comandante de UPS, grande parte dos participantes entende que **o comando deve ser informado** antes de tomar uma atitude. Isso indica que os participantes não admitem a concessão de autonomia para os policiais dos graus menores da hierarquia militar. No caso de um policial da UPS receber sugestões da comunidade, 27,71% dos participantes acham que o escalão superior deve ter conhecimento, em todos os casos, do que foi falado ao policial militar patrulheiro. No caso da autonomia do comandante de UPS, 50,00% acreditam que ele só pode fazer coisas autorizadas pelo comando superior.

Assim, percebemos a vinculação obrigatória das decisões aos superiores hierárquicos, o que contraria o princípio descentralização do policiamento comunitário.

E quanto ao atendimento de ocorrências, 48,63% acham que as viaturas da UPS devem atender apenas as ocorrências que acontecerem dentro da área da UPS. Isso significa que as viaturas atenderão menos ocorrências, tendo mais tempo para realizar os contatos com a comunidade.

Podemos, então, descrever que, na opinião dos cadetes, **o trabalho dentro das UPSs** tem enfrentado problemas de falta de meios materiais e pessoais. Os policiais militares que trabalham nelas têm realizado o policiamento comunitário, inclusive fazendo contatos com a comunidade e levantando os problemas enfrentados por aqueles bairros, conforme preconiza a filosofia de polícia comunitária (TROJANOWICZ, BUCQUEROUX, 1994; BONDARUK, SOUZA, 2004). Segundo os participantes, contudo, a falta de efetivo e de materiais poderá transformar os policiais que trabalham nas UPSs em policiais de radiopatrulha, realizando o policiamento tradicional, voltado para a reatividade e repressão, não para a proatividade e prevenção, como preconiza a filosofia de polícia comunitária. Por fim, os cadetes descrevem uma **forte vinculação com a hierarquia e disciplina militar** na atividade de policiamento nas UPSs. Esta vinculação à burocracia militar afasta este policiamento dos princípios do policiamento comunitário trazidos por Trojanowicz e Bucqueroux (1994), como a concessão de poder à comunidade, o policiamento descentralizado e a mudança institucional.

Para “analisar as concepções dos cadetes sobre as diferentes formas de policiamento realizado pela Polícia Militar do Paraná”, o quarto objetivo específico desta tese, trouxemos o referencial teórico que diferencia o policiamento tradicional do policiamento comunitário. Aprofundamos o conhecimento do policiamento comunitário, pois é o foco principal desta tese. Também buscamos o subsídio da estrutura de ensino da PMPR e da forma como se desenvolve o ensino do policiamento tradicional e do policiamento comunitário no CFO-PM.

Aos participantes perguntamos como deve ser o policiamento e a quem ou o quê este policiamento deve atender. Perguntamos o que eles acreditam ser o policiamento comunitário e qual a importância que eles dão a este tipo de

policciamento. E pedimos aos participantes para dizerem o que é o policiamento comunitário na opinião deles.

Ao definir o que é o policiamento, os participantes indicaram diretamente três grandes tipos de policiamento em que pudemos identificar: o policiamento tradicional, o policiamento híbrido e o policiamento comunitário. O policiamento tradicional é o repressivo. Ele foi definido por Poncioni (2005) como “[...] modelo de polícia profissional que reforça os aspectos legalistas do trabalho policial, em um arranjo burocrático-militar, com ênfase no controle do crime, como a alternativa primordial para lidar com o assunto de segurança pública”. No policiamento tradicional o policial não tenta agir de forma preventiva, procurando resolver problemas que possam resultar em crimes ou descumprimento das leis. Ele aguarda ser chamado pela população para atender a um fato já ocorrido. O policiamento comunitário, proativo, busca na comunidade uma parceria, tentando antecipar os problemas evitando que eles aconteçam. E o policiamento que chamamos de híbrido, no qual os cadetes indicaram que é necessário existir a parte repressiva, combativa e forte, para atuar nos locais onde ocorrem mais crimes e desordens públicas. Porém, acreditam que somado a este policiamento, deve ser aplicada a filosofia de polícia comunitária nos locais onde os índices de ocorrência estão “controlados”.

Para os cadetes, o **policciamento realizado pela PMPR** deve servir às comunidades locais, adaptando-se às realidades de cada região. Mas também deve servir ao Estado, para proteger as instituições, o patrimônio público e aos próprios policiais militares.

Quanto às três ações que eles entendem como de policiamento comunitário, as respostas convergiram para as demais. Eles acreditam que manter contato com a comunidade, fazer um patrulhamento próximo a ela e participar das reuniões dos CONSEGs, associações comerciais e de moradores são as **principais atividades de policiamento comunitário** que podem ser realizados pela PMPR.

O policiamento comunitário é muito importante ou extremamente importante para 90,52% dos participantes, pois é uma forma de policiamento que traz algo de novo no serviço prestado pela polícia militar. Porém, eles acreditam que **não é a solução para todos os problemas de segurança**, bem como deve ser uma

filosofia aplicada por toda a corporação, não apenas pelos policiais que estão vinculados a programas de policiamento comunitário.

Da definição do que é o policiamento comunitário, para os participantes, conseguimos formar um conceito do grupo, que se aproxima muito com o conceito dos autores de polícia comunitária. O conceito do grupo foi:

[...] uma filosofia de policiamento preventivo voltado para a comunidade que visa a identificação e resolução dos problemas, das mais variadas naturezas, com o fim de promover a segurança e a qualidade de vida dos moradores da região e a consequente aproximação entre a polícia e a comunidade.

Os cadetes têm no policiamento comunitário um avanço para o serviço prestado pela polícia militar, mas ainda estão presos à maneira tradicional de policiamento. Não conseguem vislumbrar um tipo de policiamento vinculado com a comunidade, onde as decisões são tomadas em conjunto, entre o policial e os moradores e trabalhadores daquela região. Para eles a repressão tem que sempre estar presente, de forma a garantir a lei e a ordem. Cabe lembrar que a filosofia de polícia comunitária não afasta a repressão do crime da atribuição da polícia militar, quando este venha a acontecer. Isso apenas não é mais a prioridade da polícia.

A Polícia Comunitária traz, em sua filosofia, estratégias e métodos de trabalhar com a prevenção e repressão juntas, porém, de uma maneira que antes não era abordada. Uma maneira inovadora em que a comunidade e a polícia trabalham juntas nas resoluções dos problemas. (MARCINEIRO, 2009, p. 147)

Algumas situações importantes emergiram, e merecem aqui a nossa reflexão. A primeira delas é o fato de que no CFO-PM há pouca, ou nenhuma, atividade prática voltada à aplicação dos conteúdos aprendidos em sala de aula a respeito do policiamento comunitário. O fato do distanciamento entre a teoria e a prática na formação do policial já havia sido identificada por Poncioni (2005), quando estudou a formação dos policiais no estado do Rio de Janeiro.

[...] a formação e treinamento profissional fornecidos nas academias de polícia, quase sempre atados rigorosamente aos aspectos normativo-legais do trabalho, acabam sendo simplistas e irreais, levando o indivíduo a descartar o que foi ensinado na academia nesta fase de socialização. (PONCIONI, 2005, p. 592)

Quando analisamos a formação dos cadetes na PMPR, percebeu-se que no currículo do curso não há espaço para o desempenho de atividades práticas voltadas ao policiamento comunitário. Inclusive a disciplina que tem o nome de “Prática de Policiamento Comunitário”, por sua ementa, é uma disciplina eminentemente teórica.

Além do currículo do curso, também observamos, durante a coleta de dados, que nenhuma atividade voltada ao policiamento comunitário foi realizada pelos cadetes durante os seus estágios operacionais. Durante estes estágios, o policiamento a pé foi o mais próximo de um policiamento comunitário que os cadetes desempenharam. A maior parte das atividades desempenhadas está voltada a aprender a função do oficial que irá coordenar as viaturas que atuarão em um policiamento repressivo, vinculado ao atendimento de ocorrências que já estão em andamento ou que já acabaram.

A falta de vinculação teoria-prática faz com que os cadetes sintam que o policiamento comunitário acontece apenas no imaginário de professores que acreditam nessa filosofia, constituindo-se, para os participantes da pesquisa, em uma “utopia”. Essa constatação fica evidente em diversos trechos das respostas dadas pelos cadetes durante a coleta de dados, mas principalmente nas três respostas abaixo:

A teoria do policiamento comunitário é algo, em minha opinião, utópica em nossa sociedade. Principalmente pela mentalidade dos policiais (isso se torna relevante, pois estamos em período de formação e não aprendemos a acreditar ou dar relevância a essa ideia de policiamento) [...] (087)

Infelizmente, pelo que vejo nos estágios e de experiências anteriores, a atuação comunitária da polícia está muito restrita à sala de aula e no desenvolvimento de conhecimento ainda. Não se vê isto ocorrendo na prática, e por falta de vontade de quem se encontra atividade fim e nos batalhões operacionais, principalmente. Quem procura realizar um trabalho destes acaba suprimido pela vontade ou pela falta de vontade de muitos. (014)

[...] acredito que ficar sem contato com a comunidade durante muito tempo, não traga melhoras significativas em relação ao viés comunitário. eu me sinto pouco ligado com os problemas dela, haja vista que nem me sinto parte dela. [...] não é um mundo que vivo, por isso estudar polícia comunitária e policiamento comunitário parece utópico. (111)

Os participantes externam a ***difficuldade que sentem em relacionar o que aprenderam com o que deve ser feito na prática***, uma vez que nunca viram como é, na prática, a execução de um policiamento comunitário. Isso gera, inclusive, a ***incerteza de que este tipo de policiamento***, de fato, ocorra no Paraná.

O participante 111 traz ainda mais do que a falta de aplicação prática para o policiamento comunitário que aprendem dentro da APMG. Ele traz a crítica ao ***isolamento e distanciamento que sentem***, do mundo externo, durante a sua formação. Este mesmo sentimento, de se isolar do mundo, e não sentir-se mais como parte da comunidade, é partilhado pelo participante 001. Este participante fala que o problema para a compreensão e aplicação de um programa de policiamento comunitário se inicia quando própria polícia militar se preocupa em “[...] isolar o policial do mundo durante a formação”. Ambos estão falando do regime de internato a que são submetidos os cadetes, que gera privação do convívio social, fazendo com que o cadete fique imerso no mundo militar, com pouco contato com o mundo externo.

A imersão durante o processo de formação faz com que o novo policial militar consiga se adequar às normas e à cultura da profissão que está assumindo. Isso pode reduzir a capacidade do novo policial em pensar e agir de forma diferente da que ele aprende a realizar dentro de seu período de formação, que além do isolamento traz também todos os rigores da convivência militar a que estão submetidos, na total submissão e obediência às normas e às ordens superiores. Assim, “Quanto mais [o cadete] se insere neste processo, mais se torna representante deste todo, fazendo com que haja uma perda de sua identidade.”. (SILVA, SILVA, 2016, p. 32)

O militarismo é uma filosofia institucional pautada na hierarquia e na disciplina. Assim, o perfil ideal para os militares é de **homens máquina**, heróis que **não tem medo da morte**, que são **ferozes com os inimigos e submissos aos seus senhores** (VEIGA, SOUZA, 2018, p. 61, grifos nossos)

Esta formação que isola o policial, transformando-o num “homem máquina” (VEIGA, SOUZA, 2018, p. 61) pode ser um dos motivos que leva à redução do desejo dos policiais formados a atuarem em conjunto com a comunidade. Reprimir o crime pode ser mais “fácil” uma vez que você apenas estará cumprindo a lei,

prendendo, abordando ou fazendo o que esteja ao seu alcance. Não importa quem é a pessoa presa ou abordada.

Para o profissional que não tem as suas opiniões e saberes anteriores respeitados ao ingressar na nova profissão (SILVA, SILVA, 2016), e que durante este período de formação se sente isolado e distante da comunidade, é complicado atuar de maneira coletiva com esta comunidade. Para Guareschi (2008) uma comunidade se faz com pessoas que têm iguais deveres e direitos, onde todos são respeitados e ouvidos. A opinião de todos importa. Todos são chamados pelo nome. Para ele “[...] as relações comunitárias implicam, também, a existência de uma dimensão afetiva, implicam que as pessoas sejam amadas, estimadas e benquistas.” (GUARESCHI, 2008, p. 97).

Talvez isso justifique outra observação nos depoimentos: os cadetes preferem trabalhar em atividades de repressão a atividades comunitárias (preventivas). Ao analisar os motivos pelos quais não prosperou a tentativa de implantar o policiamento comunitário no bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, Muniz (1997) percebeu que para os policiais tradicionais, ser policial comunitário é algo para pessoas que não querem “combater o crime”, que não dispõem da virilidade necessária para trabalhar como policial militar. Não são como os “homens máquina e heróis” citados por Veiga e Souza (2018). Para os policiais tradicionais, trabalhar com policiamento comunitário é ato de “[...] de covardia, comodismo e masculinidade duvidosa”. (MUNIZ, 1997, p. 211)

A identificação de que o policial comunitário não é “operacional” na visão dos participantes, foi encontrada na fala de alguns deles, quando justificaram o porquê não se sentiriam satisfeitos em comandar uma UPS:

Gostaria de atuar como CPU ou em algum grupo tático, voltando para área operacional. (057)

Vontade de trabalhar no serviço operacional [...] (066)

Não tenho interesse em trabalhar nesta área, não gostaria de estar mais envolvido com trabalho administrativo, não me interessa em policiamento comunitário. (077)

O que me causa mais fascínio dentro das atividades dos militares estaduais está na operacionalidade, portanto meus desejos são de atuar em equipes táticas ou unidades de patrulhamento especiais [...] (094)

E a visão de que o policial comunitário não é viril, “machão”, também foi identificado na resposta final do participante 097, que disse que

A subcultura presente hoje na polícia dificulta bastante a implementação da polícia comunitária, parece que a maioria dos policiais tem o desejo de ser policial pois a profissão envolve adrenalina e violência. O objetivo principal nesse caso seria a ação durante a atividade, logo querem ir para batalhões operacionais, realizar detenções, “bater nos malas”, mesmo que isso não seja a melhor atitude para ajudar a sociedade. Uma atividade que não promova essas ações para eles não é ser policial, **é ser frouxo**. (097, grifo nosso)

Ao realizar a atividade de policiamento repressivo, ou seja, atender uma ocorrência que acabou de acontecer, com bastante agilidade, prendendo o criminoso e, agredindo-o, como disse o participante 097, é algo que é visto pela comunidade como o ofício de polícia. Indica Poncioni (2005, p. 591)

A polícia, orientada principalmente para o controle do crime, com forte apelo ao “combate ao crime”, tem a grande vantagem de fornecer o que é percebido amplamente pelo público e pelos próprios policiais como a missão das instituições policiais.

Desta forma, o policiamento tradicional (repressivo) continua vinculado à prática policial, de maneira muito constante (MESQUITA NETO, 2004). Esta ligação com o combate ao crime, tratando o cidadão que está cometendo um crime como se fosse um inimigo, foi trazido para as polícias militares do Brasil desde a sua forte vinculação com o exército, ocorrido no período da ditadura militar (CRUZ, BRASIL, 2016). Mas esta visão do que é “fazer” polícia ainda se encontra presente, como pudemos perceber no discurso dos participantes desta pesquisa.

Muitos participantes indicaram que estão na polícia militar, e preferem executar funções repressivas, como a prisão de suspeitos e a perseguição policial, por causa da adrenalina e da aventura que isto pode trazer (019, 021, 053, 065, 087, 110, 115). Entendem que esta “adrenalina” não seria sentida em atividades de policiamento comunitário.

O discurso final do participante 097, que já reproduzimos na íntegra, ilustra bem este sentimento vivido nos cadetes. Segundo o participante, muitos colegas de profissão ingressam na corporação pela “adrenalina e violência”. E, “Uma atividade que não promova essas ações para eles não é ser policial, é ser frouxo.” (097). O discurso deste participante vai ao encontro da constatação de Muniz (1997), feita há

mais de 20 anos, quando analisou o fracasso de uma das primeiras tentativas de aplicação do policiamento comunitário no Brasil, no bairro de Copacabana no Rio de Janeiro, indicando como um dos motivos para o programa não prosperar o fato de que os policiais “operacionais” achavam o policiamento comunitário é ato de “[...] de covardia, comodismo e masculinidade duvidosa”. (MUNIZ, 1997, p. 211)

Podemos lembrar que, dos participantes, 75,86% gostariam de trabalhar nos batalhões de área ou no BOPE. Também foi constatado que 80,17% deles preferem realizar a atividade de CPU ou comandante de rondas especiais, ou seja, coordenar e apoiar o atendimento de ocorrências policiais.

Essa visão tradicional do policiamento realizado pelas polícias militares foi encontrada nos cadetes do 1º ano do CFO-PM, de modo mais expressivo do que nos demais. A maior parte dos cadetes desta série definiu o policiamento como tradicional, repressivo. Já no 3º ano, ao definir o que é o policiamento, a maior parte indicou-o como o policiamento preventivo e de proximidade com a comunidade. Dos participantes que disseram que o policiamento comunitário não tem importância 66,66% são do 1º ano.

Além destas constatações, ainda identificamos que os participantes reconhecem a importância do policiamento comunitário, mas não têm vontade em desempenhar esta atividade. Pudemos observar que 96,55% dos participantes acham que deve haver relacionamento entre a polícia e a comunidade. Mais de 60% acham importante, ou muito importante, que os policiais das UPSs realizarem contato com a comunidade e levantamento dos problemas dos bairros onde trabalham. E que 90,52% dos participantes acham que o policiamento comunitário é importante ou muito importante.

Apesar de todas estas constatações, quando se trata de trabalharem nesta modalidade de policiamento, apenas 6,90% disseram que gostariam de trabalhar com policiamento comunitário. A atividade que os participantes mais gostariam de realizar é o patrulhamento ostensivo. Ainda que 90,52% dos participantes acham importante o policiamento comunitário, 59,48% ficariam satisfeitos em comandar UPS, os demais não. Como já mostramos 75,86% gostariam de trabalhar em batalhões de repressão e 80,17% em funções de repressão ao crime.

A concepção dos cadetes sobre atuação profissional no campo das Unidades Paraná Seguro, é de que esta é uma modalidade importante de

policciamento, porém, eles não se sentem seguros e preparados para desempenhar o comando de uma destas unidades quando se formarem.

A falta de estrutura e de efetivo, também compromete a visão que os cadetes têm das UPSs, e eles concluem que, da maneira que estão atualmente, não há muita diferença entre estas unidades e as demais formas de policiamento repressivo, de atendimento de **ocorrências emergenciais**.

Assim, percebemos que para os participantes é importante a polícia militar atuar com policiamentos como as UPSs. Mas, apesar de importante esta atuação, os participantes entendem que isso não é uma boa atividade para eles, recém-formados, desempenharem. Apesar de que, ao ser perguntado, a maioria informou que se sentiria satisfeito caso comandasse uma UPS logo após a sua formatura, percebemos que, de fato, comandar uma UPS não está no desejo de quase nenhum deles. Isso significa que eles aceitariam, como militares, comandar uma UPS, e estariam satisfeitos lá. Mas preferem trabalhar em outras atividades, que não essa, caso pudessem escolher onde atuar.

Esta tese busca levantar possibilidades para uma preparação profissional que também permita reflexões de seus alunos quanto ao processo de capacitação, permitindo que eles agreguem informações ao participar do curso. Espera-se que possa haver uma ampliação de seus conhecimentos trazidos de sua vida, e que possam contribuir para uma formação integrada entre teoria e prática, assim como entre polícia e comunidade.

A pesquisa também apontou para a necessidade da reformulação do processo de estágio dos cadetes, de forma a permitir que eles participem, planejem, atuem e observem, na prática, os programas de policiamento comunitário, para perceber como tem se dado este policiamento no estado do Paraná, para além das paredes da sala de aula.

Alguns cadetes participantes desta pesquisa indicaram que muitos oficiais e praças, com quem eles convivem durante o CFO-PM, são contrários ao policiamento comunitário. O autor desta tese considera importante a realização de outras pesquisas que pudessem ouvir a opinião destes oficiais e praças, contrários ao policiamento comunitário, para verificar a influência que eles têm sobre os alunos do CFO, e da compreensão deles quanto a este tipo de policiamento. Assim é possível

melhorar a formação e a aprendizagem do policial militar para atuar em prol da comunidade.

O CFO-PM, por ser o primeiro contato com a profissão de oficial da policial militar para os jovens que ingressam na PMPR, é uma ferramenta importante para o incentivo da atuação integrada do policial militar nas comunidades em que prestará serviço. A reflexão de como tem se dado o ensino voltado para o policiamento comunitário é importante na busca do aprimoramento e aperfeiçoamento constante deste sistema de ensino-aprendizagem. O incentivo às atividades práticas que ajudem o cadete a compreender a atuação de um policial comunitário poderá ajudar a motivar estes alunos a trabalharem integrados com a comunidade após o término de seu período de formação. O CFO-PM é, portanto, uma das maneiras que a PMPR tem para aprimorar o serviço de policiamento comunitário que é realizado no Paraná. Para isso, esta pesquisa apontou que o CFO-PM deve focar em uma formação mais reflexiva, principalmente no contexto social e econômico das localidades onde os policiais irão trabalhar. Durante o período de formação, também deverá ser possibilitado ao cadete um convívio social mais intenso, evitando o isolamento deles, bem como o respeito aos conhecimentos trazidos por estes cadetes de sua vida civil. Valorizar a realização de atividades práticas voltadas ao policiamento comunitário, durante a formação, também é um caminho possível para melhorar a aprendizagem dos conceitos de polícia comunitária ensinados no curso, ajudando a posterior aplicação destes conceitos, pelos egressos do CFO-PM na sua atuação diária.

REFERÊNCIAS

- ALVORADA. In: **Dicionário infopédia da Língua Portuguesa** [on line]. Porto: Porto Editora, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2l4OYce>>. Acesso em: 10 fev. 2010.
- AMADEU, Maria Simone Utida dos Santos. MENGATO, Angela Pereira de Farias. STROPARO, Elaine Maria. ASSIS, Telma Terezinha Stresser de. **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- ANÍBAL, Felipe. BATISTA, Rodrigo. PEREIRA, Patrícia. Polícia prende 4 pessoas no primeiro dia da UPS na Vila Osternack. **Gazeta do Povo**, 3 ago. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/wnEeWb>>. Acesso em: 1º out. 2017.
- ANÍBAL, Felipe. RIBEIRO, Diego. Um ano depois da “Batalha do Centro Cívico”. **Gazeta do Povo**, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/TpFaPK>>. Acesso em: 27 out. 2017.
- ANÍBAL, Felipe. "Ratinho Junior lança plano de governo e pede “mudança”; veja as propostas". **Gazeta do Povo**, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2DEJSyY>>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- ANUÁRIO brasileiro da segurança pública: edição especial 2014-2017. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2MyAxed>>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre a mudança do regime político: o caso brasileiro. **Revista de sociologia e política**, n. 17, p. 11-31, nov. 2001.
- ATLAS da violência 2018. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2MtVhEh>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- AUDI, Amanda. Em 5 meses, Francischini colecionou polêmicas. **Gazeta do Povo**, 8 mai. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/hS2zLn>>. Acesso em: 30 set. 2016.
- BATISTA, Rodrigo. PEREIRA, Patrícia. Quatro UPS são instaladas na Cidade Industrial de Curitiba. **Gazeta do Povo**, 17 jul. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/Va7T9q>>. Acesso em 1º out. 2017.
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa, com texto imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 189-217.
- BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz. GUIMARÃES, Luiz Brenner. GOMES, Martins Luiz. ABREU, Sérgio Roberto de. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, n. 18, v. 1, p. 119-131, 2004.
- BLASIUS, Luciano. **A resiliência na formação do policial**. 2008. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **Polícia Comunitária**: polícia cidadã para um povo cidadão. Curitiba: AVM, 2004.

BORDIN, Marcelo. Polícia comunitária: entre a retórica do estado e a prática cotidiana. **Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina**, Curitiba, março 2009.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

_____. **Código de Processo Penal**. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

_____. Constituição (1988). **Constituição**. República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, 1996a. Disponível em: <<https://bit.ly/2FQAdrn>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996b, p. 27833.

_____. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2PrI3NP>>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRETAS, Marcos Luiz. A polícia carioca no império. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 219-234, 1998.

CAMPANA, Fábio. Beto Richa e Luciano Ducci instalam UPS Parolin. **Fábio Campana**: Política, cultura e o poder por trás dos panos, 6 maio 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/sGeYUy>>. Acesso em 24 set. 2017.

CATTANI, Cícero. UPS de Beto não passou de um engodo. **Cícero Cattani**, 16 abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/Uvebr7>>. Acesso em: 30 set. 2016.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CAVALCANTE NETO, Miguel Libório. A polícia comunitária no Japão: uma visão brasileira. **Blog do policiamento comunitário**, 19 ago. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2PqxxFk>>. Acesso em: 27 out. 2018.

CESAR, Reinaldo de Almeida. Coluna do Reinaldo de Almeida César: Dez fatos mais importantes de 2015 na Segurança Pública do Paraná. **Blog do Esmael**, 31 dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/YHkFnj>>. Acesso em: 30 set. 2016.

COUTELLE, José Eduardo. Qual a porcentagem de crimes solucionados pela polícia no Brasil? **Super Interessante**, 4 jul. 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-porcentagem-de-crimes-solucionados-pela-policia-no-brasil/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha. CUNHA, Suzana Ezequiel da. **Os caminhos da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004.

CONSEGS no Paraná. **Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária**: Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança, 200X. Disponível em: <<https://bit.ly/2RIObCO>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

CRUZ, Luiz Carlos da. GONÇALVES, Neo. Primeira UPS do interior do PR é instalada em Cascavel. **Gazeta do Povo**, 19 out. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/r2kbma>>. Acesso em: 2 out. 2012.

CRUZ, Lara Abreu. BRASIL, Maria Glaucíria Mota. Limites da formação profissional policial militar: o caso Ronda do Quarteirão. **OPSIS**, v. 12, n. 2, jul./dez. 2012, p. 326-344.

CURITIBA recebe motos-patrolha. **Folha de Londrina**: o jornal do Paraná, 28 mar. 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2E2gsuO>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

DAMACENA, Fábio Júnior. **O acordo de cooperação técnica internacional em policiamento comunitário realizado entre Brasil e Japão**: ações derivadas do acordo na Polícia Militar do Paraná. 18 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas) – Instituto Latino Americano de Economia, Política e Sociedade, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

DEFENDA PM. O avanço na qualificação profissional das polícias militares do Brasil. **Associação dos Oficiais Militares do Estado de São Paulo em Defesa da Polícia Militar**, 21 fev. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2UUz7OG>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

DESLANDES, Fernanda. População “do bem” aprovou ocupação do bairro Uberaba. **Tribuna**, 2 mar. 2012a. Disponível em: <<https://bit.ly/2BrOqHC>>. Acesso em: 9 fev. 2019.

_____. Parolin registra primeiro homicídio pós UPS. **Tribuna**, 9 ago. 2012b. Disponível em: <<https://goo.gl/y4ZeDR>>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. Polícia Militar instala 1º UPS na região metropolitana. **Tribuna**, 7 maio 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/EKH47>>. Acesso em: 16 out. 2017.

DIAS, Liliane. Inaugurada UPS da região Sul. **Rádio Tarobá FM**, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2DD2jUB>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANÇA, Carlos L. de. **Instituto Polis Dicas**: ideias para a ação municipal. Governo e Sociedade. São Paulo, n. 154, 2000. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/595/595.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Tensões na relação comunidade-profissional: implicações para os processos de conscientização e participação comunitária. In: LACERDA JUNIOR, Fernando. GUZZO, Raquel S. L. (orgs.). **Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

_____. Construcción y consolidación de la psicologia social comunitaria en Brasil: conocimientos, prácticas y perspectivas, p. 91-114. In: MONTERO, Maritza. SERRANO-GARCIA, Irma (comp.). **Historias de la psicologia comunitaria en América Latina: participación y transformación**. 1 ed. Buenos Aires: Paidós, 2011.

_____. Intervenção psicossocial e compromisso: desafios às políticas públicas. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria. SATO, Leny (orgs.) **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012a.

_____. Prácticas de intervención comunitaria y políticas públicas: aproximaciones y limites desde la perspectiva de la Psicología Social Comunitaria latinoamericana. In: ALFARO, Jaime. SÁNCHEZ, Alipio. ZAMBRANO, Alba (Comps.) **Psicología comunitaria y políticas sociales: reflexiones y experiencias**. 1 ed. Buenos Aires: Paidós, 2012b.

_____. Expansão das práticas de intervenção comunitária: Que horizontes para a psicologia social comunitária? In OSORIO, Jorge Mario Flores (Coord.) **Repensar la psicología y lo comunitario en América Latina**. 1 ed., p. 48-69. Universidad de Tijuana: Tijurana, 2013.

_____. Projetos comunitários e sociais: como construir planos de ação. In: SOUZA, Jusamara et al. **Música, educação e projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014a.

_____. Psicologia Social Comunitária como politização da vida cotidiana: desafios à prática em comunidade. STELLA, Claudia (org.). **Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências**. Petrópolis: Vozes, 2014b.

_____. Intervenção comunitária e as possibilidades de transformação. In: SARRIERA, Jorge Costellá (Coord.). **Psicologia comunitária: estudos atuais**. 4 ed. ampl. e rev. Porto Alegre: Sulina, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa, com texto imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 64-89.

GOFFMAN, Erwing. **Manicômios, prisões e conventos**. SP: Perspectiva, 2008.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Relações comunitárias: relações de dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOEDERT FILHO, Valdir. **Práticas comunitárias da Polícia Militar do Paraná? Reflexões na perspectiva da psicologia social comunitária como processo educativo**. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

JUSTI, Adriana. Polícia ocupa a Vila Sandra, no CIC, para a instalação da oitava UPS. **G1**, 17 set. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/uNKDVb>>. Acesso em: 2 out. 2012.

_____. Professores aceitam reajuste e encerram greve após mais de 40 dias. **G1**, 9 jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/5ishx6>>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. Polícia ocupa vila do bairro Tatuquara para a instalação da nona UPS. **G1**, 1º out. 2012b. Disponível em: <<https://goo.gl/rkWusW>>. Acesso em: 2 out. 2017.

JUSTI, Adriana. KANIAK, Thais. Governo do Paraná anuncia saída de Fernando Francischini da Segurança. **G1**, 8 maio 2015. Disponível em: <<http://glo.bo/1JvYESE>>. Acesso em: 27 out. 2017.

JUNGES, Cíntia. MARCHIORI, Raphael. Curitiba: Cajuru recebe a décima UPS. **Gazeta do Povo**, 13 out. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/9Lyfxq>>. Acesso em: 2 out. 2017.

KANIAK, Thais. COELHO, Sabrina. Manifestantes invadem pátio da ALEP, e governo pede retirada de “pacotão”. **G1**, 12 fev. 2015. Disponível em: <<http://glo.bo/1F2lell>>. Acesso em: 27 out. 2017.

KARPINSKI, Marcelo Trevisan. **Formação do oficial da Polícia Militar do Paraná**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Processo grupal na perspectiva de Ignacio Martín-Baró: reflexões acerca de seis contextos concretos. **Revista interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**, v. 31, n. 2, p. 293-308, 1997.

LANE. Silvia Tatiana Maurer. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEITÓLES, Fernanda et al. Parolin é ocupado para instalação da segunda UPS de Curitiba. **Gazeta do Povo**, 3 maio 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/9abd6p>>. Acesso em: 24 set. 2017.

LEITÓLES, Fernanda. SANTANA, Vitor, Colombo recebe a 1ª Unidade Paraná Seguro da RMC. **Gazeta do Povo**, 7 maio 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/Hwudi8>>. Acesso em: 16 out. 2017.

LIMA, Jônatas Dias. PM inicia instalação de UPS em São José dos Pinhais. **Gazeta do Povo**, 8 jun. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/cZkNXp>>. Acesso em: 16 out. 2017.

LOBO, Jorge Luiz Farias. ZELINSKI, Cezar Renato. BONDARUK, Roberson Luiz. **Manual do instrutor da PMPR**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2006.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MANZZIOTTI, Magaléa. O que será da UPS? **Tribuna**, 12 ago. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/HxrSK2>>. Acesso em: 27 out. 2017.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia comunitária: construindo seguranças nas comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARQUES, Luiz Felipe. Herança maldita na segurança. **Gazeta do Povo**, 24 jul. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2SN7cmJ>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MARTINS, Rafael Moro. Governador do Paraná diz que policiais que estudam tendem a ser mais insubordinados. **Notícias UOL**, 27 abr. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2P5Tfvh>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

McMILLAN, David W. CHAVIS, David M. Sense of Community: A Definition an(i Theory). **Journal of Community Psychology**, v. 14, 1986.

MERLAK, Tissiane. UPS Sul conta com 28 policiais no Universitário. **O Paraná**, 11 abr. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Dzjri3>>. Acesso em: 27 out. 2017.

MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLF, Dulce et al. [orgs]. **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.130-148

MIRANDA, José da Cruz Bispo de. Policiamento comunitário e desmilitarização: existe alguma correlação?. **Revista do Laboratório de estudos da Violência da UNESP/Marília**, 12.e., nov. 2013, p. 38-58.

MUNIZ, Jaqueline. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and defense studies review**, v. 1, p.

177-198, Williamsburg, Virgínia, Estados Unidos da América, *winter* 2001.

NACIUTTI, Jacyara C. Rochael. A instituição como via de acesso à comunidade, In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Bruno Araujo. **Ações formativas do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná**: estudo do contraperíodo letivo. 86 f. Monografia (Bacharelado em Segurança Pública e Cidadania) – Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2018.

PARANÁ. Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954. Código da Polícia Militar do Estado. **Diário Oficial**, n. 108, Curitiba, PR, 17 jul. 1954.

_____. Lei Estadual nº 5.940, de 8 de maio de 1969. Estabelece os princípios, requisitos e processamento, para promoções de Praças de Pré da Polícia Militar do Estado. **Diário Oficial**, n. 56, Curitiba, PR, 12 maio 1969a.

_____. Lei Estadual nº 5.944, de 21 de Maio de 1969. Estabelece princípios, requisitos e processamento para promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado. **Diário Oficial**, n. 66, Curitiba, PR, 23 maio 1969b.

_____. Lei Estadual nº Lei 12.975, de 17 de Novembro de 2000. Dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem) e alterações às Leis nºs 5.944/69, 6.774/76 e 7.047/78. **Diário Oficial**, n. 5868, Curitiba, PR, 20 nov. 2000.

_____. Lei Estadual nº 14.804, de 20 de julho de 2005. Altera o § 2º e acresce §§ 3º, 4º e 5º ao art. 1º, da Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000, com a seguinte redação. **Diário Oficial**, n. 7022, Curitiba, PR, 20 jul. 2005.

_____. Decreto Estadual nº 1.790, de 5 de setembro de 2003. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial**, n. 6557, Curitiba, PR, 5 set. 2003a.

_____. Decreto Estadual nº 2.332, de 10 de dezembro de 2003. Aprovado o Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs. **Diário Oficial**, n. 6624, Curitiba, PR, 10 dez. 2003b.

_____. Decreto Estadual nº 7.339, de 8 de junho de 2010. Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da Polícia Militar do Paraná, Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP. **Diário Oficial**, n. 8236, Curitiba, PR, 08 jun. 2010a.

_____. Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010. Dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual. **Diário Oficial**, n. 8314, Curitiba, PR, 29 set. 2010b.

_____. Decreto Estadual nº 4.491, de 9 de maio de 2012. Autoriza o

credenciamento, em caráter excepcional, pelo prazo de 180 dias, da Academia Policial Militar do Guatupê como Escola Superior de Segurança Pública - SETI-SESP. **Diário Oficial**, n. 8709, Curitiba, PR, 9 de maio de 2012.

_____. Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013. Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, as entidades de ensino superior que menciona, e adota outras providências. **Diário Oficial**, n. 8976, Curitiba, PR, 12 jun. 2013a.

_____. Decreto Estadual nº 9.538, de 5 de dezembro de 2013. Autoriza o Credenciamento Institucional pelo prazo de 5 anos e aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. **Diário Oficial**, n. 9100, Curitiba, PR, 5 dez. 2013b.

_____. Decreto estadual nº 5.381, de 24 de outubro de 2016. Cria a Coordenação Estadual dos CONSEGs no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária e aprova Regulamento com as premissas para o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança, homologados e reconhecidos pelo Poder Público. **Diário Oficial**, n. 9809, Curitiba, PR, de 25 out. 2016.

PARANÁ Cidadão aumenta em 60% o número de atendimentos em 2017. **Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos**, 22 dez. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2WTaF2g>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

PERES, Marcos Roberto de Souza. **Retratos das Unidades Paraná Seguro em notícia: repercussões psicossociais e pedagógicas**. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

PEREIRA, Patrícia. Tatuquara é ocupado para instalação da nona UPS de Curitiba. **Gazeta do Povo**, 1º out. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/8exR23>>. Acesso em: 2 out. 2012.

PMPR. Polícia Militar do Paraná. Portaria do Comando-Geral nº 243, de 26 de fevereiro de 2008. **Aprovação da NOTARA 2008**. Disponível em: <<https://bit.ly/2sGDBg8>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

_____. Polícia Militar do Paraná. Portaria do Comando-Geral nº 330, de 14 de março de 2014. **Aprova a Portaria de Ensino da PMPR**. Disponível em: <<https://goo.gl/oWaBRH>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

_____. Polícia Militar do Paraná. Nota para o Boletim-Geral nº 085/2015. **Boletim-Geral nº 085**, Curitiba, 2015.

POLÍCIA Militar instala a primeira UPS da Região Metropolitana de Curitiba. **G1**, 7 maio 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/JwWa9K>>. Acesso em: 16 out. 2017.

POLICIAIS militares se solidarizam com situação de homem preso. **O popular do**

Paraná, 25 jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2SsywpX>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, 2005.

_____. O profissionalismo na formação profissional do policial brasileiro: rupturas, permanências e desdobramentos contemporâneos. **Segurança, justiça e cidadania**, Brasília, a.4, n.7, p. 47-76, 2014.

PRESSE, France. Pela primeira vez Londres soma mais assassinatos que Nova York. **G1**, 2 abr. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/pela-primeira-vez-londres-soma-mais-assassinatos-que-nova-york.ghtml>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PRIMEIRO mês da UPS no Parolin acaba sem mortes. **Tribuna**, 6 jun. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/1UbXgT>>. Acesso em: 24 set. 2017.

RABAHIE, Júlia. Isolamento e falta de recursos mantêm Norte do país na rabeira da educação. **Rede Brasil Atual**, 11 ago. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2TJtP8B>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

RAMOS, Lino. PM usará motonetas em policiamento. **Folha de Londrina**: o jornal do Paraná, 10 ago. 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2USsc8Y>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

REGIÃO Norte é a pior em educação e resultados ferem metas nacionais, diz estudo. **Último segundo**, 10 out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2ByLrwX>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

RIBEIRO, Diego. AZEVEDO, Gabriel. BELO, Carolina Gabardo. Em 6 anos, Projeto Povo não decola. **Gazeta do Povo**, 29 out. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2WWz4ns>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

RIBEIRO, Diego. Novo secretário de Segurança, Fernando Francischini assume e anuncia mudanças. **Gazeta do Povo**, 15 dez. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/KH7D2R>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

RIBEIRO, Diego. ANTONELLI, Diego. UPS reduziram crimes na cidade, mas unidades pararam de crescer. **Tribuna**, 26 fev. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/KJxSy6>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

RIBEIRO, Diego. “Policial eficiente é aquele que está próximo da população”. **Gazeta do Povo**, 2011. Disponível em: . Acesso em 14 set. 2014.

RIBEIRO, Ludimila. O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012). **Análise Social**, v. 64, n. 211, abr./jun. 2014, p. 272-309.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. MONTANDON, Ana Maria Alemão. O que os policiais querem dizer com 'policiamento comunitário': Uma análise dos discursos dos oficiais da PMERJ. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 2, abr./maio/jun. 2014, p. 233-260.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. MONTANDON, Ana Maria Alemão. Reformar a polícia ou reformar o seu discurso? Uma análise da chegada da filosofia de policiamento comunitário a uma organização policial militar brasileira. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 1, fev./mar. 2015, p. 62-81.

RICHA assina convênio para levar ações de cidadania às áreas de UPS. **APRA**, 14 jan. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2sDVzzE>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

SALES, Lilia Maia de Moraes. ALENCAR, Emanuela Cardoso O. de. FEITOSA, Gustavo. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. **Revisa Sequência**, n. 58, jul. 2009, p. 281-296.

SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. **Os modelos incremental e *garbage can* nas políticas públicas de segurança no estado do Paraná**: do policiamento modular ao Paraná Seguro. 125 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2018.

SANTA, Amanda de. ELOZA, Telma. PM inicia instalação de UPS na zona sul de Londrina. **Gazeta do Povo**, 7 dez. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/UsRGQE>>. Acesso em: 2 out. 2012.

SANTOS, Daniel Limeira dos. SOUZA, Anderson Alves de. Segurança pública e Direitos Humanos: novas práticas discursivas na formação e atuação do policial militar. **Cadernos de linguagem e sociedade**, Brasília, v. 17, n. 2, 2016, p. 79-98.

SANTOS, Débora dos. TASCA, Jorge Eduardo. Policiamento orientado ao problema como estratégia para elaboração e gestão por projetos de acordo com o plano de comando da Polícia Militar de Santa Catarina. **Revista Ordem Pública**, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2014, p. 179-200.

SANTOS, Marcia. Polícia militar realiza a instalação da UPS Grande Guatupê, a segunda na RMC. **Polícia Militar do Paraná**, 11 jun. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/GHgPm3>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. Cidade Industrial de Curitiba terá quatro Unidades Paraná Seguro. **Polícia Militar do Paraná**, 17 jul. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/fZt4VL>>. Acesso em 1º out. 2017.

SECRETARIA da Segurança Pública e Administração Penitenciária. **Unidade Paraná Seguro**, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2FHD99I>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

SECRETÁRIO admite que modelo de policiamento das UPS falhou no PR. **G1**, 18 abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/5lZd8b>>. Acesso em: 30 set. 2016.

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**. Portaria SENASP nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2007.

SKOLNICK, Jerome Herbert. BAYLEY, David H. **Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILÊNCIO. In: **Dicionário infopédia da Língua Portuguesa** [on line]. Porto: Porto Editora, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2E53VXF>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

SILVA, Jonatan. Totens são confundidos com sinal para pedestres. **Tribuna do Paraná**, 16 jan. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2le0JNA>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SILVA, Jonatan. Totens são confundidos com sinal para pedestres. **Tribuna do Paraná**, 16 jan. 2014a. Disponível em: <<https://bit.ly/2le0JNA>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 33.ed. revisada e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

SILVA, Marco Antonio da. **Dicionário de termos, expressões e gírias policiais militares**. Curitiba: Comunicare, 2003.

SILVA, Rosimeri Aquino da. Apontamentos de uma experiência de ensino policial. **Segurança, justiça e cidadania**, Brasília, a.4, n.7, p. 131-148, 2014b.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007.

SOUSA, Emanuel Bruno Lopes de. **Ronda do Quarteirão: um “acontecimento” na política de segurança pública?** 110 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados/Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

SOUZA, Eliene Lima de. A carreira policial-militar: Uma abordagem dos fatores determinantes da escolha. **Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública**, Belo Horizonte, v.3, p. 7-17, jan./dez. 2003.

SOUZA, Aknaton Toczec. DIAS, Camila Nunes. Encarceramento em massa e alta letalidade policial: os custos sociais de uma política de segurança militarizada. In: Anuário brasileiro da segurança pública: edição especial 2014-2017. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2MyAxed>>. Acesso em: 10 fev. 2019, p. 86-87.

TABORDA, Ellen. Polícia Militar abandona motonetas. **Folha de Londrina: o jornal do Paraná**, 11 set. 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/2SHe70x>>. Acesso em: 10

fev. 2019.

_____. MP investiga compra de motonetas. **Folha de Londrina**: o jornal do Paraná, 19 set. 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/2UPxEJy>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

TRANSPARÊNCIA. In: **Dicionário infopédia da Língua Portuguesa** [on line]. Porto: Porto Editora, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2SMxDx3>> Acesso em: 5 fev. 2019.

TROJANOWICZ, Robert. BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário**: como começar. 2.ed. Rio de Janeiro: Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro, 1994.

UNESPAR. Universidade Estadual do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016**, 2012,. Disponível em: <<https://bit.ly/2S7j4zA>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022**, junho 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2RLk6Sy>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. Conselho Universitário. **Resolução nº 11**, de 2016. Dispõe sobre a vinculação acadêmica da Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê à Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

_____. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Segurança Pública**: Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, 2018. [documento não publicado]

VALLA, Wilson Odirley. **Deontologia policial-militar**: ética profissional. Ed. revista e aumentada. Maringá: Coopergraf Artes Gráficas, 1998.

_____. **Deontologia policial-militar**: ética profissional. 2.ed. rev. e amp. Curitiba: AVM, 2000.

VIANA, Dênis Wellington. **Entre a academia militar e a rua**: um estudo sobre a formação e a prática de policiais militares na perspectiva da educação e da psicologia social comunitária. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

VEIGA, Celia Cristina Pereira da Silva. SOUZA, José dos Santos. Coerção e consenso: dilemas da formação policial militar. **REBESP**, v. 11, n. 2, 2018.

ZOUAIN, Deborah Moraes. RICCIO NETO, Vicente. ZAMITH, José Luis Cardoso. Policiamento comunitário: fator estratégico para implantação de política pública de segurança. **Revista Alcance**, Itajaí, v. 13, n. 3, p. 373-388, set.-dez. 2006.

APÊNDICE 1 – CÓPIA DA CARTA DE ANUÊNCIA DA ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ



ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ



CARTA DE ANUÊNCIA


Senhor Coordenador,

Declaramos que nós da Academia Policial Militar do Guatupê, estamos de acordo com a condução do projeto de pesquisa intitulado "CONCEPÇÕES DO CADETE DA POLÍCIA MILITAR SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL", nas nossas dependências.

Esse projeto compõe os estudos de pós-graduação sob a responsabilidade do doutorando Marcos Roberto de Souza Peres, que se encontra em orientação com a Profa. Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas, sendo que o seu início poderá acontecer assim que a Aprovação, pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor responsável for encaminhada a este Comando da Academia Policial Militar do Guatupê.

Estamos cientes de que o presente trabalho de pesquisa deve seguir a Resolução 466/2012 (CNS) e complementares, e que os participantes da pesquisa serão os Cadetes do 1º, 2º e 3º anos do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares deste estado.

Atenciosamente,


Cel. QOPM Mauro Celso Monteiro,
Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê.

APÊNDICE 2 – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Estadual do Paraná
Credenciada pelo Decreto Estadual n. 9538, de
05/12/2013
Campus de Curitiba II



TERMO DE CONSENTIMENTO¹

Eu, _____, RG _____, com _____ anos, recebo o convite para participar de um estudo denominado “CONCEPÇÕES DO CADETE DA POLÍCIA MILITAR SOBRE A SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL”, conduzido por Marcos Roberto de Souza Peres e pela Profa. Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas, na Universidade Federal do Paraná, do Programa de Pós-Graduação em Educação. O objetivo dessa pesquisa é IDENTIFICAR E DESCREVER AS CONCEPÇÕES DOS CADETES SOBRE ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO DAS UNIDADES PARANÁ SEGURO. Para realizar a pesquisa será desenvolvida a coleta de dados através de questionários, através de uma plataforma digital (Google Forms), onde, após assinar o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) o participante receberá um endereço eletrônico, no qual poderá acessar o questionário e responder às questões, que estão divididas em quatro grupos, tendo como previsão de tempo de resposta aproximadamente 30 (trinta) minutos.

A minha participação neste estudo será a de: fornecer respostas a respeito do meu conhecimento e da minha opinião sobre o trabalho de um policial militar, principalmente de um Oficial da Polícia Militar, depois de formado no Curso de Formação de Oficiais. Estas perguntas expressarão a minha opinião, não havendo julgamentos a respeito destas respostas, servindo para o único fim a que se destina esta pesquisa.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de que, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

Fui avisado de que me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da

¹ Este Termo de Consentimento Livre e esclarecido segue as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos estabelecidos pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde

minha participação. Sei que partes desse trabalho poderão ser apresentadas em salas de aula, congressos e outros ambientes de estudo como forma de contribuição para a construção de conhecimentos sobre o assunto que foi estudado.

Enfim, tomei conhecimento do conteúdo deste Termo de Consentimento e compreendi a natureza e o objetivo do estudo que será desenvolvido. Assim, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

Aceito participar desta pesquisa, respondendo aos questionários?

SIM () NÃO ()

CONTATOS PARA INFORMAÇÕES:

Marcos Roberto de Souza Peres

E-mail: asp_peres@hotmail.com

Telefones: (41) 99918-8988 ou (41) 3299-7939

Endereço: Rodovia BR-277, km 72, bairro Guatupê, São José dos Pinhais, Paraná.

São José dos Pinhais, _____ de janeiro de 2019.

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

Marcos Roberto de Souza Peres
Pesquisador

Profa. Dra. Maria de Fátima Quintal Freitas,
Orientadora

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA APROVANDO O PROJETO DE TESE

FACULDADE DE ARTES DO
PARANÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONCEPÇÕES DO CADETE DA POLÍCIA MILITAR SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Pesquisador: MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 91592918.8.0000.0094

Instituição Proponente: Faculdade de Artes do Paraná

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.740.122

Apresentação do Projeto:

O objetivo primário desta tese é apresentar as concepções dos cadetes sobre a atuação profissional no campo das Unidades Paraná Seguro.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO

O objetivo primário desta tese é apresentar as concepções dos cadetes sobre a atuação profissional no campo das Unidades Paraná Seguro.

OBJETIVO SECUNDÁRIO

- Identificar as áreas que os cadetes gostariam de atuar;
- Descrever, na opinião dos cadetes, as formas de aproximação à comunidade que deveriam ser utilizadas pela polícia militar;
- Descrever a opinião dos cadetes sobre o trabalho desenvolvido nas Unidades Paraná Seguro;
- Analisar as concepções dos cadetes sobre as diferentes formas de policiamento realizado pela Polícia Militar do Paraná.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Segundo a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho

Endereço: Rua dos Funcionários, 1357

Bairro: cabral

CEP: 80.035-050

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3250-7300

Fax: (41)3250-7301

E-mail: cep.fap@unespar.edu.br

FACULDADE DE ARTES DO PARANÁ



Continuação do Parecer: 2.740.122

Nacional de Saúde, risco da pesquisa é a "[...] possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente [...]".

Apesar de, nesta pesquisa, as perguntas não exigirem uma reflexão profunda sobre a vida pessoal dos participantes, mas sim sobre a sua futura atuação profissional, caso haja qualquer problema apresentado pelo participante, quer seja de ordem psicológica ou física, a pesquisa será imediatamente interrompida, e o participante será encaminhado para o devido atendimento.

Cabe salientar que todos os participantes, por serem Cadetes do Curso de Formação de Oficiais, têm à sua disposição, dentro da Academia Policial Militar do Guatupê, estrutura de atendimento psicológico, com duas psicólogas diariamente disponíveis para prestar atendimento aos alunos da APMG, bem como estrutura de enfermagem e fisioterapia. Caso seja necessário encaminhamento para médicos, todos os participantes são cobertos pelo atendimento do Hospital da Polícia Militar do Paraná, que conta com médicos das mais diversas especialidades, como cardiologistas, ortopedistas, psiquiatras, entre outros.

4.4 BENEFÍCIOS

Aos participantes a reflexão proposta irá auxiliar na conexão entre os ensinamentos teóricos e práticos recebidos durante o Curso de Formação de Oficiais e a sua atuação profissional logo depois de formados. Isso poderá auxiliar os Cadetes a identificar possíveis fraquezas em disciplinas do curso, havendo tempo

23
hábil para buscar o aprofundamento nessas disciplinas, antes de sua atuação prática.

Ao Comando da Polícia Militar do Paraná há o benefício de conhecer as concepções que os seus cadetes têm sobre a sua atuação profissional dentro das Unidades Paraná Seguro. Assim, será possível analisar as relações que os cadetes fazem entre o que lhes é ensinado nos bancos escolares e o que eles esperam de sua atuação prática. Pode-se identificar se os objetivos do ensino policial militar têm sido cumpridos na realização do CFO-PM. Caso sejam identificadas inconsistências no sistema ensino-aprendizagem, ele poderá ser aprimorado.

Ainda há os benefícios para a sociedade paranaense. Os Cadetes são anualmente formados para comandarem o policiamento dos 399 municípios

Endereço: Rua dos Funcionários, 1357
Bairro: Cabral CEP: 80.035-050
UF: PR Município: CURITIBA
Telefone: (41)3250-7300 Fax: (41)3250-7301 E-mail: cep.fap@unespar.edu.br

FACULDADE DE ARTES DO PARANÁ



Continuação do Parecer: 2.740.122

paranaenses. Assim, buscando refletir sobre o sistema de formação desses profissionais, poderá gerar Oficiais mais bem preparados, que atenderão melhor a comunidade paranaense, nas situações de segurança pública.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está de acordo com os critérios da resolução 244/2012.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão de acordo com as normas do CEP.

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado sem restrições.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado sem restrições.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1141282.pdf	13/06/2018 14:18:39		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_modelo.pdf	13/06/2018 14:18:17	MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoTeseMARCOSRSPERES.pdf	13/06/2018 14:02:48	MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_APMG.pdf	13/06/2018 14:00:08	MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	13/06/2018 13:58:53	MARCOS ROBERTO DE SOUZA PERES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua dos Funcionários, 1357
 Bairro: cabral CEP: 80.035-050
 UF: PR Município: CURITIBA
 Telefone: (41)3250-7300 Fax: (41)3250-7301 E-mail: cep.fap@unespar.edu.br

FACULDADE DE ARTES DO
PARANÁ




Continuação do Parecer: 2.740.122

CURITIBA, 27 de Junho de 2018

Assinado por:
Rosemyriam Cunha
(Coordenador)

Endereço: Rua dos Funcionários, 1357
Bairro: cabral CEP: 80.035-050
UF: PR Município: CURITIBA
Telefone: (41)3250-7300 Fax: (41)3250-7301 E-mail: cep.fap@unespar.edu.br

ANEXO 2 – LEI ESTADUAL Nº 17.590 DE 12 DE JUNHO DE 2013


CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

[Pesquisa Rápida](#) [voltar](#)

Exibir Ato
 [Página para impressão](#)

Lei 17590 - 12 de Junho de 2013

[Alterado](#)
[Compilado](#)
[Original](#)

Publicado no [Diário Oficial nº. 8976](#) de 12 de Junho de 2013

Súmula: Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, as entidades de ensino superior que menciona, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O [parágrafo único do art. 1º da Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001](#), passa a ter a seguinte redação:
 "Parágrafo único. A UNESPAR terá sede no Município de Paranavaí e foro nas Comarcas onde estão jurisdicionadas as Instituições Estaduais de Ensino Superior que ora passam a integrá-la."

Art. 2º. O [art. 3º da Lei nº 13.283/2001](#), passa a ter a seguinte redação:
 "Art. 3º A UNESPAR será credenciada no Sistema Estadual de Ensino por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual, após Parecer do Conselho Estadual de Educação e encaminhamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.
 Parágrafo único. A estrutura organizacional básica e a definição das atribuições e da UNESPAR serão estabelecidas no Estatuto, que, assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional, será elaborado com a participação das comunidades universitárias das atuais Instituições Estaduais Superiores, constituindo tais documentos partes do processo de credenciamento."

Art. 3º. O [art. 5º da Lei nº 13.283/2001](#), passa a ter a seguinte redação:
 "Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a adequação de cargos, alterações orçamentárias, disponibilização de servidores estaduais e adotar outras medidas necessárias à implementação da UNESPAR."

Art. 4º. Ficam redistribuídos para a UNESPAR todos os cargos efetivos, ocupados e vagos, pertencentes ao quadro de pessoal das Faculdades Estaduais, os cargos em Comissão de Direção Acadêmica (DA) e de Funções Acadêmicas (FA), criados pela Lei Estadual nº 14.269, de 23 de dezembro de 2003, com a redação da Lei Estadual nº 16.555, de 21 de julho de 2010; pela Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006 e pela Lei Estadual nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009 e demais legislação aplicável.

Parágrafo único. Os quantitativos referentes aos cargos redistribuídos para a UNESPAR constam do anexo único desta Lei.

Art. 5º. As atuais direções das faculdades transformadas em campus da UNESPAR exercerão seus cargos até o final de seu mandato.

Art. 6º. A Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê passa a vincular-se, academicamente, à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), constituindo-se em uma unidade especial, respeitadas as peculiaridades do ensino voltado às atividades de segurança pública e defesa civil, preservados seus princípios institucionais.

§ 1º. A Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê e sua estrutura organizacional prevista no § 2º do art. 29 da Lei nº 16.575, de 29 de setembro de 2010, para fins acadêmicos, submeterá às mesmas normas da UNESPAR.

§ 2º. A nomeação da Direção da Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê – unidade especial - dar-se-á por indicação do Comando Geral da Polícia Militar.

§ 3º. A Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê, para efeitos orçamentários e financeiros, continuará vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública como unidade orçamentária.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando mantidos os demais dispositivos da Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei Estadual nº 15.300, de 28 de agosto de 2006.

Palácio do Governo, em 12 de junho de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Alípio Leal Neto
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo96770_29206.pdf

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



ANEXO 3 – DECRETO ESTADUAL Nº 9.538 DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar [Exibir Ato](#) [Página para Impressão](#)

Decreto 9538 - 05 de Dezembro de 2013

[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#) Publicado no [Diário Oficial nº. 9100](#) de 5 de Dezembro de 2013**Súmula:** Autoriza o Credenciamento Institucional pelo prazo de 5 anos e aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, a Lei Estadual nº 4.978, de 3 de dezembro de 1964, a Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pelas Leis Estaduais nº 15.300, de 28 de setembro de 2006 e nº 17.590, de 12 de junho de 2013, o Parecer CES/CEE Nº 56/13, homologado pela Resolução/SETI nº 100/13 e o contido nos protocolados sob nº 11.228.096-0 e 13.012.487-9,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Credenciamento Institucional, pelo prazo de 5 (cinco) anos, e aprovado o Estatuto da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, mantida pelo Governo do Estado do Paraná, com sede da Reitoria no município de Paranavaí, constituída pelos campi de Apucarana, de Campo Mourão, de Curitiba I, de Curitiba II, de Paranaguá, de Paranavaí e de União da Vitória.

Art. 2º A Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê passa a vincular-se academicamente à UNESPAR, como unidade especial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 5 de dezembro de 2013, 192º da Independência e 125º da República.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

João Carlos Gomes
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXO 4 – RESOLUÇÃO 011/2016 – COU/UNESPAR



RESOLUÇÃO 011/2016 – COU/UNESPAR

Dispõe sobre a vinculação acadêmica da Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê à Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Considerando o previsto no art. 6º da Lei Estadual nº 17.590 de 12 de junho de 2013.

Considerando os §§ 2º e 3º do art. 3º do Estatuto da Universidade Estadual do Paraná, alterado pela Resolução 012/2014 do COU/UNESPAR.

Considerando o art. 2º, inciso III e o art. 151, parágrafo único do Anexo I da Resolução nº 001/2014 do COU/UNESPAR.

Considerando o Art. 83 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Considerando que a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê constitui Unidade Especial na UNESPAR.

Considerando a necessidade de regulamentar a vinculação acadêmica da Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê à UNESPAR.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO APROVOU E EU, REITOR, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS E REGIMENTAIS, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º. A vinculação acadêmica da Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê à Unespar fica definida nos termos da presente Resolução.

Art. 2º. Compõe a comunidade da Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê academicamente vinculada à Unespar os seguintes membros:

- I – o Comandante e o Sub-comandante da APMG;
- II – os Oficiais e os agentes integrantes da Divisão de Ensino;
- III - os coordenadores das séries/cursos superiores; e
- IV - os acadêmicos regularmente matriculados nos cursos superiores.

ANEXO 5 – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES, VIGENTE A PARTIR DO ANO DE 2018

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS			
ÁREA/MATÉRIA	CÓDIGO	DISCIPLINAS	C/H
I. de Formação GERAL	101p	INTRODUÇÃO A ANTROPOLOGIA	20
	102p	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA E LÓGICA	30
	103p	INTRODUÇÃO A DEONTOLOGIA	30
	104p	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	30
	105p	INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA	30
	106p	NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA	30
	107p	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO	30
	109p	DIREITO CONSTITUCIONAL	40
	110p	DIREITO PENAL I	60
	111p	DIREITOS HUMANOS	30
	113p	HISTÓRIA DAS POLÍCIAS E BOMBEIROS	30
	114p	INSTRUÇÃO MILITAR BÁSICA	30
	115p	TEORIAS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA	30
	116p	LÍNGUA E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	40
	119p	EDUCAÇÃO FÍSICA I	120
	120p	ORDEM UNIDA I	40
	121p	DEFESA PESSOAL I	70
	122p	ESTUDO DO ARMAMENTO E DA MUNIÇÃO	60
	123p	TIRO POLICIAL I	80
	124p	TIRO POLICIAL II	40
	126p	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL I	60
	128p	TÉCNICA DE ABORDAGEM I	50
	129p	ATUAÇÃO POLICIAL E MINORIAS	20
	131p	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR I	30
	134p	TELECOMUNICAÇÕES	20
	202p	SOCIOLOGIA APLICADA A ATIVIDADE PM	30
	205p	GESTÃO DE PESSOAS	30
	208p	ESTATÍSTICA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA	30
	209p	DIREITO PENAL MILITAR I	30
	211p	DIREITO ADMINISTRATIVO	40
	212p	DIREITO PENAL II	40
	213p	DIREITO PROCESSUAL PENAL	40
	215p	DOCTRINA DE EMPREGO PM I	30
	219p	EDUCAÇÃO FÍSICA II	120
	220p	SISTEMAS DA PMPR	30
	221p	ORDEM UNIDA II	40
	222p	DEFESA PESSOAL II	70
	224p	TIRO POLICIAL III	80
	228p	TÉCNICA DE ABORDAGEM II	40
	230p	PRÁTICA DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	30
	232p	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR II	30
	303p	NOVAS TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	40

	304p	DIREITO PENAL MILITAR II	30
	306p	DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	60
	309p	MEDICINA LEGAL	30
	310p	CRIMINALÍSTICA	30
	311p	EDUCAÇÃO FÍSICA III	120
	313p	GERENCIAMENTO DE CRISES	30
	314p	INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR	30
	316p	ORDEM UNIDA III	40
	317p	DEFESA PESSOAL III	70
	318p	TIRO POLICIAL IV	80
	323p	TÉCNICA DE ABORDAGEM III	30
SUBTOTAL			2350
2. de formação DIFERENCIADA	108p	DIREITO CIVIL APLICADO	30
	112p	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL I	30
	117p	METODOLOGIA CIENTÍFICA	20
	118p	ETIQUETA SOCIAL	40
	125p	TÉCNICA PARA CONDUÇÃO DE ARMAMENTOS	40
	127p	BOLETIM DE OCORRÊNCIA UNIFICADO E TC	20
	130p	MANEABILIDADE TERRESTRE	30
	132p	ATIVIDADE DE BOMBEIRO MILITAR	30
	133p	DEFESA CIVIL	20
	201p	CIÊNCIAS POLÍTICAS	30
	203p	DEONTOLOGIA	30
	204p	PSICOLOGIA GERAL	30
	206p	GESTÃO LOGÍSTICA	30
	207p	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	30
	210p	DIREITO DE TRÂNSITO	30
	214p	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL II	30
	216p	MARKETING INSTITUCIONAL	30
	217p	METODOLOGIA DE PESQUISA I	40
	218p	METODOLOGIA DO ENSINO E ORATÓRIA	30
	223p	EXPLOSIVOS E ARTEFATOS	30
	225p	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS I	30
	226p	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL II	60
	227p	POLICIAMENTO DE GUARDAS E ESCOLTAS	30
	229p	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO URBANO	30
	231p	SEGURAÇA FÍSICA DE INSTALAÇÕES E DE DIGNITÁRIOS	40
	135p	EQUITAÇÃO	30
	233p	EQUITAÇÃO II	30
	301p	PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS	30
	302p	CHEFIA E LIDERANÇA	30
	305p	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	60
	307p	LEGISLAÇÃO ESPECIAL E TC	50

	308p	DOCTRINA DE EMPREGO PM II	30
	312p	CONTROLE DE DISTURBIOS CIVIS	30
	315p	LEGISLAÇÃO E POLICIAMENTO AMBIENTAL	30
	319P	TÁTICAS PARA CONFRONTOS ARMADOS II	30
	320P	POLICIAMENTO MONTADO	40
	321P	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO RODOVIÁRIO	30
	322P	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL III	40
	324P	PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM CRISES	30
	325P	PROCEDIMENTOS DO OFICIAL DE SERVIÇO	40
	326P	TRABALHO DE COMANDO E DE ESTADO MAIOR	50
	331p	METODOLOGIA DA PESQUISA II	30
SUBTOTAL			1400
3. Disciplinas Optativas	138p	ESPECIALIZADA (OBRIGATORIA) ¹	50
	237p	ESPECIALIZADA (OBRIGATORIA) ¹	50
	332p	ESPECIALIZADA (OBRIGATORIA) ¹	50
	333p	LIBRAS ²	30
SUBTOTAL			180
Atividades Acadêmicas Complementares	135p	ATIV. ACADEM. DESP. CIENTÍFICAS E CULTURAIS	50
	137p	TRABALHO COMUNITÁRIO I	10
	234p	ATIV. ACADEM. DESP. CIENTÍFICAS E CULTURAIS	50
	236p	TRABALHO COMUNITÁRIO II	10
	327p	ATIVID. ACADEM. DESP. CIENTÍFICAS E CULTURAIS	40
	330p	TRABALHO COMUNITÁRIO III	10
SUBTOTAL			170
Estágio e TCC	136p	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	50
	235p	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	120
	328p	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	200
	329p	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	60
SUBTOTAL			430
TOTAL			4500

¹ Inserimos o termo "obrigatória" para esclarecer que o discente deve realizar pelo menos uma das especializadas ofertadas no curso.

² Em razão da natureza optativa da disciplina de LIBRAS, não contamos a sua carga horária na soma total (final) do curso.